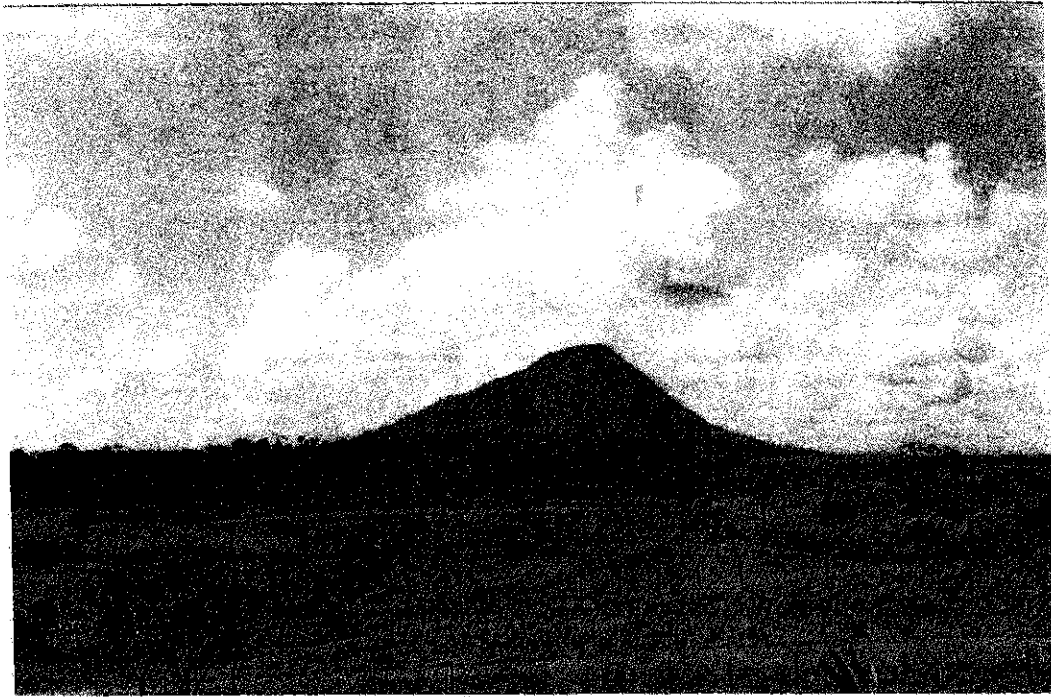


Proc. nº 255/2007
Fls. 42/43
Rubrica Juliana



Monte Pascoal – Foto: Leila Sotto-Maior 2005

***RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO
DE REVISÃO DE LIMITES
TERRA INDÍGENA BARRA VELHA
MONTE PASCOAL***

*Brasília, 06 de março de 2007
Leila Sílvia Burger Sotto-Maior
Portaria nº 329, de março de 2006*

ÍNDICE

Índice

Siglas

	1
1. Apresentação	3
1.1 Breve histórico sobre o Processo de Regularização da TI Barra Velha	8
2. Primeira Parte – Dados Gerais	15
2.1. Localização e População	15
2.2. Aldeias Pataxó do Extremo Sul da Bahia	18
2.3. Os Pataxó de Barra Velha	21
2.4. Histórico de Ocupação do Extremo Sul da Bahia	32
2.5. Aldeamento de Belo Jardim de Monte Pascoal	49
2.6. Insatisfação dos Pataxó e as novas ocupações a partir de 1980	76
3. Segunda Parte – Habitação Permanente	85
3.1. Ocupação Indígena por Aldeia	94
3.2. Vila de Caraíva, Corumbau e São Geraldo	114
3.3. Vila de Corumbau – Ponta de Corumbau	131
4. Terceira Parte – Atividades Produtivas	140
4.1. Histórico	140
4.2. Síntese da situação de atividades produtivas por aldeia segundo relatório de Timmers	144
4.3. Agricultura nas aldeias	148
4.4. A importância do artesanato	150
4.5. A coleta	154
4.6. A pesca	156
4.7. Casa de Farinha	158
4.8. Viveiro de ervas medicinais	160
4.9. Atividades remuneradas	160
5. Quarta Parte – Meio Ambiente	162
5.1. A Mata Atlântica e o Desmatamento	163
5.2. Característica da exploração econômica sobre a área atualmente ocupada por não-índios	165
5.3. A Mata Atlântica	166
5.4. O Monte Pascoal	170
5.5. Monocultura do eucalipto	175
5.6. Conflitos e Desafios	179
5.7. Algumas considerações sobre o indústriano	186
5.8. Corredor central da Mata Atlântica – Corredor Ecológico	189
5.9. Considerações	192
6. Quinta Parte – Reprodução Física e Cultural	194
6.1. Distribuição populacional das aldeias da Terra Indígena Barra Velha	195
7. Sexta Parte – Levantamento Fundiário	216
7.1. Histórico de ocupação não-indígena do entorno do Monte Pascoal	216
7.2. Caracterização das atuais ocupações	219
7.3. Projeto de assentamento Terra Nova	222
7.4. Projeto de assentamento Três Irmãos	223
7.5. Projeto de assentamento Reunidas Corumbau	224
7.6. Projeto de assentamento Fazenda Cruz de Ouro	225
7.7. Assentamento Córrego da Barriguda	226
8. Sétima Parte – Conclusão e Delimitação	232
8.1. O trabalho de campo	237
8.2. Conclusão e legislação Vigente	241

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

2556/8,2
12/22
JUN 2001

SIGLAS

AER	Administração Executiva Regional
A.I.	Área Indígena
ANAI	Associação Nacional de Ação Indigenista
APPA	Associação Pradense de Proteção Ambiental
BRALANDA	Sociedade Anônima Brasil-Holanda Indústria
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CGAF	Coordenação Geral de Assuntos Fundiários
CGD	Coordenação Geral de Demarcação
CGID	Coordenação Geral de Identificação e Delimitação
CGPIMA	Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CRI	Cartório de Registro de Imóveis
DAD	Diretoria de Administração/FUNAI
DAF	Diretoria de Assuntos Fundiários
DEID	Departamento de Identificação e Delimitação
DOU	Diário Oficial da União
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IPAC	Instituto do Patrimônio Cultural e Artístico do Estado da Bahia
FNI	Fundação Nacional do Índio
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GTZ	Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Socioambiental
MADE	Museu Aberto do Descobrimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIRAD	Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MJ	Ministério da Justiça
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não-Governamental
PA	Projeto de Assentamento
PARNA	Parque Nacional
PIN	Posto Indígena

R

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

PNMP	Parque Nacional Monte Pascoal
PNHMP	Parque Nacional Histórico Monte Pascoal
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPG7	Programa Piloto para a Conservação das Florestas Brasileiras
RFT	RainForest Trustfund
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
TI	Terra Indígena
UFBA	Universidade Federal da Bahia

Proc. nº 1352/K2
Fls. 123
Rubrica [assinatura]

“Um descobrimento às avessas. A partir do Monte Pascoal, olhando as copas das árvores logo abaixo, estendemos a visão mais adiante, seguindo a imensa floresta em declive, até divisarmos os contornos do mar. Algumas nuvens brilhantes refletindo o sol da manhã dificultam a nossa visão, mas podemos ver ali e acolá, algum trecho da praia. Não podemos divisar a aldeia de Barra Velha, que fica a nossa frente, em direção ao mar, porque fica numa depressão formada pela antiga foz do rio Corumbau, daí o nome Barra Velha, o rio deságua mais ao sul, a cerca de seis quilômetros”. (Oliveira 1985:5)

1-APRESENTAÇÃO

A revisão dos limites da TI Barra Velha inclui as áreas denominadas TI Corumbauzinho e a TI Águas Belas, a última já homologada. Por isso, este relatório fará referência apenas à “revisão de limites da TI Barra Velha – Monte Pascoal”, abrangendo, portanto, as três terras indígenas citadas dentro da extensão aqui proposta para identificação e delimitação como terra indígena tradicionalmente ocupada pelos Pataxó da região de Barra Velha. Inclui também outras doze aldeias, sendo elas: Barra Velha, Meio da Mata, Boca da Mata, Guaxuma, Aldeia Nova, Trevo do Parque, Pé do Monte, Águas Belas, Corumbauzinho, Craveiro, Bugigão (Barra Velha) e Cassiana (Boca da Mata).

Os trabalhos de campo direcionados aos estudos de identificação e delimitação foram realizados durante um período de aproximadamente dois anos, desde julho de 2004, quando a FUNAI determinou a realização do levantamento da situação fundiária do extremo sul da Bahia, até a data da entrega do relatório final.

Durante os trabalhos de campo foram levantados elementos que permitissem caracterizar a ocupação tradicional das terras reivindicadas, sempre com base nos princípios e métodos da antropologia, analisando as práticas locais, as interações sociais, as relações interétnicas que marcam a história do grupo, a memória coletiva, a economia, o uso dos recursos naturais, a organização política e o processo de reconstrução cultural vivido pelos índios Pataxó do extremo sul da Bahia, traçando inclusive a linha de dispersão pelas diversas terras indígenas atualmente ocupadas pelo grupo em questão.

Um dos pontos relevantes a ser ressaltado nesse processo de revisão diz respeito ao atual limite de 8.627 ha da TI Barra Velha, que é fruto de um acordo entre o extinto IBDF (atual IBAMA) e a FUNAI, através do qual o primeiro repassou essa área para demarcação

da terra indígena, sem a realização de estudos específicos de identificação que caracterizassem a ocupação tradicional e permanente do grupo indígena. Na realidade, duas propostas foram apresentadas à FUNAI pelos antropólogos Pedro Agostinho e Maria Rosário Carvalho, em atendimento a um convênio estabelecido entre a FUNAI e a Universidade Federal da Bahia na década de 1980, mas as mesmas não foram integralmente consideradas.

Sendo assim, foi necessário estabelecer parâmetros que norteassem o trabalho de campo, como se este fosse o primeiro estudo para o estabelecimento da área necessária à reprodução física e cultural do grupo, mesmo porque havia necessidade de levantar informações suficientes para atender aos atuais dispositivos da legislação indigenista – o art. nº 231 da Constituição Federal e o Decreto nº 1.775/MJ/96.

O levantamento da situação fundiária no extremo sul da Bahia, já mencionado, ficou a cargo da antropóloga Leila Silvia Burger Sotto-Maior, que veio, posteriormente, a ser designada para coordenar o GT de Identificação e Delimitação que resultou no presente relatório. Desse modo, o primeiro contato da antropóloga-coordenadora com os Pataxó se deu em agosto de 2004, quando se iniciaram os levantamentos de campo para elaboração do diagnóstico da situação fundiária do extremo sul da Bahia/Pataxó - Portarias nº 946 e 1.322/PRES de 2004 e ITEs nº 576/04, 93/05.

Após análise dos resultados do diagnóstico, a Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID - encaminhou as demandas à Diretoria de Assuntos Fundiários, propondo a continuidade dos estudos de identificação e delimitação da TI Barra Velha, a inclusão, para fins de identificação, da TI Cahy/Pequi na lista oficial de terras indígenas (FUNAI), bem como estudos antropológicos com vistas à revisão das TIs Mata Medonha e Coroa Vermelha. Outros encaminhamentos também foram indicados, como a publicação do resumo do relatório de identificação da TI Aldeia Velha e o rastreamento dos limites da TI Imbiriba com vistas ao prosseguimento do processo de homologação da TI.

Já em março de 2005, foram realizados os trabalhos de campo no âmbito dos estudos de fundamentação antropológica para revisão de limites da TI Barra Velha. Esse estudo foi coordenado pela antropóloga Giovana Tempesta, tendo Leila Sotto-Maior como colaboradora.

Os estudos antropológicos para identificação da TI Cahy/Pequi, acima citados, foram coordenados por Leila Sotto-Maior. Por isso, só após a entrega do relatório previsto

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

na Portaria n° 1129/PRES, de 29 de setembro de 2005, publicada no DOU de 30 de setembro de 2005, seção 2, página 22, a antropóloga retomou os trabalhos na TI Barra Velha, desta vez com objetivo de coordenar os estudos complementares de caráter ambiental, cartográfico e fundiário (cadastral). A Portaria n° 329/PRES, de março de 2006, instituiu o GT, designando Leila Sílvia B. Sotto-Maior como coordenadora dos trabalhos e Nadja Havt Bindá, também antropóloga, como colaboradora.

Em maio de 2006, é constituído o Grupo Técnico para a realização do levantamento cadastral. Durante aproximadamente oitenta dias, a equipe, sob coordenação de Leila Sotto-Maior, visitou todas as propriedades rurais, realizou reuniões com as associações comunitárias, preencheu o cadastramento do PA Terra Nova (INCRA) e do Assentamento Rural Lago da Barriguda (MDA), cadastrou também os moradores da Vila de São Geraldo. Contudo, não foi possível cadastrar todos os moradores não-índios do entorno do Monte Pascoal, pois muitos se negaram a prestar as informações necessárias para o preenchimento do laudo, principalmente os ocupantes ligados à Associação dos Proprietários Rurais, e os moradores das Vilas de Caraíva e Corumbau.

Na tentativa de completar o cadastramento de todos os imóveis da região, o GT buscou informações junto a CEPLAC, INCRA, e COELBA. Foram também encaminhados ofícios para os cartórios dos municípios de Prado, Porto Seguro, Itamaraju e Itabela.

Em julho de 2006, a coordenadora do GT retornou à área, mas desta vez para acompanhar o engenheiro florestal Hamed Farias, indicado pela CGPIMA/FUNAI, para proceder os estudos complementares de natureza ambiental, cujo resultado é peça fundamental do relatório circunstanciado, por se tratar de uma área que ficará integralmente sobreposta ao Parque Nacional Monte Pascoal.

Para determinar a área que seria abrangida nesse estudo foram levadas em conta várias situações que emergiram durante os trabalhos, considerando; principalmente, o cruzamento entre os dados históricos levantados na bibliografia, a oralidade do grupo envolvido e documentos oficiais inseridos nos processos existentes no arquivo da FUNAI, chegando assim, a certa concordância com os limites propostos por Giovana Tempesta e Leila Sotto-Maior no relatório de fundamentação antropológica, sendo eles:

“ temos que o contorno mínimo aceitável da futura TI é o que segue: partindo da vila de Caraíva, segue-se pelo rio Caraíva até sua bifurcação, a partir de onde se traça uma linha seca em direção ao Riacho do Benício, de modo a excluir o vilarejo de São Geraldo; daí acompanha-se o Córrego do Guaxuma até a BR 101, na altura da aldeia Guaxuma; segue-

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

se contornando a BR 101 até a aldeia Trevo, de onde se toma a estrada de terra até o pé da serra do Gaturama, seguindo o córrego que a circunda e deságua no Córrego Palmares; daí segue-se a ligação deste com o Córrego Gibura, excluindo-se o assentamento Três Irmãos, até a última extrema da área atual do Parque, onde se abre uma linha mais larga, de modo a incluir o mangue e a excluir a infra-estrutura hoteleira da vila de Corumbau, fechando na barra do Corumbau. Estes pontos foram estabelecidos de modo apenas aproximado, com base em observação direta das antropólogas na área, e devem ser corrigidos in loco por especialistas”.

Há pequenas diferenças entre a delimitação proposta neste relatório circunstanciado e aquela descrita no relatório de fundamentação, acima citada. Mas, na realidade, as diferenças não devem ser tomadas como discordâncias quanto aos limites, apenas ajustes realizados após percorrer os limites com o agrimensor do GT. Foi dada preferência a limites como rios, serras e estradas, pois esses já são percebidos pelos índios Pataxó como divisores da área que reconhecem como de sua ocupação tradicional.

Cabe esclarecer que a colocação apresentada no relatório de fundamentação antropológica da TI Barra Velha, de que o “contorno mínimo aceitável da futura terra indígena é a que se segue:”, deve ser interpretada como a justificativa para uma área mínima necessária para a reprodução física e cultural dos Pataxó de Barra Velha, tendo em vista todas as informações sobre a ocupação territorial do grupo indígena em questão, não sendo, então, aconselhável a diminuição do perímetro aqui proposto, pois o mesmo é totalmente justificado do ponto de vista dos critérios definidores de uma terra indígena tradicionalmente ocupada.

Vale ressaltar que os limites estudados foram discutidos com todas as lideranças indígenas das aldeias envolvidas e acatados nas reuniões realizadas nas aldeias e no NAL Monte Pascoal.

No que diz respeito ao “território imemorial” dos Pataxó, seria forçoso delimitar uma área que alcançaria, ao norte, o rio Jequitinhonha e, ao sul, o rio São Mateus. Contudo, não são esses os atuais parâmetros a serem considerados para a delimitação de uma terra indígena tradicionalmente ocupada, embora a imemorialidade tenha sido aspecto considerado como elemento complementar à proposta aqui defendida.

Alguns argumentariam, ainda, pela pertinência de se embasar as justificativas de ampliação da Terra Indígena Barra Velha pela área demarcada pelo Estado da Bahia, em 1943, para o Parque Monumento Nacional Monte Pascoal, que, segundo memória oral do grupo, era a área total de ocupação tradicional Pataxó. Entretanto, a Constituição Federal de 1988 e o Decreto n.º 1775/MJ/96 determinam que os critérios a serem considerados devem,,

necessariamente, observar a ocupação permanente, não sendo esta restrita ao espaço das aldeias, mas extensivas às áreas necessárias às atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições:

“§1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

Tais critérios foram criteriosamente seguidos durante os estudos aqui apresentados em caráter conclusivo, bem como a Lei nº 6.001 e o *caput* do artigo nº 231 da Constituição Federal, que determina:

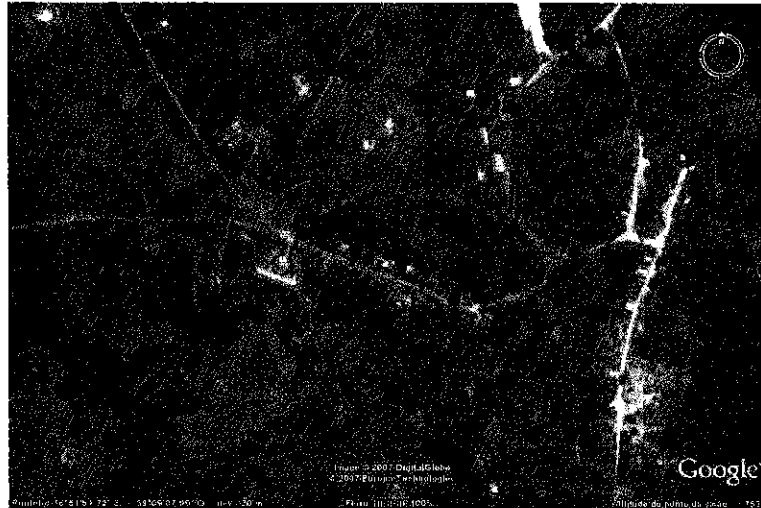
“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarca-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens”.

A elaboração deste relatório seguiu integralmente a orientação da Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID/DAF, levando em conta o atendimento aos quesitos da Portaria nº 14/MJ, de 09 de janeiro de 1996, de modo a subsidiar os estudos complementares que integram o relatório circunstanciado de identificação e delimitação, quais sejam, os levantamentos ambiental, cartográfico, fundiário e cartorial.

Sendo assim, dada a complexidade do processo de regularização da TI Barra Velha e o delicado quadro fundiário local, bem como o tempo transcorrido desde o início do primeiro estudo, em 1999, faz-se necessário alongar a apresentação deste relatório com o detalhamento do histórico do processo, apresentado a seguir.

P

1.1- Breve Histórico sobre o Processo de Regularização da Terra Indígena Barra Velha



Proc. nº 002/2002
Fls. 102/9
Subscrição Suicima

Imagem de satélite – Google Earth 2007

A reivindicação dos Pataxó pelo reconhecimento das terras tradicionais tem início em 1943, após a demarcação do Parque Monumento Nacional Monte Pascoal pelo Estado da Bahia, por meio do Decreto nº 12.729, de 19 de abril de 1943.

Após a conclusão da demarcação, para sua surpresa, os Pataxó foram informados de que não poderiam mais morar nem tampouco plantar naquele local, pois, a partir da demarcação, a área havia se tornado o Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal, que tinha por objetivo a proteção integral da área onde a esquadra de Pedro Álvares Cabral teria aportado em 1500.

“(…) o Suia vinha explicando conta que no final do trabalho o Dr. Barros vinha explicando que ia ser criado um parque florestal naquela área e que eles não deveriam mais derrubar árvores na mata. Só deveriam fazer roças nas capoeiras, mas o melhor mesmo seria procurar outro logo outras colocações, pois todo mundo seria retirado de dentro do parque” (Oliveira,1985)

Indignados com a expulsão de suas terras, alguns Pataxó, entre eles o capitão Honório Borges (avô de Tururim, liderança atualmente ativa em Barra Velha), mobilizaram-se e seguiram em viagens para o Rio de Janeiro e, mais tarde, para Brasília, em busca dos “seus direitos”, ou seja, do reconhecimento legal das terras que ocupavam há séculos e das quais estavam sendo privados pelo IBDF (Sotto-Maior, 2005).

A princípio foram à procura do Marechal Gago Coutinho, que esteve na região em

P

27/08/82
Rubens
JUNIA

1939. Em seguida, a busca foi pelo apoio do Marechal Rondon do Serviço de Proteção ao Índio – SPI.

Em 1951, o trágico acontecimento conhecido como “fogo de 51” (detalhado nos próximos capítulos) marcou profundamente a vida dos índios de Barra Velha. Traumatizadas, as famílias Pataxó dispersaram-se, transferindo-se para outras localidades onde encontraram apoio de “parentes” e até de fazendeiros, que ofereceram lugar para morar em troca de trabalho. Locais como Cumuruxatiba, Corumbauzinho, Córrego do Gibura, onde hoje é a TI Águas Belas (o histórico será descrito abaixo), Santa Cruz Cabralia, onde fundaram a aldeia Mata Medonha, barra do rio Cai¹; Itamaraju, Arraial D’Ajuda e Prado foram escolhidos como refúgio. Poucos resistiram e ficaram em Barra Velha, destacando-se a família de D. Josefa, mãe de Zé Baraiá e liderança reconhecida como ícone da resistência Pataxó.

Em 1961, o Estado da Bahia doou para a União a área para nova demarcação do PNMP, mas reduzindo para 22.500ha, subtraindo assim as posses ocupadas no entorno do parque, demarcando principalmente a área ocupada por índios e pequenos posseiros. As perseguições e conflitos se acirraram entre índios e os servidores do IBDF.

Já em 1977, a FUNAI, mediante as constantes reivindicações da comunidade indígena Pataxó, estabelece um convênio com o Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia para desenvolver estudos e assessoria aos povos indígenas. Assim, tiveram início uma série de trabalhos coordenados pelos Professores Pedro Agostinho e Maria Rosário Carvalho, com objetivo de “*desenvolver estudos para definição e regularização do território tradicionalmente ocupado pelos Pataxó*” (Sampaio, 1996).

O resultado desses estudos jamais seria implementado, como comenta Baptista:

“Os relatórios resultantes desses estudos (Agostinho, 1981 e Carvalho, 1977), reconhecem a existência consoante a memória social do grupo e as referências históricas disponíveis, de limites muito bem definidos (...). Ora, bem como aponta Sampaio (1996), ‘uma real reconstituição do território dos Pataxó que lhes permitisse retomar seus tradicionais processos produtivos, isto é, aqueles vigentes até 1960, implicaria em subtrair ao parque cerca de 14.000 a 16.000 dos seus 22.500 hectares, reduzindo-o apenas às áreas imediatamente em torno e a oeste do Monte Pascoal possibilidade explicitamente colocada como inaceitável pelo IBDF, tanto pela redução drástica da área sob sua administração, quanto pela perda da faixa costeira do Parque, valorizada pela presença do que seria o único ecossistema de manguezais associados à Mata Atlântica incluído em uma área de preservação no país” (Baptista, 2001)

¹ - Nos mapas da região o rio Cai aparece com a denominação de rio Queimado. Cai também pode aparecer nesse relatório como Kai, ou Cahy, sendo essa denominação utilizada pelos Pataxó de Cumuruxatiba para a aldeia localizada dentro dos limites do Parque Nacional do Descobrimento.

10

Proc. nº 255080
Fls. 107
Rubrica [assinatura]

Várias propostas foram elaboradas ao longo da década de 70 e início dos anos 80, prevalecendo dentre elas uma que indicava a realocação da aldeia Barra Velha para a margem norte do rio Caraíva, numa área de 13.652 ha, visando garantir o direito dos Pataxó (Sotto-Maior, 2005).

Por razões não apresentadas à época, a FUNAI optou por não questionar a legitimidade do parque e fechou um acordo no qual o IBDF “cedia” 8.627 ha aos índios, mas deixando fora o Monte Pascoal e os manguezais, importante fonte de proteína animal para os Pataxó, “localizado junto ao estuário do rio Corumbau, permanecendo incorporados ao domínio do Parque” (Baptista, 2001), restando aos índios uma área “junto ao rio Caraíva, estendendo-se para oeste apenas até as proximidades da base do Monte Pascoal” (Sampaio, 1996).

Essa área foi então identificada em 1982, homologada pelo Decreto nº 396, de 24 de dezembro de 1991, e registrada no CRI em 1992. O Grupo de Trabalho Interministerial criado pelo Decreto nº 94.945/87 - do qual o MIRAD era membro -, na Resolução nº 02, de 20/07/1988, reconheceu a área como “de posse imemorial indígena”.

Em 22 de abril de 1996, o PARNA Monte Pascoal foi incorporado ao MADE - Museu Aberto do Descobrimento, através do Decreto nº 1.874 de 23 de abril de 1996. O MADE corresponde à primeira descrição geográfica do Brasil, trecho em que a esquadra de Pedro Álvares Cabral teria aportado. A área abrange parte dos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, e Prado, bem como o Monte Pascoal.

Insatisfeitos com a área homologada como terra indígena, principalmente por negar-lhes o direito de manter suas atividades de subsistência em terras tradicionalmente ocupadas, os Pataxó mantiveram a luta pela reconquista de seu território, criando, com apoio das ONGs locais, como o Conselho Indigenista Missionário – CIMI - e a Associação Nacional de Ação Indigenista – ANAI -, a Frente de Resistência e Luta Pataxó.

A Frente de Resistência passa, então, a liderar diversas ações, que denominam de retomadas, sendo a primeira delas no Parque Nacional Monte Pascoal em agosto de 2000.

Em resposta às ações dos Pataxó, a FUNAI institui GT para realizar os estudos necessários à revisão/identificação e delimitação das Terras Indígenas Barra Velha e Corumbauzinho, conforme Portaria nº 685/PRES, publicada no DOU em 20 de agosto de 1999, sob a coordenação da antropóloga Maria Rosário Gonçalves Carvalho, que já trabalhava com o grupo havia cerca de 30 anos.

Proc. nº 255/02
Fls. 123
Rubrica

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

Em 04 de novembro de 1999, os trabalhos de campo foram suspensos pela antropóloga-coordenadora. O levantamento foi retomado, após entendimentos entre a antropóloga; o então Diretor da DAF, Dr. Paulo Roberto Soares; o Procurador da República em Ilhéus, Dr. Márcio Torres, e o então Chefe do DEID, antropólogo Marco Paulo Fróes Schettino. Disso resultou a publicação da Portaria nº 1.262, de 22 de dezembro de 2000, constituindo o GT para concluir os estudos e determinando novo prazo para apresentação do relatório.

Vale ressaltar que o Decreto que delimita o PNMP nunca foi alterado, permanecendo com os 22.500 ha em superposição com 8.627 ha da Terra Indígena Barra Velha. Tal sobreposição gera impasses dado o entendimento corrente de que a legislação relativa aos Parques é incompatível com o usufruto contemplado na figura jurídica de terra indígena.

Em 22 de abril de 2000, o Presidente da República altera, por meio de Decreto, a denominação do PNMP para Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal.

Em fax datado de 05 de janeiro de 2001, a antropóloga Maria Rosário informou à DAF nova suspensão dos trabalhos de campo e solicitou outra prorrogação. Por fim, em junho de 2001 deu-se por encerrado o levantamento de campo da coordenadora do GT.

No entanto, o GT designado em 1999 jamais apresentou qualquer relatório, permanecendo indefinido o andamento do processo administrativo. Em duas oportunidades, documentos foram enviados pela coordenadora do GT ao MPF – Ilhéus e à Presidência da FUNAI como subsídios a ações judiciais então em curso, porém sem resultado efetivo para fins de conclusão dos estudos de identificação e delimitação.

Diante de tal quadro de indefinição, a DAF lançou o Edital 01/2004/FUNAI/UNESCO, em março de 2004, para contratação de profissional especializado “*para realizar levantamento preliminar das pendências fundiárias referentes à presença Pataxó na região extremo sul da Bahia*”. O objetivo era realizar um diagnóstico da situação das terras indígenas Pataxó, bem como encaminhar propostas para ações subsequentes. O trabalho de campo foi realizado pela antropóloga Leila Silvia Burger Sotto-Maior, conforme Portaria nº 964/PRES, entre os meses de agosto de 2004 e março de 2005. Os resultados foram apresentados à DAF e avaliados no decorrer do levantamento.

Em 25 de agosto de 2004 a antropóloga Maria Rosário enviou por meio da carta s/ nº, um CD-ROM contendo seis arquivos que, conforme a mesma, “*são oriundos de várias fontes, e que foi compulsado, registrado (em vários períodos históricos), transcrito e*

digitado para a produção do relatório de revisão de limites de Barra Velha e delimitação dos limites de Corumbauzinho”, mas com a ressalva de que os dados não poderiam ser usados pela FUNAI.

Em 14 de setembro de 2004 foi encaminhado o Ofício nº 160/CGID solicitando a antropóloga Maria Rosário que se manifestasse oficialmente, impreterivelmente até o dia 15 de outubro daquele ano, para que, assim, fossem tomadas medidas efetivas com vistas à conclusão da delimitação da Terra Indígena Barra Velha/Corumbauzinho.

Em resposta, a antropóloga Maria Rosário encaminhou, em 05 de outubro de 2004, carta s/nº, reafirmando o compromisso de entregar o referido relatório até 31 de dezembro de 2004. Em conformidade com itens acordados em reuniões realizadas nos meses de outubro e novembro, junto a lideranças Pataxó, a FUNAI atendeu à nova solicitação de prazo.

Como o relatório não foi protocolado na FUNAI no prazo estabelecido, a Presidência do órgão assinou ato revogando as Portarias vinculadas aos estudos de identificação e revisão de limites. Foram publicadas as Portarias nº 92/PRES (DOU de 20/01/05, Seção 2, Página 14) e 377/PRES (DOU de 17/03/05, Seção 2, Página 38) revogando as Portarias nº 685/PRES/99, nº 750/PRES/99, nº 857/PRES/99, nº 104/PRES/00, nº 1.262/PRES/00 e nº 258/PRES/01.

Para marcar a efetiva retomada dos trabalhos, a FUNAI promoveu, no dia 08 de março de 2005, uma reunião no Núcleo de Apoio Local Monte Pascoal, sob a coordenação da antropóloga responsável pelo diagnóstico fundiário, Leila Sotto-Maior, e com a participação de 52 (cinquenta e duas) lideranças Pataxó das aldeias do entorno do Monte Pascoal. O objetivo foi acertar o cronograma para dar andamento ao processo de regularização das terras reivindicadas pelos Pataxó.

Várias propostas foram discutidas, dentre elas o estudo da TI Cahy/Pequi, como área distinta de Barra Velha, abrangendo a região de Cumuruxatiba, rio Cai e Parque do Descobrimento.

Consultado, o Diretor de Assuntos Fundiários, Artur Nobre Mendes se colocou favorável à proposta. Entretanto, informou que os trabalhos relativos a Barra Velha seriam retomados no dia 25 de março de 2005, com nova etapa de levantamento de campo sob responsabilidade das antropólogas Giovana Tempesta e Leila Sotto-Maior, e só após o término desse seria dado início ao procedimento de regularização fundiária do Cahy/Pequi.

[assinatura]

Assim, no dia 17 de março de 2005 foi instituído um novo GT, através da Portaria nº 376/PRES, para realização dos estudos de fundamentação antropológica da TI Barra Velha. O relatório foi entregue em agosto do mesmo ano e aprovado pela CGID, DAF e pelo Presidente da FUNAI em caráter preliminar.

Em setembro de 2005 foi realizada reunião no NAL Monte Pascoal, na cidade de Itamaraju, para apresentação do relatório de fundamentação antropológica e do mapa preliminar. A reunião contou com a participação de 125 lideranças, dos Chefes do NAL Porto Seguro e do NAL Monte Pascoal, da Coordenadora da CGID e das antropólogas coordenadora e colaboradora do GT.

Em 21 de março de 2006 foi publicada a Portaria nº 329/PRES, que designa as antropólogas Leila Sotto-Maior e Nadja Havt Bindá, como coordenadora e colaboradora, respectivamente, dos estudos complementares necessários à revisão/identificação e delimitação das TIs Barra Velha e Corumbauzinho. A mesma portaria determina o prazo de 180 (cento e oitenta dias) para entrega do relatório final, a partir do retorno de campo.

Dando continuidade ao processo de regularização da TI Barra Velha, a FUNAI constitui o GT fundiário, com objetivo de realizar o cadastramento socioeconômico dos ocupantes não índios da terra reivindicada pelos Pataxó, segundo Portarias nº 528, 538 e 628/PRES. Os técnicos designados são:

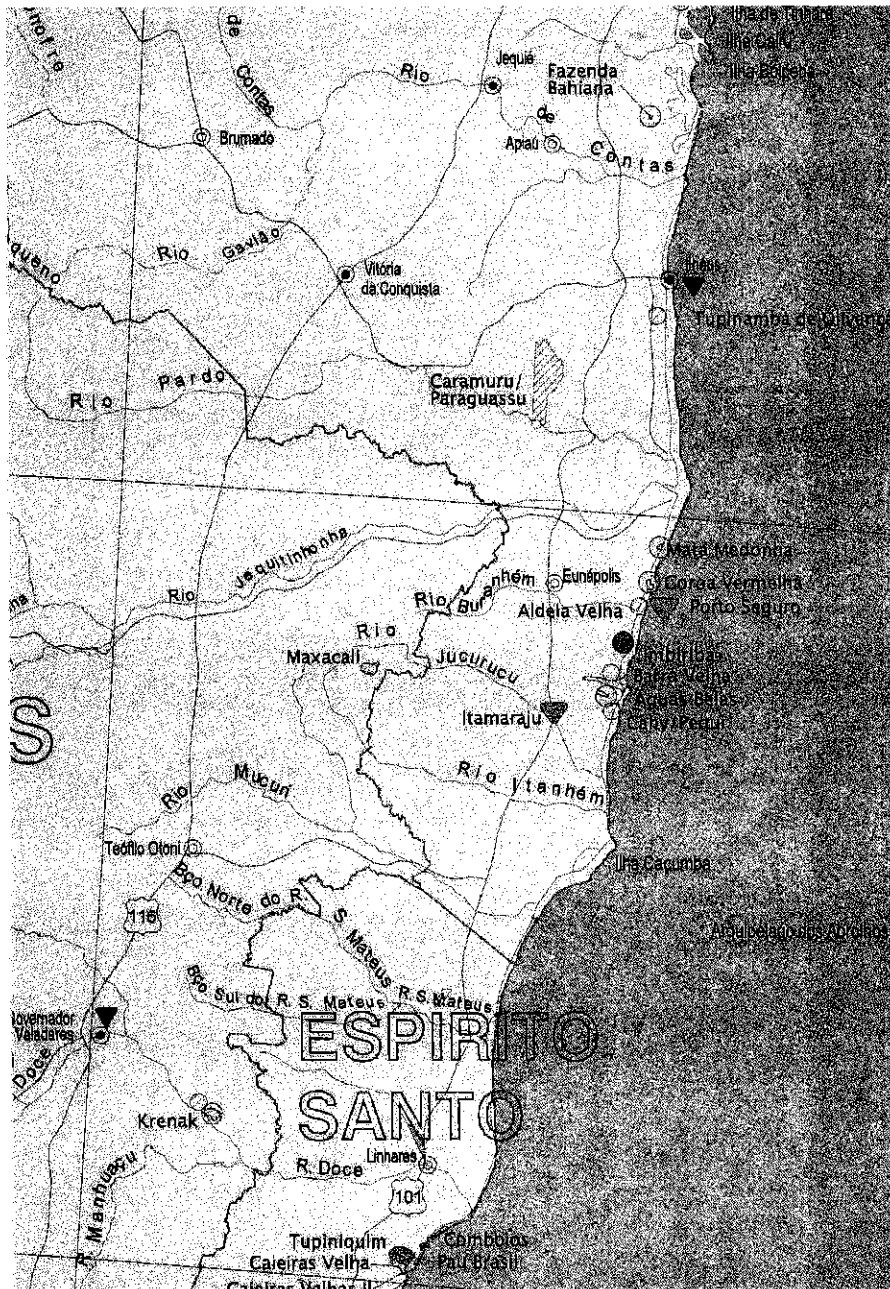
- 1) Leila Sílvia Burger Sotto-Maior, antropóloga-coordenadora;
- 2) Auen Modesto do Planalto, engenheiro agrônomo – CGAF/DAF;
- 3) Marilton Paulo Menezes da Silva, motorista – NAL Monte Pascoal/FUNAI;
- 4) Jailton Gerino Maciel, motorista – NAL Porto Seguro/FUNAI;
- 5) Paulo Jorge Ferreira, técnico agrícola – AER Paulo Afonso/FUNAI;
- 6) Alfredo Santana, cacique de Boca da Mata e Presidente do Conselho Regional de Caciques.
- 7) Jorge Saraiva Castro Sobrinho, técnico agrícola da CEPLAC – BA;
- 8) Paulo Adriano de Moraes Medrado, engenheiro agrônomo do INCRA/BA

O trabalho teve início com a apresentação dos componentes do GT aos Pataxó em reunião realizada na Aldeia Barra Velha, contando com a presença do Diretor de Assuntos Fundiários e do Procurador Geral da FUNAI. A antropóloga-coordenadora permaneceu em campo por 40 (quarenta) dias. Nesse período, acompanhou parte do levantamento cadastral

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

e cartorial da referida terra indígena. A equipe fundiária permaneceu em campo por um total de 80 dias.

Para finalizar os estudos complementares, foram designados, ainda, o cartógrafo José Antonio de Sá, lotado na AER de João Pessoa, e o engenheiro florestal Hamed Farias Seabra, lotado na CGPIMA, Portarias n° 859 e 911/PRES, respectivamente.



[assinatura]

2- PRIMEIRA PARTE – DADOS GERAIS

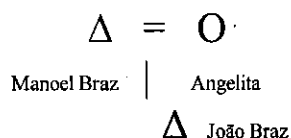
Seria possível tratar genericamente os índios Pataxó a partir da bibliografia existente e da articulação entre esse povo e as várias parcelas de terra indígena atualmente ocupada. Isso permitiria confrontar o entendimento dos etnólogos sobre os Pataxó com a situação atual desse grupo indígena. Entretanto, o objetivo de um relatório de identificação e delimitação de terra indígena, segundo a legislação vigente, está voltado para revelar entre um grupo indígena específico, nesse caso Pataxó, e a terra indígena – aqui Barra Velha. Portanto, são abordados, neste item, aspectos da vida social e política desse grupo, com objetivo de traçar a relação entre ele e a terra reivindicada, a fim de melhor explicar os pleitos dos Pataxó da TI Barra Velha.

Além disso, dá-se cumprimento ao determinado na Portaria nº 14/MJ/96 no que diz respeito à Parte I – Dados Gerais, apresentando dados históricos que comprovam a presença e ocupação Pataxó no sul e Extremo Sul da Bahia de modo geral e na TI Barra Velha em particular.

2.1- Localização e população

A área reivindicada pelos Pataxó para ampliação da Terra Indígena Barra Velha incide nos municípios de Porto Seguro, Prado, Itabela e Itamaraju e é composta de doze aldeias, sendo elas: Barra Velha, Meio da Mata, Cassiana, Boca da Mata, Bugigão, Guaxuma, Trevo do Parque, Pé do Monte, Aldeia Nova, Corumbauzinho, Águas Belas e Craveiro.

As aldeias Barra Velha, Meio da Mata e Boca da Mata estão inseridas no limite homologado pela FUNAI na década de 1990. A TI Águas Belas, ao sul do PNMP, também é terra indígena, homologada em 1998, com uma área de 1.189 ha. A maioria dos seus moradores está vinculada à família de Manoel Braz, fundador da aldeia.



Já a Aldeia Trevo do Parque foi constituída nos anos 80 a partir de uma pequena área de aproximadamente 13.000m² doada pelo ex-prefeito de Itabela, Sr. Abílio Mazoli, à Sra. Terezinha,

índia Pataxó nascida em Barra Velha que, por força da implantação da BR 101, resolveu buscar novas alternativas para comercialização do artesanato produzido por sua família, instalando-se em um local conhecido como Pé-da-Pedra, antiga aldeia Pataxó no sopé do Monte Pascoal.

Diante da situação de penúria que sua família vivia, Terezinha buscou ajuda na fazenda de propriedade do Sr. Abílio Mazoli, e acabou por receber “*esse pedaço de terra*”, que parecia suficiente quando sua família era constituída por 15 a 20 indígenas. “*A família cresceu, os filhos casaram, os netos estão casando, e outros parentes foram se achegando para também vender o seu artesanato*” (entrevista com a Dna. Terezinha em 2005).

Em 2005, o INCRA deu início ao processo de desapropriação de uma área de 1.800ha do imóvel denominado Fazenda Cruz do Ouro, sendo que 300 ha incidiam sobre a área em estudo para revisão de limites da TI Barra Velha. Após várias reuniões entre lideranças do Movimento dos Sem Terra, lideranças Pataxó e representantes do INCRA e da FUNAI de Itamaraju, foi acertado que os 300 ha não seriam utilizados para o assentamento, ficando liberados para os índios do Trevo do Parque. Em troca, os Pataxó não paralisariam o processo de desapropriação dos restantes 1.500 ha, localizados do outro lado da BR – 101. Atualmente, vivem na Aldeia Trevo do Parque 33 famílias.

A Aldeia Corumbauzinho, também localizada ao sul do Parque, confronta seus limites com a TI Águas Belas e é ocupada desde a diáspora de 1951 por três famílias extensas Pataxó, sendo a maior delas a família Braz. A família de Alexandre Braz conta que chegaram à região no início da década de 40, antes do fogo de 51. Com a pressão da atividade madeireira no entorno do PNMP, os Pataxó foram sendo cercados por grandes fazendeiros de cacau e exploradores de madeira. Em 1998 a situação se agravou diante da desapropriação pelo INCRA de uma fazenda vizinha a Corumbauzinho. O objetivo era implantar o Projeto de Assentamento chamado Reunidas Corumbau.

O assentamento coincidia com o limite reivindicado pelos Pataxó, o que gerou sérios conflitos entre assentados e indígenas. Após algumas rodadas de discussão entre o INCRA e a FUNAI, foi acertado que o primeiro aguardaria o resultado dos estudos de identificação para resolução definitiva da situação. Enquanto isso, os índios permaneceriam no assentamento. Essa decisão causou a revolta dos assentados e por algum tempo o clima de tensão permaneceu. Hoje, essa área compreende as Aldeias Corumbauzinho e Craveiro.

A Aldeia Bugigão é uma antiga aldeia dos Pataxó e está localizada dentro dos limites da área do PNMP, mais precisamente na margem esquerda do rio Corumbau, próximo ao mangue. Foi reconstruída após a retomada do Parque pelos Pataxó em 1999; é subordinada politicamente à Aldeia Barra Velha não tendo um cacique próprio que represente o grupo.

A Aldeia Pé do Monte está localizada na entrada do PNMP, a área resultou da retomada das terras do Parque Nacional Monte Pascoal pelos Pataxó, em 19 de agosto de 1999. Essa foi a ação que deu início a várias outras retomadas parte das estratégias adotadas para pressionar a FUNAI a agilizar o processo de regularização das terras Pataxó.

E por fim, as Aldeias Guaxuma e Nova, localizadas em imóveis que foram ocupados pelos Pataxó durante as festividades dos 500 anos do descobrimento (ano 2000), como forma de demonstrar toda a indignação quanto à lentidão do processo de regularização fundiária das terras indígenas do Extremo Sul da Bahia. Para essas ocupações, os Pataxó contaram com o apoio de lideranças dos Pataxó HãHãHãe - Nailton e Gerson – e das ONGs indigenistas CIMI e a ANAI.

A população que vive dentro da área indígena identificada corresponde a 750 famílias, ou aproximadamente 4.500 indígenas, distribuídas nas onze aldeias do entorno do Monte Pascoal (quadro de população inserido na Parte V deste relatório).

Os dados censitários ora apresentados foram obtidos a partir do cruzamento de um levantamento do Núcleo de Apoio Local – NAL Monte Pascoal/FUNAI para entrega das cestas básicas e do cadastro da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, que presta serviços de saúde aos índios por meio do Pólo Base de Porto Seguro. Também foram realizados três levantamentos, como amostragem, durante os trabalhos de campo do GT, nas aldeias Trevo do Parque, Meio da Mata e Guaxuma, porém sem observar critérios dirigidos à questão demográfica, dado o prazo para execução dos trabalhos.

Os dados produzidos pelas instâncias acima citadas são os mais próximos possíveis da realidade das aldeias. Entretanto, é necessário levar em consideração que eles foram colhidos objetivando o atendimento assistencial, não tendo nenhum critério de avaliação quanto à dinâmica dos fenômenos étnicos e do contexto histórico do grupo.

Por se tratar de um grupo étnico que está em franco crescimento populacional, mesmo o levantamento populacional das três aldeias que o GT de identificação e delimitação realizou pode estar defasado. Para se ter idéia, no primeiro semestre de 2006 mais de 25 casamentos foram realizados nas doze aldeias. Como o costume é construir uma casa para os recém-casados nas proximidades da casa dos pais da noiva, conclui-se que, no mínimo, temos mais 25 famílias constituídas só no ano de 2006.

2.2 – Aldeias Pataxó do Extremo Sul da Bahia

Além das aldeias que compõem a Terra Indígena Barra Velha, objeto deste relatório há outras 12 aldeias situadas em terras cujos processos de regularização encontram-se em diferentes estágios. São elas: **Coroa Vermelha (que atualmente está subdividida nas aldeias Jaqueira, Aroeira, Juerana e Coroa Vermelha praia), Mata Medonha, Aldeia Velha, Imbiriba, Kai, Pequi, Tibá, Alegria Nova e Tauá.**

Todas as aldeias dessa região, de uma forma ou de outra, foram criadas a partir dos conflitos vivenciados pelos Pataxó de Barra Velha em 1951. Entretanto, não se pode afirmar que toda a população que vive atualmente nessas aldeias seja procedente de Barra Velha. Existem dados sobre indígenas que viviam dispersos em outras regiões, como Santo André, Belmonte, Porto Seguro e outras cidades que se juntaram aos Pataxó nas novas aldeias em busca de assistência na área de saúde e educação.

Mesmo não sendo objeto deste estudo, é importante descrever cada aldeia entre as acima mencionadas, objetivando nortear o leitor quanto à proporção da dispersão dos Pataxó nos últimos 50 anos.

Coroa Vermelha

A Aldeia Coroa Vermelha foi fundada em 1972 por um grupo de índios Pataxó que, liderados pelo cacique Itambé, deslocou-se da “aldeia mãe” Barra Velha, onde se encontravam desde 1861 compulsoriamente aldeados. Está localizada nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia/BA.

Atualmente a TI Coroa Vermelha têm 1.493 ha e é composta por 5 aldeias, sendo elas:

- *Coroa Vermelha*, Gleba A, fica na faixa da praia a 15 km ao sul de Porto Seguro e 8 km ao norte de Santa Cruz Cabralia. Tem ocupação totalmente inserida na realidade urbana e a comunidade indígena sobrevive, predominantemente, do turismo e da venda de artesanato.

- *Jaqueira* está localizada na sua Gleba B, na área de mata, da TI Coroa Vermelha. É utilizada pelos Pataxó em atividades de cultivo e para coleta de matéria prima para o artesanato. É nessa área, também, que o grupo mantém a Reserva Ecológica Pataxó da Jaqueira que ocupa 56% da Gleba B.

A outra parte da Gleba B, de aproximadamente 580 ha, é conhecida por *Agricultura*, e é utilizada para plantio de roça de subsistência.

Existem também mais duas aldeias formadas como resultado de retomadas realizadas no ano de 2003, a *Aroeira* e a *Juerana*, mas que se encontram em área não regularizada.

Segundo dados da FUNASA, a população indígena é de aproximadamente 3.500 indivíduos. Sendo que uma grande parte é flutuante, ou seja, tem residência fixa em outras terras indígenas Pataxó.

Mata Medonha

A Terra Indígena Mata Medonha está localizada à margem direita do Córrego Grande e a esquerda do baixo curso do rio Santo Antônio, pouco mais de uma légua à montante do povoado homônimo e a cerca de 12 km da embocadura do rio na região norte de Santa Cruz Cabrália, no Estado da Bahia.

Como as outras terras indígenas Pataxó do Extremo Sul da Bahia, ela também foi constituída por um grupo que deixou a região de Barra Velha no final da década de 1950 após a intensificação dos conflitos que ocorreram na região. Foi fundada em 1964 pela família Brito, mais precisamente pela índia Clarisse Maria da Conceição e o marido Anastácio Brito Oliveira, que acabaram por encontrar em Mata Medonha um lugar de mata fechada favorável à sobrevivência de sua família. Quando saíram de Barra Velha, dona Anastácia e seu marido viveram por algum tempo em Caraíva, mas as terras eram ruins e não lhes proporcionavam o sustento necessário da família.

A delimitação da TI Mata Medonha foi declarada por meio da Portaria nº 365/MJ, de 30/09/93 com 421ha. Contudo, em 1994, ela foi demarcada e homologada com alguns ajustes técnicos pertinentes numa superfície de 549ha e perímetro de 11km. Atualmente vivem em Mata Medonha aproximadamente 40 famílias Pataxó com 149 índios, sendo 83 homens e 66 mulheres.

Aldeia Velha

O nome da TI Aldeia Velha é usado pelos Pataxó e também pelos regionais. Trata-se do local situado na Fazenda Santo Amaro, área do antigo aldeamento homônimo que existiu naquele local no Séc. XVI. Está localizada na vila de Arraial d'Ajuda, no município de Porto Seguro. Alguns índios a intitulam de "aldeia avó", pois seria o mais velho aldeamento. Entretanto, as famílias que hoje vivem na aldeia pouco têm a ver com a população que viveu no aldeamento que, em sua maioria, era Tupinikin.

Aldeia Velha é fruto de uma retomada realizada por famílias Pataxó que viviam dispersas em Coroa Vermelha, Santo Antônio, Vale Verde e Barra Velha. Alguns chegaram a integrar, na década

Proc. nº 259/82
Fls. 102/110
Rubrica

de 1980, um grupo composto por índios e pessoas do MST denominado de Movimento dos Índios Sem Terra.

Atualmente conta com uma população de aproximadamente 141 famílias (dados da FUNASA de 2004) e 900 indivíduos que ainda lutam pelo reconhecimento de suas terras.

Imbiriba

Proc. nº 2556/82
Fls. 222
Rubrica

Segundo informações contidas no Processo de regularização fundiária da TI Imbiriba, sua origem data do século XX, quando um grupo liderado por Josino Pinto deixou a Aldeia de Barra Velha para instalar-se com sua família nas proximidades da ponta de Itaquena, ao norte de Caraíva. Novas famílias de índios Pataxó se juntaram ao Sr. Josino em Imbiriba após o “fogo de 1951”.

A TI Imbiriba está localizada nos limites do povoado de Itaporanga, no município de Porto Seguro e conta com uma população aproximada de 300 indígenas.

Kaí, Pequi, Tibá, Alegria Nova

As quatro aldeias em questão estão inseridas nos limites do Parque Nacional do Descobrimento e fazem parte da área em estudo para identificação e delimitação da TI Cahy/Pequi (nomeada Comexatiba pelos Pataxó). São fruto de retomadas iniciadas em 2003 na região de Cumuruxatiba, sendo que a primeira ocorreu em uma área de antiga ocupação indígena Pataxó, o **Pequi**, próxima à localidade do “Come quem leva” ao sul da TI Barra Velha. A população atual é de aproximadamente 556 indígenas sendo que o maior grupo está na aldeia Kaí.

Após a retomada do Pequi e posterior expulsão dos índios pelo fazendeiro, os Pataxó direcionaram as ocupações para áreas localizadas dentro do PND. A primeira ocupação foi a da aldeia Tibá em 2003, local que antes da implantação do Parque do Descobrimento (1999), chamava-se Brasília. O cacique que liderou a ocupação foi Zé Chico (Timborana) acompanhado de Zé Bete e mais 20 índios Pataxó. Atualmente, o cacique da Aldeia Tibá é José Bete que se mantém no cargo desde a retomada.

Pouco tempo depois, conflitos internos afastaram alguns indígenas da aldeia, entre eles Timborana, que voltou para o povoado de Cumuruxatiba. Seis meses depois, ele se uniu a 30 famílias indígenas que se retiraram da aldeia Tibá, ocupando uma área próxima ao curso do rio

Imbassuaba. Os Pataxó contam que a área pertenceu ao índio Antônio Cabeludo que foi expulso pela BRALANDA.

Pequi é uma aldeia formada pela família extensa do cacique Abdias da Conceição Pinheiro, conhecido como Baiara e está localizada nas proximidades do rio do Sul e do córrego Três Capangas.

Em Alegria Nova, a principal família extensa é a do Sr. Gentil Brito da Conceição (63 anos), irmão do cacique da TI Mata Medonha e Dona Romilda (75 anos). Ele nasceu em Barra Velha e viveu 13 anos na aldeia Boca da Mata, saindo de lá por pressão do IBDF. Filho de Donato de Brito Conceição e Maria Francisca da Conceição, mudou-se para a região do rio Caí em 1955, onde “abriu posse” próximo à área atual do PND.

Tauá

A aldeia Tauá é vizinha ao povoado denominado Veleiro no município do Prado e também faz parte da área em estudo para identificação da TI Cahy/Pequi. É uma posse de aproximadamente 10 tarefas, cercada por grandes fazendas onde vivem 30 famílias. A documentação apresentada pelo cacique confirma que a aldeia faz parte de uma posse registrada no INCRA em nome do índio Cesário residente na aldeia.

Existem divergências internas em relação à regularização dessa área de terras, pois parte da família do Sr. Cesário, como filhos e netos, não estão de acordo que o lote passe a ser terra indígena, o que levaria a perda da propriedade.

2.3 – Os Pataxó de Barra Velha

Atualmente, a língua predominante dos Pataxó é o português. Entretanto, os Pataxó utilizam também o *Patxorã*, que chamam “*linguagem de guerreiro*”, uma combinação da língua Maxacali com palavras soltas que os velhos Pataxó guardaram na memória, além de alguma influência do Tupi e de termos do português regional. O esforço em resgatar uma língua própria, provavelmente apenas adormecida nas mentes dos mais idosos devido ao medo e ao silêncio decorrentes da discriminação, é uma expressão do processo de constante reelaboração cultural, o que não implica, em absoluto, perda ou deterioração da cultura. Cabe ressaltar que a influência Maxacali faz parte da convivência histórica dos dois grupos, como ficará evidente neste trabalho.

A reconstituição da história dos Pataxó não é tarefa fácil, pois o material é muito

Os Pataxó contemporâneos que vivem no Extremo Sul do Estado da Bahia descendem dos Pataxó Meridionais que, no século XIX, viviam entre os rios São Mateus e Santa Cruz Cabrália, distinguindo-se dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, que ocupavam a região entre os rios de Contas e Pardo, mais ao norte.

Com base em relatos de viajantes, que estiveram na região entre 1815 e 1820, como Saint-Hilaire, Spix e Martius, Moniz Barreto, Pohl, Seider, Wied-Neuwied e Feldner, M. H. B. Paraíso (1998) afirma que os Pataxó integravam uma pan-tribo vivendo entre os rios Jequitinhonha e Doce, a qual se opunha aos Botocudos. Essa pan-tribo, que hoje é conhecida pela denominação genérica de Maxakali – palavra que na língua significa reunião de grupos (xop) - seria composta, além dos Pataxó, por Monoxó, Kutatoi, Maxakali, Maconi, Kopoxó e Panhame. Os viajantes descrevem os subgrupos da pan-tribo como bem ajustados às novas formas de organização social, se comparados com os Botocudos e Kamakã-Mongoió – com exceção dos Pataxó, apresentados como “*totalmente selvagens*”, um grupo de caçadores-coletores-pescadores, semi-nômades, para os quais a agricultura era produto do aldeamento compulsório. Os Maxakali (Macro-Jê) eram caçadores e coletores, semi-nômades, tidos como “mansos”, e exibiam uma organização social baseada em bandos que tendiam à dispersão, mas que se reuniam em momentos de crise. (Tempesta e Sotto-Maior, 2005)

Sob a aparente homogeneidade do etnônimo Pataxó, documentos oficiais e relatos de viajantes demonstram que, no século XIX, havia diversos subgrupos Pataxó em situação variável de contato com regionais (Carvalho, 1977: 76). Assim, subgrupos Pataxó meridionais foram pacificados entre 1807 e 1813, embora em 1851 ainda existissem hordas de Pataxó arredios nas redondezas da vila do Prado (Tempesta e Sotto-Maior)

Na segunda metade dos anos 20 do século XX, foi criado o PIN Caramuru-Catarina Paraguassu, para atender a população indígena denominada por Pataxó Hãhãhãe, também conhecidos como Pataxó setentrional. Esses se distinguem dos Pataxó meridionais na própria formação do grupo, caracterizando-se os primeiros por relações mais estreitas com Gren, Kiriri-Sapuiá e Camacã, e os segundos com os Maxakali, Tupinikim e Aymoré, ou Botocudos. Todavia, a diferença entre Pataxó setentrionais, vivendo entre os rios de Contas e Pardo, e Pataxó meridionais, entre os rios São Mateus e Santa Cruz Cabrália, já era notada no início do século XIX (Carvalho, 1977: 70).

fragmentado, sendo o histórico de alguns poucos viajantes, documentação do Arquivo Público da Bahia, dos Capuchinhos e da Diretoria Geral dos Índios a base de informações sobre a presença dos índios Pataxó no Sul e Extremo Sul da Bahia entre os séculos XV e XIX.

Sabe-se, hoje que toda a costa dos atuais municípios de Porto Seguro, Belmonte, Prado e Santa Cruz Cabrália era dominada por grupos Tupi no período inicial da colonização portuguesa, enquanto bandos indígenas arredios, identificados pelos portugueses pela designação genérica de “Aymoré/Tapuia”, viviam nas matas interiores.

O termo aqui utilizado, “Aymoré/Tapuia”, seria aquele de caráter genérico, político e militar, não correspondendo necessariamente aos Aymorés/ Botocudos, mas a todos os índios que não eram Tupi e se recusavam a aldear-se.

Segundo Sampaio, vários dados históricos confirmam que, na realidade, antes da chegada dos colonizadores, os Tupi avançaram, vindos do sul do país, e alcançaram o leste e nordeste do Brasil, desalojando grupos étnicos, provavelmente do tronco Macro-Jê. Tais grupos se alojaram no interior das matas, formando pequenos grupos que sobreviviam da caça, pesca e coleta. Porém, mesmo tendo consolidado o seu domínio, os Tupi sofreram até meados do século XIX com os constantes ataques dos Aymorés, conforme documentação sobre o aldeamento da vila de Trancoso.

Não só os Tupi eram alvo dos grupos arredios, as vilas ocupadas por não-índios eram constantemente atacadas e destruídas, gerando grande preocupação aos governantes da época;

“ Nesse local, de acordo com a tradição dos moradores, houve outrora, nos primórdios (...) a grande e populosa vila do mesmo nome, ou Insuacome (Joacema), mas que, à maneira de Santo Amaro, Porto Seguro e outros estabelecimentos, foi destruída pela guerra com uma bárbara e antropófaga nação dos Abatirás. Essa tradição se baseia, sem dúvida, nas devastações que os Aymorés, ora Botocudos, levaram à capitania de Porto Seguro, quando invadiram em 1560”. (Wied-Neuwied, 1989)

Várias suposições apresentadas por estudiosos como Carvalho, indicam que os Pataxó Meridionais poderiam ser, na realidade, os arredios Aymorés ou Botocudos, descritos por diversos viajantes e governantes da época, pois sempre afirmam as semelhanças na linguagem, nas maneiras e costumes; entretanto, atualmente sabemos que esse termo era utilizado para todos os ditos arredios, como um sinônimo de selvagens e irredutíveis;

“Até aqui, e baseadas principalmente em Wied-Neuwied, talvez pudéssemos admitir uma grande dispersão dos bandos Pataxó que se deslocariam do rio São Mateus até Porto Seguro, encontrando hostilidade apenas da parte dos Botocudos; esses seriam os Pataxó meridionais” (Carvalho, 1977:69)

“Esta costa, desde o Prado até o rio do Frade, era considerada muito perigosa por causa dos selvagens, e ninguém se aventurava a percorre-la sozinho. Lindley diz a mesma coisa; mas presentemente, a população está em boas relações com os Pataxós e não os teme; embora não sendo de confiança, preferia-se sempre viajar em comitiva numerosa” (Wied-Neuwied, 1989).

2556/89
7245
Cunha

Maximiliano Príncipe de Wied-Neuwied, que realizou uma viagem pelo Brasil por volta de 1815, descreve a margem norte do rio São Mateus habitada pelos “Pataxó, Cumanaxó, Machacali e outras tribos, até Porto Seguro” (1989: 170)

As descrições de Wied-Neuwied e outros viajantes se assemelham quando descrevem os Pataxó da região entre o Prado e Porto Seguro, como os selvagens mais desconfiados e reservados entre eles. E pelo que se pode supor, esse foi um dos motivos porque não existem descrições detalhadas sobre a organização social ou política desse grupo até o século XIX. Também por serem arredios e desconfiados é que sobreviveram nas florestas da região, resistindo à colonização e aos aldeamentos criados pelos governos das províncias.

No início do século XVIII, os “sertões do leste”, atual Extremo Sul da Bahia, passam a ser considerados a solução para a decadência econômica das capitanias, mas havia entraves que deveriam ser vencidos, como a presença maciça de “nações” indígenas.

“Instituído em 1758, o Diretório dos Índios transferia para autoridades civis o controle sobre as aldeias até então administradas por missionários. Todavia, em pleno século XIX, após a extinção oficial do Diretório, continuavam as empreitadas de “desinfecção dos sertões” para a colonização do interior, por meio do combate e escravização dos índios.

“Durante o processo de povoamento das margens dos rios Doce e Jequitinhonha, os conflitos com Botocudos eram numerosos, intensificando-se os deslocamentos de vários grupos indígenas, dentre os quais possivelmente os Pataxó, em direção ao sul, evadindo-se igualmente dos contatos com colonos, o que fez aumentar a competição por recursos naturais entre os grupos indígena e entre eles e os colonos” (Paráiso, 1998: compilado).

Acredita-se que os primeiros contatos com os Pataxó se deu no fim do século XVIII por isso a variabilidade dos estágios de convivência com a sociedade nacional. No caso específico dos Pataxó meridional, ou de Barra Velha, supõe-se que o contato se deu no início do século XIX.

Entre os anos de 1851 e 1857, vários documentos oficiais da época apresentam dados sobre algumas hordas de índios bravos vivendo ainda, próximos à vila de Prado o que faz alguns etnólogos concluírem que o Prado funcionou como um dos locais de aldeamento para tribos arredias da região. Esses atacavam constantemente as propriedades locais e os moradores da vila, o que resultou em inúmeras solicitações ao Governo da Província para que houvesse uma definição quanto ao local para o aldeamento dos índios bravos.

“ durante o Império, amplia-se à dissolução das comunidades indígenas localizadas em áreas com alguma vocação econômica. As ações indigenistas, concretas e de nível local, estiveram sempre em mãos de políticos e proprietários de terras, os únicos que tinham interesse – até porque lhes eram conveniente – e condições para o exercício da função não remunerada de diretor de índio” (Cunha, Alberto Gusmão Cláudio – Tese de Mestrado em Direito

10

Econômico – UFBA – 2000).

“Durante todo o século XIX, foi constante o problema da transferência de índios para locais onde causassem menos danos, com o objetivo de civilizá-los sem comprometer o progresso da província, problema agravado pelo número reduzido de missionários, designadamente capuchinhos, no Prado e no Mucuri (Carvalho, 1977). E, muito embora o entorno da vila de Santa Cruz (atual Santa Cruz Cabralia) se mostrasse adequado à exploração econômica desde 1877, a região do Mucuri manteve-se periférica ao núcleo produtor de cacau e pouco povoada até fins do século XIX. Em 1852, teve início a exploração madeireira nas Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, e em 1870 foram extintos os aldeamentos no norte do atual estado da Bahia. No rio Pardo, a exploração madeireira iniciou-se em 1880, quando os arredores do Jequitinhonha foram abertos a pesquisas minerais e à exploração econômica” (Tempesta e Sotto-Maior, 2005).

“Espero as informações que pedi ao Diretor dos Índios para deliberar sobre a criação de uma aldeia no rio – Corumbau – na vila do Prado, em cujas vizinhanças há centenas de famílias, que vivem ora nas brenhas, e ora na referida vila (...). Estes índios vão pescar constantemente no rio Corumbau-; e em cujas margens armam ranchos, onde moram, até terminada a pesca e salga, se retiram para as matas. As terras aí são fertilíssimas, e tem proporções para grandes fazendas, mormente para criação de gado. Um padre, pois, que saiba, com doçura, encaminhar para a verdade os espíritos dessa gente semi-bravia, será aí suficiente para tira-la da vida que tem vivido, abrindo-lhe os tesouros da civilização” (Pinto, Antônio Costa, 1861).

Diante das constantes solicitações, em 10 de abril de 1861, o Diretor Geral dos Índios emite um parecer favorável à implantação de um novo aldeamento nas margens do rio Corumbau, que tem como principal objetivo amansar e catequizar os índios bravos, livrando assim os nacionais dos ataques constantes dos indígenas e liberando as vilas para a exploração econômica.

Como a barra do rio Corumbau teria sofrido um deslocamento para o sul após o ano de 1963, (Agostinho, 1974), essa seria, então, a origem da aldeia Barra Velha.

Segundo fontes bibliográficas – que serão trabalhadas ao longo deste relatório, é seguro afirmar que o aldeamento de Belo Jardim (1861) abrigou algumas etnias que não apenas os Pataxó. O aldeamento compulsório reuniu as etnias Maxacali, vindos do interior, Botocudos, Tupinikim de Trancoso e Vila Verde e Kamakãs-Meniã de Belmonte (Sampaio, 1996), prevalecendo o etnônimo Pataxó, muito provavelmente por estarem em maior número populacional. Sendo essa, inclusive, uma das explicações para a composição da língua atualmente falada pelos Pataxó.

Entre 1861 e 1939, os registros dos Pataxó são praticamente inexistentes, não que eles não estivessem vivendo em Barra Velha, mas se confundiam com os grupos nativos da região. Se não fosse pelo interesse do Governo Vargas em definir o ponto exato da chegada da esquadra de Cabral, e a demarcação do PNPM, talvez o contato tivesse ocorrido muitos anos depois.

Esse grupo, que é produto da miscigenação de várias etnias indígenas, negros e brancos, resistiu a todo o impacto causado pelo contato com os não-índios que viviam nas vilas de Corumbau

e Caraíva, sobrevivendo da coleta no mangue, coleta de piaçava nas matas do interior, da pesca nos rios da aldeia, e da venda de farinha de puba (farinha grossa).

Essa miscigenação imposta pelos colonizadores acaba por criar uma complexa conformação na aldeia Barra Velha. Contudo, é ela que vai permitir a existência de um sentimento de identidade e pertencimento entre todos os remanescentes indígenas, mesmo entre aqueles que fugiram ao aldeamento forçado optando por se refugiar no interior da mata ou por ocultar sua identidade indígena, assumindo a condição de “caboclos”, permanecendo nas vilas criadas em suas aldeias de origem. A consolidação da miscigenação em uma única aldeia fez surgir a identidade Pataxó, baseada em relações de parentesco concretas e na percepção da pertença a um único grupo étnico.

Assumir a condição de caboclo passa a ser uma estratégia de sobrevivência frente à sociedade nacional que traz consigo toda sorte de discriminação, constrangimentos e violência física. A questão parte da adaptação a um ambiente estranho que leva, na verdade, a uma reorientação de hábitos em busca de um ajuste à nova realidade. Renunciar por certo tempo a uma determinada identidade étnica não quer dizer que ela não continua existindo em um âmbito mais restrito da vida social desse grupo (Carvalho, 1977). Os Pataxó demonstram isso de maneira incisiva, pois mesmo incorporando elementos próprios dos modos de vida regionais, parte da memória histórica permanece viva e é através dela que a reconstrução ou re-elaboração passa ser o processo de afirmação étnica.

Conforme informação do índio Manoel Santana, antes mesmo da chegada de Gago Coutinho (mais adiante é apresentada descrição e importância de Coutinho para os Pataxó), várias famílias indígenas Pataxó viviam em Caraíva em certa harmonia com os *nativos*. A desarmonia teria iniciado com a chegada dos “*estrangeiros*” (categoria utilizada pelos índios para definirem os brancos descendentes de europeus, ou não nativos), como o Moura, dono da Serraria, e Júlio Rodrigues. As famílias indígenas mais conhecidas localizadas na documentação ou identificadas na memória do grupo eram de Lodinho, Ligidina, Maria Simande, Filomeno, Frontino, Manoel Maranhão, Manoel Gonha, Bernadino Caboco, Zezerio, Jonvolério, Manoel João, Manoel Tibuso, Teodoro, Amélia Braz, Antônio Nascimento, Domingos Nascimento, Joaquim Antônio, Tintiliono, Ermiro, Júlia Luca, Maria Conque, Benfica, João Camarão, Manoel Camarão, Zé Camarão, Antônio Camarão, Antônio Guaiá, Nascimento, Izaura, primo de Eduardo, Antônio Cabrinha, Celso Miranda, Paulo Miranda, João Miranda, Antônio Miranda, Manoel Miranda.

A partir da passagem de Coutinho pela aldeia de Barra Velha, que registra a profunda pobreza em que os Pataxó viviam, a aparente tranquilidade é interrompida e transformada em vários

momentos de conflitos com conseqüências desastrosas para a unidade do grupo. Primeiro com a chegada de uma equipe chefiada por um engenheiro de nome Dr. Barros², que teria como objetivo demarcar a área para preservação do marco do descobrimento. Esse fato deu início à luta dos Pataxó pela manutenção da terra em que habitavam, desencadeando várias viagens das principais lideranças em busca de apoio político.

Em uma delas, em 1951, dois homens chegaram à aldeia logo após o retorno do Capitão Honoro Borges (cacique) do Rio de Janeiro, dizendo que iriam demarcar as terras reivindicadas pelos índios, mas acabaram por envolvê-los num grande conflito com regionais e as polícias de Porto Seguro e Prado. (os detalhes estão no próximo capítulo - histórico de ocupação). Esse conflito ficou conhecido nacionalmente como “*A Revolta dos Caboclos de Porto Seguro*” e, entre os Pataxó, como “*Fogo de 51*” ou “*Guerra de 51*”.

Fica, assim, evidente o porquê do suposto isolamento do grupo para a sociedade nacional. Não era o fato de não existirem ou de não estarem lá, mas simplesmente por passarem a ser identificados como “*caboclos*”, fenômeno de invisibilidade recorrente entre a população indígena brasileira.

O fato é que com a dispersão dos Pataxó, após o conflito de 1951, várias unidades foram quebradas, e várias famílias desmembradas. A maioria partiu para a venda da força de trabalho para fazendeiros da região. Alguns falam que “*os fazendeiros podiam escolher quantos índios queriam*” (Manoel Suia, entrevista 2005), mas alguns dispersaram-se por cidades próximas, como Porto Seguro, Prado, Itamaraju (na época conhecida como Escondido), Itabela e outras tantas.

Mas também se deve considerar que a busca pelo direito de retorno as suas terras criou um sentimento de união, que só em momentos de crise os grupos Jê demonstram. O sentimento de pertencimento ao local de onde foram retirados por força de bala leva os Pataxó e se reunirem novamente em torno de uma causa única: a terra para sobrevivência física e cultural do grupo.

A definição da ocupação das terras referentes aos municípios de Prado e Porto Seguro se dá no século XX, com a implantação de atividades primárias. A abertura da BR-101 impulsiona a extração da madeira, e a pecuária extensiva que foi ocupando os espaços vazios deixados pela retirada da madeira. Temos, então, o auge da exploração da madeira nas décadas de 50 e 60, quando o Governo Federal resolve intervir criando definitivamente o PNMP. As atividades desordenadas conduzidas por posseiros provenientes do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro levaram ao

² No Relatório de Atividades – Portaria nº 685/PRES/99, a antropóloga Maria Rosário Gonçalves Carvalho afirma que o responsável pela medição foi o Dr. Aurélio Costa, Chefe da 4ª Inspetoria do Serviço Florestal da Bahia – Processo nº 69/73 SPI.



declínio do interesse econômico pelas florestas na década de 80 (Santos, 2003), momento em que começa a se desenvolver a monocultura do eucalipto ou, como é conhecido, o deserto verde.

A efetivação do PNMP pelo IBDF, em 1961, dá continuidade aos conflitos vividos pelos Pataxó, mas desta vez com agentes que representavam o Estado brasileiro. Para enfrentar tais conflitos, os Pataxó demonstram cada vez mais a união, a solidariedade e a reciprocidade entre eles, como podemos perceber na oralidade do Pataxó, e nos trechos do livro de Cornélio Vieira de Oliveira, servidor da FUNAI, que trabalhou junto aos Pataxó durante algum tempo:

“Nessa ocasião, o índio Firmo, que morava do outro lado do Caraíva, tinha vindo morar em Barra Velha. Numa reunião em que discutiam seus problemas. Firmo falou aos demais: - No tempo do fogo eu não estava aqui. Não sofri o que vocês sofreram, mas agora vim para sofrer também. E estou disposto a dar o meu pescoço se for preciso, mas essa terra ninguém vai nos tomar.

“Resolveram fazer uma roça bem grande. Trabalhariam juntos e depois dividiriam o terreno (...). O serviço da roça estava animado. As mulheres estavam no manguê e depois trariam comida” (Oliveira, 1985).

“Tudo era dividido, até com quem não dava conta mais de trabalhar. Se eu pegava um peixe grande, dividia com os parentes da aldeia, para que ninguém ficasse com fome. Aí, eu também recebia outras coisas como caça e farinha de outros parentes” (Firmo Ferreira, entrevista 2004).

Naquele tempo, eram em torno de 150 índios, vivendo em casas distribuídas em locais de difícil acesso, como beira de barrancos e no meio da mata, para tentar se esconder dos guardas florestais do IBDF. Mas o grupo foi crescendo novamente e muitos que haviam saído com o fogo de 51 resolveram voltar e enfrentar os agentes florestais.



Firmo e sua esposa, falecidos em dezembro de 2004 e janeiro de 2005, respectivamente.
Foto – Sotto-Maior, 2004

Contudo, a pressão para que saíssem do parque foi grande, principalmente com a chegada do agente conhecido como Miravaldo Siquara, responsável pelo pagamento de indenizações para retirada dos “posseiros” da área do parque. Novamente, a unidade foi quebrada, e muitos saíram de suas terras, pressionados pelos agentes do IBDF, em troca de irrisória quantia de indenização. Os valores eram tão baixos que não manteve por muito tempo os Pataxó longe de seu território tradicional.

Passa, então, a haver conflito de competência entre a FUNAI e o IBDF, principalmente com a nomeação de Rogério Dias no final de 71, servidor do IBDF, cedido à FUNAI, para o cargo de Administrador do Parque Indígena, ação nunca aceita pelos agentes do IBDF.

Apesar da pressão, a cada ano que passava a população crescia. Na década de 1970, são registrados aproximadamente 250 Pataxó, a maioria vivendo em uma rua próxima a igreja da aldeia, que havia sido construída, segundo conta a índia Francisca Rosa, mais ou menos em 1915. Ela contou também que foi um padre de Porto Seguro que trouxe a imagem da padroeira N. Senhora da Conceição, que permanece na igreja até hoje. Alias, essa foi a única construção que restou do fogo de 51.

Os índios mais velhos contam que no período entre o início do século XX e a década de 1951, os índios só casavam entre si. Manoel Santana explica que por isso tem muito Ferreira casado com Braz, e Braz casado com Nascimento e assim por diante. Entretanto, com a dispersão resultante dos constantes conflitos, muitos índios casaram-se com não-índios, principalmente negros. “*Hoje Braz, Ferreira, Nascimento, Máximo, Conceição, Alves, Santana é tudo uma família só, pois somos índios de Barra Velha*” (Manoel Santana, 2006).

O que podemos constatar na fala do índio Manoel Santana é que, apesar de se tratar de um grupo étnico em constante transformação pelo contato permanente com a sociedade nacional, eles mantêm uma característica de unidade social através dos laços de parentesco que praticamente relacionam todas as famílias. Contudo, não é difícil perceber as diferenças entre as famílias extensas, no que diz respeito principalmente à postura política.

Por serem as famílias Braz e Ferreira as duas maiores famílias em termos demográficos, elas serão usadas como exemplo para a abordagem de aspectos característicos da vida social e política dos Pataxó.

A representação política está na figura do cacique. No caso da aldeia Barra Velha, ela esteve na maior parte de sua história (conhecida) e permanece até a presente data, nas mãos dos Ferreira. Seguindo o exemplo de Barra Velha, Boca da Mata que foi “aberta” pela família dos Ferreira,

também permanece sendo representada por esses. Quando analisamos a representação política das aldeias periféricas, que foram criadas, principalmente, a partir do conflito de 1951, e no ano 2000, verificamos a proeminência da família Braz, considerada pelos próprios Pataxó como *índios bravos*.

Em reunião realizada durante os trabalhos de campo na aldeia Meio da Mata, o líder da Frente de Resistência e Luta Pataxó, Joel Braz, falou em tom de brincadeira: “*Doutora os Braz são índios bravos, guerreiros, não temem as coisas, já os Ferreira são mais políticos e têm mais paciência para resolver as coisas*”.

Na realidade, está nesta postura, uma das representações das diferenças de grupos aldeados em 1861, sendo os Botocudo e Pataxó identificados como os *índios bravos* (supostamente os últimos a serem aldeados), e os Tupinikin e Maxacali reconhecidos como *mais mansos*.

Entre os Pataxó, fica evidente a tendência à segmentação; conflitos políticos são motivos para cisões mais ou menos constantes e surgimento de novas lideranças e de novas aldeias. Isto porque, nas palavras de Manuel Santana, um Pataxó de 80 anos, “*o sangue é diferente, não mistura*”.

Contudo, deve-se salientar que tal tendência à segmentação não compromete a coesão social do grupo, fundada na relação histórica com um determinado território, a convivência forçada, além da construção da identidade a partir de projetos comuns voltados para a garantia da sobrevivência. Desse modo, o forte sentimento de pertencimento a um lugar, especificamente Barra Velha, não permite a ruptura política radical, sendo o Conselho de Caciques do Entorno do Monte Pascoal, representado por Alfredo Santana, a expressão política concreta da identidade étnica e da unidade supra-aldeã (Tempesta e Sotto-Maior, 2005).

Conforme também descrito por Tempesta e Sotto-Maior em 2005:

“Nos dias atuais, Barra Velha é considerada a “aldeia-mãe” pelos Pataxó do Extremo Sul da Bahia, ocupando um espaço político de centralidade em relação às demais aldeias da região, secundado por Coroa Vermelha. Seu status deve-se ao papel histórico de “marco inicial” para as famílias extensas que, desde fins do século XIX, viviam dispersas nas margens dos rios Caraíva, Corumbau e Guaxuma e de seus afluentes, bem como pelas matas próximo ao Monte Pascoal. Deve-se, igualmente, ao fato de os fundadores das aldeias de Águas Belas, Imbiriba, Corumbauzinho, Mata Medonha, Aldeia Velha, Cahy/Pequi e Coroa Vermelha serem naturais de Barra Velha.

O padrão de ocupação espacial dos índios Pataxó de Barra Velha é o seguinte: após o aldeamento compulsório em 1861, os Pataxó, em conjunto a 5 ou 6 outros grupos étnicos, permaneceram fixados na faixa litorânea entre as barras dos rios Caraíva e Corumbau, abaixo de Porto Seguro, organizados em unidades residenciais dispersas, que abrigavam famílias extensas aparentadas entre si, tendo por ponto de referência a aldeia de Barra Velha. Até meados do século XX, essas famílias faziam incursões regulares para o interior, até o limite oeste do Monte Pascoal, para caçar, pescar, colher frutos, coletar mel e fibras de palmeira e extrair óleo de dendê, entre outras atividades econômicas, valendo-se, para tanto, da “estrada geral”, que ligava Barra Velha ao Monte Pascoal, na base do qual estabeleceram um rancho de caça chamado de Pedra Lisa³, antiga Pé da Pedra.” (Relatório de Fundamentação Antropológica da TI Barra

³ Carvalho cita a aldeia Pé da Pedra reconstruída ao pé do Monte Pascoal

Velha, 2005)

O que os Pataxó denominam por “*estrada geral*” é onde hoje passa a estrada interna do PNMP, antes, apenas uma trilha. Entretanto, informações dispersas levam a crer que essa seria a denominação de uma estrada construída entre Minas e um porto da Bahia, no século XIX, com objetivo de escoamento de produção. Talvez fosse a primeira etapa do trecho que liga a Bahia a Umburana, caminho muito percorrido pelos Maxacali.

Como se verá adiante, mesmo após o estabelecimento do Parque Nacional de Monte Pascoal, os índios lograram manter seu modo tradicional de ocupação e uso do território, e acabaram por estender essa ocupação até o limite da BR-101, aberta na década de 1970, e se refugiando nas matas próximas à guarita do PNMP, onde hoje está estabelecida a aldeia Trevo do Parque. Também passaram a ocupar as margens do rio Guaxuma, conforme descrição do índio Manoel Santana:

“De primeiro era só o velho André, depois foram chegando as famílias de outros índios, a terra era boa para plantar, digo que são eles: Maria Paranha, Zé Arraia, Zé Quati, Raul, Bevenuta, Valdelice, Benedito Valério, Manoel Valério, Chico Osmindo, Donato Emilia, Lúcia, Antonio Paranha, Pedro, Tiburcio, Orlando, Manoel de Ordócio, Arnaldo Artumiro, Fulor, Duvije, Liocádio, Osmindo, Joana e Luzia (croqui anexo), tudo era índio sim senhora, todos eram nossos parentes. Os filhos e netos deles moram tudo em Barra Velha e Boca da Mata” (2006).

De modo importante, a memória dos mais velhos associa parentesco e território de forma inexorável; assim, quando falam de lugares, falam também, inevitavelmente, das pessoas que os “abriram”, isto é, que os cultivaram, no sentido amplo, tendo plantado pés de fruta (coqueiros, jaqueiras), verdadeiros marcos espaço-temporais de ocupação indígena, uma vez que a “idade” de um lugar é identificada pelo estágio dessas árvores. Enfatizam, assim, o uso dos lugares, sendo que os rios são pensados como limites por excelência do território.

A ocupação das áreas pelos Pataxó a oeste do PNMP pode ser explicada por alguns pontos, conjuntamente. O primeiro, por ser uma região na qual, desde o período colonial, os índios tidos como arredios, entre eles os Pataxó, viviam em pequenos grupos e perambulavam em busca da sua sobrevivência, ou seja, existe no registro oral e documental a ocupação imemorial. O segundo, por se tratar de uma área incluída na demarcação do PNMP de 1943, o qual, para eles, tratava-se de Parque Indígena Pataxó. O terceiro se deve ao asfaltamento da BR 101, no início dos anos 70, e conseqüente integração do sul e Extremo Sul da Bahia ao mercado nacional. Ao longo da rodovia federal foram implantadas atividades comerciais, industriais e de serviços, “*para suprir as necessidades da consolidação dos núcleos urbanos. O acesso fácil leva à especialização comercial das atividades interioranas e à exploração do turismo no litoral*” (Santos; 2003).

Da mesma forma, os Pataxó passam a aprimorar o seu artesanato, tanto de madeira quanto de

sementes, para vender em barracas construídas no acostamento da rodovia nas entradas das aldeias. Em caminhada pelas aldeias durante o trabalho de campo, observou-se que, ao cair da tarde, pequenos grupos se unem nas portas das casas, e entre conversas e risadas preparam os colares, pulseiras e adornos feitos com sementes para vender aos turistas.

Por terem permanecido durante certo período na “invisibilidade” e pela indisponibilidade de suas terras, o processo de reafirmação da identidade pelo qual os Pataxó estão passando tem levado à maximização de tendências que caracterizam a afirmação de múltiplas lideranças,² as quais, em alguns casos, têm buscado estabelecer um território próprio através da estratégia das “retomadas”. O processo é bem articulado, fazendo parte de uma estratégia política de recuperação do território tradicional Pataxó.

No entanto, as articulações realizadas durante as retomadas e o faccionalismo inerente aos grupos Macro-Jê, não interferem na unidade do grupo, que mantém seus vínculos de parentesco e de solidariedade.

“Se grupos de Pataxós se deslocaram e fundaram novas aldeias (comunidades), nem por isso deixaram de se sentir Pataxó Meridional, isto é, originários de Barra Velha e matas do Monte Pascoal e afirmar que os novos territórios ocupados sempre foram áreas de circulação indígena no passado. O sentido nessas ocupações parece ser o de retomada de terras que seriam deles ancestralmente – e isso se aplica tanto para as recentes ocupações de terra, quanto as que se promoveram entre a década de 50 e 70...” (Grunewald, 2000:51).

2.4 – Histórico de Ocupação do Extremo Sul da Bahia

Este capítulo foi escrito de forma a situar o leitor temporalmente, utilizando, assim, um formato em seqüência cronológica. Em alguns momentos, as informações aqui apresentadas vão parecer repetitivas; entretanto, elas estarão descritas de forma mais detalhada. Cabe ressaltar que esta seqüência foi organizada para fins de elaboração do Relatório de Revisão/Identificação da Terra Indígena Barra Velha e, para isso, foram utilizadas como principais fontes:

Relatos de viajantes e cronistas;

- 1) Teses de Pesquisadores (antropólogos, historiadores, lingüistas e outros);
- 2) Documentação do arquivo público de Salvador;
- 3) Processos de Regularização Fundiárias das TI Pataxó – DOC/DAF/FUNAI
- 4) Relatos obtidos em entrevistas com os índios das aldeias do entorno do Monte Pascoal.

² Vale ressaltar que uma das principais características do grupo Jê é a cissiparidade de suas aldeias.

- 5) Publicações de Jornais da Bahia;
- 6) Relatório de Fundamentação Antropológica da TI Barra Velha;
- 7) Relatórios de viagens de servidores da FUNAI (Processos FUNAI);
- 8) Publicações sobre a Legislação Indigenista.

Cabe aqui lembrar que remontar a história Pataxó não é tarefa fácil. Porém, tarefa mais difícil foi levantar informações sobre os usos e costumes dos Pataxó nos primeiros séculos da colonização, pois, como já foi mencionado em item anterior, os Pataxó sempre foram considerados grupos arredios e desconfiados, sendo apenas contatados, de fato, no século XIX. Diante disso, as informações sobre o modo de vida desse grupo são muito incipientes para permitir uma comparação confiável com os Pataxó contemporâneos. Mesmo assim, o pouco que foi levantado será apresentado na Parte V – Reprodução Física e Cultural.

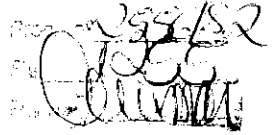
A história da região que hoje é conhecida como *Costa do Descobrimento* pode começar a ser contada a partir de 22 de abril de 1500, momento em que a esquadra de Pedro Álvares Cabral avistou o Monte Pascoal, que fica ao sul do município de Porto Seguro. Em 24 de abril, as 13 embarcações acabaram por atracar na Baía de Cabrália, atual cidade de Santa Cruz Cabrália.

Ao partir, no dia 02 de maio, Pedro Álvares Cabral deixou ali alguns degredados com a missão de aprender a língua e os costumes dos indígenas encontrados. Era o início da ocupação e exploração dos europeus ou, como chamam os índios, *do homem branco nas novas terras*.

Em 1504, uma esquadra comandada por Cristóvão Jacques traz para a região de Porto Seguro um grande número de portugueses. Logo após, foi construída a primeira capela do Brasil, onde surge a Aldeia de Santa Cruz. Esse povoado sofreu com os constantes ataques dos índios Aimorés, que praticamente dizimaram o vilarejo.

Apenas três décadas depois, a Coroa Portuguesa tomou a iniciativa de colonizar, de fato, as terras brasileiras. Em 1532, Portugal decide promover a ocupação do litoral brasileiro através do sistema de capitanias hereditárias. Na área que compreendia do rio Jequetinhonha até a margem esquerda do rio Doce foi instituída a Capitania de Porto Seguro, passada para Pero Campos de Tourinho, que se transferiu para o Brasil com sua esposa, os dois filhos e parentes, estimando-se em torno de 600 pessoas. Ainda em 1532, Tourinho funda a vila de Nossa Senhora da Pena, hoje Cidade Alta de Porto Seguro.





Os constantes revoltas dos Tupi, a morte ritual do Donatário da Capitania da Bahia e a diversificação da economia das capitanias, as quais serviam de base para expedições rumo ao interior levaram ao fracasso desse modelo de colonização na região. Portugal resolveu, então, instalar um governo geral na cidade de Salvador, tendo como primeiro governador Tomé de Souza.

Os donatários viam seus investimentos constantemente ameaçados pelas revoltas indígenas. O fracasso dos empreendimentos tornara-se comum e ficava cada vez mais clara sua incapacidade financeira, administrativa e militar de manter a ocupação do território ocupado, fazer frente às revoltas, ao assédio dos chamados piratas, contrabandistas e invasores europeus e de expandir e solidificar a conquista. Alguns desses privilegiados senhores, ante os constates prejuízos, terminaram por desistir do empreendimento, expondo a fragilidade do modelo adotado pela coroa. Talvez o exemplo mais dramático de insucesso seja o do donatário da Capitania da Bahia – Francisco Pereira Coutinho – morto pelos Tupinambá da ilha de Itaparica após tentativas de interromper o comércio de pau-brasil entre índios e franceses e de escravizar os Tupinambá ocupantes do entorno da baía de Todos os Santos.

A revolta indígena da capitania da Bahia, em 1545, não foi a única na década de 40. Há referências a convulsões em São Tomé, no Espírito Santo e em Porto Seguro em 1546 -, o que deixou o governo português preocupado com a vulnerabilidade dos estabelecimentos litorâneos aos seus ataques e aos dos franceses. As revoltas também representavam graves prejuízos aos investimentos feitos e ameaça à vida de moradores que para ali haviam sido deslocados com grande dificuldade.

Também preocupava a metrópole a situação de anarquia e conflito na colônia resultante dos constantes saltos dos donatários e colonos das Capitanias vizinhas às aldeias indígenas, colocando em risco o empreendimento e colonos e os projetos da Coroa e dos colonos. A superação desse quadro exigia a implantação de estruturas político-administrativas mais eficientes e capazes de promover, em caráter definitivo, a passagem do estágio de pilhagem para o de exploração das riquezas naturais e da mão-de-obra. Isso implicava, além da conformação da população nativa às exigências do novo modo de produção, na ampliação de relações de trabalho de cunho escravagista e na imposição de deslocamentos compulsórios para áreas consideradas estratégicas para a ocupação, exploração, defesa e expansão dos territórios conquistados.

Ante a ameaça do fracasso, a coroa portuguesa deliberou pela criação de um governo-geral na colônia para assim, solidificar sua conquista e incrementar os ganhos obtidos na colônia. O delegado régio deveria implantar uma estrutura político-administrativa, judicial, fiscal e militar diretamente ligada a Lisboa, ordenar o caos que parecia rondar os projetos de conquista/povoamento e colonização e garantir os investimentos realizados e a vida dos colonos, preocupações expressas no Regimento do primeiro Governador Tomé de Souza.

A concretização dessas metas, no entanto, pressupunha a superação dos conflitos com os indígenas e, para tanto, dever-se-ia instaurar a paz e solidificar o povoamento e a colonização, o que só era possível através da constituição de aliança com alguns grupos indígenas e, ao mesmo tempo, garantir trabalhadores aos colonos. Por tanto, era essencial criar mecanismos de controle dos saltos e dos preamentos, transformando-os em objeto de decisão governamental.

Firmou-se, a partir de então, uma política de caráter dualista no trato da questão indígena: estabelecer aliança com alguns grupos indígenas e combater e escravizar aos que se opusessem às novas regras e, graças a esse mecanismo, garantir mão-de-obra escrava aos colonos pela decretação de guerra justa aos que resistiam à dominação.

A escolha da Capitania da Bahia para sediar o governo-geral pode ser explicada por vários fatores: sua localização, o regime de ventos e marés, mas, também, a morte do donatário foi um elemento considerado. Além de seu desaparecimento facilitar a compra da capitania pela Coroa, a presença da máquina administrativa nessa capitania também deve ser vista pelo seu ângulo simbólico: demonstrar aos povos indígenas o caráter irreversível da conquista, apesar da morte de uma autoridade portuguesa.

O Regimento de 1548 também deixava clara a preocupação da metrópole com as revoltas indígena e os possíveis ataques de outros europeus. Era preciso, portanto, preservar o núcleo administrativo a ser implantado e, para tanto, recomendava-se a fortificação da nascente cidade



e a criação das condições necessárias para que se transformasse num núcleo capaz de efetivar a expansão da conquista e solidificá-la. (Paraíso, 1998)

Tomé de Souza trouxe consigo os jesuítas, que foram encarregados de promover a pacificação e catequese entre os indígenas revoltados de forma a criar súditos cristãos e pequenos produtores rurais solidários com o projeto de colonização pensado pela Coroa. Além de fundarem colégios e residências, como a do Salvador e a da Vila de Nossa Senhora da Pena, os jesuítas fundaram também aldeias em outros pontos da Capitania, como a de São João dos Índios (Tapes), atual Trancoso, e de Ajuda (Vale Verde) para onde atraíam os índios para catequização.

A princípio, a política colonial e as missões religiosas concentraram suas atividades nos grupos Tupi que ocupavam a faixa costeira. Mas, com a necessidade de ampliar os projetos de colonização e os constantes problemas enfrentados com os ataques às vilas dos grupos arredios, as missões passaram a buscar formas de aldear também esses grupos (Pataxó, Botucudos, etc.).

“Somente no século XVII, identificamos em nossa história legislativa os marcos de um regramento mais específico da questão territorial indígena. A Carta Régia de 30 de julho de 1609, por exemplo, declarava os índios pessoas livres e confiava o seu protetorado aos padres jesuítas, os quais tinha, inclusive, permissão de retirar-los das florestas e instalá-los em aldeamentos” (Cunha; 2000: 39).

De fato, as primeiras referências sobre a presença indígena na costa litorânea dos atuais municípios de Porto Seguro e Prado são de grupos Tupiniquins. Contudo, “apesar de terem consolidado seu domínio sobre o litoral, incursões belicosas dos povos indígenas do interior” (Sampaio, 1996), dentre eles os Botucudos, tornaram-se mais frequentes no limiar do século XVI (Sotto-Maior, 2005).

Enquanto os Tupi faziam parte de um conjunto cultural e lingüístico muito homogêneo, os grupos do interior, em sua maioria do tronco Macro-Jê, estavam fracionados em uma grande diversidade cultural e lingüística, ainda hoje não totalmente dimensionada (Sampaio, 1996). Para o lingüista Greg Urban (1992), a região que hoje é compreendida pelo sul da Bahia, leste e nordeste de Minas Gerais e o Espírito Santo, banhada pelas bacias dos rios Doce, Mucuri, Jequitinhonha, Pardo e de Contas, também foi ocupada por grupos das famílias Aimorés (ou Botucudos), Maxacali, Puri, Meniã e Kamakã (Sotto-Maior, 2005).

Como a característica das aldeias Tupi era de concentração de grande contingente populacional, estes se tornavam presas fáceis para as grandes conquistas lusitanas e, também, para os índios arredios, que faziam incursões repentinas naquelas povoações. As epidemias também se alastravam rapidamente, quase dizimando grupos inteiros (Sampaio, 1996).

Os projetos de colonização, sem dúvida nenhuma, contribuíram para o quase extermínio dos grupos Tupi no litoral do país, local que passou a ser cada vez mais ocupado pelos índios conhecidos como arredios, em sua maioria do tronco Macro-Jê.

“ depois de praticamente exterminados os Tupiniquim, há registros de que os Pataxó exerciam, já no início do século XIX, o domínio territorial de todo o extremo-sul da Bahia, compartilhando-o com alguns grupos Maxacali” (Vianna, 2004: 164).

Conforme dados apresentados no relatório de fundamentação antropológica necessários à revisão de limites da TI Barra Velha, elaborado por Tempesta e Sotto-Maior (2005), os Aymorés, nome genérico dado a todos os grupos “arredios” por oposição aos Tupiniquins, aliados dos Portugueses, concentravam-se entre os rios de Contas e dos Frades e mais além a oeste. Nas últimas décadas do século XVI, os Aymorés passaram a atacar sistematicamente o litoral, e continuavam a opor forte resistência às investidas portuguesas ao interior. Apesar de vários editos e alvarás decretando a extinção da escravidão indígena, sendo o primeiro a Bula Papal da primeira metade do século XVII, em 1669 foi declarada Guerra Justa contra os índios das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro (Paraíso, 1998).

“De modo importante, a história do contato entre os portugueses e os muitos grupos indígenas da costa e do interior é a história dos sucessivos projetos de exploração econômica das capitanias, mediante a interligação de pontos estratégicos do território. Assim, o problema da comunicação entre os ‘sertões de dentro’ e a costa (...) sob a forma de rotas para o escoamento de diversos produtos comercializáveis, atravessou os séculos, sendo que o atraso das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo era em geral atribuído à presença indígena” (Tempesta e Sotto-Maior, 2005).

Segundo referências históricas, coligidas pelos diversos estudiosos que se debruçam sobre o sul da Bahia, as primeiras notícias que se teria sobre a ocupação Pataxó na região por eles hoje habitada são citadas no século XIX, pelo Príncipe alemão Maximiliano Wied-Neuwied. Porém, dados históricos demonstram uma ocupação espacial bem maior do que a de hoje, e em períodos anteriores a viagem do príncipe alemão:

“(...) já em 1662, os Aimorés (ou Botocudos), Purus e Pataxós foram mencionados por Vasconcelos Simão de Vasconcelos ‘Memórias curiosas sobre os índios’ entre os Tapuias do rio Doce; e embora sejam os primeiros e verdadeiros senhores dessas paragens, os outros incursionaram algumas vezes até aí” (Vasconcelos Simão 1958:163).

Não apenas fontes históricas confirmam a presença dos Pataxó na região compreendida entre os rios Mucuri e Jequitinhonha, mas dados arqueológicos também corroboram tais informações. O trabalho do arqueólogo Celso Perota (1971), que se refere ao sul da Bahia e ao norte do Espírito Santo, parte de informações dadas pelos Pataxó de Barra Velha sobre as antigas aldeias no vale do rio Jucuruçu (Paraíso, 1994):

Proc. 2504/00
Fls. 1258
2000

“Em assim sendo, os dados arqueológicos apontam para uma unidade cultural de um conjunto de populações que se opõem aos Botocudos e aos remanescentes Tupinikin. Se cruzarmos os dados arqueológicos, a localização dos sítios e os referentes aos grupos indígenas, veremos que excetuando-se os Botocudos e Tupinikin, os habitantes do Mucuri, Itanhém e Pardo eram os Pataxó, Kumanaxó, Kutatoi, Maxacali, Malali e Makoni, que formariam, portanto, essa unidade cultural” (Paraíso,1994).

Outro dado sobre a ocupação Pataxó no séc XVI é descrito por Emmerich & Monserrat, mas este mais ao sul, na região do rio Doce. Durante trabalho em que buscavam delimitar as áreas ocupadas pelos Aimorés, afirmaram que Salvador Correa de Sá, ao realizar uma entrada em 1557, encontrou *Patachós, Apuraris e Purus* nas mediações do rio Doce.

De acordo com estudo realizado por Paraíso na área do Mucuri, os Pataxó concentravam-se no Morro das Araras, médio curso do rio Mucuri, onde atacavam a propriedade do Conde da Barca. A pesquisadora cita dados de Carl Seider (1980), que visitou a região em 1817, identificando os Pataxó como sendo índios que resistiam a aldear-se e moviam guerra aos colonos que tentavam se instalar no Mucuri, confirmando as informações de João da Silva Guimarães datadas de 1730.

Fontes do século XVIII, produzidas por agentes da ação colonial, como ouvidores, escrivões e autoridades coloniais, registram a criação da Vila do Prado e sua principal função. Os registros, carregados de preconceitos e etnocentrismo, demonstram o quanto o índio representava um “problema” para a colonização portuguesa. Nesses registros também encontramos referências pontuais sobre a presença do grupo étnico Pataxó nas proximidades da Vila do Prado e, especificamente, no Monte Pascoal (Cancela, 2006: 4).

Diante da ampliação da ação dos objetivos do Diretório, que foi publicado em 3 de maio de 1757, no buscava regulamentar as novas regras de convivência interétnica, transformando as aldeias indígenas em vilas “e índios em vassalos do rei”, várias vilas foram criadas na Capitania de Porto Seguro. As primeiras vilas indígenas da Bahia foram criadas em 1759, a partir dos antigos aldeamentos. São elas: São João Batista dos Índios e Espírito Santo dos Índios que se transformaram em Vila Nova de Trancoso e Vila Verde, respectivamente.

“Em 1757 é baixado o Diretório de Pombal, lei que passava a ordenar a nova política em relação às povoações dos índios do Pará e Maranhão”, só posteriormente estendida a todo o Estado brasileiro, pelo Alvará de 8 de maio de 1758” (Cunha, 2000: 43).

Logo após, em 1763, foi criada a Ouvidoria de Porto Seguro, “*que se constituía numa instância jurídico-administrativo mais sofisticada do que a simples organização das capitanias hereditárias*” (Cancela, 2006: 2).

“Nos aspectos gerais, os objetivos da Ouvidoria estavam baseados numa certa representação de uma sociedade ideal, segundo a qual ‘sem homens sociáveis e civis não poderia haver

Proc. nº 255682
Fis. 1269
Rubrica

Estabelecimento [que fosse] útil³. Assim, para fazer de Porto Seguro um território-civilizado, seria necessário converter seus moradores indígenas ao catolicismo, organizá-los política, econômica e juridicamente de acordo com os modelos europeus (...). Desta forma, entrava em cena o pressuposto da civilização dos índios de Porto Seguro, caracterizado pela introdução de uma série de mudanças na forma de organização do espaço, no funcionamento da política e administração dos índios, na estrutura e dinâmica da economia e nas regras de convivência interétnicas” (idem).

O Ouvidor de Porto Seguro, Tomé Couceiro de Abreu, recebe, então, uma instrução do Marquês de Pombal, para transformar as Aldeias em Vilas e a formação de novas Vilas e, para tanto, estimulando o descimento de índios dos sertões:

“ 17. Ordena também S. majestade que assim naquellas povoaçoes chamadas Aldeyas que já estão domesticadas, como nas que de novo se estabeleceram com índios descidos; logo que estes se descerem no competente numero, se vão estabelecendo novas Villas e se vão abolindo nellas os bárbaros e antigos nomes que tiverem; e se lhes vão impondo alguns outros novos de cidades e villas deste Reino” (idem).

Diante dessas instruções, mais seis vilas indígenas foram criadas em Porto Seguro, entre elas o Prado em 1764. Quando demonstrada a intenção de povoar por essa Vila, o Ouvidor de Porto Seguro afirma que para tal seria necessário retirar alguns moradores pobres e alguns índios vadios.

A implantação da Vila do Prado tinha várias funções para a Coroa, a primeira que podemos apresentar, é o grau de fertilidade das terras que seriam utilizadas para produção de farinha. A segunda é que a barra do Jucuruçu era mais segura do que a de São Mateus. A terceira relaciona-se à quantidade de madeira nobre, em especial o pau-brasil, que era encontrada nas matas da região. Já no ato da criação, justifica a criação da vila (segundo Auto de ereção), como sendo a única forma de proteger da “imensidade de Gentio” que se encontravam aldeados nos sertões do Monte Pascoal.

A última seria, então, a mais significativa, colocando a Vila do Prado como uma barreira contra os perigos dos sertões, também confirmada nas cartas escritas por Luis Santos Vilhena (1798):

“A conservação e aumento desta vila é digna de muita atenção, não só pela produção de seu fertilíssimo terreno, como por poder servira de barreira e obstáculo a 12 aldeias situadas em uma alta serra conhecida como Monte Pascoal, que segundo as notícias e informações é o centro de habitação destes bárbaros, que infestam toda grande comarca de Porto Seguro, e isto pela parte que deu o capitão-mor João Domingues Monteiro encarregado deste descobrimento” (Grifo nosso).

Contudo, se para os colonizadores a Vila do Prado serviria para a defesa contra os índios do sertão, para os índios parecia servir de refúgio frente às incertezas existentes. Já para outros índios, principalmente aqueles que não se submetiam à vida numa vila, esta foi utilizada como o local de

³ Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – Salvador – v. 42, 1916, pp. 63.

fronteira entre os dois mundos, oferecendo sempre a possibilidade de contatos e trocas, e sendo utilizado como um “*espaço de ressocialização, recriação ou manutenção de suas identidades, num constante movimento de resignificação das relações sociais que eram vividas no dia-a dia da vida colonial*” (Cancela, 2006: 5).

Um ofício de 1805 do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia faz referência ao local onde hoje se encontra a aldeia de Barra Velha (Corumbau), como um local de plantações de cana deixado pelos índios que ali habitaram e foram removidos pelo Ministro José Xavier Machado para a Vila do Prado” (Carvalho, 1977).

“ a 2 léguas deste a ponta de **Corumbau**, onde ficava uma enseada de águas mansas, sendo um local propício para a navegação e porto. Porém, o rio de Corumbau só era adequado à navegação por canoas, mas suas terras eram adequadas para plantio e corte de madeira. Ainda havia grandes canaviais abandonados e que tinham sido plantados pelos índios que tinham sido aldeados ali pelo Ministro José Xavier Machado da vila do Prado” (Governador Francisco da Cunha Menezes, 1805).

Segundo relatos de Wied-Neuwied, quando de sua passagem pela região no ano de 1816, a área que corresponde ao Extremo Sul da Bahia, especificamente a que compreende o trecho entre os rios João de Tiba e São Mateus, era dominada pelos Pataxó, muito provavelmente em maior número, e pelos Maxacali, que aparentemente eram próximos aos Pataxó, inclusive lingüisticamente.

“O rio Alcobaça, denominado “Tanien”, ou “Itanien” no primitivo idioma brasílico, é abundante de peixe; dizem que até manatis foram nele capturados; a barra tem leito arenoso com 12 a 14 palmos d’água de profundidade, podendo ser transportada por sumacas pesadamente carregadas. Ou seus sertões, ou sejam as florestas de ambas as margens, são habitadas pelas tribos selvagens dos Patachós e Machacaris a que já nos referimos por diversas vezes, e as quais, nessas paragens mais ao norte, visitam pacificamente as moradas dos brancos, oferecendo, em ocasiões, cera ou caça, em troca de produtos.

“O caráter de todas essas tribos selvagens é, decerto, muito semelhante nos traços essenciais, se bem cada uma tenha as suas peculiaridades; assim, os Patachós são, entre todas, os mais desconfiados e reservados; o olhar é sempre frio e carrancudo, sendo muito raro permitirem que os filhos se criem entre brancos, como as outras tribos o fazem prontamente. Vagueiam pelas matas, e as suas hordas surgem, alternadamente, no Alcobaça, no Prado, em Comexatiba, Trancoso, etc” (Wied-Neuwied, 1958).

Conforme apresentado por Tempesta e Sotto-Maior no Relatório de Fundamentação Antropológica de revisão da terra indígena em questão:

“Baseado em relatos de viajantes que estiveram na região hoje denominada de Extremo Sul da Bahia, entre 1815 e 1820, como Saint-Hilaire, Spix e Wied-Neuwied, M. H. B. Paraíso (1998) descreve os Pataxó como “totalmente selvagens”, um grupo de caçadores-coletores-pescadores, semi-nômades, para os quais a agricultura era produto de aldeamento compulsório. Já os Maxacali eram vistos como bem ajustados às novas formas de organização social; dividiam-se em grupos semi-nômades de caçadores e coletores, com tendência à dispersão, mas que se reuniam em momentos de crise” (Tempesta e Sotto-Maior, 2005).

Na margem esquerda do rio Jucuruçu, na vila do Prado, existiu um aldeamento Maxacali

D

que, na época, possuía entre cinquenta a sessenta casas e viviam cerca de seiscentos habitantes. A pobreza do local era explicada por se situar em solo pouco fértil, sendo que as roças mais produtivas eram abertas nas matas que circundavam a vila – o que fazia com que desenvolvessem um comércio incipiente de mandioca (Paraíso, 1994).

Paraíso apresenta em um de seus trabalhos (1994) uma proposta de reflexão quanto ao que Edson Ramalho Junior e José Honório Maia (1973) chamam de coirmanização dos Pataxó com o grupo lingüístico Maxacali. A antropóloga e historiadora levanta a “hipótese de que os povos *Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanaxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxacali, Malali e Makoni*” comporiam um subgrupo de uma mesma nação.

“Outro fator explicativo para a visão parcial dos observadores é o fato de a intensificação dos contatos com os grupos indígenas referidos ter ocorrido no século XIX, período em que a penetração dos seus habitats ocorreu de forma intensa, acirrando as relações com os Botocudos e reduzindo as áreas de caça e coleta. Isto teria intensificado o fracionamento dos grupos e, até mesmo o isolamento de aldeias com a intrusão de outros grupos no espaço que, originalmente, as separavam, de acordo com os padrões sociais deste grupo indígena, hoje conhecido por Maxacali” (Paraíso, 1994: 174-175).

Edson R. Junior e José Honório Maia, em levantamento de campo realizado na Aldeia de Barra Velha, em 1973, a serviço da FUNAI, registraram 47 palavras Pataxó que permitiram, através de um estudo lingüístico comparado, afirmar que 51% das palavras então registradas apresentaram correspondência com as do grupo Maxacali.

Da mesma forma que os referidos técnicos presenciaram o ex-cacique Tururim conversando “sem tropeços” com um Maxacali, também foi observado, em vários momentos dos estudos de revisão da TI Barra Velha, índios velhos falando palavras Maxacali e contando sobre as viagens e os constantes contatos entre os grupos. Como foi o caso da índia Zabele (74 anos), nascida em Barra Velha e hoje residindo na Aldeia Tibá, próximo a Cumuruxatiba, que em conversa com a coordenadora do GT contou sobre a viagem que fez com seu pai à Aldeia Maxacali. O pai de Zabelê contava a ela que os Maxacali eram “parentes próximos”, deixando subentendido um certo grau de proximidade entre os dois grupos.

“Metraux e Nimuendaju (1963) ao estabelecerem a classificação das línguas destes grupos, agrupam-nas numa única família lingüística: Kamakã, dividida nas línguas Kutaxó, Meniam, Kamakã e subdividindo o Kutaxó e Kutatoi. Essa classificação parece ter se baseado nas observações feitas por Nimuendajú, em 1938, quando visitou inúmeros remanescentes indígenas do Nordeste, inclusive os Maxacali e os Pataxó. Num trabalho publicado expressando suas observações, Nimuendajú (1958), afirma que ‘os Machacari, a tribo vizinha dos Patachó e os Mono-xó, Capa-xó, Cumuna-xó seriam membros da mesma família lingüística.

“Outros fatos da história mais recente dos Pataxó também nos chama atenção. Um deles é exatamente, decorrente do processo deculturativo pelo qual o grupo passou. Isolados na área que conhecemos como Barra Velha, que seria a antiga barra do rio Itanhém (nas cabeceiras encontram-se, hoje as aldeias Maxacali) e que, também em uma rota dos Maxacali nos seus

deslocamentos entre o interior e o litoral os Pataxó passaram a manter contatos intensos com representantes da sociedade nacional” (Paraíso, 1994).

Retomando as primeiras referências sobre os Pataxó, temos que as relações comerciais entre os colonos e os Pataxó na região de Porto Seguro e Prado eram regulares, momentos esses em que trocavam bolas de cera, arcos e flechas por facas, machados e lenços vermelhos. Wied-Neuwied considerava que a comida a eles oferecida era o principal atrativo para os deslocamentos até as vilas, o que indica que o avanço da sociedade dominante já criava uma série de restrições ao acesso às fontes de alimentos.

Cumuruxatiba também é citada por Wied-Neuwied como local de remanescentes Tupinikins que viviam em constante conflito com os Pataxó, cujas aldeias eram temporárias. Em sua visita à fazenda de Charles Frazer - provavelmente a Fazenda Caledônia no entorno de Cumuruxatiba, apresenta o local como o único estabelecimento “civilizado” da região. Descreve a fazenda como rica, com uma casa sede, e as dos escravos (30 negros e índios), feitas de barro e cobertas de palha, um armazém e um grande engenho de farinha:

“Ai permaneci uns poucos dias e tive oportunidade de visitar choças dos Pataxó na mata, bem recentemente abandonadas; conduziram-me até lá alguns índios de Comexatiba, (...). Os índios do lugar vivem do produto das plantações, da caça e sobretudo da pesca; razão porque, no bom tempo, são vistos freqüentemente em canoas, pelo mar. Voltam com grande quantidade de pescados, e em volta das choças, espalham os cascos, os crânios e os ossos das enormes tartarugas” (Wied-Neuwied, 1958: 218).

Com a ajuda dos índios que trabalhavam na fazenda de Charles Frazer, Wied-Neuwied atravessou os rios Corumbau e Caí. Escreve que apesar das margens desses rios serem férteis, eram desabitadas devido aos ataques dos Botocudos, que segundo Paraíso (1998), eram, na verdade, os Pataxó, como se percebe na menção que Wied-Neuwied faz de um ataque desses índios na margem esquerda do Caí.

Seguindo viagem, Wied-Neuwied passa sobre o rio Cremimoã (Caraíva), Joacema, rio dos Frades e Trancoso, onde observa que existiam índios “praieiros”, vivendo de pesca, caça, coleta, da agricultura e do comércio de envira, estopa, algodão, madeiras e farinha. Para ele, eram remanescentes de Tupinikim, que mantinham fortes relações de troca com os Pataxó que viviam nas matas das proximidades e cercavam os aldeamentos, como o Quartel do Cunha em Cremimoã, onde estava localizada a vila hoje denominada Caraíva:

“O sol já se punha quando alcançamos o vilarejo índio de Cremimoã que foi construído por ordem do ouvidor, num morro a margem do rio, servindo mais como destacamento militar, com o nome de Quartel do Cunha, para segurança da região (...), se bem tenham sido colocados pelo ouvidor com o fim expresso de ajudar os viajantes a passar o rio, não estão satisfeitos com o encargo, e vivem sobretudo nas suas roças situadas nos arredores.

“Vivem eles de suas plantações, da pesca no rio e no mar, tirando da floresta estopa e imbirá, que vendem em Porto Seguro.

“Sendo raras e extremamente caras, na costa a pólvora e as balas, fazem parte, nas caçadas, uso dos arcos e das flechas, que vão buscar aos Patachós, nas florestas vizinhas trocando-os por facas” (Wied-Neuwied, 1958: 220).

Essa última afirmação do viajante deixa evidente a presença do grupo indígena Pataxó nas matas do entorno do Monte Pascoal nesse período e a perambulação permanente que realizavam em busca de sua subsistência. Por serem os Macro-Jê, em sua maioria, grupos caracterizados como com tendência ao seminomadismo, agravado com as restrições ao acesso às fontes de alimentos, a perambulação para caçar, pescar e coletar é um marco na forma de vida Pataxó, modo esse percebido até os dias de hoje entre os índios da região de Barra Velha.

“Quando me fartei da bela e romântica paisagem, dirigi-me para a margem do rio, as habitações dos índios. Entre eles encontrei uma mulher da tribo Maxacaris, que entendia a língua dos Patachós, coisa muito rara; porque sendo os últimos, de todas as tribos aborígenes, os mais desconfiados e reservados, é difícil a uma pessoa, que não pertença à tribo, aprender-lhes a linguagem” (Wied-Neuwied, 1958: 273).

Durante o século XVIII algumas vilas foram instaladas com o firme propósito de combater os indígenas, promover a comercialização pelos rios e controlar o contrabando. Contudo, o que se tem nesse período é uma presença não indígena pequena e restrita às pequenas vilas litorâneas, convivendo em associação íntima com os índios aldeados pelos jesuítas. Era tal a convivência que muitos viajantes do século XIX descrevem essas vilas como sendo habitadas por mestiços e índios, sendo estes já considerados como *civilizados* (Paraíso, 1998).

Saint-Hilare (1799-1853) demonstra toda a visão assimilacionista da época quando escreve que a convivência com pessoas mais esclarecidas que os soldados e prostitutas seria a melhor alternativa para retirar os índios da vida embrutecida. Convertendo-os ao cristianismo, os colonizadores poderiam ter melhores resultados dos que tinham até então: “*E, se não podiam pensar em tais medidas para beneficiar os índios, que fossem pensadas em nome do interesse do país*” (Saint-Hilare, 1975: 276).

Essa postura, perpetuada no Brasil por séculos, ajuda a compreender como evoluiu a ocupação não-indígena no território tradicional Pataxó, como ilustra o trecho a seguir:

“Também recomendava que uma parcela das terras lhes fosse reservadas e tornada inalienável para que não pudessem trocar (...) e que fossem promovidos casamentos mistos com negros e mulatos livres, para que obtivesse uma raça mais capaz que a dos índios e mais em harmonia com o grau de civilização dos brancos. Essa seria a forma mais adequada de garantir a multiplicação dessa população e de futuramente, as terras que lhes haviam sido reservadas, serem reincorporadas ao domínio branco” (Saint-Hilare, 1975: 276).

Podemos citar, como exemplo desse quadro de relacionamento, a narrativa de Francisco

P

Hernandes Teixeira Álvares que saiu do Rio de Janeiro em 1764 rumo ao São Mateus na expectativa de conquistar novas áreas para comercialização de produtos. Em acordo com moradores da região dispostos a expandirem a fé católica, organizou uma entrada até as aldeias com cem homens armados, seis padres missionários e equipamentos:

“A segunda etapa do seu projeto [Álvares] consistia em reduzir as aldeias à boa ordem, o que pode ser traduzido por transformar os índios em trabalhadores dóceis e disponíveis para as tarefas que se propunha a criar na região. Essa intenção fica mais clara quando afirma que os mesmos deveriam passar a produzir alimentos e que era sua intenção tornar-se diretor de todas as aldeias já localizadas e ainda por encontrar. Também fazia parte dos seus planos examinar as terras afastadas do litoral, entre os rio Doce e o de Caravelas e o Monte Pascoal, para verificar se havia ouro; explorar esmeraldas e ser nomeado guarda-mor de todas as descobertas de ouro e pedra preciosas” (Paraíso, 1998: compilado).

Em 1808, em viagem da Bahia ao Rio de Janeiro, o Desembargador Luiz Thomas de Navarro também faz referência aos Pataxó na vila do Prado que são acusados de serem responsáveis pela decadência da vila, pois esses empreendiam constantes ataques aos moradores.

Navarro também descreve a área próxima ao rio Camamuam/Creminoã, dizendo ser lá uma aldeia de índios vivendo do plantio da mandioca e morando em, aproximadamente, seis casas (cabanas de palha) localizadas a pouca distância do rio.

A descrição que Navarro de Campos faz a partir de sua viagem entre os anos de 1805/1808 também apresenta detalhes sobre a presença indígena nas imediações dos rios Corumbau, Cai (na carta geográfica é o rio Queimado), e das vilas de Cumuruxatiba, Prado, Imbassuaba e Joacema.

“ Continuei em busca do rio chamado CAMAMUAM, que está nas circunstancias do rio acima dito, e que tem em pouca distancia alguns casaes de índios, que vivem de mandiocas e antes do dito rio Camamuam, em distancia de uma légua, encontrei o logar chamado JUASSEMA, que é uma campia agreste, para a qual se sobe a aldeia do mesmo nome; continuei de Camamuam, e na distancia de uma légua e meia encontrei o rio chamado CORUMBAÚ PEQUENO que passa acima do dito D’este, e em distancia de [P.I.], poço mais ou menos, fui topar com o rio Cahy, junto ao qual só se passa em maré vasia pela praia, em razão de um (pp.442), imenso pedregulho, que dificulta o transito em maré cheia. De Cahy foi a Embassuaba pequeno regato com distancia de uma légua de Cahy: subi uma ladeira logo em pouca distancia, tomei a praia, e continuei a povoação de índios chamada COMEXATIBA que tem poucos moradores; donde segui para a Villa do Prado, que dista 7 léguas, habitadas de índios, passei pequenos regatos, advertindo que de Camamuam vim a Juassema, grande campina, e elevada, por onde se sobe com dificuldade pela altura; e n’este sitio não dá passagem a praia, nem em maré vazia; esta campina é agreste, e terá meia quarto de légua; logo se desce á praia, e se continua a viagem. É necessário abrir estrada n’este logar pelo interior. Continuei a viagem e foi-me necessário abarracar e dormir na praia, por não poder passar grandes pedreiras bronzeadas na cor, sahidas ao mar na maré cheia, infores, e algumas como massas immensas, que parecia teriam sido despegadas das escarpadas montanhas de immensa altura, cortadas por industria da natureza, e são effeitos do mar, que bate n’ellas, e se vai afastando, talvez deixando-as por conversão. Na praia, aonde dormir, que tem nome de Tauape (será Taípe?) foi-me necessário vigilar toda a noite, fazer sentinella, dividindo a gente em trespartes para gritar até o romper da alva resistir ao gentio Pataxó, por ter apparecido rasto d’elle, e ser gentio muito atrevido, que não tem domicillio certo, anda errante, vivendo da pesca, caça, e frutos. Continuei minha jornada, e vim dormir em COMEXATIBA PEQUENA povoação de índios, que tem uma enseada grande, aonde o mar é pacifico por causa do grande recife, ou cordão de pedras, que abriga a tal enseada, aonde pelo

seu fundo a extensão, podem surgir embarcações grandes. De Comexatiba continuei para a Villa do Prado pela mesma praia, á direita de uma continuação altíssima e medonhas barreiras, que em distancia fazem sahir ao mar grandes pedreiras, e pedregulhos, que embaraçam a passagem, e principalmente em maré cheia; é necessário com trabalho e despesa abrir caminho junto ás ditas barreiras, para commodo dos viandantes. De Comexatiba para o Prado não há outras barras que se não possam passar em maré vasia...” (Campos: pp 443).

Relatos de viajantes demonstram que durante todo o século XVIII os Pataxó resistiram ao aldeamento, mesmo estabelecendo alianças eventuais com os regionais. Porém, com o avanço da ocupação do interior pela pecuária extensiva e a destruição dos campos de caça e pesca, elemento essencial ao sistema produtivo Macro-Jê (Paraíso, 1998), a expulsão dos indígenas dos seus *habitats* tradicionais foi irreversível, fazendo com que aceitar o aldeamento tornou-se numa das alternativas encontradas para garantirem sua sobrevivência.

As tentativas de aldeamento e conseqüente transferência dos índios para locais que causassem menos prejuízos ao progresso regional eram constantes. Durante o século XIX, aldeamentos como os de Prado e do Mucuri ressentiam-se do número reduzido de missionários capuchinhos.

Com a nomeação do Ouvidor de Porto Seguro, José Marcelino da Cunha, por D. Marcos de Noronha e Brito, Governador da Capitania da Bahia, novas tentativas para promover a navegação para comercialização no rio Jequitinhonha foram realizadas, entre elas a instalação de diversos Destacamentos, para evitar os ataques dos índios. Mas, as implantações dos Destacamentos não pararam por aí:

“No seu novo relatório, Cunha informava que, após várias análises, decidira que a nova estrada partiria de Friquitiba, atravessaria três grandes áreas planas e atingiria as margens do rio até a ilha Grande, a uma légua do Salto Grande, no que não concordava Leão (Comandante da 7ª Divisão Militar de Minas Gerais e Diretor dos Índios do Jequitinhonha no seu trecho mineiro). No percurso, encontrou inúmeras aldeias de Botucudos, que se apresentaram em paz e receberam alimentos e ferramentas, o que considerava como o primeiro resultado da implantação dos Quartéis e Destacamentos. Atribuía à mesma causa os recentes contatos pacíficos que teriam sido estabelecidos com os Pataxó em Trancoso, Cremimoã e Cumuruxatiba, os quais, esperava poder aldear em breve, e onde Charles Frazer os recebera” (Paraíso, 1998: compilado).

Por causa do sucesso dessa política militarizada, o Governo da Província da Bahia ampliou o número de Destacamentos na região de Porto Seguro, criando os de Aveiros, Cunha (Cremimoã/Caraíva), Óbidos, Cararica, Araújo, Galvêas, Miranda, com objetivo de garantir maior segurança da navegação para comercialização dos produtos do interior de Minas Gerais. A partir dos dados levantados na documentação pesquisada, pode-se concluir que remonta a esse período a

40

[Handwritten signature]

efetivação da ocupação da vila de Caraíva.

Cunha atribuía aos constantes ataques dos indígenas a situação de abandono e atraso na agricultura em que se encontrava a região de Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro. Sendo assim, apresentava como condição fundamental para o sucesso econômico das comarcas o afastamento dos índios arredios que por vezes faziam incursões nas áreas litorâneas, através da guerra e da promoção de civilidade aos índios. No caso da catequização dos índios com objetivo de civilizá-los, temos como pano de fundo o interesse na mão-de-obra indígena para os colonos, o que poderia ser um impulso para o aumento das áreas de cultivo:

“Sua preocupação com a transformação do índio em trabalhador apropriável também é declarada quando sugeria que se deveriam promover os casamentos interétnicos e seu engajamento nas tropas do Exército, pois, assim, poder-se-iam liberar os colonos que serviam naquele momento e que eram homens úteis à nação. E, para que os índios se tornassem igualmente úteis, era essencial que se tornassem sedentários, constituíssem família e adquirissem propriedade, enfim superassem o estágio de primitivos e selvagens” (Paraíso, 1998: compilado).

Com isso, a partir de 1845 a administração de aldeamentos por missionários passou a apresentar-se para a população como a única solução possível para a problemática indígena, pois a cada dia que passava os índios se transformavam no maior obstáculo para povoação e utilização das terras. Sendo assim, as correspondências com pedidos para que o Presidente da Província implantasse mais aldeamentos coordenados por missionários cresciam a cada dia.

Diante da informação dos moradores que atualmente vivem em Caraíva, de que a fundação da vila teria acontecido nas primeiras décadas após o descobrimento, foram solicitadas ao IPHAN, por meio do Ofício nº 474/DAF, informações que pudessem respaldar o trabalho. Em resposta, o Instituto encaminhou documentação contendo os estudos por eles realizados no ano de 1980, momento em que Caraíva foi objeto de levantamentos histórico e cadastral com objetivo de elaborar a Proposta de Delimitação das Áreas Tombadas dos Municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, através do Convênio IPHAN/UFBA/IPAC e PMPS. Porém, é em outro documento, também encaminhado pelo IPHAN – Inventário Nacional de Referências Culturais do Museu Aberto do Descobrimento, elaborado pela empresa Andrade e Arantes LTDA, que encontramos a contextualização sobre a formação histórica da Vila de Caraíva:

“Na década de 1530 a região onde hoje se localiza Caraíva era habitada por índios tupinikins. O primeiro contato com brancos ocorreu nessa região, quando o donatário de Porto Seguro, Pêro de Campos Tourinho, mandou a partir da vila de Porto Seguro, muitos colonos para o norte e para o sul, a fim de povoar e proteger o seu domínio. Esses portugueses encontraram muita dificuldade no cultivo em terras tropicais e passaram a viver basicamente da pesca. Poucos se fixaram no local, que permaneceu por dois séculos como vilarejo, habitada, sobretudo por índios” (Inventário Nacional de Referências Culturais do Museu Aberto do Descobrimento, 1999 - grifo nosso).

[Handwritten mark]

Por volta de 1856 e 57, tem início a discussão da implantação de um novo aldeamento, objetivando agrupar índios que ainda resistiam ao contato e perambulavam realizando constantes ataques no Prado, Caravelas e Jucuruçu, liberando assim as florestas do Prado para a colonização. A princípio, os locais avaliados eram em Alcobaça e Prado, mas os colonos da vila de Prado não concordavam com a instalação em Alcobaça, pois temiam perder a mão-de-obra indígena após o aldeamento:

“A Inspetoria da Repartição Geral das Terras Públicas na Bahia apontava para a mesma preocupação: acelerar o aldeamento e a catequese dos índios selvagens dessa Província. Em Relatório acerca dos aldeamentos enviado ao Ministro Couto Ferraz em 1856, era destacada a existência de muitas tribos selvagens, (...) e a impossibilidade de fazê-lo, devido à carência de missionários”. (Paraíso, 1998: compilado)

“Que os Reverendos Missionários chegando a Paróquia de Alcobaça subiram para os sertões da mesma com intenção de escolherem o lugar para formarem Aldeia com tensão de mudarem os índios desta Vila para aquela de Alcobaça julgando que estes índios sejam lotes de gado que o seu Pastor leva para qualquer lugar (...), porém julgo que não possa obter tal atentado em razão de que estes índios e outras tribos que são moradores nas margens do rio desta Vila desde a criação da mesma, que fizeram aqui suas moradas, onde tem seus ninhos, será forçoso a muda de umas gentes que ainda se acham receosas” (Mensagem do Subdelegado da Polícia, Marciano de Jesus Fontoura, ao Diretor Geral dos Índios, Casemiro de Sena Madureira, de 10/02/1857).

Vários problemas foram encontrados para implantação e manutenção dos aldeamentos, agravando ainda mais os conflitos entre a Diretoria Geral dos Índios e os Missionários. O Diretório acusava os Missionários Capuchinhos de abandonarem os aldeamentos para os quais estavam nomeados, e sua grande inoperância e incapacidade das estruturas já existentes; em contrapartida, os Missionários reclamavam da falta de recursos e atrasos no repasse dos mesmos.

“Espero as informações que pedi ao Diretor dos Índios para deliberar sobre a criação de uma aldeia no rio – Corumbau – na vila do Prado, em cujas vizinhanças há centenas de famílias, que vivem ora nas brenhas, e ora na referida vila (...). Estes índios vão pescar constantemente no rio Corumbau-; e em cujas margens armam ranchos, onde moram, até terminada a pesca e salga, se retiram para as matas. As terras aí são fertilíssimas, e tem proporções para grandes fazendas, mormente para criação de gado. Um padre, pois, que saiba, com doçura, encaminhar para a verdade os espíritos dessa gente semi-bravia, será aí suficiente para tira-la da vida que tem vivido, abrindo-lhe os tesouros da civilização” (Pinto, Antônio Costa, fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, 1º de março de 1861).

Em 10 de abril de 1861, o Diretor Geral dos Índios emite parecer favorável à implantação de um novo aldeamento nas margens do rio Corumbau e explica que a demora na implantação deve-se à falta de informações suficientes, mas apesar disso entendia ser necessária a medida (Informe nº 59, do Diretor Geral Interino de Índios, Dórea José Jacome, ao Conselheiro Antônio Costa Pinto, presidente da província da Bahia, de 10/04/1861).

Em 1862, o Frei Luís de Gubio foi indicado para dirigir o aldeamento do Corumbau. A indicação foi aceita no mesmo ano pelo Superior dos Capuchinhos na Bahia, que também indica São

Ubaldo Ribeiro como patrono e orago desse novo estabelecimento. Contudo, a demora no repasse dos recursos inviabiliza o deslocamento dos catequistas e Gubio acaba sendo indicado para assumir um aldeamento no vale do Jequitinhonha. Outra meta de Gubio era o de inspecionar os aldeamentos do Prado e avaliar as medidas necessárias para a boa administração dos existentes.

“O que se chama aldeamento na documentação indigenista brasileira dos séculos XVIII e XIX é sempre esta ocupação secundária e não espontânea, imposta aos índios pela sociedade dominante(...). A terra dos aldeamentos – que, normalmente, correspondia a uma légua quadrada de terra (conforme determinado no Alvará de 1700) -, embora doada aos índios, não era por eles controlada e a legislação trata mais a utilização da mão-de-obra do que da terra” (Cunha, 2000).

Segundo correspondências trocadas entre os missionários Capuchinhos, a implantação do aldeamento São Ubaldo Ribeiro acabou sendo descartada por não ter recebido o apoio necessário para sua manutenção. Então, como explicar o aldeamento conhecido como Belo Jardim de Monte Pascoal, no mesmo local indicado para São Ubaldo Ribeiro?

Uma hipótese é que, de fato, existe uma longa discussão quanto à transferência dos missionários Capuchinhos para assumir o aldeamento no século XIX. Porém, sem o êxito dos missionários, os colonos do Prado e políticos da região teriam se aproveitado do momento para atrair os grupos indígenas para agrupá-los em um só local. Não esquecendo da teoria do pesquisador Pedro Agostinho que afirma que a barra do rio Corumbau situava-se no local onde atualmente se encontra a aldeia Barra Velha, e que após 1967 se deslocou para o sul, sendo essa a origem do nome Barra Velha.

Assim, podemos aventar a hipótese de que a data oficial de criação da Aldeia Belo Jardim de Monte Pascoal é o ano de 1861, quando o Diretor Geral dos Índios encaminha a criação da mesma e a leitura do pronunciamento na Abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, do dia 01 de março, pelo Presidente da Província Antônio da Costa Pinto:

“Espero as informações que pedi ao Diretor dos Índios para deliberar sobre a criação de uma Aldeia n rio – Corumbó – na Vila do Prado, em cujas vizinhanças há centenas de famílias, que vivem ora nas brenhas, e hora na referida Vila, sem caráter hostil, é verdade, mas persistentes em seus costumes selváticos. Estes índios vão pescar constantemente no rio – Corumbáo -; em cujas margens armam ranchos, onde moram, até que terminada a pesca e salga, se retiram para as matas”. (Pinto, Antônio da Costa)

“não só inteiramente me conformo com a esclarecida opinião do Rdº. Cônego Vigário Capitular, exarada no extrato da parte de seu Relatório de 6 de fevereiro último, que V.Exa. se dignou de me enviar por cópia relativa à criação de uma aldeia de Indígenas à margem do rio ‘Corumbao no termo da vila do Prado’ (Doria, Jozé Jacome; 25/04/1861)

“O estabelecimento desta única aldeia tem, certamente, relação com a lei de Terras de 1850. É certo que a população aí reunida era, mais uma vez, majoritariamente Pataxó, como o demonstra o próprio etnônimo atualmente adotado pelo grupo, mas também de maxacalis, botucudos, e de tupiniquins egressos de Trancoso e de outros pontos da costa e, possivelmente, de kamakãs vindos de Belmonte” (Carvalho, 1977:80).

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

Puri, Pataxó, Maxacali, Botocudo

Por Debret

Proc. nº 2556/52
Fls. 2269
Rubrica *[Handwritten Signature]*



[Handwritten mark]

2.5- O aldeamento de Belo Jardim de Monte Pascoal – Barra Velha (O histórico da “*medição de 43*” e o Parque Nacional Monte Pascoal)

“ durante o Império, amplia-se a dissolução das comunidades indígenas localizadas em áreas com alguma vocação econômica. As ações indigenistas, concretas e de nível local, estiveram sempre em mãos de políticos e proprietários de terras, os únicos que tinham interesse – até porque lhes eram conveniente – e condições para o exercício da função não remunerada de diretor de índio” (Cunha⁶, 2000: 48).

São muito vagas as informações existentes sobre os Pataxó entre 1861 e 1939, muito provavelmente por terem sido extintos os aldeamentos do sul da Bahia a partir de 1873 e praticamente inexistir documentação histórica oficial sobre o que ocorreu após tais medidas.

O aviador Marechal Gago Coutinho visitou a região em 1939, inclusive a aldeia Belo Jardim (Barra Velha). O Marechal, que durante sua viagem se encontrou com Bernadino José de Souza, coordenador da comissão encarregada de localizar e demarcar o ponto exato em que a esquadra de Pedro Álvares Cabral aportara em 1500, teria ficado espantado com a pobreza dos Pataxó (Carvalho, 1977: 83).

Os graves problemas enfrentados pelos indígenas observados por Gago Coutinho decorriam da extinção dos aldeamentos, pois os índios se viram em estado de total abandono, com sérias dificuldades de convivência com a sociedade envolvente.

Segundo Carvalho, os índios teriam ficado esquecidos e semi-isolados por um longo período, algo em torno de 78 anos. Esse isolamento, de fato, se deu apenas com as vilas mais distantes, pois durante o trabalho de campo foram obtidas informações, tanto em entrevistas quanto em documentos oficiais, que apesar da dificuldade de acesso, os índios sempre mantiveram relações comerciais e até matrimoniais com não-índios moradores das vilas de Corumbau e Caraíva. Entretanto, cabe ressaltar que os habitantes “nativos” das respectivas vilas eram em sua maioria mestiços de índios, brancos e negros.

Além disso, apesar da continuidade de permanência no local, o aparente isolamento deve-se também ao que chamamos de negação da identidade indígena. Essa negação parte da sociedade nacional que, por interesses econômicos, políticos e estratégicos, passa a confundir os com a população em geral (Paraíso, 1998), mas também é assumida pelos próprios índios, que em razão das

⁶ Cláudio Alberto Gusmão defendeu sua tese de Mestrado em Direito Econômico pela Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de mestre, tendo como orientador o Prof. Doutor Hermano Augusto Palmeira Machado.

a empreitada, recrutou homens da aldeia:

Proc. nº 2596/52
Fls. 127
Rubrica [assinatura]

“Os índios lembram-se do final da guerra da Alemanha, quando os soldados que guarneciam as praias foram embora. Lembram-se desse período também porque extraíam borracha do mucugê. No brejo Grande e no Pregó havia muito mucugê. Esse látex ao contrário do látex da seringueira que é defumado era cozido e depois transformado em bolas. O comprador da região era o Zé Correia, hoje enfermeiro de Barra Velha.”

“Não muito tempo depois houve um acontecimento que veio marcar o destino de Barra Velha. O índio Manoel Suia, estava em Caraíva numa tarde, quando viu chegar um grupo de oito homens. Traziam uma enorme bagagem, aparelhos que nunca tinham visto, mochilas e umas caixas pesadíssimas. O Chefe do grupo disse chamar-se Dr. Barros, era engenheiro. Vieira demarcou as terras da região. O Suia ainda se lembra do nome de outros membros da equipe, pois logo foi contratado para trabalhar com o grupo. Precisavam de gente para ajudar no serviço de abrir picadas, transportar equipamentos e mantimentos. Havia um tal de Milton, o Darque, o Aurélio e o Renato. O nome dos outros não se recorda. Foram contratados também os índios Chico Palha e o Patrício” (Oliveira, 1995:13).

Muitas lideranças Pataxó trabalharam na demarcação: Manoel Santana, Palmiro, Luis Capitão, Manoel Braz (conhecido como Manoel Súia) e tantos outros. Alguns contam que trabalharam na obra abrindo picadas e colocando os marcos de concreto (que atualmente encontram-se destruídos), outros apenas apoiavam na abertura das trilhas e no cuidado com o equipamento.

O Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal foi criado com prerrogativas de monumento nacional pelo Decreto-Lei nº 12.729, de 19 de abril de 1943, assinado pelo General Pinto da Luz. Alegando serem terras devolutas do Estado da Bahia, demarcaram uma área com os seguintes objetivos:

- a) rememorar o fato histórico do descobrimento do Brasil;
- b) preservar a flora e fauna típicas da região, seguindo normas científicas;
- c) conservar as belezas naturais e promover a organização de serviços e atrativos para desenvolver o turismo.

O projeto de criação do Parque fazia parte de uma das propostas de Bernadino José de Souza, encarregado de determinar o ponto exato do descobrimento do Brasil. Outras propostas foram deliberadas pela comissão, como o levantamento da região compreendida pelo entorno do Monte Pascoal; análise e avaliação da situação jurídica das terras em questão e fixação de um cruzeiro no local onde foi rezada a primeira missa em Coroa Vermelha.

Manoel Súia comenta que eles foram trabalhar para os engenheiros, pois além de acreditar que a demarcação seria para um “Parque Indígena”, precisavam ganhar algum “kaiambá” para comprar roupas e alimentos que não produziam.

Mesmo sem receber uma explicação sobre a real destinação do parque, a confiança partia da justificativa de que os limites coincidiam com o território ocupado e utilizado pelos índios Pataxó

há mais de um século.

Dona Francisca Rita Ferreira da Conceição, conhecida como Dona Chiquinha (106 anos, segundo registro da FUNAI), filha do índio falecido João Vicente Ferreira, conta que os “índios viviam todos espalhados em volta do Monte Pascoal”; quando iam caçar, seu pai e tios arranchavam-se num ponto conhecido como Pé da Pedra que seria a primeira aldeia dos Pataxó que sempre perambularam pelas matas.

Paraíso em uma análise sobre a proximidade cultural entre os Maxacali e Pataxó, também se refere à aldeia Pé da Pedra como a mais antiga aldeia dos Pataxó:

“Outro aspecto a ser considerado é o nome da mais antiga aldeia dos Pataxó – a aldeia Pé da Pedra, localizada no sopé do Monte Pascoal. É interessante que os Maxacali sempre tenham uma aldeia chamada Mikrax-Kakax (Pé da Pedra), que é construída aos pés das grandes montanhas. (...) A razão desta opção preferencial pela localização que define o nome da aldeia, deve-se ao fato de os espíritos guardiões se refugiarem nas cristas das grandes elevações (Nascimento, 1984, apud Paraíso, 1994: 179).

Segundo Manoel Santana, a demarcação do Parque seguiu lentamente, sendo paralisada por alguns meses. Após sua conclusão, para surpresa de todos, os Pataxó foram informados que não poderiam mais morar, nem tão pouco plantar naquele local, pois a partir da demarcação a área havia se tornado o Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal (Decreto – lei nº 12.729, de 19 de abril de 1943).

Outro índio que trabalhou com o Dr. Barros foi Manoel Súia, que nos contou como foi o procedimento, e os limites demarcados:

“Olha só, nas extremas eu trabalhei duas vezes na medição (...) Aí, eu trabalhei na medição do Caraíva ao Bangalô, aí nós rodamos e fomos até a serra do Gaturama. Da Gaturama, nós fomos até o Montinho; ela desceu e fez canto aqui na Corrida, passou pelo Guaxuma e fechou aqui no Caraíva. Eu sei de todos os marcos que foram colocados. (...) Eu trabalhei duas vezes, a primeira o Dr. Barros veio, mas não terminou (...) Fiquei um mês lá” (Entrevista com o índio Manoel Súia, Aldeia Barra Velha, março de 2005).

Segundo o Decreto nº 12.729, os limites do Parque Monumento Monte Pascoal ficaram assim definidos:

“Ao leste a linha costeira do Oceano Atlântico: ao Norte, a margem direita do rio Caraíva, desde a sua foz até a embocadura do seu afluente Guaxuma e, quando alcançado este ponto, a margem direita do rio Guaxuma até sua nascente; a Oeste, uma linha reta ligando a nascente do rio Guaxuma à nascente do rio Corumbau; e ao Sul a margem esquerda do rio Corumbau, da nascente do mesmo rio até a sua foz no Oceano Atlântico”.

É unânime o sentimento de que o Dr. Barros estava ali para demarcar as terras Pataxó. Contudo, uns comentam que sabiam que seria um parque, mas pensavam ser um parque indígena, pois desconheciam as leis relativas a Parques Nacionais. Outros chegaram a afirmar que não sabiam nem o

que estavam demarcando:

“Ele (Dr. Barros) não falava nada, e nós também não perguntávamos. Ele (Dr. Barros) não dizia para que estava fazendo a medição (...) Ele falou que ia fazer a medição, mas só depois que terminou que ele falou assim: ‘nessa terra vocês não têm direito de cortar um pau para fazer roça, só capoeira abaixo. Vocês não têm o direito de cortar um cipó, nada!’” (Entrevista com o índio Manoel Súia, Aldeia Barra Velha, março de 2005).

Analisando a situação sob a ótica do próprio grupo, a experiência histórica dos Pataxó, no que diz respeito à demarcação do Parque Estadual em 1943, produziu um mito de origem da ocupação da terra, que tem sido transmitido de geração a geração (Tempesta e Sotto-Maior, 2005).

O Dia do Índio foi instituído em 1940 durante o 1º Congresso Indigenista Interamericano no México. Mas, no Brasil, coincidência ou não, a data foi marcada em 19 de abril de 1943, por decreto do então Presidente Getúlio Vargas, depois de muita insistência do Marechal Cândido Rondon. Coincidência a publicação do Decreto do Parque Monumento Monte Pascoal ter ocorrido na mesma data?

Indignados com a expulsão de suas terras, vários índios, entre eles o capitão Honório Borges, se mobilizaram e seguiram em viagens para o Rio de Janeiro e mais tarde para Brasília em busca dos “seus direitos”, ou seja, o reconhecimento legal sobre as terras que ocupavam há séculos e que passaram a ser privados de ocupar.

Caraíva que chega à “*década de 1940 com uma boa infra-estrutura e comércio, havia ferreiro, mecânico, padaria, armazém, cartório (...)*”, sofre uma grande tragédia que marca a decadência econômica da vila. No dia 26 de julho de 1948, “*a caldeira da serraria explodiu, matando seu maquinista e arremessando peças de ferro a grande distância. O acidente trouxe duras conseqüências para a população. Desorganizou a economia e boa parte dos moradores migrou para outras localidades em busca de trabalho*” (Documentação cedida pelo IPHAN – Memorando 183/06), entre eles alguns índios.

Sobre a situação de “*pobreza*” dos Pataxó referida por Gago Coutinho, encontramos documentos nos Processos nº 619/51 IR e 4073/49 SPI, de 1949, que retratam a situação dos Pataxó nesse período. Ofícios trocados entre o SPI e a 4ª Inspeção-Recife descrevem uma fase do processo que demonstra a constante luta do grupo em busca da garantia de seus direitos:

“O Capitão Onoro (Honório) pede a vossa excelência um auxílio para os pobres da aldeia de índio Belo Jardim Monte Pascoal. Manda pedir roupa para minhas crianças e peça ferramentas para o meu trabalho, faço um pedido que não deixem de atender. Peça o favor de não deixar o pessoal da Índia tomar minhas terras tentando para panhar. Aldeia dos índios de Belo Jardim Monte Pascoal (...)” (Processo, 4073/49 SPI e 6/09/51 IR Niterói – 1 de setembro de 1949).

Contudo, apesar das recorrentes solicitações por parte dos índios, o apoio era constantemente negado, ora por falta de recursos ora por falta de servidores disponíveis para realizar o levantamento:

“1º Quanto ao pedido do capitão “Onoro”, sobre tecidos e ferramentas, esta I.R. não pode atender, pelo menos presentemente, por falta de verbas; 2º Quanto ao último tópico, referente ao ‘pessoal da Índia’ não sei a que se reporta o suplicante. Caso acheis conveniente a ida de um Inspetor para verificar in-loco o que existe, poderá esta IR indicar um dos servidores, que desde logo apresento na pessoa do Inspetor Alísio de Carvalho ou Silvio dos Santos que residem na região. Desde logo, porém, esclareço que está esgotada, digo quase esgotada outros recursos para tal fim (...)” (Processo, 4073/49 SPI e 6/09/51 IR, Despacho de Raimundo D. Carneiro – Chefe da 4ª IR, encaminhado à S.A., em 14/10/49).

Apenas em janeiro de 1950, por determinação do Inspetor Especializado Silvio dos Santos, o agente do SPI, Manoel Moreira de Araújo, se desloca com objetivo de alcançar o local denominado por ele de Aldeia Velha (Barra Velha), em Monte Pascoal. Em seu retorno, relata que no local indicado existia uma aldeia de índios chefiados pelo capitão Honório e que este se encontrava no Rio de Janeiro em busca de ajuda do SPI. Porém, o agente informa que não foi possível chegar até a aldeia, pela dificuldade de acesso, portanto as informações foram colhidas junto ao Padre José Gonçalves de Oliveira. Afirma também ser muito difícil o atendimento às solicitações do capitão, pois não havia estrada, nem transporte até a aldeia Belo Jardim que fica a 14 léguas do Arraial d’ Ajuda.

Citando informações do Padre José, o servidor Manoel Moreira de Araújo afirma que as terras ocupadas pelos índios são devolutas e ruins para agricultura, sendo que os Pataxó viviam quase que exclusivamente da caça e da pesca. Para o agente, o simples atendimento à reivindicação dos indígenas não seria suficiente. Entende ser mais prudente transferi-los para a região jurisdicionada ao PI Caramuru ou para outro próximo, pois assim seria mais fácil prestar assistência.

Em 1951, um ano após o último despacho, o Inspetor Alísio Carvalho se manifesta contrário à transferência dos Pataxó para Caramuru:

“pela impraticabilidade da idéia de serem transferidos os mestiços de que cogita este processo, por se tratar de cidadãos plenamente integrados naquela região litorânea, com inclinação e hábitos perfeitamente definidos, e precipuamente, por acarretar pesado ônus para o Serviço, porquanto implicaria tal localização medida preliminar de construir certo número de casas para instalar todas as famílias, além de outras despesas decorrentes, até se ajustarem nas novas condições de vida” (Processos, 4073/49 SPI e 6/09/51 IR 4).

A viagem que o capitão Honório fez ao Rio de Janeiro, citada por Manoel Moreira de Araújo, passou a ser um dos marcos da história Pataxó contada pelos índios e confirmada pela documentação oficial e jornais da época.

De volta de uma longa e demorada viagem em 1951, sem alcançar êxito aparente, o capitão Honório retorna a Barra Velha e informa que estivera no SPI conversando com agentes do governo e que esses garantiram que iriam tomar providências no sentido de ajudá-los. Com ele chegaram dois indivíduos, de identidade até hoje desconhecida, que se apresentaram como representantes do Governo

Federal, e que estavam ali para solucionar o problema em relação à demarcação da terra Pataxó.

Conquistando a confiança de algumas lideranças, esses dois indivíduos estimularam um grupo de índios a saquear a mercearia Theodomiro Rodrigues localizada no povoado de Corumbau, investida que provocou o ferimento de Theodomiro. Esse fato desencadeou uma violenta reação, tanto por parte dos regionais, como dos policiais de Prado e de Porto Seguro (Sampaio, 1996).

“Na terceira noite, já depois da meia-noite, alguém notou um clarão de lanterna do outro lado do brejo. Logo depois a luz piscou três vezes seguida. Foi dado o alarme (...) logo depois começaram a ouvir tiros vindo também e compreenderam que estavam cercados (...) os índios começaram a perceber que os tiros estavam passando agora por cima das casas. Acabaram percebendo que os atacantes estavam é brigando entre si” (Oliveira 1985: 21).

Muitos índios escaparam para as matas e ali permaneceram durante alguns dias. Outros foram capturados e presos como bandidos. “*Os índios presos iam sendo amarrados com as mãos para trás. Depois eram presos uns aos outros, feito caranguejos, e trazidos para a aldeia*” (Oliveira, 1985). Ainda, hoje, os velhos guardam lembranças amargas da violência, humilhações, estupros, fome e morte. O saldo final foi uma aldeia inteira queimada, os dois “*insufladores*” e mais dois índios mortos, a dispersão do grupo e um grande sentimento de traição.

Traumatizadas, as famílias Pataxó dispersaram-se, transferindo-se para outras localidades onde encontraram apoio de “*parentes*”¹⁰ e até de fazendeiros que ofereceram lugar para morar em troca de trabalho. Locais como o Córrego do Gibura, onde hoje é a Terra Indígena Águas Belas; a Gameleira (Corumbauzinho); Santa Cruz Cabralia, onde fundaram a aldeia Mata Medonha; a barra do rio Cai e rio do Peixe - Cumuruxatiba, local onde se juntaram com outros Pataxó que lá viviam; Itamaraju; Arraial D’Ajuda e Prado foram escolhidos como refúgio. Poucos resistiram e ficaram em Barra Velha, como a família de D. Josefa, mãe de Zé Baraiá.

“Ah dona, aí é que o troco foi bonito, viu? Foi índio corrido pra todo mato. Tem gente corrido até hoje, que não vem aqui mais nunca de medo. Foi tiro pra disgrama que deram. Disseram que o índio tava atirando. Que índio? Com o que o índio ia atirar? Não tinha arma nenhuma. Aí acabou, foi aí que queimaram a Barra Velha com essa briga, e custou para acertar e deu trabalho” (entrevista com o índio Luis Conceição Ferreira – Luís Capitão, 80 anos, na Aldeia Barra Velha em 2005).

Vale ressaltar que alguns dos locais escolhidos como refúgio pelos Pataxó de Barra Velha, após 1951, já eram habitados por famílias indígenas nascidas na região do Corumbau. A Gameleira, a barra do rio Caí, o Desejo, Come Quem Leva, por exemplo, eram utilizados como áreas de moradia, como locais de troca de produtos e durante festas, como a de São Sebastião. (mapa temático anexo)

“Moravam no córrego do Ribeirão. A família dos Braz morava lá. Acho que umas 10 famílias

¹⁰ Novamente, esse termo parente descreve um outro índio, não necessariamente com ligações consanguíneas

que moravam nos costão do córrego, um lugar que chamava Boa Vista, Desejo, na verdade tem vários nomes lá. Ai depois, essas famílias desceram aqui para a aldeia” (entrevista realizada com o cacique Romildo, na Aldeia Barra Velha, em 2005).

Essa ocupação, acima descrita, é comprovada pela presença continuada de três famílias indígenas na região onde hoje está a aldeia Corumbauzinho. As famílias do Sr. Ananias Ferreira dos Santos ou Zé Bico, como é chamado; a do Sr. Alexandre Braz e a do Sr. Mário Braz.

O Sr. Ananias apresentou ao GT documentação de propriedade de uma área de 30 ha. O documento cita uma ocupação primária da década de 60. Segundo ele, na década de 1970 um amigo orientou-o para fazer o registro no Incra como forma de tentar impedir a invasão de seu pedaço de terra por grileiros e madeireiros. Seguindo o conselho do amigo, o Sr. Ananias foi à cidade de Teixeira de Freitas e registrou sua posse.

Passado o grande alvoroço, algumas famílias começaram a retornar e reconstruir a aldeia. Outros nunca mais voltaram como Luciana Maria Ferreira (71 anos), conhecida pelo nome indígena de Zabelê. Ela foi para um lugar conhecido como Juerana. Com as imposições colocadas pelo IBDF, após a oficialização da área do PNMP em 1961, foi morar em Corumbau e viver da pesca. Segundo Zabelê, após algum tempo, o cunhado do Sr. Manoel, seu esposo, chamou-os para abrir uma posse no rio do Peixe Pequeno, próximo a Cumuruxatiba, e para lá seguiu com Manoel Santana Fragoso (82 anos) nunca mais retornando a Barra Velha. Hoje mora na Aldeia Tibá com a família.

“Uma índia muito bonita, chamada Luciana, prima de Manoel Santana, sofreu na mão de todos. Essa índia até hoje não teve coragem de voltar a Barra Velha. Mora em Cumuruxatiba. É a única índia que ainda sabe a língua Pataxó” (Oliveira, 1985).

O “fogo 51”, ou “guerra de 51”, como ficou conhecido o episódio, pode ser analisado como uma das formas utilizadas nesse período da história do país, também registradas em outras regiões, para gerar a dispersão e desmobilização social de grupos indígenas. Mas era, também, parte de um plano do Partido Comunista Brasileiro de levar a luta de classe à área rural e envolver o proletariado indígena. Os interesses que prevaleciam eram os de ocupação territorial para exploração econômica. No caso específico do entorno do Monte Pascoal, a pressão pela ocupação da área já vinha se desenrolando desde o período colonial.

Apenas a título de reflexão, cabe apresentar alguns fatores interessantes no contexto do conflito de 1951. Em um levantamento no cartório de registros de Cumuruxatiba encontrei um livro da década de 1930, inscrito pelo então Juiz de Paz da região – Theodomiro Rodrigues (o mesmo nome do dono do estabelecimento roubado em Corumbau), que tinha muita influência política na região do Prado, de onde partiu um dos grupos de policiais para Barra Velha. Theodomiro supostamente primo de Júlio Rodrigues e Eudaldo Rodrigues (o último também conhecido por ser um grande madeireiro da região

D

do rio Cahy).

Se fizermos uma retrospectiva na ocupação do Extremo Sul da Bahia, veremos que, inicialmente, ela foi definida pela exploração e extração do pau-brasil. No século XII houve uma tentativa frustrada de implantação de algumas monoculturas. Já no século XVIII, a agricultura e a pecuária passaram a ser os principais definidores da ocupação da região. Nos séculos seguintes, XIX e XX, a exploração de madeira, principalmente a branca para fabricação de compensados, é retomada com força total, seguida da implantação da monocultura do eucalipto, que altera de forma radical a ocupação espacial do interior no extremo sul do estado. A indústria do turismo tem início no século XX e é responsável pela implantação de grandes pólos turísticos, em sua maioria, completamente desordenados, como é o caso de Porto Seguro. Esses pólos passam a atrair um grande contingente populacional, gerando a ocupação sem controle da costa litorânea do Extremo Sul baiano.

Quanto aos conflitos de 1951, até hoje não se sabe quem eram e de onde vinham os dois homens que se infiltraram na aldeia. Os índios mais velhos contam a situação também descrita por Cornélio em seu livro, que, logo após a perseguição que ocasionou o ferimento de vários índios e a morte dos dois homens, a polícia suspendeu as prisões alegando terem ordens de Salvador para não continuar com a ação.

“Irene, um pretão paisano que estava ajudando a polícia prendeu Marcelo e Tururim. – Não carece prender eles não, falou Galdino, são gente boa. - Vão acabar fugindo esses desgraçados. E os amarrou feito porcos. Mas, antes do meio dia passou por ali o Major Arsênio que voltava de Caraíva com um grupo de soldados. Falou-lhes que havia chegado ordem de Salvador para soltar todos os índios. Fora apurado que eles não tinham culpa no acontecido. Os dois culpados já haviam sido mortos. Disse que haviam soltado todos que estavam presos em Caraíva. Falou também que um soldado havia sido punido, porque fora flagrado maltratando um índio” (Oliveira, 1985).

Mas, com certeza, o que mais causa estranhamento são as outras ações e ordens paralelas, como a queima das casas por Vitorino Batista da Cruz e a ordem de que os índios deveriam ser levados para as fazendas das redondezas. “A ordem dizia também que os índios deveriam ser levados para as fazendas. Cada fazendeiro poderia levar quantos índios quisesse” (Oliveira, 1985).

Por que a Polícia de Salvador teria ordenado tal cessar fogo, sem ao menos ouvir os agressores ou agredidos? Por que os fazendeiros poderiam ficar com os índios como se fossem mercadorias, ou escravos? Por que não se tem registro sobre quem eram, de fato, os dois homens acusados de provocar o conflito? Essas questões talvez nunca sejam respondidas, mas o que parece mais evidente é a intenção de retirar os indígenas da área de forma irreversível.

Quando perguntamos para os Pataxó qual o nome dos dois homens, eles respondem que não se recordam. Descrevem as características físicas com facilidade, e afirmam que eram chamados de

tenentes, mas os nomes foram completamente apagados da memória coletiva. Esse “esquecimento” demonstra o quanto foi violento o conflito de 1951.

Alguns pesquisadores, como é o caso de Carvalho e Paraíso, investem na hipótese de serem pessoas ligadas ao Partido Comunista da Bahia, mas não existem elementos suficientes para confirmar esta hipótese. Apenas que talvez mortos os “comunistas”, não havia mais necessidade de outras medidas repressivas, que na IR 4 – Recife – havia uma base de apoio aos comunistas e que as aldeias isoladas eram consideradas adequadas para atuarem sem maior visibilidade. Segundo publicações diversas o mesmo aconteceu no PIN Caramuru-Paraguaçu.

A análise dos processos de regularização das TIs Barra Velha e Águas Belas conduziu o GT a alguns dados relevantes sobre as relações de não-índios da região com interesses contrários aos Pataxó, como, por exemplo, a presença da família Rodrigues no entorno do Monte Pascoal. Trata-se de família com histórico ligado à exploração madeireira, interessada em ampliar seus domínios. Curiosamente, Júlio Rodrigues era proprietário de uma serraria em Caraíva; Eudaldo, seu primo, era ocupante de uma posse que incidia em Águas Belas e fazia limite com uma área da BRALANDA, empresa que também tinha interesse em terras na região, e Theodomiro era proprietário do comércio que foi “saqueado” pelos dois desconhecidos com o apoio dos índios. Theodomiro também era ocupante de uma posse próxima ao rio Gibura.

Dona Josefa, já falecida e considerada por todos como uma grande “guerreira”, permaneceu na área desde a diáspora. Zé Baraiá, um dos filhos de Josefa, conta que ela ficou escondida com seus filhos por uma semana no Campo do Boi, comendo banana verde, até que resolveu ver se a situação tinha acalmado. Ele conta que um dia sua mãe falou “*que mesmo que morresse não ia continuar agüentando ficar naquela situação de fugida, queria voltar para aldeia*”. Procurou seu pai, Epifânio, que estava trabalhando em uma das fazendas da região perto de Itabela para buscar apoio. Inconformados com a situação resolveram retornar a aldeia, que ostentava a única construção que resistiu ao fogo, a igreja.



Passaram-se dois ou três anos até que um número maior de famílias tomasse coragem e iniciasse um movimento de retorno. Este se deu de forma lenta, durante aproximadamente oito anos. Na re-ocupação da área, várias mudanças aconteceram, sendo que a mais comentada pelos Pataxó foi a miscigenação decorrente dos casamentos interétnicos, principalmente entre negros e índios. “*Muitos voltaram para aldeia com maridos ou esposas negras(os) e mulatos*” (entrevista realizada com Zé Baraiá, na aldeia Barra Velha, em 2005).

Dona Josefa – foto retirada de uma foto exposta na casa de Zé Baraiá

Nesse meio tempo, a área que os Pataxó utilizavam tradicionalmente antes do fogo 51 para caça, pesca e coleta foi sendo transformada e as matas derrubadas pelos posseiros que ampliavam a exploração de madeira e a implantação de grandes áreas de pasto no lugar da mata derrubada.

“Durante alguns anos, Barra Velha permaneceu praticamente abandonada, com a notável exceção de alguns resistentes, como D. Josefa, mãe de Zé Baraiá, que desafiou os tenentes do IBDF, mantendo sua roça num local contemplado pelo Parque. Além de D. Josefa, Epifânio Ferreira, pai de Luís Capitão, e Cassiano Ferreira não abandonaram Barra Velha após o Fogo. Em carta à FUNAI, possivelmente datada de 1985 (Proc. FUNAI/BSB no. 2556/82, fl. 385ss), lideranças Pataxó esclarecem que Quando, em 1960, o IBDF começou o desmembramento do Parque Nacional Monte Pascoal, não houve uma reação total contrária pelo nosso povo. Não porque concordamos com tal coisa, mas os índios que arriscaram-se a voltar tinham medo que o massacre recomeçasse e, só a partir do momento em que começamos a nos agrupar em maior número, é que começamos a manifestar o desejo de o governo federal devolver nossas terras. Foi Luís Capitão quem se empenhou no retorno das famílias e na reorganização da aldeia, a partir de 1957. Contudo, a extensão de terra já se mostrava reduzida diante do contingente populacional, e mais: os Pataxó não possuíam nenhuma garantia legal da posse das terras que ocupavam e utilizavam tradicionalmente. Por esses motivos, o velho Epifânio, seu filho Luís Capitão, Tururim e outros homens empreenderam novas viagens ao Rio de Janeiro e à Brasília, em busca “dos direitos”, isto é, da garantia legítima da posse das terras Pataxó. Igualmente, D. Josefa entregou por escrito uma reivindicação dos direitos do grupo sobre aquelas terras a um representante da presidência da República, que esteve em Porto Seguro nos anos 60” (Tempesta e Sotto-Maior, 2005; pp.21).

Não se sabe por que, mas o Decreto que demarcou o parque em 1943 não foi homologado após a demarcação física e o tempo se encarregou de criar sérias limitações para a efetivação do projeto, como, por exemplo, o aumento considerável do número de posseiros.

Documentos incorporados ao Processo de Regularização da TI Águas Belas demonstram que, apesar dos interesses dos ocupantes serem os mais variados, o que prevalecia, neste caso, era a ocupação de terras por políticos e empresários baianos e capixabas.

Um exemplo evidente é o do Sr. Raimundo Tavares Marinho, irmão do Sr. Péricles Tavares Marinho (Ferrinho), este servidor aposentado do IBDF e filho do ex-Prefeito de Santa Cruz Cabrália da década de 50, Antônio Marinho Neto. Outra situação encontrada foi a posse de um parente do Sr. Miravaldo Jesus Siquara (filho de família tradicional de Caravelas), também ex-tenente do IBDF. Várias outras situações foram detectadas, como a distribuição de terras para Prefeitos das cidades da região, mas que serão descritas com detalhes na Parte VI – Levantamento Fundiário.

Diante da situação de ocupação da área de Decreto do Parque, o Diretor do Departamento de Terras da Secretaria de Agricultura visitou o local. Como a 4ª Inspeção Regional da Bahia tinha considerado a possibilidade de passar ao domínio da União a área reservada ao Parque Nacional Monumento Monte Pascoal, o Diretor sugeriu que esta fosse reduzida, excluindo as ocupações já por demais valorizadas para serem indenizadas (Plano de Manejo do IBDF).

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

A sugestão foi acatada e por meio do Decreto nº 17.912-A, de 28 de dezembro de 1960, o Governo do Estado da Bahia repassou à União uma área de 22.500ha, sendo realizada, então, uma demarcação com os atuais limites do Parque Nacional do Monte Pascoal, oficializada pelo Decreto nº 242, de 29/11/61:

DECRETO Nº 242, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1961.

Cria o Parque Nacional do Monte Pascoal e dá outras providências.

Proc. nº. 2554/SR
Fls. 0255
Rubrica

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS, usando da atribuição que lhe confere o art. 18, item III, da Emenda Constitucional nº 4, e CONSIDERANDO que o art. 175, da Constituição coloca sob a proteção e cuidados especiais do Poder Público, monumentos e documentos de valor histórico, bem como os monumentos naturais as paisagens e os locais de particular beleza; CONSIDERANDO a excepcional importância de que se reveste o Monte Pascoal, no Município de Pôrto Seguro, Estado da Bahia, não só pelo seu valor histórico, como pelas belezas oferecidas pela região; CONSIDERANDO ainda, o que dispõem os artigos 5º, alínea c, 9º e seus parágrafos, 10 e 56 do Código Florestal, aprovado pelo Decreto nº 23.793 de 23 de janeiro de 1934,

DECRETA:

Art 1º Fica criado no Estado da Bahia, abrangendo terras do Município de Pôrto Seguro, o Parque Nacional do Monte Pascoal (P.N.M.P.), subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Art 2º O Parque, ora criado, terá a área aproximada de 22.500 hectares e a seguinte linha divisória: A Leste - pela linha Costeira do Atlântico; ao Norte - margem direita do rio Caraiva, desde sua foz, até a confluência com o rio Cemitério seguindo por este e sua margem direita até à altura aproximada do meridiano 39º25', onde encontra um formador, à margem direita do mesmo rio Cemitério; a Oeste - por esse formador, no rumo aproximado sudoeste, logo depois Sul, até suas nascentes, nas proximidades, do Monte Pascoal e a noroeste deste, ao Sul - pela margem esquerda do rio Corumbá, até sua foz, no Oceano Atlântico.

Art 3º A área definitiva do Parque que será fixada depois do indispensável estudo e reconhecimento da região, a serem realizado sob a orientação e fiscalização do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Art 4º As terras, a flora, a fauna e as belezas naturais, constitutivas do Parque, inclusive propriedades públicas e particulares por eles abrangidas, ficam desde logo, sujeitas ao Regime estabelecido pelo Código Florestal vigente.

Art 5º Fica o Ministério da Agricultura, através do Serviço Florestal, autorizado a entrar em entendimento com o Governo do Estado da Bahia, com a Prefeitura do Município de Pôrto Seguro e com os proprietários particulares de terras abrangidas pelo Parque, para o fim especial de promover doações, bem como efetuar as desapropriações que se fizerem necessárias à sua instalação.

Art 6º A administração do Parque e as demais atividades a ele afetas serão exercidas por funcionários do Ministério da Agricultura, designados para esse fim.

Art 7º O Ministério da Agricultura baixará, oportunamente, um Regimento para o Parque Nacional do Monte Pascoal e as instruções que se fizerem necessárias ao seu cumprimento.

Art 8º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de novembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

TANCREDO NEVES

Armando Monteiro

De forma só aparentemente paradoxal, a nova área demarcada excluiu as grandes ocupações de políticos e empresários da região, conforme documentos anexados no Processo de Regularização

40

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

Fundiária de Águas Belas, entre eles posses da empresa madeireira BRALANDA¹⁰, que também atuava na região de Cumuruxatiba, e incidia exatamente na principal área de ocupação dos Pataxó e de alguns poucos posseiros nativos da região.

Se até esse momento os Pataxó vinham perdendo parte de seu território tradicional para os grandes exploradores de madeira e criadores de gado, foi na efetivação do Parque Nacional Monte Pascoal que os seus direitos foram quase que totalmente subtraídos. Foi-lhes reservada apenas uma área de 210 ha para que o grupo que ali resistia pudesse exercer suas atividades de subsistência. Na realidade, os índios estavam sendo “punidos por terem preservado as matas até aquele momento” (Raoni, 2005 - jovem liderança de Barra Velha), já que Parque Nacional é uma categoria de Unidade de Conservação e de Preservação Permanente. O modelo de Unidades de Conservação adotado no Brasil deriva da concepção de áreas protegidas, que foi construída no século passado, com objetivo de proteger a vida selvagem ameaçada pelo avanço da civilização urbano-industrial nos Estados Unidos (Arruda, 1997).

Como descrito na introdução deste trabalho, os Pataxó fazem parte do grande tronco Macro-Jê, conhecidamente caçadores e coletores, tornando-se desnecessário dizer que tais limites, de 210 ha, eram inadequados para um grupo acostumado a retirar das matas, dos rios, do mangue e do mar sua subsistência. Os Pataxó foram cerceados em seus direitos de ir e vir em seu próprio território: Arranchar ao Pé da Pedra, ou seja, no sopé do Monte Pascoal, em busca de alimento ou ir ao encontro dos encantados e antepassados já não era mais permitido. O mangue foi subtraído do território Pataxó sem qualquer menção à presença indígena na região.

A perda do território foi um processo brusco. Com a chegada dos guardas florestais do IBDF, que proibiam a plantação de roças, a criação de animais, a caça, a retirada de imbirá e piaçava, ou qualquer outro produto que estivesse dentro dos limites demarcados para o Parque, a situação tornava-se mais crítica a cada dia.

Conforme documentação do SPI, de 1963 (Processo FNI/GB/635/69), um telegrama do SPI direcionado ao Diretor do Parque Nacional Monte Pascoal solicita que seja verificada a possibilidade de permitir que os 180 remanescentes dos índios Pataxó cultivem a área, sempre ocupada por eles.

“Informado pelo sr. Prefeito dessa cidade, estarem os índios Pataxó impossibilitados de lavrarem suas terras absorvidas pelo Parque nacional sob vossa direção, venho apelar para vosso espírito de justiça, permitindo que os índios continuem cultivando a área que for necessária a sua subsistência. Este apelo tem por fim evitar que venham sofrer privações por falta das terras

¹⁰ Sociedade Anônima Brasil-Holanda Indústria – Bralanda. Empresa instalada no Extremo Sul da Bahia na década de 70, que tinha como foco a exploração de madeira branca para fabricação de compensados.



que inapelavelmente lhes pertenciam e por coincidência no ponto exato em que se deu o nosso descobrimento. Confiado no vosso patriotismo espero ser atendido” (Processo FNI/GB/635/69).

Vários documentos inseridos no processo acima citado comprovam a insistência com que os técnicos da FNI (posteriormente FUNAI) reivindicavam investimentos que garantissem a subsistência dos índios Pataxó de Barra Velha, bem como a liberdade para trabalhar no cultivo das terras. Entretanto, pouco se realizou de concreto para atender as necessidades desse grupo. Uma das alegações era a dificuldade de acesso à aldeia, que na época era feito pelo litoral, pois o caminho por terra era intransitável em maré alta.

O então Inspetor da IR- 4 em Recife, Francisco Sampaio, sempre se mostrou indignado com a forma como os Pataxó vinham sendo tratados e encaminha, em 18 de fevereiro de 1965, um ofício onde demonstra toda sua preocupação com a falta de definição para a situação de conflito em que se encontravam os índios e os servidores do PNMP:

“Devo, entretanto, dizer-vos que acho descabida e humilhante as interferências do Encarregado do Parque e da Guarda Flores – tal do mesmo, na vida dos índios dentro da área que a eles for reservada, conforme prescreve o item 4 das instruções anexas ao ofício que também vos transmito, podem trazer grandes aborrecimentos por excesso de autoridade que os funcionários do parque pretendem ter sobre os índios, como se fossem os doadores das terras. (...) Na viagem que fiz àquela região, pude observar que existe certa animosidade do pessoal do parque conta os índios que são olhados como indesejáveis intrusos. (...) É incrível que essa raça que tudo possuía, viva hoje na humilhante condição de pedintes de terras para trabalhar, viver e morrer. (...) Devo, ainda, lembra-vos que a área a ser reservada não deverá ser inferior a 1.000 hectares de terras cultiváveis. O terreno que percorri por ocasião da visita que fiz àqueles índios, é excessivamente arenoso, não se prestando para cultura” (Documento inserido no Processo FNI/GB/635/69).

Já naquele momento, a avaliação dos técnicos da FUNAI quanto à área destinada aos Pataxó era de um perímetro que não atendia às necessidades de subsistência dos índios. Por isso, a sugestão que parecia mais coerente era a de uma negociação junto ao IBDF para a alteração do ato administrativo que instituiu o Parque Nacional para um Parque Indígena, respaldados, inclusive, na publicação do Decreto nº 62.998, de 16/07/68, que em seu art. 5º passava a considerar como Reserva Indígena os Parques e Reservas Florestais criados em leis ou decretos, se nestes habitassem *tribos indígenas*:

“Todavia, agora, é de se supor que a questão será resolvida a contento, face ao advento do Decreto nº 62.998, de 16/7/68, que passou a considerar como reservas indígenas, os parques e reservas florestais criados em leis ou decretos, desde que nestes habitem, no seu todo ou em parte, tribos indígenas” (Ofício 266/68 da IR 4).

Nesse período foram criados vários Parques Indígenas, a exemplo do Parque Indígena do Xingu e o Parque Indígena do Araguaia. Sendo assim, essa proposta poderia ter sido a solução definitiva para os conflitos perpetuados até a presente data.

No mesmo Ofício acima citado, o servidor da FUNAI afirma que:

“Acreditamos que o SPI, por sua direção, foi desidioso nessa questão que, sem dúvida, deveria ter sido tratada em nível mais elevado (entre o diretor e o Ministro da Agricultura, uma vez que o DRNR a este estava subordinado). Ao invés disto, foi ela tratada entre um inspetor do SPI e um agente daquele departamento. Consideramos, assim, que essa omissão é a responsável pela falta de êxito nos propósitos do SPI, como bem se pode perceber de fls. 1 a fls.13” (idem).

Contudo, o convênio que o Decreto nº 62.998 previa como adoção para estabelecimento de normas comuns não foi realizado e os conflitos continuaram. Em entrevista, os índios mais velhos falaram que a pressão e a violência se tornaram mais evidente com a chegada do tenente do IBDF, Miravaldo Jesus Siquara. Ele foi deslocado para a região com objetivo de efetuar as indenizações dos ocupantes da área do parque, inclusive dos indígenas.

Siquara, como era chamado pelos índios, foi acusado por várias lideranças da época de usar de violência física contra os índios que caçavam escondidos à noite para matar a fome de suas crianças, ou retiravam piaçava para vender em Caraíva e garantir a farinha.

Em uma entrevista realizada em agosto de 2004, o índio Firmo (94 anos), falecido em dezembro do mesmo ano, relatou que certa vez pegou uma capivara durante a noite e levou escondido para sua casa. Lá chegando, todos ficaram muito felizes, pois teriam carne durante aquela semana. Poucos minutos depois, “*chegou Siquara e gritou para que eu passasse a caça para ele, porque ali era parque e não podia caçar. Fiquei nervoso e não queria dar, ele veio para cima e me agrediu, até que saímos no braço, mas eu não entreguei não*”.

Alguns índios receberam as indenizações, pois não agüentaram as constantes pressões. Outros se recusavam a receber, mas sofriam com as ordens de desapropriação de suas terras.

“Contudo muitos índios acabaram recebendo as indenizações. Um dia o tenente Siquara chegou em Caraíva de avião, acompanhado pelo Dr. Aurélio, um homem da cabeça pelada. Mandaram chamar alguns índios que estavam irredutíveis na questão do recebimento da indenização e tentou mais uma vez convencê-los. Mas ficaram firme e não receberam. Por fim o tenente disse-lhes que o dinheiro ficaria na sede do parque e quando mudasse de idéia poderiam pegar o dinheiro lá. Para encurtar conversa, recebendo ou não, acabou saindo todo mundo da área. Os índios tiveram que se espalhar novamente e Barra Velha voltou a ficar deserta. Tinha índio em Itaquena, em Trancoso, em Porto Seguro, no rio dos Frades, no Come Quem Leva, na Água Branca e no Só Não Vou. Muitos foram para cidades mais distantes como Canavieira, Itabuna, Ilhéus e mesmo Vitória e Linhares, no Espírito Santo” (Oliveira,1985).

Pouco tempo se passou até que acabasse o dinheiro recebido pelas indenizações. Os valores irrisórios foram suficientes para “*apenas algumas feiras*”. Logo os Pataxó passaram a vender sua mão-de-obra para os fazendeiros da região, o que acontecia de forma extremamente abusiva. Trabalhavam muito e recebiam pouco; conseqüentemente, os problemas com a desnutrição das crianças e doenças aumentavam a cada dia.

Mesmo com muito receio do que iriam enfrentar, gradativamente, começaram a retornar a Barra Velha. De início, instalaram-se na faixa da praia e sobreviviam do mangue, do brejo, e das

[Handwritten signatures and notes]

pedras dos recifes. Do mangue retiravam o caranguejo que era vendido nos comércios das vilas em troca de farinha, e do brejo a traíra para ser vendida e consumida. A dieta também era reforçada por algumas frutas nativas como o caju e a mangaba, mas essas só no mês de dezembro. Das pedras tiravam o ouriço (o que fazem até os dias de hoje), que muitas vezes eram comidos “lá mesmo, em cima das pedras e cru, e outras vezes cozido e com farinha de pubá” (entrevista com o índio Zezito Pataxó, em 2005 – atual Chefe do NAL da FUNAI em Monte Pascoal)

O cientista social Rinaldo Arruda, em um trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, em 1997, sobre “Populações Tradicionais e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação”, faz uma análise sobre o que seria a “*criminalização*” dos meios de sobrevivência dos índios após a decretação de uma unidade de conservação, que corresponde à própria realidade dos Pataxó de Barra Velha:

“Quando as populações resistem e permanecem, suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência raramente são reconhecidas. Ao invés disso, passa a ocorrer uma criminalização dos atos mais corriqueiros e fundamentais para reprodução sócio-cultural destas comunidades. A caça, a pesca, a utilização de recursos da floresta para manufatura de utensílios e equipamentos diversos, a feitura de roças (...), tudo isso é, é de uma penada jurídica, transformando em crime e seus praticantes perseguidos e penalizados. Ao mesmo tempo, são instalados a proteger e respeitar o meio ambiente, sendo encarados como principais responsáveis pelo futuro da humanidade, corporificado na preservação da área em questão” (Arruda, 1997).

O mangue foi o primeiro foco de discussão entre o IBDF e FUNAI. A idéia era elaborar um projeto que garantisse a subsistência dos índios, com isso retirando-os das atividades de coleta de caranguejo no mangue. Vale ressaltar que o IBAMA tem atenção especial para com a área de mangue no Monte Pascoal, tanto por se tratar de ecossistema extremamente delicado, como por ser a única UC do Brasil que tem área de mata e mangue contíguos a praia.

Segundo José Baraiá, filho de Dona Josefa, esses foram anos de muita dificuldade e tristeza, pois como não podiam mais plantar uma “rocinha”, e nem buscar a caça nas matas, a alimentação era precária e as crianças viviam com diarreia. Antes, eles também retiravam das matas a imbirá para fazer corda, estopa, piaçava e outros produtos para vender ou trocar por outros alimentos, mas os guardas do parque tudo proibiam.

Os que resolviam colocar roça, mesmo sem autorização, como Dona Josefa, na maioria das vezes não chegavam a colher, pois os agentes do parque destruíam as plantações. Outros arriscavam-se na coleta da piaçava durante a noite, “(...) *Viviam como ladrões, roubando em suas próprias terras*” (Oliveira, 1985).

Em todas as entrevistas realizadas com os índios mais velhos, Siquara é citado como o mais violento, mas Raimundo também é um nome lembrado com muita mágoa. O ex- tenente Ferrinho até

[Handwritten mark]

que é bem visto e querido por muitos, mas não ficou fora de algumas acusações. Outros nomes citados pelos índios são: Sarapião, Beijinha, Zequinha, Milton e Albino.

O servidor aposentado pelo IBDF, Miravaldo Siquara, é uma figura que permanece muito presente no imaginário dos Pataxó, principalmente como um homem violento e desagregador. Após a análise do Relatório da Divisão Policial do Interior – Delegacia de Polícia de Porto Seguro, de 17 de janeiro de 1970, folhas 86 e 87 do Processo nº 2556/82 de identificação e delimitação da TI Barra Velha, podemos compreender o dilema gerado pelo conflito de competência entre o IBDF e a FUNAI.

O referido relatório descreve uma desavença entre os guardas do PNMP e os índios Luiz Ferreira e Firmo Ferreira dos Santos. O último foi acusado por Siquara de *“incentivar os caboclos de promover a devastação das matas do parque”*, bem como de *“subtrair alguns produtos pertencentes ao parque”*, e que para isso estava ameaçando os guardas. Firmo se defendeu alegando que *“apenas roçou cerca de seis tarefas de capoeira com a finalidade dos caboclos plantarem mantimentos, que não tinha ameaçado os guardas, apenas os caboclos têm colhido piaçava e imbirá para fazer palha para confeccionar chapéus”*. Por fim, os Pataxó acusam o tenente Miravaldo Siquara de estar retirando cacau de dentro do Parque e vendendo em Itamaraju.

Na entrevista que Ferrinho concedeu em julho de 2006, ele rebate as acusações dizendo que tudo o que é falado sobre Siquara é intriga, e comenta que tudo ia bem até a chegada de Rogério¹⁰, o servidor designado pela FNI para montar o Posto Indígena de Barra Velha. Segundo ele, os índios eram até bem *“obedientes”* até Rogério¹¹ chegar, *“depois eles passaram a desobedecer e saíram da ordem. Rogério chegou para bagunçar a cabeça dos índios”*:

“ a senhora sabe alguma coisa sobre o Rogério? – Quando ele chegou, ele se hospedou em minha casa. Mas, criou uma indisposição com Siquara, e aí ele fala do Siquara o diabo, mas para ver tudo derrubado. E ele se enterra, pois até ser chefe do parque ele queria ser. Ele queria ser chefe do índio e chefe do Parque! Isso é que ele pretendia”.

Ferrinho, que morou 08 anos na área próxima a Corumbau, no local chamado Pistolo Sul, próximo a margem esquerda do rio Corumbau, conclui:

“Moral da história é que eu, Siquara, e os meus colegas, nenhum de nós tínhamos culpa disso, pois nós éramos funcionários para executar aquilo, para qual nos fomos determinados, haja visto, que nós mesmo nunca brigamos com os índios (...) só que eu sabia cumprir a ordem de uma maneira tal, que eu sou amigo do índio e o índio é meu amigo” (entrevista de 2006).
“O Ferrinho era até bonzinho. Dizia para os índios se cuidarem dos outros guardas e evitar fazer as coisas na sua presença, para não comprometé-lo. Mas vocês devem vender a piaçava para meu tio Rudalvo. Acontece que o tio Rudalvo só queria pagar a metade do preço, alegando que a piaçava era do parque” (Oliveira, 1985).

¹¹ Rogério Fernandes Dias servidor do IBDF requisitado pela FUNAI para Administrar o que deveria ter se transformado no Parque Indígena Monte Pascoal.



Ferrinho – Foto Leila (2006)

Proc. nº 252/18
Fls. 128 F
Rubrica

O fato acima citado por Cornélio de Oliveira em seu livro, de certa forma, é confirmado pelo próprio Ferrinho, que nos contou que seu pai e seu tio faziam transações comerciais com os Pataxó, comprando piaçava e corda de imbirá para vender em Porto Seguro.

Só a partir de 1968 o Estado passa a se fazer efetivamente presente junto aos Pataxó de Barra Velha por meio da FUNAI, com a designação do servidor Rogério F. Dias para a função de *Administrador do Parque Nacional Indígena de Monte Pascoal*, por meio da Portaria nº 96 de 25 de novembro de 1968, assinada pelo então Presidente na FUNAI, José Queirós Campos.

Essa medida administrativa da FUNAI marca o início de um contexto de conflito institucional, pois nada foi feito a fim de alterar o ato, de 1961, que criou o Parque Nacional Monte Pascoal. Ou seja, não houve ato posterior a 1961 caracterizando o PNMP como Parque Indígena.

A FUNAI designou Rogério Dias respaldada no art. 5º do Decreto nº 62.998 por entender ser esta a saída para a situação de conflito envolvendo as alegações dos Pataxó e o PNMP. O Decreto passava à incumbência da FUNAI todos os parques onde se constatasse a presença de “tribos indígenas”:

“Conclui-se, assim, que: - a) transformados os parques habitados, no todo (...) a administração destes passava à Fundação Nacional do Índio, x.vi o art. 2º do citado dec. 62.998; b) a proteção e a conservação dos recursos naturais renováveis, desses parques, a guarda e a fiscalização dos mesmos, ficaria a cargo do IBDF, órgão que sucedeu o Serviço Florestal do MA.”

Não é de se estranhar que os guardas florestais responsáveis pelo PNMP, como é o caso de Ferrinho, não reconhecessem Rogério Dias como administrador, pois não houve qualquer formalização de convênio entre o IBDF e FUNAI, nem tão pouco alteração do Decreto que instituiu o parque.

Segundo consta nos Processos de Regularização da TI Barra Velha, a FUNAI comunicou a nomeação de Rogério Dias a todos os atores envolvidos, mas o IBDF não se pronunciou oficialmente:

- a) Por meio dos Ofícios nº 416 e 417/68, comunicou à Prefeitura de Porto Seguro;

b) Já o Ofício nº 169/69 solicita ao senhor Ministro do Interior a expedição de aviso ao Senhor Governador do Estado da Bahia;

c) Comunicou também ao Presidente do IBDF, solicitando que determinasse os procedimentos administrativos que se fizessem necessários para promover o “entrosamento” entre as Instituições. Porém, pelo que se verifica nos autos, o IBDF não reconheceu o ato de nomeação do servidor da FUNAI e não informou aos guardas do parque sobre a situação.

Em seu relatório, - doc nº 635/69, o Administrador da FNI, Rogério Dias, afirma que:

“Há, por conseguinte, um hibridismo na administração do parque, que, a continuar, provocará o seu caos. Nota-se, inclusive, que os guardas-florestais do IBDF, embargaram a construção de um campo de pouso de aviões iniciada pelo administrador, alegando ordens da direção do IBDF. O mesmo ocorreu quanto ao roçado para prover a subsistência da tribo habitante do Parque. Em resumo – ao que parece – o administrador do PI está sob as ordens dos guardas-florestais, pois estes é que determinam as coisas”.

Rogério Dias apresentou vários projetos à FUNAI com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos Pataxó de Barra Velha. Deixou evidente em vários documentos a necessidade de garantir recursos próprios para torná-los auto-suficientes. Solicitou um barco para transporte, e outro para pesca, veículo, alimentos, remédios, ferramentas, roupas, enfim, assistência ao grupo que, segundo ele, estava em situação de total penúria.

Afirma no relatório encaminhado ao Diretor do Departamento de Assistência da FNI, em 18 de abril de 1969, que os Pataxó utilizam processos rudimentares para pesca de peixes e marisco. Diz também que, por não se utilizarem rede de pesca, acabam por serem explorados por intermediários que as possuem.

Para Rogério, uma das propostas viáveis para a “auto-suficiência” do grupo seria o investimento de recursos na área inserida nos limites do Parque, objetivando a manutenção de uma considerável quantidade de pés de cacau plantados em locais de antigas fazendas abandonadas por ocasião da implantação do PNMP. Também escreve sobre coqueirais na área litorânea e piaçava, que poderiam ser coletados sem a destruição ambiental do Parque. O servidor também demonstra a sua preocupação com os conflitos de ordem institucional entre o IBDF e a FNI e pede agilização nas ações para o “entrosamento” entre as instituições envolvidas.

O que se deduz da análise dos processos de regularização é que desde o momento em que a FUNAI assumiu a criação do Posto Indígena de Barra Velha, sua postura, aparentemente, foi de propor formas de resolver os conflitos existentes, bem como de encaminhar projetos de subsistência, que sempre esbarravam em questões de ordem burocrática e administrativa.

Sendo assim, é relevante registrar aqui que o atual Acordo de Gestão Participativa, assinado entre IBAMA, FUNAI, MMA e Comunidade Pataxó, em 2002, não é a primeira tentativa de garantir

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

aos Pataxó meios de sobrevivência, apesar de terem sido esbulhados em seu território tradicional. Entretanto, a resistência que marcou a atuação do IBDF no caso, e que se estendeu ao IBAMA, foi fato determinante para o acirramento dos conflitos e trocas de acusações.

Esse conflito de competências, que teve como alvo e únicos prejudicados os índios Pataxó, repercutiu em âmbito nacional por meio dos jornais da época, a exemplo das seguintes manchetes, citadas de Recortes anexados ao Processo nº 2556/82 – Identificação da TI Barra Velha:

- Jornal da Bahia, de 12 de julho de 1969: “*Pataxós a caminho da extinção*”;
- Jornal da Bahia, de 14 de julho de 1969: “*Falta de entrosamento entre órgãos federais leva índios a destruição*”;
- Jornal da Bahia, de 17 de julho de 1969: “*Leandro nega hostilidade a índios, mas reconhece que a política gera crise*” (José Leandro Bonfim Lago foi Delegado do IBDF na Bahia).

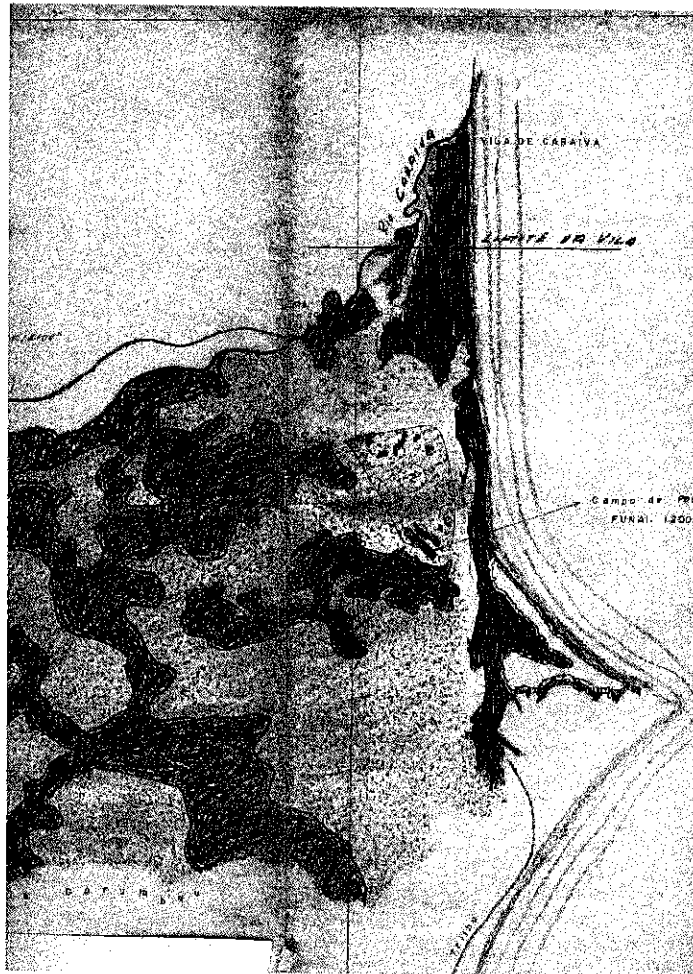
Em 12 de agosto de 1969, o Conselho Indigenista aprovou a sugestão do Conselheiro José Cândido de Melo Carvalho de que se buscasse solução para o conflito de competências entre a FUNAI e o IBDF decorrente da dualidade da administração do Parque.

O então Presidente da FUNAI se mostrou interessado em resolver a questão e sugeriu, em Ofício expedido em 22 de agosto de 1969, que fosse criada uma comissão de três conselheiros para analisar a situação e encaminhar propostas para “*solução consentânea com a defesa da população indígena nos antigos Parques Nacionais, abrangidos*”, segundo disposição do Art. 5º do decreto nº 62.998, de 16 de agosto de 1968, que previa: “*São consideradas áreas reservadas, aos índios, os parques ou reservas florestais, criadas em lei ou decretos, desde que nelas habitem, no todo ou em parte, tribos indígenas, aplicando-se, no que couber, o regime estabelecido neste Decreto*” (grifos nossos).

A Comissão foi constituída e como resultado propôs a publicação de dois decretos, um para ratificar os limites do PNMP e outro criando a “Reserva Indígena Caraíva”, em área de 1.000ha, compreendida entre os rios Riacho e Caraíva, próximo à vila com mesmo nome.

Segundo o Ofício nº 1.955/4.712/72, datado de 28 de agosto de 1972, a Comissão delibera que:

“era necessário transferir os Pataxó (...) como está vossa excelência ciente, desde a criação do Parque Nacional Monte Pascoal nele permanece uma aldeia de descendentes dos índios Pataxó, cujas atividades foi fixada uma área de 210ha desde 1965 (...) Em razão do exposto e considerando os compromissos internacionais assumidos por nosso Governo (...), solicitamos a colaboração de Vossa Excelência no sentido de examinar a viabilidade de transferência do núcleo populacional existente no Parque para mais adequado, a exemplo do que já ocorreu nos Estados de Mato Grosso e Pará” (Processo nº FUNAI/BSB/2171/72).



Mapa com a localização dos 210 ha reservados aos Pataxó pelo IBDF
Processo nº 345/73 fls. 58

A sugestão foi amplamente contestada pelo indigenista Rogério Fernandes Dias, que afirmou ser essa uma solução desumana e que os indígenas não iriam aceitar a transferência, a não ser que fosse compulsória. O impasse entre as duas instituições permaneceu mantendo o clima de conflito na área Pataxó.

Em busca de alternativas viáveis, a FUNAI determina o deslocamento do técnico Hélio Jorge Bucker à aldeia Pataxó de Barra Velha, em maio de 1970. O indigenista faz a seguinte avaliação:

“Considerando que mesmo em se tratando de área superior em extensão territorial as que os Pataxó se encontram presentemente, como elas, também, são de baixíssima fertilidade. Sua maior extensão se compõe de areões marítimos e charcos. A insignificante floresta ciliar existente à margem do rio Cemitério é atingida pela maré. Não deixando dúvidas quanto a impossibilidade dos Pataxó tentarem trabalhos agrícolas de subsistência, continuando nas mesmas condições insuportáveis atuais (...). E procurando encontrar solução plausível que atenda aos maiores interesses do Brasil e reclamos dos órgãos máximos da proteção à fauna, flora e aos nossos índios propomos: (...) o desmembramento de uma área de terras de cinco mil hectares (5.000) do PNMP (...)” (Processo nº 2556/82, fls, 59 e 60).

No mesmo relatório, o indigenista Hélio Bucker conclui que a solução ideal seria a aquisição

de uma área de aproximadamente 5.000, ao norte de Caraíva, mais precisamente na Ponta de Itaquena. Informa que sobrevoou a região para avaliar melhor a situação e que esse seria um local satisfatório, por se tratar de área com terras férteis e com bom acesso pelas vias terrestre e marítima. Novamente a proposta é rejeitada por parte de técnicos da FUNAI. O entendimento é de que toda a área do PNMP é terra tradicional dos Pataxó, portanto pertence a eles. Diante disso, encaminham à consideração do Ministro do Interior uma minuta de alteração do Decreto de criação do parque, criando o Parque Indígena de Monte Pascoal.

O impasse entre as duas instituições se estende por vários anos, levando à instabilidade e ao agravamento da situação dos Pataxó. Várias equipes foram formadas pela FUNAI, com objetivo de encaminhar propostas para solucionar a questão territorial desse povo e colocar fim no conflito de competências. Entretanto, as alternativas apresentadas pelos grupos técnicos sempre esbarravam em questões delicadas, ora burocráticas, ora ideológicas. O IBDF, por sua vez, solicitava agilidade na definição de outra área para os indígenas e apesar de não contestar a presença histórica do grupo no local, não aceitava a idéia de sua permanência na área:

“Como também está Vossa Excelência ciente, desde a criação do Parque nele permanece uma aldeia de descendentes dos índios Pataxó, para cujas atividades foi fixada uma área de cerca de 210 ha desde 1965 (...) Em razão do exposto e considerando os compromissos internacionais assumidos por nosso Governo como signatário da Convenção para Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, solicitamos a colaboração de Vossa Excelência no sentido de examinar a viabilidade de transferência do núcleo populacional existente no Parque para local mais adequado, a exemplo do que já ocorreu nos Estados de Mato Grosso e Pará” (Ofício 1.955/72/IBDF Processo nº 2171/72, fls 1 e 2).

Em 14 de setembro de 1971, a FUNAI encaminha Ofício ao Governador do Estado da Bahia, solicitando a doação de uma área de 4.545ha entre o rio do Frade e um riacho ao sul de Itaquena. Acolhendo a solicitação, o Governador designa uma equipe composta por técnicos da FUNAI e da Secretaria de Agricultura do Estado, que chegam ao seguinte posicionamento:

“Das observações procedidas concluíram unanimemente, tanto os técnicos da FUNAI como os funcionários da Secretaria, pela impraticabilidade da transferência dos indígenas para a área de Itaquena uma vez que ali estão localizados cerca de 400 posseiros com suas famílias cujo deslocamento para outra área ocasionaria um problema social indesejável, maior do que o já existente no parque com os Pataxó.

“Assim pensando, a equipe deslocou-se para Santa Cruz Cabrália onde inspecionou uma área dentro da chamada Fazenda Cabrália cuja ecologia, quantidade de posseiros e situação jurídica mais se coaduna com os interesses visados pela FUNAI e pelo Governo de Vossa Excelência” (Processo nº 2556/82, fls 120).

A proposta era de desmembramento de uma gleba de 50 ha da fazenda que pertencia à Indústria Cabralia S.A., que estava vivendo uma situação de litígio judicial. Mesmo assim, foi determinado pelo Presidente da FUNAI que o Departamento Geral de Operações (DGO) coordenasse a operação de transferência dos Pataxó.

Para a elaboração do plano de reassentamento dos Pataxó foram designados os técnicos José Honório Maia e Edson Ramalho Junior, que concluem, segundo Memo nº 109/DGO/73, ser ideal a criação do “Parque Indígena de Caraíva”, com 13.000ha e os limites entre a confluência dos rios Cimitério e Charaíva até os formadores do rio Jambreiro, e daí até o rio Jacumã (Joacema), deste ponto seguindo até o Oceano:

“4.1.6 – Dentro de um equacionamento simplista a solução do problema Pataxó se resumiria na sua permanência na área (PNMP) usufruindo os bens nela existentes por força dos suportes legais e factíveis (...).

4.2.1 – Em parte, a compreensão do problema, em termos da associação dos valores do Conjunto Monumental do Descobrimento foi sentida pelos representantes da sociedade local e estadual. Manifestações diversas têm vindo à tona. O Governo do Município por diversas vezes tem se pronunciado em nome de sua comunidade (...). A propósito clama por todos os meios inclusive junto ao Presidente da República contra a transferência dos Pataxó (...).

Conclusões: (...) 3- A área de Santa Cruz Cabralia é inviável por não corresponder aos anseios da comunidade Pataxó e contrariar a manifestação coletiva regional (...).

5- A solução viável que pode garantir a integridade de todos os valores apreciados com a vantagem de consolidar e ampliar a dimensão do conjunto e das partes atendendo as condicionantes de ordem econômica, psicológica e operacional, é a eleição da área contígua ao PNMP entre a foz do rio Caraíva e do rio Jacumã” (Processo nº 2556/82, fls. 191/198).

O processo se arrasta lentamente. Várias outras propostas são cogitadas, como a do servidor da FUNAI, Rubens Auto da Cruz Oliveira, que propõe 9.000ha na área situada entre os rios Caraíva e Corumbau, já dentro da área reservada ao PNMP. Entretanto, todas vão sendo abortadas sem muitas explicações.

Após a publicação da Lei 6001/73 – Estatuto do Índio -, é designada mais uma comissão, desta vez composta por técnicos do IBDF e uma representante do Convênio FUNAI/UFBA. O encaminhamento do trabalho fica suspenso até que, em 1978, a antropóloga responsável pelo convênio UFBA/FUNAI, Maria Rosário Carvalho, encaminha proposta à Presidência da FUNAI para demarcação da Reserva Pataxó com superfície de 5.300ha. Algum tempo depois foi detectado um erro no cálculo da área que na realidade chegava a 10.000ha.

A Comissão defendeu que a proposta visava apenas tentar solucionar a situação crítica em que os índios estavam vivendo por meio da delimitação de uma área que pudesse garantir uma área mínima para agricultura de subsistência, esclarecendo que essa área não considerava totalmente outras necessidades do grupo, como: “*área para caça, pastagem, coleta de proteína animal e vegetal. Tal se deu em virtude de: (...) existir a garantia indiscutível, dado o seu caráter de fonte básica de*

complemento alimentar e domínios naturais, da superfície de mangue e mar, por direito passíveis de terem seus bens apropriados pelo grupo (...)" (Processo n° 2556/82, fls 292/298).

Na realidade, Carvalho apresentou duas propostas, uma com 10.000ha e ou outra com 14.000ha, justificando que a segunda atenderia melhor à expectativa indígena, por conter área agricultável, pois os 8.000ha na faixa da costa não apresentavam solos aptos para a agricultura.

Pedro Agostinho, um dos coordenadores do convênio UFBA/FUNAI, acompanhou o trabalho da professora Maria Rosário Carvalho e posteriormente, em 1980, apresentou o artigo "*Bases para o Estabelecimento da Reserva Pataxó*", utilizando para "*efeitos de cálculo das terras necessárias à reserva Pataxó o sistema econômico destes índios o que interessa à utilização agrícola do solo (...). Para estimar a superfície da reserva não basta, entretanto, contar com o contingente humano atual, tendo-se que computar seu provável incremento num período razoável de tempo*" (Agostinho, 1980: 24-25).

Durante o período em que se deram as negociações entre a FUNAI e o IBDF, entre 1969 e 1980, alguns fatores externos foram responsáveis por alterações no modo de vida dos Pataxó; entre eles podemos destacar:

- A construção do Posto Indígena da FUNAI na aldeia Barra Velha;
- Início de assistência na área de saúde;
- Construção da rodovia BR-101;
- Criação de aldeias periféricas à Barra Velha.

Conforme detalhado em alguns trabalhos realizados por pesquisadores da UFBA e alguns servidores da FUNAI, diante da melhora na assistência ao grupo com a implantação do PI, várias famílias indígenas que se encontravam dispersas na área de mata e em cidades da redondeza iniciaram um processo de retorno a "*aldeia mãe*", gerando um rápido crescimento populacional. No relatório apresentado em 1973 pelos servidores da FUNAI, Edson Ramalho Junior e José Honório Maia, encontramos referências a uma população de 266 índios Pataxó vivendo na aldeia Barra Velha, entretanto, afirmam que "*não seria um despropósito afirmar que teriam 700 índios contando com os do entorno*" (Processo n° 345/73 fls. 1-55). Hélio Bucker, também servidor da FUNAI, indica a mesma situação populacional:

"à sobrevivência de trezentos índios Pataxó (...), verifiquei que a aldeia se compõe de 36 casas de pau a pique, algumas barroteadas e a maioria coberta de folhas de coqueiro, estão construídas em acetuado do terreno e dispostas em duas fileiras, formando entre elas uma rua. No lado oposto à rua, algumas têm quintal cercado com compridas lascas de madeira (...). Os habitantes de Barra Velha, são realmente remanescentes dos Pataxó, encontrando-se entre eles alguns mestiços. O que é natural. Não obstante termos cerca de uma centena de criaturas, entre homens,

mulheres e crianças, informações recolhidas asseguram a existência de mais de trezentos indivíduos, contando com os que se encontram dispersos por Caraíva, Corumbau e Itaquena em busca de subsistência, pois Barra Velha não os comporta, com o que concordamos plenamente” (Processo 2556/82, fls 58, 59).

A construção da BR-101 foi outro fator de mudança no modo de vida dos Pataxó de Barra Velha. Muitos índios que já estavam em busca de alternativas para sobrevivência deixaram a aldeia principal para “abrir” novas roças no interior da mata, próximo ao Monte Pascoal, como é o caso de Meio da Mata e a aldeia na guarita do PNMP e em seguida a do Trevo.

Com a construção da BR-101, na década de 70, alguns grupos familiares Pataxó se transferiram para locais próximos à rodovia na tentativa de construir pontos de venda do artesanato de madeira e semente. Nesse período teve início a migração de algumas famílias Pataxó que viviam próximo a Joacema e rio Jambreiro para a área posteriormente regularizada como TI Coroa Vermelha, conforme podemos detectar no trecho abaixo transcrito:

“E assim, logo algumas famílias começaram a procurar no artesanato sua principal ocupação como atividade econômica (...) Foi assim que a cerca de seis anos, quando da época da construção da estrada, o índio Alberto (Itambé), (...) instalou-se no pontão de Coroa Vermelha onde montou uma pequena venda (...) Há cerca de dois anos, porém, outros índios descobriram o mapa da mina e quiseram também vender seu artesanato naquele local que, é muito frequentado. Estes tinham sua origem ligada à Aldeia Velha do PI Pataxó (Barra Velha) ou adjacências, já que todo o grupo, no correr dos anos, sofreu inúmeras pressões dissociativas cujo processo hoje parece continuar embora assumindo outras formas” (Relatório do servidor Alceu Cotia Mariz – 22/02/79 - Processo nº 1.070/79 fls. 05).

O artesanato de semente foi introduzido na economia dos Pataxó por volta de 1974, como uma alternativa de sustento para o grupo. Segundo nossos informantes, essa atividade foi ensinada por “Leonardo”, o chefe de posto que sucedeu Rogério Dias. Leonardo Aparecido Machado assumiu o PI de Barra Velha em 1973 e teria levado aos Pataxó alguns colares e pulseiras produzidos por índios Xerente e Krahô, grupos indígenas junto aos quais trabalhara antes de ir para a Bahia.

“Primeiro ele ensinou a fazer colar de conchinha, aí nós fizemos um montão para levar para vender na cidade de Salvador. Só que nós não tiramos os bichinhos, não sabíamos que tinha que tirar. Quando chegamos em Salvador e abrimos a caixa tudo estava fedendo. Olha doutora fedia muito. Aí compramos um vidro de desodorante e jogamos na caixa e vendemos assim mesmo. Depois fomos aprendendo a furar as conchas e as sementes e hoje sabemos tudo, mas o SEBRAE também ajudou” (Entrevista realizada com o índio Zé Baraiá, na aldeia Barra Velha, em 2005).

Esse período também foi marcado pelo surto madeireiro na região, o que incentivou os índios a direcionar sua economia para o artesanato de madeira, que logo foi copiado por não-índios, levando à proliferação de pequenas fábricas de gamela nas cidades de Itamaraju, Itabela e Eunápolis.

Desconsiderando a proposta apresentada pelos técnicos designados pelo Convênio UFBA/FUNAI e a reivindicação dos índios Pataxó, no dia 14 de julho de 1980 foi assinado o “*Termo Preliminar de Acordo que entre si fazem a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e o Instituto*

355/AR
Fls. 1205
F. de Oliveira

Brasileiro do desenvolvimento Florestal – IBDF, com a participação da Comunidade Indígena Pataxó – Barra Velha”, destinando 8.627 ha de área do PNMP para os Pataxó. As principais cláusulas do termo, publicado no DOU nº 191, de 07/10/80, dispõem o seguinte:

“Cláusula segunda – Considerando que parte da área citada na cláusula anterior é ocupada tradicionalmente pela comunidade indígena Pataxó – Barra Velha, amparada, pois pelas disposições contidas no inciso I do artigo 17 da Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, respeitando-se o consenso histórico e a situação atual, os signatários do presente acordam em destacar a área compreendida pelos limites descritos no Memorial Descritivo (...).

Cláusula terceira – Face ao termo ora celebrado, o IBDF adotará as providências para a liberação da área descrita no Memorial anexo, para total utilização da Comunidade Indígena Pataxó – Barra Velha.(grifos nossos)

Cláusula quinta – Após a demarcação da área, a FUNAI e o IBDF, providenciarão, em conjunto, as medidas administrativas requeridas para a completa regularização fundiária das terras objeto do Acordo” (Processo nº 1687/84, fls. 05-06).

Como dito acima, a demarcação foi realizada em total desacordo com a reivindicação dos índios. A participação da comunidade indígena Pataxó, como constou do Termo, restringiu-se apenas a algumas poucas lideranças e ao cacique, o que fica explícito no conteúdo dos processos da terra indígena. Estando os Pataxó mais conscientes de seus direitos e contando com apoio de profissionais ligados ao indigenismo, os indígenas apresentaram vários documentos demonstrando toda indignação quanto aos limites acordados entre o IBDF e a FUNAI.

A terra indígena foi demarcada em 1981 e declarada como de posse permanente do grupo indígena Pataxó por meio da Portaria nº 1.393, de 01 de setembro de 1982. Os Pataxó nunca se conformaram com a demarcação que excluiu dos limites da terra indígena a área de mangue e grande parte da mata do Monte Pascoal, inclusive a aldeia Pé da Pedra. Alegam que desconheciam a totalidade da superfície do acordo e que os limites foram aceitos “*por força da inocência de três índios*”.

Cabe ressaltar que a área de 8.627 ha “*destacada*” do PNMP para os Pataxó nunca foi excluída do Decreto de Criação do Parque, ou seja, mesmo constando nas cláusulas terceira e quinta do acordo, a área permaneceu nos limites do Parque o que caracteriza uma superposição de TI com UC, dando continuidade à dualidade administrativa da área. O entendimento corrente era que, do ponto de vista jurídico, as figuras de Parque Nacional e Terra Indígena eram completamente incompatíveis, ao mesmo tempo em que se acirravam os conflitos entre os índios e o IBDF/IBAMA.

Uma das situações mais polêmicas, após a demarcação, foi a dificuldade enfrentada pelos índios quando apresentaram um projeto de derrubada de 50ha de mata dentro dos limites da TI para implantar roça de subsistência. A discussão teve como foco quem teria o direito de ficar com a madeira derrubada, se os índios que pretendiam vender para comprar um trator, ou com o IBDF que alegou que a madeira derrubada estaria dentro dos limites dos 22.500 do PNMP (Processo nº 28870/84

20

fls. 38-73).

Insatisfeitos com a delimitação da terra indígena em 1984, oito lideranças estiveram em Brasília, entre eles Firmo Ferreira, Júlio Farias, Jozias Santana e Raimundo Máximo, com objetivo de, mais uma vez, expressarem a indignação dos índios e reforçar a reivindicação de transformar o Parque Nacional em TI, como podemos ver nos trechos abaixo transcritos:

“Senhor Presidente, os motivos apresentados pelo IBDF para a criação do parque, são realistas, sérios e vêm de acordo com os nossos costumes e sobrevivência, o que não pode é deixar que um grupo humano se extermine só para permanecer intacta uma área, pois o espírito de conservação e amor pela natureza demonstrado por nós índios, pode ser comprovado por todos, pois temos vivido nesta área há 484 anos e não depredamos a região, e o Parque foi criado em 1961 (...). solicitamos a transformação do Parque nacional Monte Pascoal para Parque Indígena Pataxó, como forma de contornar as divergências entre os índios e o Governo Federal e a melhor maneira de preservar, em conjunto, um monumento histórico nacional (...), e entendemos que o ser humano é o fator máximo de todo sistema, quando decide preservar aquilo que é o néctar de sua sobrevivência” (Processo nº 1687/84, fls. 31 a 33).

O fato é que na região do Monte Pascoal houve uma ampliação significativa do desmatamento a partir da década de 1940, com a chegada de madeireiros, vindos principalmente do norte do Espírito Santo. Também houve a participação efetiva de mão-de-obra indígena na derrubada das árvores, pois, muitas vezes, só tinham esse trabalho como fonte de renda da família, sendo necessário lembrar que os índios não eram os responsáveis pela retirada e venda da madeira, apenas trabalhadores assalariados.

Atualmente, os Pataxó são acusados por danos ambientais verificados na Mata Atlântica pelo fato de tirarem dali a matéria-prima para o artesanato de madeira, mais precisamente para a feitura de gamelas. Algumas acusações, que os Pataxó recusam enfaticamente, os denunciam como “traficantes internacionais de madeira”. O fato é que eles realmente promoveram nos últimos 20 anos derrubada de mata para fabricação das gamelas, atividade que permanece por falta de melhores opções de subsistência.

Logo após a demarcação da TI Barra Velha, os indígenas continuaram exercendo suas atividades de coleta no mangue, como vêm fazendo há séculos, tendo sido de máxima importância durante o período em que foram confinados em uma faixa de areia de 210 ha pelo IBDF. Reiteradamente solicitavam à FUNAI e ao IBDF a liberação da mariscagem no mangue. A resposta do IBDF era sempre a mesma:

“Quanto a mariscagem fora dos limites da A.I., o IBDF apela à FUNAI no sentido de evitar que os índios marisquem fora da área, no intuito de preservar compromissos assumidos com órgãos internacionais sobre preservação da Mata Atlântica e também de modo a se evitar choques com os guardas florestais incumbidos de fiscalizar os limites do Parque” (Processo nº 1687/84, fls.18).

Sônia de Almeida Demarquet também faz referência à questão da mariscagem realizada pelos Pataxó:

“Caso 3 – Pataxó de Barra Velha – A divisão da área onde se insere o Parque Nacional Monte Pascoal com os indígenas Pataxó tem causado variados problemas. Os índios desejam mariscar na área de mangue que se estende por ampla área; o IBDF alega que compromissos internacionais levam o órgão a defender com muita ênfase o que resta da Mata Atlântica, dando a demonstração de que a atividade dos Pataxó é predatória, contraria seus interesses que, por isso, vai passar a reprimir atividades de caça e coleta indígenas dentro da área do Parque Nacional. (...) Sugestões – 2 Que se faça um projeto de desenvolvimento comunitário real e adaptado às necessidades dos Pataxó de Barra Velha, ouvidos os índios. A diversificação das fontes de subsistência poderá levar à diminuição da mariscagem predatória com fins de venda a terceiros, reduzindo-se apenas às necessidades alimentares do grupo” (Informação nº 47/84 de janeiro de 1984)

Cabe aqui ressaltar que o mangue não era o único foco das negociações. É certo que o valor simbólico do Parque Nacional Monte Pascoal não está apenas na questão ambiental. Ser a única Unidade de Conservação que tem uma área interligada entre praia, mangue e mata no Brasil é tão central quanto seu valor como marco histórico do país.

Mesmo com o total desacordo dos Pataxó, a TI foi homologada por meio do Decreto nº 396, de 24 de dezembro de 1991, com superfície de 8.627ha e perímetro de 71km. Foi registrada no CRI em 1992, sob o nº 14.548, lv 2, e na Delegacia do Patrimônio da União/BA, em 1996, segundo Certidão nº 60/96, nº PN 546/BA).

2.6 - Insatisfação dos Pataxó e as novas ocupações a partir de 1980.

A princípio, os estudos e negociações para um possível acordo entre o IBDF e a FUNAI foram percebidos pelos Pataxó como a oportunidade de recuperar o território tradicional (Sampaio, 1996) reconhecido pela memória do grupo. Porém, a área demarcada desconsiderou completamente as reivindicações indígenas. A exclusão do manguezal e do Monte Pascoal dos limites da terra indígena, bem como a demarcação de terras que se mostravam insuficientes em extensão e potencial agrícola, com grandes trechos arenosos e de brejo, ampliaram ainda mais os danos já causados aos Pataxó pela demarcação do PNMP em 1961. Se o fogo de 51 e a demarcação do Parque foram fatores de desagregação do grupo, a demarcação dos 8.627ha não trouxe de volta aos Pataxó o seu território tradicional.

Além do mais, a área permaneceu sobreposta ao Parque, pois ela nunca foi destacada do Decreto de Criação do PNMP. Sendo assim, o conflito de competência entre a FUNAI e o IBDF permaneceu, gerando sérios embates entre os índios e os agentes do órgão ambiental. Os índios reclamam que nunca um agente do IBDF ou IBAMA “pediu licença para entrar na aldeia, mas quando nós queremos entrar no Parque somos proibidos. Alguns índios já foram até presos por estarem na mata do Parque. Como podem proibir de entrarmos no que é nosso” (entrevista realizada

com uma liderança que não quis ser identificada na aldeia Corumbauzinho, em 2005).

A aldeia Boca da Mata, que foi criada em 1982, ou seja, pouco tempo depois do acordo ter sido assinado, se ressentiu com a escassez de terra agricultável e o inchaço da população. Um grupo familiar que vivia em Barra Velha se uniu ao líder Firmo Ferreira para abrir novas roças no oeste da área cedida para a terra indígena, num local próximo aos córregos de Boca da Mata e Cassiana, no vale do rio Cemitério. A criação da aldeia atraiu várias famílias Pataxó que ainda permaneciam dispersas, o que acarretou um crescimento descontrolado da população.

Sem apoio oficial que garantisse a retomada de suas atividades produtivas e o inchaço populacional da aldeia, os Pataxó de Boca da Mata começaram a se dedicar ao mercado madeireiro, que parecia proporcionar retorno financeiro mais rápido. Atualmente, é a aldeia que mais trabalha com a proução do artesanato de madeira. Existem, aproximadamente, nove tornos para fabricação de gamelas, garfos, pratinhos e outros produtos feitos de madeira.

É importante destacar que a área proposta pela Prof. Maria Rosário atendia parcialmente às reivindicações dos índios naquele momento, porém não correspondia ao total do território tradicionalmente ocupado pelos Pataxó.

Atualmente, a reivindicação Pataxó é sobre o território tradicional como um todo. Porém, os dados atuais nos apresenta argumentação suficiente para justificar uma área que abranja as 12 aldeias do atual território Pataxó.

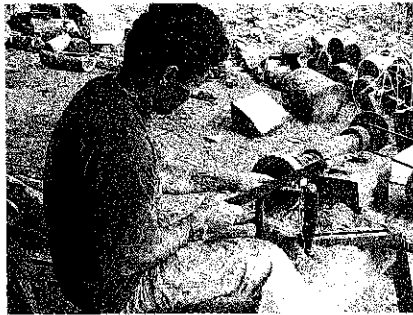
Meio da Mata, que já abrigava um grupo familiar dos Braz, passa a ser o novo alvo da frente de ocupação Pataxó devido a esse novo grupo também enfrentar os mesmos problemas com o solo pobre e irregular (essa questão será abordada no Capítulo Atividade Produtiva).

A aldeia Trevo do Parque foi criada no mesmo período das duas primeiras. No início da década de 80, quando o solo de Barra Velha já não conseguia oferecer subsídios suficientes para garantir as necessidades da população Pataxó, a saída da área foi inevitável.



Adultos e crianças trabalham nos tornos

[assinatura]



Mãos habilidosas produzem gamelas e petisqueiras para vender aos turistas

Novas ações Institucionais, descontentamento e retomadas

Em 2002 foi assinado o “*Termo de Acordo de Gestão Participativa*” entre IBAMA, FUNAI, MMA e comunidade indígena, com objetivo de implantar projetos que garantissem novas formas de apropriação econômica, visando, principalmente, desestimular a fabricação de gamelas pelos Pataxó. Contudo, até onde foi possível verificar, o Projeto, coordenado pela ONG Flora Brasil, desenvolveu apenas o que chamam de “*roça de fome*”, investindo no plantio de feijão, milho, e mandioca.

“Totalmente retirada a cobertura de mata da encosta de Boca da Mata, foi aí implantada uma agricultura em moldes técnicos tradicionais mais intensiva, pela própria escassez de terras, e pela presença, antes irrisória, de um mercado consumidor regional. Deste modo, sem assessoria técnica que permitisse aos Pataxó uma talvez possível melhor adequação produtiva às novas condições e inviabilizados os recursos tradicionais de conservação e revitalização de solos pela rotatividade e presença da mata, os terrenos de encosta da Boca da Mata, tendo que suportar um incremento populacional acelerado, muito provavelmente se exauriram em cerca de cinco anos” (Sampaio, 1996).

Efetivamente, em quatro anos de investimentos, orçados em aproximadamente 400 mil dólares, o resultado final foi praticamente nulo e o objetivo não foi alcançado. Apesar dos baixos preços alcançados pelas peças¹² de madeira, o retorno é rápido. Atualmente, a produção e comercialização de peças que usam madeira como matéria-prima pode ser considerada a principal fonte de renda não só em Boca da Mata e Meio da Mata, mas também nas aldeias recém-criadas.

Na realidade essa atividade não agrada a maioria dos Pataxó, pois entendem que o ato é prejudicial à mata. Entretanto, não conseguem encontrar uma saída definitiva para o problema. A fabricação de gamelas acarreta vários problemas para a coesão social e política entre os Pataxó. Além da questão ambiental, que o grupo já considera foco de preocupação, a manipulação dos tornos era realizada, até o início do ano de 2006, por não-índios introduzidos na aldeia pelos próprios Pataxó. Foi inevitável o conflito, pois muitos desrespeitavam as regras internas do grupo se alcoolizando e assediando as índias da aldeia. Apesar de temerem represálias, em junho de 2006, as

¹² Uma gamela grande é vendida a um valor aproximado de R\$ 4,00

lideranças se uniram e, com apoio da FUNAI de Itamaraju, retiraram todos os não-índios que permaneciam em Boca da Mata por causa dos tornos.

A preocupação dos Pataxó com o desmatamento realizado ao longo desses 30 anos é tão evidente que, no mês de julho de 2006, duas lideranças das aldeias Boca da Mata e Barra Velha, Manoel Santana e Conceição (São), apresentaram à CGPIMA/FUNAI um projeto de recuperação de dez nascentes e 20km de mata ciliar dos córregos próximos às aldeias. O projeto foi aprovado e está sendo implantado pelos próprios índios das duas aldeias que contam com apoio técnico da FUNAI de Itamaraju. A meta das lideranças é implantar dois viveiros de mudas de árvores nativas e replantar 400 mil mudas no decorrer de dois anos.

Fora dos limites das áreas já regularizadas – Barra Velha e Águas Belas e parte do território tradicional Pataxó - ocorrem também conflitos e “*retomadas*” que se iniciaram na década de 1980, tomando vulto em 1996, com a implantação dos Projetos de Assentamento Reunidas Corumbau e Três Irmãos, pelo INCRA, ao norte do PNMP.

Instaladas entre os córregos Gibura e Café, no local conhecido pelos mais velhos como Desejo e Gameleira, vivem, desde 1951, algumas famílias extensas Pataxó lideradas por membros da família Braz. A partir da década de 1970, eles enfrentaram o confinamento em pequenos pedaços de terra; com o advento da indústria madeireira, os fazendeiros avançavam sobre as terras que os Pataxó ocupavam.

Em 1996 o imóvel rural denominado Fazenda Santa Rosa/São Pedro Craveiro/Santa Fé/Novo Acordo, conhecido como Faz. Reunidas Corumbau foi declarado de interesse social para fins de Reforma Agrária. O PA foi aprovado em 1997, por meio da Portaria nº 037/97, e teve início a transferência de 25 famílias ligadas ao MST que estavam acampados na região. Os Pataxó, que já reivindicavam a demarcação dessa área desde a primeira metade dos anos 80, se revoltaram e ocuparam o assentamento, gerando um conflito de sérias proporções entre os índios e membros do MST. Com isso, teve início mais uma crise entre instituições federais, desta vez envolvendo INCRA e FUNAI. Atualmente, o INCRA permanece aguardando o posicionamento final da FUNAI sobre o caso.

“Pataxós da aldeia Corumbauzinho, no município do Prado, exigem do Inera a retirada de famílias sem-terra assentadas na área. Segundo lideranças indígenas de Monte Pascoal, os posseiros estão devastando a mata e negociando seus lotes” (A TARDE, 21/11/98).

Conforme descrito por Tempesta e Sotto-Maior (2005):

“A história oral desses Pataxó, ancorada na memória dramática do Fogo de 51 e da usurpação do território pelo IBDF, determina a ocupação territorial no presente, sob a forma das “*retomadas*”. As lideranças mais jovens não partilham da postura cautelosa dos mais velhos que



2556/82
FBI
FBI

vivem na “aldeia mãe”, que por temerem sofrer com a violência e a represália já conhecidas por eles, desestimulam as ações de ocupação através das “retomadas”. Aqueles índios, na faixa dos 20-40 anos, que mantêm relações políticas com o ONGs indigenistas, assumem uma postura de enfrentamento e combatividade, cuja expressão mais contundente é a prática das “retomadas”, da qual muitos velhos discordam, embora vários assumam que essas lideranças jovens estão, de fato, zelando pelos lugares que seus antepassados “abriram”.

As retomadas integram um movimento político que teve início em 1999, com a ocupação do PNMP, desencadeando-se diversas outras ocupações. Estas ações de ocupação, realizadas pelos Pataxó, de propriedades constituídas sobre o território tradicional foram apoiadas por Ongs indígenas e indigenistas (CIMI, ANAI, APOINME, CAPOIB, CEDEFES), e tinham por objetivo a agilização do processo de equacionamento da questão fundiária Pataxó no extremo sul da Bahia, sob a responsabilidade administrativa da FUNAI.

Houve várias outras áreas retomadas a partir de 1999 que foram abandonadas após receberem liminares de reintegração de posse, como Barreirinha, Santa Luzia, Fazenda Oriente, e a Fazenda do ex-prefeito de Itamaraju Tarciso Carletto. Todas as retomadas foram articuladas pela Frente de Resistência e Luta Pataxó.

O atual cenário em torno de Barra Velha representa o estilhaçamento do grupo local, coeso até 1951, que jamais pôde se recompor territorialmente, devido a pressões da sociedade envolvente e do IBDF, mas que persiste do ponto de vista sociológico e político. As conexões entre as famílias antigas de Barra Velha e aquelas que estão nas retomadas são definidas pelo parentesco. Pode-se identificar o movimento de famílias, em geral os Braz, saindo de Barra Velha, no início dos anos 80, dirigindo-se para Boca da Mata, e organizando retomadas, a partir de 1999. Nas retomadas vivem, basicamente, as famílias extensas dessas lideranças.

Nesse sentido, a retomada do Pé do Monte originou-se da ocupação da guarita do Parque em 1999, um ato político que exprimia a indignação dos Pataxó com a situação de opressão e expulsão das terras pelo IBDF/IBAMA, que se arrastava desde os anos 40. Este ato desencadeou uma série de retomadas de fazendas, primeiramente, como já dito, as Fazendas Oriente e Guanabara, bem como um trecho do Parque do Descobrimento, gerando um cenário de tensão na região.

Novamente, as áreas tradicionalmente utilizadas pelos Pataxó para caça e pesca passaram a ser ocupadas de fato, mediante a instalação de aldeias e plantações. O longo processo de revisão de limites da TI Barra Velha conta com várias recomendações da Procuradoria da República, como o Ofício da Procuradoria da República em Ilhéus (OF/PRM/IOS/BA no. 420/99), de 05/07/99, que afirma a necessidade de novos estudos de identificação e delimitação da TI Barra Velha, nos seguintes termos: “Os limites do Parque Nacional do Monte Pascoal restam inconstitucionais na extensão incidente sobre as terras de ocupação tradicional da comunidade indígena Pataxó de Barra Velha” (Proc. FUNAI/BSB no. 2556/82, fl. 408).

Diante de reiteradas reivindicações dos Pataxó para que fosse revista a demarcação da TI Barra Velha e atendendo à recomendação do Ministério Público Federal de Ilhéus, em 18 de agosto de 1999, a FUNAI constituiu um grupo técnico para proceder aos estudos necessários à revisão de limites da referida terra indígena.

Exatamente 24 horas após a publicação da Portaria do GT, um grupo de aproximadamente 300 Pataxó, em sua maioria das aldeias Boca da Mata e Meio da Mata, contando com o apoio de lideranças Pataxó Hã-hã-hãe, ocuparam o escritório do IBAMA no Parque Monte Pascoal.

“Cerca de 300 Pataxó tomaram ontem o Parque Nacional Monte Pascoal inconformados com suas limitações territoriais. Segundo carta do Conselho de Caciques Pataxó, “é impossível falar em comemorações dos 500 anos de invasão de nossa terra sem lembrar do sofrimento e violência contra os povos indígenas até os dias de hoje” (A TARDE, 20/08/1999).

“Índios pataxós de 14 aldeias localizadas no sul e extremo sul do estado intensificam a ocupação da sede da reserva florestal do Parque Nacional de Monte Pascoal. Vestidos a caráter, com corpos pintados, portando borduna, tacape e maracá e entoando cânticos de

2

guerra, mais de 300 famílias se instalaram no local e ficaram aguardando a chegada da coordenadora do Parque, Carmem Florêncio. Os índios fizeram barreiras na entrada da reserva e se revezaram na guarda, enquanto aguardam famílias que chegam de outros lugares” (A TARDE, 22/08/1999).

Para Assis (2004), os conflitos vividos ao longo do tempo geraram formas particulares de socialização, sendo que a principal motivação para a retomada do Parque não seria apenas a presença física do IBAMA no local, mas a má administração dos representantes do órgão ambiental. “*Não poderiam, do seu ponto de vista, aceitar tal situação, já que o IBAMA, em nível local, é um órgão que deveria governar para eles, porque é deles a terra*” (Assis, 2004).

Lideranças Pataxó entrevistadas durante o trabalho de campo contaram que o grau de revolta se ampliou com os preparativos para a festividade dos 500 anos do descobrimento, na cidade de Porto Seguro. Para eles era uma afronta a publicidade veiculada em jornais, de que “*os Pataxó viviam muito bem e que tinham total apoio dos órgãos governamentais*”.

“Foi difícil, pois já tinha acontecido outra retomada organizada por Manoel Santana e não tinha dado certo. Marcamos de sair de madrugada para chegar na guarita bem cedo, mas começou a chover muito forte. Comecei a bater em todas as portas dos parentes, um a um fô levantando para ir para a luta. Mesmo na lama e embaixo de chuva fomos caminhando a pé até a guarita. Lá estavam 2 Guardas do IBAMA. Acordamos eles e dissemos que eles estavam em baixo de ordem até chegar a Carmem. Quando ela chegou, já de manhã, mandamos ela avisar as autoridades que quem mandava no parque a partir daquele momento era os índios Pataxó. Doutora, foi uma confusão só!” (Entrevista com liderança Pataxó em 2006).

Com apoio do CIMI, ANAI e CEDEFES, os Pataxó não cederam, mesmo após a liminar de reintegração de posse requerida pelo IBAMA.

A ação de retomada do PNMP foi legitimada pela maioria do povo Pataxó e acabou por representar a recuperação da vitalidade política do grupo (Assis, 2004), principalmente pela criação da Frente de Resistência e Luta Pataxó, com apoio e articulações políticas do CIMI. Entretanto, apesar da permanência física dos Pataxó na sede administrativa do Parque, o IBAMA reassumiu a administração com a nomeação de uma nova gerente.

A retomada do Parque pelos Pataxó e as mudanças na administração no IBAMA local não resultaram na pacificação da questão. A situação coloca em confronto posições de ambientalistas e indigenistas, às vezes defendidas publicamente, inclusive ampliando o debate para o âmbito internacional.

“Se em 500 anos, os índios não depredaram a mata atlântica do Parque de Monte Pascoal, não seria agora que eles fariam isso”. A afirmação foi feita pelo diretor da Associação Nacional da Ação Indigenista (Anai – Bahia), José Augusto Sampaio, diante da notícia de que a Organização das Nações Unidas para Educação (Unesco) poderia não considerar o parque como patrimônio da humanidade depois que 300 índios pataxó ocuparam a área” (Processo nº 2556/82, fls: 521).

O IPHAN, por sua vez, anunciou sua preocupação quanto aos novos rumos da situação, encaminhando à FUNAI o Ofício nº 232/99 – Presi, de 09 de setembro de 1999:

“Vimos por meio deste externar nossa preocupação com a situação deflagrada pelos índios Pataxó, no Parque Nacional Monte Pascoal (...) ao IPHAN imporá garantir a integridade paisagística do bem tombado pelo seu valor histórico”.

Uma das mais respeitadas ONGs ambientalistas do mundo, o WWF, se pronuncia solicitando providências imediatas do Governo Federal:

“Nesta oportunidade, o WWF deseja expressar sua preocupação com a ocupação do Parque Nacional Monte Pascoal, localizado no sul da Bahia (...). Entendemos que a questão indígena é complexa e que todos os esforços devem ser envidados no sentido de se dar tratamento digno a essas populações (...). Diante dessa realidade, a proteção do PNMP adquire uma importância fundamental, pois dela depende a manutenção de um dos principais remanescentes de Mata Atlântica, juntamente com inúmeras espécies só encontradas nessa região. Diante da situação atual, o WWF solicita que o Governo busque uma solução urgente para o caso, garantindo a integralidade de tão importante Parque Nacional, sem prejuízos às populações indígenas.” (Carta s/nº - Garo Batmanian, Proc. Nº 2556/82, fls 514).

Pressionadas por vários setores da sociedade civil e pelo Ministério Público, as duas instituições federais envolvidas, FUNAI e IBAMA, retomaram as discussões em prol da elaboração da gestão compartilhada. O IBAMA e o MMA defendiam a implantação de projetos de sustentabilidade econômica nas aldeias do entorno do Monte Pascoal através de um acordo de cooperação. O acordo tinha por finalidade aliviar a pressão decorrente da retirada de madeira nas matas no Parque Monte Pascoal.

Inicialmente, segundo contam às lideranças que participaram da retomada, a tentativa era de convencer o grupo a sair do Parque, mas diante do insucesso, as negociações em torno da noção de gestão compartilhada continuaram:

“Eles falaram muito bonito o dia todo, os parentes chegaram a achar que ia ser bom. Aí foram na cidade para escrever o documento e ligar para Brasília. Quando voltaram já era de noite, não se enxergava nada, pois lá não tinha luz. O doutor da FUNAI de Brasília começou a ler o documento foi quando um dos parentes se levantou contra, dizendo que não adiantava tentar convencer que nós queríamos era que aquilo fosse um Parque Indígena, todos concordaram e não assinaram. Foi a maior discussão!” (liderança Pataxó entrevistada em 2005).

O teor desse depoimento é parcialmente confirmado analisando-se a ata de reunião do dia 24 de agosto de 1999, anexada ao Processo nº 2556/82 – fls. 511, quando foram deliberadas algumas ações propostas pelo IBAMA e MMA para saída pacífica dos índios da área do Parque. A primeira é a continuação dos trabalhos do GT de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha, coordenado

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

pela antropóloga Maria Rosário Carvalho. Além disso, são tratadas várias propostas, incluindo a distribuição de veículos para as aldeias. A ata não está assinada.

A iniciativa de negociar o acordo de cooperação estabeleceu novas cisões entre o grupo. “*Esse instrumento, antes que mediar soluções, reconfigura o conflito, estabelecendo novas diferenças políticas nas aldeias*” (Assis, 2004). Os conflitos internos aumentaram, e a legitimidade das decisões de algumas lideranças passa a ser questionada. Com isso, lideranças como Joel Braz rompem com o grupo de Boca da Mata. A partir desse rompimento, surge a Frente de Resistência em oposição ao grupo que se alia à proposta do acordo de cooperação.

O grupo da Frente de Resistência dá início a uma série de ocupações de fazendas na região. A fazenda Boa Vista, situada na barra do Cai, foi a primeira; em seguida a Lapinha (contígua ao Trevo do Parque), Santo Agostinho, Oriente, Barreirinha, Guanabara, Pecuária (“*da Juíza*”) e Santa Luzia. Esse grupo promoveu várias ocupações, com apoio de ONGs indigenistas, embasados no discurso do enfrentamento contra os “*inimigos invasores e pistoleiros*”. Algumas dessas ações foram permeadas por muita violência e a luta pela terra deixou um saldo de perseguições, prisões de índios e vários processos de reintegração de posse e interditos proibitórios.

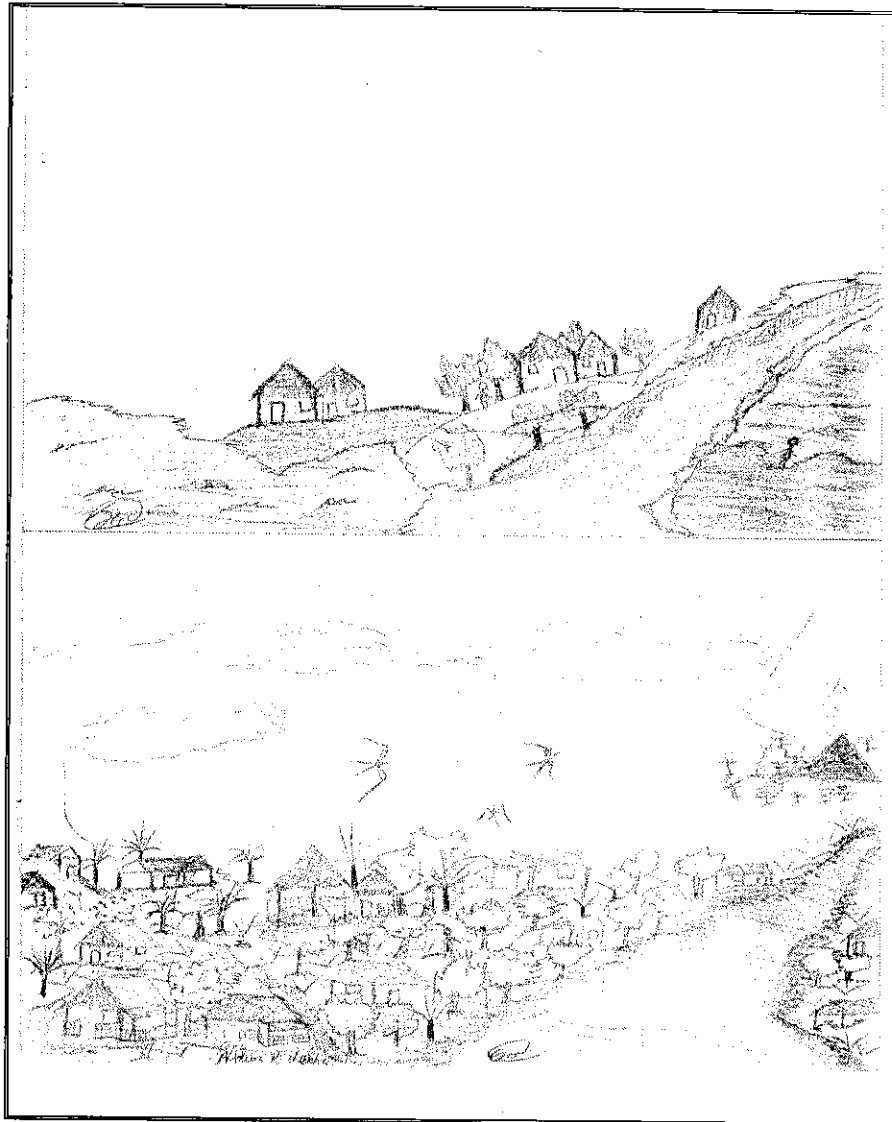
As ocupações que receberam liminar de reintegração de posse foram desocupadas, exceto a Fazenda Guanabara e a Fazenda da Juíza. A primeira foi ocupada em março de 2000 sob a liderança de Jurandir Ferreira e atualmente é denominada Aldeia Guaxuma. A segunda é a área onde está instalada a Aldeia Nova. Sua ocupação também aconteceu em 2000 sob a liderança de Joel Braz.

Quanto ao andamento da questão envolvendo a ocupação do PNMP pelos Pataxó, após dois anos de discussão é assinado, em 28 de fevereiro de 2002, o “*Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA, Ministério da Justiça e FUNAI*” (anexo), que tem por objetivo:

“a elaboração e implementação de um modelo de Gestão Ambiental participativa do Parque Nacional Monte Pascoal, integrada com as Comunidades Indígenas Pataxó, em suas terras, e respectivas áreas envoltórias, abrangendo as aldeias Trevo do Parque, Guaxuma, Pé do Monte, Boca da Mata, Meio da Mata, Barra Velha, Aldeia Nova, Corumbauzinho e Águas Belas, que vise a promoção de planos, programas e projetos aptos a permitir a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento econômico dessas Comunidades, assegurando a sustentabilidade dos recursos e o ambiental do conjunto Parque Nacional e Terras Indígenas, de modo que não sejam destruídos os últimos fragmentos de Mata Atlântica e garantida a proteção de sua biodiversidade bem como em sua área de amortecimento, conforme previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC”.

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

Com objetivo de tratar de forma mais adequada as informações sobre o Projeto de Gestão Participativa do PNMP, o assunto é detalhado na Parte IV – Meio Ambiente.



Desenhos elaborados pelo índio Pataxó conhecido como São de Barra Velha – 2006
Adeia de Barra Velha banhada pelo rio Corumbau na visão do índio São

D

SEGUNDA PARTE – HABITAÇÃO PERMANENTE



“A aldeia dos Pataxó é uma rua com 27 palhoças e os caranguejos são alimento básico e quase único dos índios”.
Jornal do Brasil – 13/07/70

Os indígenas foram os “primeiros ocupantes e donos naturais destas terras”, como expressamente, reconhecia o Alvará Régio de 1º de abril de 1680. Reconhecimento este que foi ratificado por uma lei de 6 de julho de 1755 – escrita no espírito da Bula do Papa Benedito XIV, de 20 de dezembro de 1741 – segundo a qual, nas “terras outorgadas a particulares, seria sempre reservado o direito dos índios, primários e naturais senhores delas” (Neto, Fernando da Costa Tourinho – Juiz do Tribunal Regional da 1ª Região)

Por ser um capítulo onde é necessário segundo Portaria nº 14/MJ/96, apresentar uma detalhada descrição da distribuição das aldeias, população das mesmas, localização, critérios do grupo para localização, construção, área por ela ocupada e o tempo em que se encontram no local, optamos por descrever todos os pontos de ocupação, independente da utilização.

Como apresentado no capítulo anterior, após a demarcação dos atuais limites da TI Barra Velha, várias ocupações foram realizadas e novas aldeias foram criadas. Sendo assim, traçamos aqui a atual configuração da área utilizada de forma tradicional pelos Pataxó.

São doze aldeias distribuídas no entorno do Monte Pascoal, configurando um só território, sendo elas: Barra Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Córrego da Cassiana, Guaxuma, Trevo do Parque, Pé do Monte, Aldeia Nova, Corumbauzinho, Águas Belas, Bugigão e Craveiro.

As quatro primeiras fazem parte do atual limite Terra Indígena Barra Velha, homologada na década de 90. Já Águas Belas está situada na TI Águas Belas, homologada em 1996. O Trevo do Parque é uma área doada à comunidade pelo ex-Prefeito de Itabela, na década de 1980. Quanto a Guaxuma, Pé do Monte, Aldeia Nova, Craveiro e Corumbauzinho, são aldeias formadas a partir de ocupações realizadas no princípio de 2000, provocadas pelo movimento de recuperação das terras tradicionais Pataxó realizado pela Frente de Resistência

1307
Celenai

e Luta Pataxó.

Barra Velha é considerada a “*aldeia mãe*”, não só por ter sido a primeira aldeia Pataxó do Extremo Sul da Bahia, mas também por serem “*filhos*” dela todos os Pataxó que vivem nas aldeias do entorno do Monte Pascoal. Com objetivo de demonstrar a interligação das aldeias a partir do parentesco das famílias extensas, são listados abaixo os nomes das principais lideranças das referidas aldeias:

- **Barra Velha** – Vivem na aldeia as famílias Braz, Ferreira, Máximo, Alves, Nascimento e Conceição. Atualmente a principal liderança é o cacique Romildo, da família Ferreira. Essa família está a frente da aldeia há muitos anos, desde João Vicente Ferreira, pai de Tururim.
- **Boca da Mata** – Foi a primeira área aberta oficialmente em 1982, após a demarcação dos 8.627ha. A família de Firmo Ferreira saiu do local conhecido como Desejo (atualmente área do PNMP), e “*abriu*” Boca da Mata às margens do Córrego Cemitério. Atualmente o cacique é Alfredo Santana, sobrinho de Firmo e filho de Manoel Santana. Alfredo é também o Presidente do Conselho de Caciques do entorno do Monte Pascoal, criado em 2006, com objetivo de organizar a ocupação do território a partir da lógica dos Pataxó.
- **Meio da Mata** – Fundada em 1987, a partir da aldeia Boca da Mata, às margens do córrego Cemitério, próximo do Porto da Palha. Alguns índios afirmam que várias famílias já residiam no local desde 1951. A principal família é a dos Braz. O atual cacique é João Alves, sendo Almir Braz o seu vice-cacique.
- **Guaxuma** – A fazenda Guanabara foi “*retomada*” em 2000 por um grupo dissidente de Boca da Mata liderado por Jurandir Ferreira. Atualmente quem está a frente como cacique é Manoel da Ressurreição Braz, conhecido como Vaqueiro.
- **Trevo do Parque** – Foi fundada na década de 1980 com a perspectiva de buscar alternativa de sobrevivência por meio da venda do artesanato na BR-101. A maioria da população dessa aldeia é proveniente de Barra Velha e se instalou no sopé do Monte Pascoal, no local referido na bibliografia como a primeira aldeia Pataxó, chamada Pé da Pedra. Sua fundadora é Terezinha Sena. Atualmente a aldeia tem quatro representantes da aldeia: Antônio, Sidney, Sebastião e Osvaldo.
- **Corumbauzinho** – Com a dispersão de 1951, as famílias de Ananias Ferreira dos Santos, Alexandre Braz e Justino Braz buscaram junto ao rio Corumbau, nas proximidades da Gameleira, um lugar para “*colocar as roças*”. Por volta de 1998, após

P

anos de pressão e perda territorial, os Pataxó que viviam em Corumbauzinho retomaram uma área que foi declarada de interesse para Reforma Agrária.

Durante vários anos a principal liderança foi Edílson Braz, o Dil. Atualmente a aldeia é liderada pelo cacique Adailton Pereira Braz, também da família dos Braz. Conforme memória oral do grupo, essa sempre foi região dos Braz.

- **Águas Belas** – Essa aldeia também é fruto da dispersão de 1951. Fundada pelo Sr. Manoel Braz, é liderada há 22 anos por seu filho, João Braz.
- **Craveiro** – Local conhecido pelos índios como Caveira - Área onde foi constituído o PA Reunidas Corumbau que foi retomado em 2002 por um grupo de Pataxó liderados por Pedro Braz, de família que nasceu e sempre viveu a região. Atualmente o cacique é o Sr. Ananias Alves de Almeida, índio Pataxó nascido na região próxima ao rio Corumbau.

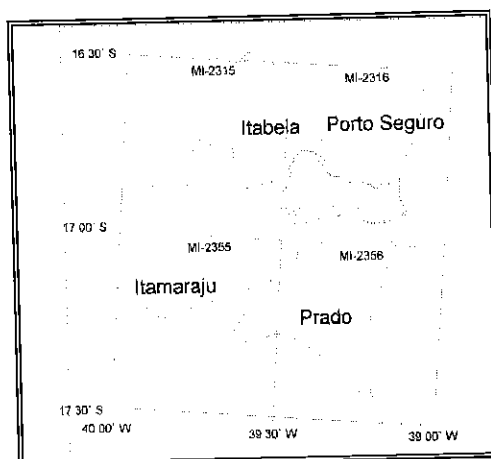
Todas as aldeias são independentes, política e economicamente. Entretanto, o entendimento do grupo é que todas elas fazem parte de um mesmo território. Reconhecem como terra tradicional a área que foi demarcada em 1943 pelo Governo do Estado da Bahia. Todas as ações políticas de caráter externo são conduzidas pelo Conselho de Caciques, composto pelos caciques de todas as aldeias Pataxó da região, inclusive das aldeias da região do Cahy e Cumuruxatiba - Parque do Descobrimento.

A disposição espacial da aldeia Barra Velha, apresentada por Carvalho em 1977, ainda hoje pode ser percebida na maioria das aldeias do entorno do Monte Pascoal. A antropóloga afirma que:

“(…) o espaço organiza-se em função das necessidades do grupo – definindo-se basicamente em espaço social – residencial, espaço econômico – agrícola e não agrícola. Sendo ‘a aldeia o espaço central, domínio comum e local de morada individual’” (Carvalho, 1977).

No Relatório de Fundamentação Antropológica da TI Barra Velha estão descritos vários locais do entorno do Monte Pascoal que são reconhecidos pelos Pataxó como áreas de ocupação e utilização dos Pataxó de Barra Velha (mapa temático anexo). Entretanto, é importante reforçar alguns pontos obtidos a partir de dados pesquisados ao longo de toda a fase atual dos estudos.

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal



Procl. nº 255/06
1009
Domen

Mapa com a divisa dos municípios.

Conforme os relatos dos índios, várias áreas que hoje fazem parte do Parque ou estão na posse de fazendeiros eram locais de moradia dos Pataxó, mas, com o passar do tempo, foram sendo retirados dos índios de uma forma ou de outra.

Sentindo-se muito pressionados pelos posseiros da região, muitos índios venderam por valores absurdamente baixos, como foi o caso da família do Zé Piegas que vivia no Cabrinha. Mas, aqueles indígenas que decidiam não sair do local eram expulsos por força da violência. A maioria das famílias de Pataxó que morava, nas décadas de 40 e 50 ao longo do rio Guaxuma, repassaram suas áreas para posseiros que se diziam donos das terras. Esses “tomavam na marra, tiravam toda madeira e depois iam embora deixando para trás uma área destruída e o sape” (Manoel Santana, 2005)

Caraíva já foi ponto de encontro de índios de Barra Velha que partiam para festas realizadas por índios que viviam no aldeamento de Trancoso. Além do mais, até os dias de hoje, Caraíva é compreendida como o “quintal de Barra Velha” (verificar capítulo sobre Caraíva). A família de Ipê (cacique de Aldeia Velha) morou décadas nas margens do rio da **Capoeira**, afluente do rio Caraíva. Índios velhos como Duviges, João Pesca, Alexandre e Cristino viviam as margens do rio **Jambreiro**, outro afluente do Caraíva.

A família de Itambé, fundador de Coroa Vermelha, viveu durante décadas na região de Joacema. Segundo Itambé, a região que é compreendida entre Joacema e Caraíva era toda habitada por famílias Pataxó, mas ressalta que havia alguns índios diferentes, muito provavelmente se referindo a famílias da etnia Tupinikim.

Zé Piegas conta que foi seu avô Tibúrcio quem abriu as roças do local conhecido como **Cabrinha** e que no **Porto do Boi** vivia Maria Coqui, índia Pataxó. Todos os velhos conhecem histórias sobre as famílias Pataxó que viviam no **Porto da Palha, Pia Pinto, Mata-Cobra,**

D

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

córrego do Prego. Por exemplo, as roças do Prego foram abertas por Luciano Alves Conceição, que reside atualmente em Barra Velha.

“ Eu morava lá dentro da roça, lá no Prego. É lá que é minha roça. Mas agora eu não estou trabalhando mais lá. Pescar eu ia nos córregos para pegar Beré, Traíra e no mar também. Esse córrego é o que ele morava, ele não mudou para outros lugares. Era ali que ele mariscava, nas pedras e no mangue e também pescava nos córregos. Ele não era pescador de mar, sempre ia ao mangue e nas pedras. A armadilha que ele colocava era o “mundio” para pegar a paca. Ele nunca usou espingarda”(entrevista realizado com Sr. Luciano e Romildo na aldeia Barra Velha em 2005)



Zé Piegas com um colar de dentes de animal ao lado de velhos anciões.
Foto: Leila 2005



Luis Capirão e seu filho – Aldeia Barra Velha
Foto: Leila 2005

No córrego do **Ribeirão** viviam alguns membros da família Braz, como Jovino Braz que se instalou lá após 1951. O velho Manoel Suia (Braz) conta que seus pais também viveram no Ribeirão, como os pais do finado Alfredo, João Carlos e João Braz.

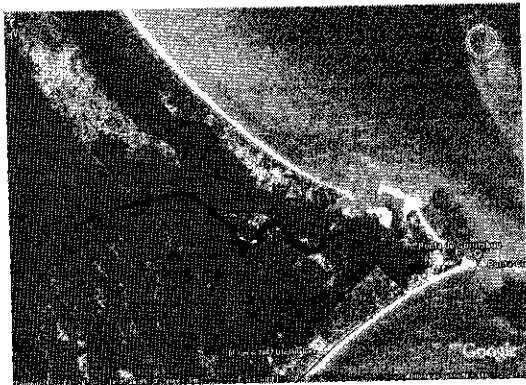
A oeste, nas margens do rio Guaxuma, noroeste de Boca da Mata, viveram várias famílias de Pataxó, como as de Manoel de Ordoci, Salvador, Alves e do velho André casado com Joaquina Braz. Na margem norte do rio **Cemitério** viveram, entre, 1950 e 1980, Antonio Malaca, João Malaca, Pedro Cravo, Manoel Xiongo e João de Xiongo. Joacema é o local onde nasceram e viveram vários Pataxó, como é o caso de Itambé fundador de Coroa Vermelha.

Vivem até hoje no povoado do **Limoeiro**, margem esquerda do rio Caraíva, vários Pataxó da família do Adalton Nascimento de Barra Velha.

Ao sul do Monte Pascoal, na margem direita do rio Corumbau, fica o **Murioba**, que, segundo velhos Pataxó, era morada dos Ferreira. Dentro da área do PNMP, no local onde hoje é a aldeia **Bugigão**, viveram Domingo Cunha, Fulô do Amor Divino (vive até hoje). No local conhecido como **Corumbauzinho** ou também **Gameleira** ocupavam o avô de Aurinho Pataxó, Bevino, Mário, Duquinha, Maria d’Ajuda. O local onde é a **Lagoa Grande** era o sítio de Dna. Josefa Ferreira, filha de Epifânio Ferreira, e mãe de Zé Baraia. No Saruê morava França.

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

Próximo do Bugigão há um local conhecido como **Avião**. Lá viveram João Guilherme (pai de Maria Pequena), José Barriga (irmão de Manoel Máximo), Maria de Olimpo, Lolico (filho de Onélia Braz).



Vista da Ponta de Corumbau incluindo a aldeia Bugigão
Fonte: Google Earth 2007

Na **Ponte Velha do Rio Corumbau** morou Pisca Rocha, José Fragoso – filho de Zabelê (família que atualmente vive em Cumuruxatiba), Remuganha e outros.

Abaixo do Povoado de Palmares, entre o rio Cai e Palmares, viveram José Guedes (vive em Cumuruxatiba) e Rosa da Conceição de Barra Velha.

No **Tino** (no pé da Serra do Gaturama) viviam Antônia de Palmira e Pedro Marcolino. A leste do Tino, no local conhecido como **Rolinha**, ainda mora a família Pires – Pedro Pires, Maria Machado, (Antônia Pires). Na década de 1970 viveram na região alguns índios da família dos Guedes.

Na **ponta do Corumbau, próximo ao farol da barra**, vive a família de Domingo Vinagre (pai do Milton, São e Ana Maria). Onorato Filho, Chiquinho e filhos, Benedito Ruivo e Zé Preto. Ao sul do Corumbau tem o **Carrola** onde viviam Dadu e Liqueinha.

“A maior parte dos índios vivia no interior da mata, perto das roças, no costão dos dois rios, por ambos os lados. Alguns lugares chegavam a ter aglomeração de cinco a seis casas, como Belém, Ribeirão, Macaco, Pindoba, Boa Vista e Desejo, do lado do Corumbau. Para as bandas do Caraíva ficavam o Porto do Boi, o Porto da Palha, o Brejo Grande, o Paranha, o Estivado e a boca do Cemitério. No centro da área, no caminho que dá para o monte, existem os campos São João de Minas, do Coelho e do Boi. Mas para a direita do caminho, ainda bem próximo da aldeia, fica o Brejo do Pregão [...] Do interior da área saíam os produtos que abasteciam orla marítima até Porto Seguro, principalmente a farinha e carne de porco. Vendiam também cordas de embira, gamelas, colheres de pau, samburás, panacuns, chapéus e abanos. A piaçava era extraída em grande quantidade no Varejeira, no Cavaco, na Casa Branca e no Bala Doce. [...] O albino, avô do Fincudo, tinha uma plantação de cacau e café, perto do rio Cemitério. O João da Pena estava plantando um pouco mais acima. Havia outros cuidando de plantar no pé de Monte Pascoal, para cercar uns pretos que estavam entrando pelo outro lado do monte.”
Oliveira (1985: 09)

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

No **Cotovelo**, região central do Parque, próximo à antiga estrada geral, há cemitério dos Tapuios. Manoel Santana conta que muitos índios (aparentemente Maxacali) vinham da região entre Minas e Bahia para as festas de Barra Velha. Durante a viagem se arranchavam em acampamentos até chegar em Barra Velha. Um determinado ano (ele não se lembra quando), numa dessas paradas os Tapuios teriam recebido roupas infectadas com a doença “bexiga”, termo utilizado pelos índios para a varíola. Manoel diz que foi uma tristeza só, uns 30 índios morreram e foram enterrados nesse local.

A oeste do Monte Pascoal temos:

Serra do Gavião - onde Neném, Artêmio e caboclo Bernardo tinham sítio.

Macaco Gordo - Local onde viveram o velho João Vicente Ferreira, Francelino Caboclo, Gonçalo Índio, Antônio Rocha Ferreira e João R. Ferreira (morada dos Ferreira).

Pedra Mole – é um local que os Pataxó utilizaram muito e também viveram.

Pedra Lisa – Primeira Aldeia Pataxó (Paraíso, 1994) era local de rancho de caça.

Por volta do ano de 1999 os Pataxó elaboraram e encaminharam à FUNAI o documento “Reivindicações dos Pataxó da Terra Indígena do Monte Pascoal” (anexo), onde localizam vários outros locais, e principalmente alguns importantes cemitérios e nomeiam índios Pataxó que estão enterrados neles, são alguns deles:

- **Cemitério da Ponte Velha** (margem do rio Corumbau): Esmeraldo Braz, Gerome, Antonio, Justino Braz, Jorge Gibura, Franquilino de Zé da lá, Leonzina (mãe do índio Remunganha).



Ponta do Corumbau – Foto internet 2005

- **Cemitério do Xamprão** (atual Come quem Leva): Maria Emília Braz, Manoel de Salú, Cantídia (mãe de Antônio Cabeludo e outros).

Proc. nº 205/03
Fls. 132
Rubrica [assinatura]

[assinatura]

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

- **Cemitério da Lembrança** (Boca da Mata): Elias Ferreira, Firmo Ferreira, Joaquim Curuca, João Curuca.
- **Barra Velha:** Famílias Graciano, Braz, Honório, Nascimento, Epifânio Ferreira, Maranhão, Ordócia, e tantos outros.

Outros locais são reconhecidamente como antigos e atuais pontos de coleta como:

- O centro do PNMP – Piaçava, Jussara, Buri e Imbira
- O mangue de Corumbau – ouriço, caranguejo, mariscos...
- O mangue de Caraíva - ouriço, caranguejo, mariscos
- Próximo ao Macaco Gordo - Sementes, e cascas para produção de remédio.
- Nas proximidades da Serra do Gaturama – Piaçava e Imbira.
- Na região do rio da Cachoeira e Guaxuma – Piaçava, sementes e plantas para remédios
- No sopé do Monte Pascoal – Piaçava, Aroeira (remédio) e Imbira.

Proc. nº 33220
Fls. 313
Rubrica [assinatura]

Outros locais de Pesca:

Rios Guaxuma, Caraíva, Jambreiro, Preto, Água Branca, Gibura, Cahy (Queimado), Corumbau e tantos outros córregos que atravessam a área.

Outros locais de Festa:

Sopé do Monte Pascoal, Céu (BV), Desejo, Caraíva e Trancoso.

Conforme descrito por Tempesta e Sotto-Maior (2005) temos que:

“O atual padrão de ocupação do espaço que se deduz das falas dos índios de Barra Velha é o seguinte: após o aldeamento compulsório em 1861, os Pataxó permaneceram fixados na faixa litorânea entre as barras dos rios Caraíva e Corumbau, abaixo de Porto Seguro, organizados em unidades residenciais dispersas, que abrigavam famílias extensas aparentadas entre si, tendo por ponto de referência a aldeia de Barra Velha. Até meados do século XX, essas famílias faziam incursões regulares para o interior, até o limite oeste do Monte Pascoal, para caçar, pescar, colher frutos, coletar mel e fibras de palmeiras e extrair óleo de dendê, entre outras atividades econômicas, valendo-se, para tanto, da “estrada geral”, que ligava Barra Velha ao Monte Pascoal, na base do qual estabeleceram um rancho de caça chamado de Pedra Lisa mesmo após o estabelecimento do Parque Nacional de Monte Pascoal, os índios lograram manter seu modo tradicional de ocupação e uso do território” (Tempesta e Sotto-Maior).

Por outro lado, parece não existir um padrão fixo de ocupação do território das

[assinatura]

aldeias, pois algumas foram construídas a partir de retomadas de fazendas e projetos de assentamentos que já tinham espaços de ocupação definidos. O traço comum entre as aldeias construídas pelos Pataxó, é à disposição das casas de forma linear centralizada por um campo de futebol e um centro comunitário ou espaço de lazer. As residências em geral abrigam famílias nucleares e são dispostas de modo aleatório, sendo que as roças familiares são plantadas comumente no entorno das casas (quintais).

Em todas as aldeias o padrão de construção é o mesmo. Em sua maioria as casas são construídas de sopapo (taipa), cobertas de palha de piaçava ou telha eternit. O chão costuma ser de terra batida ou de cimento grosso. Em algumas aldeias, as mais antigas, a água é encanada. Porém, a maioria tem banheiros externos.

Como podemos perceber nos dados apresentados acima, segundo memorial oral do grupo e dados documentais e históricos, os Pataxó ocuparam e ainda ocupam, praticamente toda extensão territorial reivindicada, seja para moradia ou para subsistência. É compreensível que atualmente não transitem livremente em todo o território, pois como aconteceu na maioria das terras indígenas brasileiras, primeiro na versão dos aldeamentos e logo após na figura da inserção na sociedade nacional, os indígenas foram cerceados em seus direitos de ir e vir. Suas terras foram loteadas, tomadas à força e invadidas sem o menos escrúpulo.

Como não poderia deixar de ser, esse grupo étnico do tronco Macro-Jê viveu disperso na região no entorno do Monte Pascoal até o aldeamento de 1861. Durante 90 anos se manteve relativamente agrupado até o “fogo de 1951” que provocou nova diáspora. Com a implantação do Parque em 1961, os Pataxó são novamente obrigados a se agrupar em uma área de 210ha. Contudo, alguns partiram para áreas a oeste e ao sul do Monte Pascoal em busca de alternativa de sobrevivência.

Com a abertura da BR 101, em 1973, a especulação sobre terras no entorno do Parque aumentou e a retirada de madeira também. Com isso aumenta também, a pressão sobre os pequenos posseiros da região, e principalmente sobre os índios Pataxó que viviam dispersos ao longo dos rios Corumbau, Caí, Caraíva, Cemitério, Capoeira e os córregos Gibura, Água Vermelha, e Queimado.

O índio Zé Piegas de Barra Velha contou durante sua entrevista, uma transação feita pelo seu avô, a qual deixa evidente a forma de esbulho utilizada pelos fazendeiros para conseguir as terras ocupadas por famílias indígenas e o quanto os Pataxó não atribuíam valor monetário à terra.

“O Cabrinha, como eu já falei, foi meu avô que fez ali, onde hoje é a fazenda de ‘Cadinho’. Aquilo ali, eu me lembro, que meu avô contou para mim que foi trocado em 1kg de fumo e

P

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

3kg de carne e o cara deu a ele cinco mil réis. Ai meu avô fez troca. Ai tirou o velho do lugar. Minha mãe era pequena saiu de lá andando, morando em um canto, e noutra. Da vez que nós saímos daqui eu era pequeno, nós moramos 8 anos na casa dos outros. Meu pai trabalhou na roça, na beira do Corumbau, pro lado de lá. Quando nós saímos de lá, moramos no rio da Capoeira um bocado de tempo e por aí meu pai conta essas histórias que nós sofremos muito na vida com o 51. Os índios não ligavam para nada, eles pensavam que o território todo era deles, eles pensavam que toda vida iam viver na floresta, mas não foi assim que foi vingando. A senhora sabe, os índios velhos são pessoas que não têm maldade, e o índio não tem essa maldade que o branco tem. Ai foram imprensando eles, foram imprensando as roças onde eles moravam, as margens dos rios e hoje nós nos amparamos nessa coroa de terra que nós estamos”.(entrevista realizado em Barra Velha em 2005)

3.1 - Ocupação Indígena por Aldeia

Aldeia Barra Velha

Fica localizada no município de Porto Seguro a uma distância de 95 km da cidade de Itamaraju. É constituída por uma população de 257 famílias correspondente a aproximadamente 1.540 indivíduos. Por ter sido o local do antigo aldeamento, a Aldeia Barra Velha é considerada como a “aldeia mãe” dos Pataxó do Extremo Sul da Bahia, ocupando um lugar de centralidade em relação às demais aldeias da região. É a aldeia mais próxima da praia, tendo atualmente uma faixa litorânea de aproximadamente 8 km de extensão. As extremas são a cerca que faz divisa com a vila de Caraíva, ao norte, e a área de mangue que faz limite com o Parque Nacional Monte Pascoal ao sul.

Pela proximidade com o mar, um dos alimentos preferidos é o “*mukussui*” ou peixe, consumido na forma de moqueca, frito ou assado na folha de patioaba. A *suninha de manaitê*, ou carne de vaca, também é muito apreciada pelos Pataxó.

Existem duas escolas na aldeia que atendem crianças da pré-escola ao segundo grau. A escola mais antiga foi construída pela FUNAI no final da década de 1980, em uma área alta próxima ao Posto Indígena. A mais nova foi construída pelo Estado da Bahia por volta do ano 2000. Exibi uma arquitetura ampla e moderna, com salas de vídeo, computação e biblioteca. Nos três turnos em que a escola funciona estão matriculados em torno de 400 alunos, sendo que o período noturno é o que apresenta a maior evasão escolar. Uma das justificativas, além do cansaço do dia, são os transtornos com a falta de luz, uma vez que a iluminação se dá por intermédio de geradores que muitas vezes quebram ou ficam sem combustível.

Os professores são mantidos pela Prefeitura, o que atualmente tem sido motivo de grande tensão entre os índios. Os professores não são efetivos e sim contratados por período causando grande instabilidade no período letivo. Segundo informações do Chefe de Posto da FUNAI, Marcos Pataxó, todo início de ano letivo é prejudicado pela demora na contratação dos professores e merendeiras. Outro ponto que está sendo muito discutido entre a Secretaria

de Educação de Porto Seguro e os índios Pataxó de Barra Velha é a necessidade de abrir contratação ou concurso para professores indígenas. Os Pataxó reivindicam vagas específicas para indígenas

O posto da FUNASA funciona em um local próximo ao PIN, em uma casa construída pela FUNAI por volta de 1980. Uma médica faz plantão uma ou duas vezes por semana, atendendo apenas os casos mais simples. Os de maior complexidade são encaminhados para Eunapólis, Itamaraju ou Porto Seguro. Em média, cinquenta indígenas são atendidos a cada plantão e os diagnósticos mais frequentes são de verminoses e diarreias em crianças e pressão alta em adultos. O posto conta também com atendimento de um dentista, uma enfermeira e dois agentes indígenas de saúde.

Apesar de ser a aldeia mais bem aparelhada, os índios reclamam do atendimento dado pela FUNASA. A distância da cidade, a estrada ruim, e o transporte deficitário propiciam a lentidão no atendimento.

O abastecimento de água é realizado por um sistema instalado pela FUNAI, constituído de um poço artesiano e um reservatório elevado com capacidade para 60 mil litros. A água é bombeada por um motor a diesel para o reservatório e distribuída para as casas por meio de uma rede subterrânea. Não existe sistema de coleta de esgoto, apenas fossa séptica nos sanitários.

Em conversa informal com o índio São, de Barra Velha, soubemos que a água é uma das grandes preocupações dos Pataxó. O desmatamento realizado nas cabeceiras das nascentes que abastecem as aldeias e o plantio de eucalipto vem ocasionando a diminuição no fluxo de água nos principais córregos da aldeia. Para São, o manancial também está comprometido, pois a água já não jorra como antes. “é claro que o povo Pataxó tá aumentando, mas a cada ano que passa a vazão diminui” (São, Barra Velha - 2006)

O artesanato é uma das principais fontes de renda dos Pataxó de Barra Velha, representando algo em torno de 35% (Timmers, 2004). Produzem peças de adorno como, colares, pulseiras e brincos feitos de sementes; utensílios domésticos como colheres de pau, garfinhos e espátulas para petisqueira, feitos de madeira. Alguns índios confeccionam peças entalhadas em madeira representando animais e que podem servir como assento. Esses produtos são vendidos aos turistas e visitantes que passam pela aldeia provenientes de Caraíva e Corumbau.

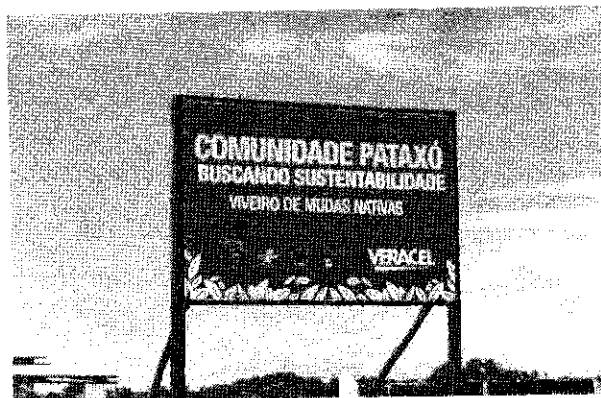
A aldeia Barra Velha é a que mais investe no artesanato de semente, sendo o mais refinado de todas as aldeias. Parte se deve aos cursos de capacitação oferecidos pelo SEBRAE

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

para agregar valor ao artesanato. O presidente da Associação de Artesanato conta que com os cursos os índios aprenderam como furar com mais facilidade, tingir, e montar peças diferenciadas.

“antes furávamos a semente madura com um ferro quente, isso além de machucar a mão perdia muita semente. Hoje furamos algumas sementes depois de cozinhar um pouco, outras ainda verde. Para tingir só usávamos o urucum, atualmente usamos vários pigmentos de plantas e anilina. A linha era de tucum o que estava levando a uma grande exploração, mas agora também usamos a urso para preservar um pouco do tucum.”(entrevista com Cosme – presidente da associação de Barra Velha)

Em 2005, com o apoio do SEBRAE, FUNAI e IBAMA foi implantado na aldeia um viveiro de espécies nativas com vistas ao reflorestamento e à obtenção de sementes para o artesanato.



Viveiro de mudas de Barra Velha (Foto Leila 2005)

O SEBRAE é parceiro constante da Associação do Artesanato Pataxó, promovendo capacitação para agregar valor ao artesanato e a comercialização em feiras nacionais e internacionais.

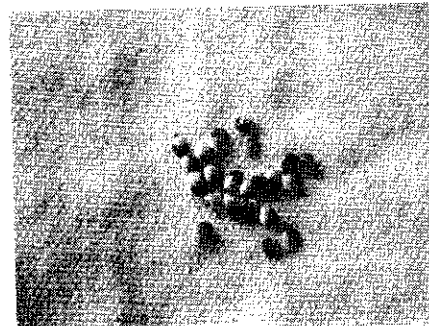
As sementes e cocos utilizados na fabricação do artesanato são as mais variadas possíveis. Grande parte é nativa da região como a juerana, pariri, pacari, tento, tinguí, salsa, olho de pombo, matapasso, sereia, mauí, fedegoso, café-beirão, fava de cobra, lágrima de Nossa Senhora, aleluia; utilizam ainda o coco e a fibra das palmeiras de dendê, naia, xandó, ouricuri, piaçava, pati, coco da Bahia.

O pacari, por exemplo, é fruto de uma árvore de porte médio presente na área mais próxima a praia. Ela só da semente uma vez por ano, e muitas vezes nem isso. Já o matapasso e o tinguí são frutos de arbustos de pequeno porte. O tucum, muitas vezes utilizado para tecer o fio dos cordões, é tirado de vegetação úmida. É encontrado em toda costa do Brasil, desde a Bahia até o Rio Grande do sul. Geralmente é encontrada em florestas de lugares mais abertos,

vales e áreas úmidas.



Bactris setosa
Tucum-amarelo



Pacari

Os Pataxó também utilizam sementes de outras regiões, como o açaí e o ingá. O índio Zé Baraia conta que quando viaja fica olhando as sementes que podem ser utilizadas no artesanato, colhe e planta em seu quintal.

Produção

A produção da farinha é realizada por grupos familiares nas casas comunitárias de farinha principalmente para o consumo próprio. Contudo, quando há excedente comercializam nas vilas próximas, como Corumbau, Caraíva, Guarani, Itamaraju e outras. A comercialização interna é realizada à base de troca, já a externa é feita para suprir o grupo de produtos industrializados. As farinhas mais produzidas são a de puba, a farinha de guerra (mais fina), a farinha de tapioca e a goma.

Quando a colheita de mandioca é boa, uma família consegue produzir aproximadamente cinquenta sacos por mês. Um saco de farinha de 60 kg é vendido em média pelo preço de R\$ 20,00

A pesca em alto mar é praticada há pouco tempo, de 20 anos para cá. “Antes nós pescávamos só de canoa não íamos para o meio do mar” (índio de Barra Velha) e é a mais apreciada entre os Pataxó da aldeia Barra Velha. Pescam também na lagoa, onde tem muita traíra. Nas pedras dos recifes e no mangue coletam ouriço, caranguejo, polvo e outros crustáceos.

Apesar de ser uma área destinada a RESEX Marinha de Corumbau, a área de mar a frente da aldeia Barra Velha, cercada de recifes de corais, é muito explorada por barcos pesqueiros do Espírito Santo e pelo turismo advindo de Caraíva e Corumbau.

A agricultura representa aproximadamente de 30% da atividade produtiva, sendo que a

agricultura familiar é a principal (Timmers, 2004). No caso específico de Barra Velha, a grande maioria das casas não tem roça de quintal, principalmente nas ruas centrais da aldeia. A área destinada ao plantio fica a oeste da aldeia, no sentido de Boca da Mata. São três roças coletivas de 150 tarefas¹³ (2005) divididas em tarefas 5 tarefas por família.

Os produtos cultivados são: mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, abacaxi e outros, como já afirmamos anteriormente.

O turismo em sua maioria é explorado a partir da vila de Caraíva. Consiste em breves visitas a aldeia, de buggy ou a cavalo, realizados por guias não indígenas. O fato é que não existe infra-estrutura para esta atividade, nem tão pouco índios capacitados para atender turistas restando apenas para os Pataxó a venda do artesanato (Timmers, 2005).

As lideranças entrevistadas durante o levantamento de campo mostraram-se muito interessadas em estimular o Ecoturismo na aldeia e pensam, inclusive, em estender a visitação até o Monte Pascoal passando pelas aldeias de Meio da Mata e Boca da Mata.

Aldeia Boca da Mata

Como descrito acima, Boca da Mata foi a primeira aldeia oficialmente aberta após a demarcação dos 8.627 ha em 1982. Esse empreendimento foi liderado pela família de Firmo Ferreira que saiu do local conhecido como Desejo (onde atualmente é o PNMP), e “abriu” Boca da Mata as margens do Córrego Cemitério. Faz parte do município de Porto Seguro a uma distância de 54 km da cidade de Itamaraju.



Vista da Aldeia Boca da Mata (Foto – Leila 2005)

¹³ 1 tarefa equivale a 3 ha ou 30x30m

[Handwritten mark]

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

Conta com uma população de aproximadamente 1150 indígenas vivendo em situação de extrema fragilidade política, econômica e social. Talvez, essa aldeia seja a que mereça mais atenção especial entre todas outras.

Segundo informações apresentadas pelo IBAMA, a aldeia Boca da Mata tem como maior fonte de economia o artesanato de madeira de lei. Em sua maioria, as famílias Pataxó de Boca da Mata abandonaram o plantio de roças familiares e se voltaram para a fabricação de gamelas e artefatos de madeira em geral. Também abandonaram o artesanato tido como tradicional e funcional, como corda e rede de imbirá, estopa, tucum, piaçava, e a pesca para trabalhar na retirada de madeira e no beneficiamento de gamelas.

Por ser uma atividade “quase que escrava”, pois os baixos preços pagos pelos atravessadores levam a um lucro demasiadamente baixo, os indígenas que residem em Boca da Mata vivem em uma situação de grande vulnerabilidade. Para se ter idéia, uma gamela não beneficiada é vendida por R\$ 3,00, já a polida custa aproximadamente R\$ 8,00. No comércio de Coroa Vermelha ou em barracas instaladas na BR 101 o valor das gamelas gira em torno de R\$ 8,00 a R\$ 20,00. Em alguns outros estados, como o Distrito Federal, encontramos gamelas até por R\$ 100,00.

Boca da Mata é uma aldeia com faixa estreita de terra e terreno muito acidentado (ingreme), o que dificulta o cultivo de grandes roças. A baixa fertilidade da terra compromete as roças. Após um período de plantio de três anos o sapé costuma tomar o roçado, aumentando o perigo de fogo.

Em sua maioria as casas são dispostas ao longo da via que dá acesso à estrada entre o Pé do Monte e Barra Velha. No centro da aldeia há um grande campo de futebol e, ao redor algumas casas, uma igreja católica e algumas “vendas”.

As escolas são de primeiro e segundo grau e são mantidas com recursos do Estado.

Córrego da Cassiana

Está localizada no município de Porto Seguro, sendo essa uma extensão física da aldeia Boca da Mata. A vida social e política da aldeia estão totalmente ligadas a Boca da Mata.

Meio da Mata

Está localizada entre Barra Velha e Boca da Mata, na margem direita do córrego Cemitério, a 51 km de Itamaraju. Foi fundada em 1987, a partir de uma dissidência da aldeia



233/82
Fund. *[assinatura]*

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

Boca da Mata, próximo do Porto da Palha. Alguns índios afirmam que várias famílias já residiam no local desde 1951. A principal família é a dos Braz.

As moradias estão dispostas de forma aleatória em sua maioria no centro da aldeia próximas a igreja evangélica e a escola. Outras foram construídas em locais próximos a córregos e nascentes. Do centro da aldeia podemos ver o limite norte da terra indígena, local de vegetação baixa e alagavel, entrecortada pelo rio Caraíva.

A economia de Meio da Mata está voltada para agricultura familiar, com roças de mandioca, feijão, milho, abóbora e outras. Várias frutas também são cultivadas, sendo as principais o coco e banana.

Nas casas de farinha são produzida a farinha de puba, o bolo de puba e a tapioca. A grande parte da farinha é consumida na própria aldeia. O pequeno excedente é vendido nos pequenos estabelecimentos das cidades próximas. Por ser a aldeia com maior dificuldade de acesso, os indígenas que lá vivem sofrem com a dificuldade de escoamento da produção.

O artesanato de madeira também é explorado pelo grupo. Depois de Boca da Mata, Meio da Mata é a aldeia que mais produz gamelas para revenda. Porém, elas são vendidas na forma bruta, para serem beneficiadas e polidas em fabriquetas de cidades próximas.

Apesar de seu tempo de existência, a aldeia Meio da Mata não contava com uma escola bem estruturada até o mês de setembro desse ano (2006). Os alunos estudavam em uma pequena sala construída de madeira e coberta de lona e palha, e na igreja. Já os adolescentes que estão cursando o segundo grau estudam nas escolas de Boca da Mata e Barra Velha, onde permanecem por 15 dias e retornam por uma semana para aldeia de origem.

No momento do levantamento fundiário a nova escola estava sendo construída. Os recursos para sua construção são provenientes da Secretária de Educação do Município de Porto Seguro. A área escolhida é próxima a da igreja e também abrigará um centro cultural que está sendo implantado pela Coordenação Geral de Artesanato da FUNAI – CGART.

Como citado acima, a dificuldade de acesso isolou os Pataxó de Meio da Mata por muito tempo, que sempre sofreram com a pouca assistência dispensada pelas instituições responsáveis, deixando os indígenas ansiosos por apoio para elaboração de projetos comunitários.

Guaxuma

Trata-se de uma ocupação da Fazenda Guanabara realizada pelos Pataxó em 2000. Quem retomou a área foi o grupo de Jurandir Ferreira, mas hoje o cacique é Vaqueiro (Braz), o que demonstra a alternância de poder entre os Ferreira e os Braz.

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

Segundo informações de Manoel Santana, ao longo do rio Guaxuma viviam várias famílias indígenas (em torno de 130 índios) mapeados:

- Joana – irmã de Artumiro que viveu lá até a década de 80 quando retornou para a aldeia, pois foi pressionada a vender por um preço irrisório.
- Duvige – tio de Vaqueiro (cacique) – Esse voltou para Barra Velha nos anos 70, quando se sentiu que não conseguiria segurar a pressão oferecida pelos especuladores e fazendeiros.
- Fulor – vive atualmente na Aldeia Bujigão e é parente de Zé Bedeu.
- Manoel de Ordócio – avô de Julio Iberé (Boca da Mata)
- Dona Lucia – irmã de André de Barra Velha Zé Quati – tio de João Vela de Boca da Mata
- O sogro de Vaqueiro morava no rio Benício, Manoel Valério – um lugar chamado Água Vermelha.
- Antônio Malaca – índio que mora em Barra Velha também morou lá e foi expulso.
- Dona Jaçanã – que após ter se casado deixou a casa dos pais e foi viver na região de Joacema. Nos anos 1990 foi para os lados de Aldeia Velha (Arraial d’Ajuda), onde permanece até os dias de hoje.

Desde a ocupação, os Pataxó se empenharam em tornar a área produtiva e para isso buscaram apoio junto a ONGs, FUNAI, CEPLAC, IBAMA, e Igreja Missionária.

Nas roças individuais plantam mandioca, milho, abóbora e hortaliças. Já na roça comunitária, implantada pelo Projeto de Gestão Participativa FUNAI/IBAMA/MMA, plantam feijão, milho, melancia e outros.

Criam algumas cabeças de gado leiteiro que adquiriram com recursos doados pela igreja missionária. Iniciaram com 6 novilhos, atualmente estão com 20 animais. Criam também, pequenos animais como galinha e pato para consumo próprio.

Gostam e necessitam pescar para complementar a alimentação da família, mas reclamam da falta de acesso à beira do rio Corumbau, pois, segundo Vaqueiro, eles têm “que passar pelas terras de fazendeiros que não aceitam a presença de estranhos, principalmente índios” (entrevista junho de 2006).

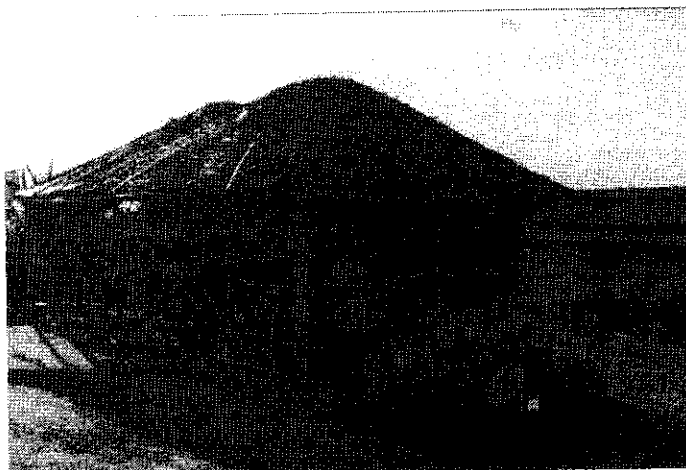
Após a “retomada” construíram alguns quiosques no acostamento da BR 101 em frente à aldeia para vender artesanato. Sendo que o artesanato de madeira é o principal artefato de venda.

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal



Proc. nº 25500
Fls. 200
Rubricas [assinatura]

Gamclas vendidas na BR-101 – Foto: Leila 2006



Barraca de venda de artesanato na BR-101
Foto: Leila 2006

A educação é uma das prioridades dos Pataxó de Guaxuma que contam com uma pequena escola de 1ª a 4ª série e alfabetização para os adultos no período noturno. A edificação foi construída com recursos do município de Porto Seguro, mas está sendo contestada pela Sra. Maria José dos Santos, que mantinha a posse da área até a ocupação dos Pataxó.

Logo após a ocupação, a Sra. Maria José entrou com um pedido de reintegração de posse no Tribunal de Justiça da Bahia. O pedido foi julgado em Ilhéus, contudo, como estava em pleno andamento o GT coordenado pela antropóloga Maria Rosário, o juiz entendeu ser necessário aguardar o resultado dos estudos e não concedeu a liminar.

Em outras duas oportunidades a mesma senhora tentou reaver sua posse, mas os processos também foram indeferidos. O único processo que o juiz deferiu foi o de interdito

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

proibitório, no que diz respeito às propriedades no entorno da Fazenda Guanabara.

Atualmente, está em andamento um processo que solicita que não sejam autorizadas novas construções de nenhum tipo de edificação na aldeia e a suspensão da instalação das redes elétrica (COELBA) e sanitária (FUNASA).

Como em sua maioria os índios de Guaxuma são evangélicos, o grupo mantém o Awê em caráter simbólico para as festividades. Segundo o cacique Vaqueiro, eles não cultuam os encantados como em outras aldeias Pataxó. Para eles o importante “é cultivar a tradição Pataxó dançando o e realizando festas em busca do resgate cultural do seu grupo” (Vaqueiro, 2006)



Jovens Pataxó de Guaxuma na oração inicial para o Awê.
Foto: Giovana Tempesta 2005

Trevo do Parque

A história da Aldeia Trevo do Parque tem início em 1970, quando um grupo dissidente da Aldeia Barra Velha ocupa um local ao sopé do Monte Pascoal próximo a guarita do Parque. Trata-se de uma área reconhecida pela memória oral do grupo como a primeira aldeia Pataxó do Extremo Sul da Bahia, Aldeia Pé da Pedra. Tendo em vista os constantes conflitos com os guardas do IBDF, o grupo liderado por Dona Terezinha Sena buscou, no acostamento da BR-101, um local para se arrancharem e vender o artesanato por eles fabricado.

Dona Terezinha conta que foi “um tempo muito difícil”, pois muitas vezes ficavam expostos a sol e chuva para conseguir uns “kayambá”. Em 1984 entrou em contato com o Prefeito de Itabela, Sr. Abílio Mazoli, proprietário da fazenda que ficava no entroncamento das BRs- 101 e 498, para solicitar algum apoio. Sensibilizado com a situação dos Pataxó que

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

se tornaram foco dos noticiários da época, doou uma área de 13.365m² para os “Índios Pataxós -Tribo da Aldeia Trevo, representados neste ato pelo cacique Benedito Conceição dos Santos”, conforme Instrumento de Cessão e Transferência de Direitos do ano de 1990.

Com os casamentos, o grupo cresceu e o número de famílias aumentou. Quando chegamos pela primeira vez no Trevo do Parque, em agosto de 2004, eram 26 famílias que passavam por todas as dificuldades possíveis. O crescimento da população gerou falta de espaço para produção e os Pataxó dessa aldeia acabaram vivendo apenas da venda do artesanato de madeira na beira da estrada.

O alto grau de desnutrição de crianças até 10 anos assustou o nosso GT. Entre agosto e setembro de 2004, cinco crianças Pataxó do Trevo do Parque foram internadas com doenças agravadas pela desnutrição, sendo que uma deu entrada em estado grave.

Permaneceram nesse espaço até que em 2005 o INCRA desapropriou uma área de 1.800ha, da Fazenda Cruz do Ouro, sendo que 300 ha incidiam na área em estudo para revisão dos limites. Após algumas reuniões entre lideranças da aldeia, lideranças do MST, representantes do INCRA e da FUNAI, foi realizado um acordo entre as partes. No caso, a comunidade indígena e a FUNAI não entrariam com o pedido de paralisação da desapropriação e o assentamento das famílias, em contrapartida, o MST/INCRA abria mão dos 300ha que incidem na área em estudo em favor dos índios Pataxó do Trevo do Parque, e só retomariam caso a FUNAI não os reconhecessem como terra indígena.

Atualmente a organização política da aldeia, que tem 153 indígenas vivendo na área, está sob a responsabilidade de quatro indígenas, Oswaldo, Sebastião, Antônio e Sidney. A opção por não ter apenas um cacique partiu da própria aldeia. Dizem que a administração é melhor quando dividida entre várias pessoas “só assim não pesa pra um só. Todas as decisões são tomadas em conjunto”.



De boné branco está Dna Terezinha com sua família ao redor

[assinatura]

Foto: Leila 2005

Os 300 ha da Fazenda Cruz do Ouro que estão na posse dos Pataxó desde 2005 foram divididos pelos índios em trinta e três (33) lotes (sem cerca) de aproximadamente 100m x 100m e repassados para as famílias que residem na Aldeia Trevo do Parque. Esses lotes são utilizados para construir uma moradia e plantar a roça familiar ou roça de quintal. Em outras áreas mais férteis foram plantadas roças de mandioca, feijão e milho consorciado, abóbora, melancia e outras frutas e leguminosas, inclusive com recursos do Projeto Participativo FUNAI, IBAMA, MMA e Comunidades Indígenas.

Dos 300 ha apenas 8 alqueires são de mata preservada, mas os Pataxó do Trevo do Parque querem ampliar essa área de preservação, pois é de lá que estão retirando sementes para a confecção de colares, pulseiras e brincos. As lideranças desta aldeia estão elaborando um projeto para captar recursos para implantação de um viveiro de mudas de árvores nativas da região, pois atualmente é escassa a produção de sementes tendo em vista o desmatamento para implantação de grandes pastagens pelos criadores de gado.

“Nossa idéia é plantar pau-brasil, tingui, mata-passo, juerana, várias sementes que usamos para o nosso artesanato” (Sidney, 2006)

O caso da Aldeia do Trevo é interessante de ser analisada, pois, até o início de 2005, o maior investimento da aldeia era no artesanato de madeira, ou seja, gamelas e petisqueiras, utilizando como matéria prima a madeira retirada do PNMP. Entretanto, após a anexação da área do INCRA à aldeia, os tornos foram paralisados e o artesanato de madeira foi substituído pela agricultura e pelo artesanato de semente.

A antiga igreja foi reformada com recurso do município e passou a ser uma escola. De dia as aulas são para crianças de 1ª a 4ª série. No período noturno as aulas são de alfabetização para adultos. A partir da 5ª série, os alunos estudam na cidade de Itamaraju.

Na tentativa de captar recursos para implantação de projetos comunitários, os Pataxó do Trevo do Parque estão se organizando em associação com apoio da FUNAI local.

Recentemente obtiveram a aprovação, pela CGART, de um projeto para a construção da Casa da Cultura. Ela é constituída de três edificações que serão construídas com total participação do grupo. A maior será um local de encontros, reuniões e curso. As duas outras serão divididas em oficina de artesanato e um local para as atividades culturais, como as festas tradicionais.

Todas as aldeias, inclusive o Trevo, sofrem com a falta de água. São poucos córregos que oferecem água de boa qualidade de uso. A FUNASA iniciou em 2004 a perfuração de

D

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

poços artesianos, mas a maioria não está funcionando, pois não foi instalada a rede hidráulica. No caso do Trevo, além do problema da instalação hidráulica, a bomba não está funcionando.

Na avaliação do GT de identificação da Terra Indígena Barra Velha, o Trevo do Parque é a aldeia que deve ser tomada como o grande exemplo de como é possível, com a ampliação das terras e boa gestão, melhorar a qualidade de vida dos Pataxó. Em 2004, quando estivemos pela primeira vez na aldeia, a situação do grupo era extremamente delicada. Vivendo em 3 tarefas de terra, vinte seis famílias Pataxó sofriam com a falta de terra para plantar suas roças.

Pé do Monte

Pé do Monte se formou a partir da retomada do Parque Nacional Monte Pascoal, na entrada do mesmo. Atualmente, vivem em *kijemes* na guarita controlando a entrada dos visitantes no PNMP.

São vinte e quatro famílias que perfazem aproximadamente 150 indígenas que mantêm ligação constante com a Aldeia Nova. Essa ligação se dá a partir da necessidade de ter terra para o plantio das roças. Como o grupo liderado por Osiel Braga, um dos filhos de Manoel Santana, estão instalados na área do PNMP, eles ou compartilha com a Aldeia Nova, a área agricultável. Do Parque retiram apenas algumas frutas nativas para consumo próprio. A sobrevivência é garantida, em parte, pelo recebimento dos ingressos cobrados aos turistas. Alguns vendem artesanato na entrada do Parque.



Kijemes na entrada do PNMP – Aldeia Pé do Monte
(Foto – Leila 2005)

Osiel Braga nos contou que na última safra plantou melancia com apoio do Projeto de Acordo Participativo, o que ajudou um pouco a melhoria da renda familiar. Mas, afirma que a

[assinatura]

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

luta não tem sido fácil, pois para manter a integridade do Parque, vivem sempre com grande dificuldade.

Milene Maia, chefe do PNMP, afirma que alguns índios são grandes aliados do IBAMA na manutenção da área. Ela nos informou que foram realizadas várias capacitações, junto aos Pataxó, para formação de brigadistas e guia turístico. Atualmente, ela conta apenas com um servidor do IBAMA para fiscalizar aproximadamente 14.000 ha de Mata Atlântica.

As residências ou *kijemes* são de taipa e cobertas de piaçava e foram construídas ao redor do estacionamento da entrada do PNMP. Em cada casa vive uma família nuclear, composta do chefe da família, sua esposa, e em média 6 a 7 filhos. Algumas famílias dividem um espaço de 40 m², entre doze e quinze indivíduos. A convivência, na mesma residência, com os mais velhos acontece quando um dos cônjuges morre deixando o outro só. Normalmente a filha mulher assume o encargo de cuidar da mãe o do pai.

Essa aldeia também sofre com a falta de água de boa qualidade já que existem poucos córregos acessíveis para retirada de água. A maioria se encontra em áreas de fazendas. A FUNASA perfurou um poço artesiano e instalou rede de abastecimento, porém, conforme informação dos próprios servidores da FUNASA, o encanamento foi instalado de forma inadequada, o que queimou a bomba de distribuição. A Instituição responsável pela saúde indígena alega que precisa fazer outra licitação para compra de nova bomba e reinstalação do encanamento, mas isso já é prometido há um ano.

Em sua maioria, as crianças da Aldeia Pé do Monte, freqüentam a escola de Aldeia Nova, onde são ministras aulas até a quarta série do ensino fundamental. Os mais velhos estudam nas cidades mais próximas.

Aldeia Nova

Aldeia Nova ou Pecuária, como é chamada pelos índios, foi uma ocupação da fazenda da Sra. Maria Janice, realizada no início do ano 2000, pelo grupo da Frente de Resistência e Luta Pataxó, liderada por Joel Braz.

Diante dos problemas que Joel está enfrentando com a Justiça em decorrência das retomadas realizadas no período de 2000 e 2001, Jovino Braz assumiu a liderança de um grupo de aproximadamente 20 famílias, perfazendo o total de 130 índios.

Vivem do plantio de roças de mandioca, feijão, abóbora, melancia, milho, e outros. Criam animais pequenos, como galinha e pato. Em 2005 receberam capacitação de um técnico da Coordenação Geral de Desenvolvimento Comunitário da FUNAI para produção de mel.

[assinatura]

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

Contudo, diante de algumas dificuldades enfrentadas na higienização das embalagens, os Pataxós estão desestimulados a continuar com a produção. O cacique solicitou a FUNAI a visita do técnico para realizar uma avaliação das ações que podem corrigir o problema.

As residências são construídas de forma aleatória e dispersas uma com relação às demais. Apenas um pequeno grupo se concentra ao redor da escola e de uma igrejinha. A produção do artesanato de semente é pequena, pois trabalham mais com o de madeira. Em todas as entrevistas realizadas os índios reafirmavam a intenção de parar com a fabricação do artesanato de madeira, porém insistem que necessitam de novos projetos que garantam sua subsistência.

Para o grupo das duas aldeias, Pé do Monte e Nova, com certeza, uma das grandes alternativas seria o investimento na apicultura e em sistemas agro-florestais.

Corumbauzinho

Tal qual Águas Belas, os dados levantados pelo GT indicam que Corumbauzinho, também conhecida pelos Pataxó por Gameleira, é uma aldeia formada a partir de pequenos núcleos familiares que se dispersaram de Barra Velha no “fogo de 51”. Várias famílias se refugiaram ao longo do curso dos rio Corumbau, Cahy, Caraíva e outros da região. Mas o rio Corumbau foi especialmente ocupado pelo grupo familiar dos Braz, que permaneceu no local até os dias de hoje.

Em entrevista, o Sr. Ananias, conhecido com Zé Bico, afirmou que desde o período de 1940, antes mesmo da diáspora, já viviam índios na região do Corumbauzinho. O local é também conhecido pelos índios por Gameleira.

Todos afirmam que “lá sempre foi moradia dos Braz, tanto Águas Belas, quanto a Gameleira” (Manoel Santana). Até a década de 1960, quando demarcaram o PNMP, os Pataxó viviam nas margens direita e esquerda do rio Corumbau, em locais como o Desejo, a Gameleira e outros. Com a implantação do Parque, eles foram obrigados a se manter apenas na margem direita do rio.

Já restritos em seus direitos, sofrem outro impacto em 1996, quando a Fazenda Reunidas Corumbau foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária, em decorrência da Ação de Desapropriação movida contra o espólio de Artur Fontes Marcarenhas, incluído a área que os índios sempre utilizaram. A Fazenda Reunidas Corumbau era composta pelas Fazendas Santa Rosa/São Pedro/Craveiro/Santa Fé/Novo Acordo, com

[assinatura]

2.741.000 ha.

Em 13 de agosto de 1998, revoltados com a situação e a falta de resposta da FUNAI, os índios ocuparam cerca de 725 ha, onde estavam assentadas vinte e cinco famílias cadastrados pela Reforma Agrária. Em seguida estenderam a ocupação até a sede do Assentamento, local onde hoje é o centro da Aldeia Craveiro, com todas as construções e benfeitorias do Projeto de Assentamento.

O INCRA entra com o Processo nº 98.1867-6 – de reintegração de posse, entretanto um acordo entre FUNAI, INCRA, AGU e MPF, suspende o processo pelo prazo de 6 meses, devendo neste prazo, impreterivelmente, a FUNAI criar um GT de identificação. Diante da situação, a FUNAI publica a Portaria n 92, de 19 de fevereiro de 1999, determinando a “restrição ao direito de ingresso, locomoção, e permanência de pessoas estranhas aos quadros da FUNAI, por seis meses”, nos limites de um memorial descritivo que delimita 1.225 ha. Contudo, o GT só foi constituído em agosto de 1999.

Como a antropóloga designada para o trabalho não entregou o relatório após 6 anos, a FUNAI destituiu o GT em janeiro de 2005.

Águas Belas

Da mesma forma que aconteceu em Corumbauzinho, após a diáspora de 1951, os índios se dispersaram e muitos foram viver entre a população regional. Alguns formaram outras aldeias no entorno do Monte Pascoal. Esse foi o caso da família de D. Conceição, que depois de uma tentativa frustrada de se estabelecer em Corumbau e redondezas, “resolveu procurar novas paragens para sua família viver”. Acabaram por se fixar definitivamente, entre os córregos Gibura e Café ou Água Vermelha, onde fundaram a aldeia Águas Belas. Na ocasião não havia nenhum morador no local, mas com o decorrer dos anos, suas terras foram gradativamente invadidas pelos fazendeiros – posseiros limítrofes que buscavam ampliar seus limites em busca de madeira, restando apenas, um reduzido espaço para mais de 200 índios viverem.

Em 1985, a Funai, pela Portaria 1847/E de 28/03/85, constituiu um Grupo de Trabalho para efetuar os levantamentos necessários à definição dos limites da TI Águas Belas, que elegeu 400ha.

Pela Portaria nº 2016/E de 27/02/86, foi constituído novo GT, que estudou os levantamentos anteriores realizados, e elegeu uma área de 1.200ha. Tratava-se de espaço mínimo, onde pudessem desenvolver uma vida autônoma e permitir o realdeamento das outras

258/82
Pia
RUBEN

famílias que residiam em locais próximos.

Em 1988, pela Resolução nº 06, o GT Interministerial, Instituído pelo Decreto nº 94945/87, resolveu “não considerar o caráter da imemorialidade da ocupação indígena no local”. Determinando que destinasse 50h por família. Mas a TI permaneceu em 1.200ha
“a) não considerar o caráter de imemorialidade da ocupação indígena no local; b) recomendar a aplicação do Art. nº 33 da lei 6.001/73 no caso específico, cabendo a cada família indígena um lote de Aproximadamente 50ha, mantendo-se no entanto, a superfície total da área identificada, ou seja, 1.200ha” (Resolução)

Em agosto do mesmo ano, pela Ordem de Serviço 028/SUAF/88, foi determinado o deslocamento de servidores da FUNAI a fim de procederem à demarcação da TI. Foi declarada em maio de 1996, pela Portaria nº 312/MJ e homologada em 8 de setembro de 1998 por decreto presidencial.

Já em 1999, os Pataxó de Águas Belas e Corumbauzinho se revoltam com a desapropriação pelo Incra para a instalação do Assentamento Três Irmãos em terras por eles reivindicadas e passaram a ocupar parte da área.

Águas Belas tem uma escola bem montada contando, inclusive, com uma sala de computação. A construção foi realizada com recursos de um fazendeiro da região que sempre apoiou a aldeia. Esse mesmo fazendeiro colabora com a merenda e outros projetos de educação. Já os professores e merendeiras são pagos com recursos do Estado da Bahia.

A comunidade conta com o ensino fundamental e médio. Durante o período noturno são ministradas aulas de alfabetização para adultos.

A subsistência do grupo é garantida pelas roças de mandioca, feijão, milho, abóbora e outros produtos, bem como pela criação de gado e pequenos animais como, galinha, pato, angola e outros.

Bugigão



Índia Pataxó do Bugigão (Foto – Leila 2005)

Localizada na embocadura do rio Corumbau, próxima ao mangue e dentro da área do PNMP, é a antiga aldeia Pontal do Corumbau que foi extinta por pressão dos agentes do IBDF/IBAMA. Em 1999 algumas famílias que já haviam morado lá, como a do Sr. Fulor, e estavam vivendo em Boca da Mata, porém optaram por retornar às margens do rio Corumbau. Segundo Sr. Fulor, todas as famílias que residem lá têm vínculos do passado com essa aldeia.

A afirmação do Sr. Fulor faz todo sentido quando analisamos os documentos inseridos nos processos de regularização fundiária da TI Barra Velha. Vários relatórios de servidores da FUNAI, que trabalharam na região, apresentam informações sobre construções indígenas, na orla, entre o rio Corumbau e o rio Caraíva. Além disso, o mangue sempre foi o principal local de mariscagem dos Pataxó. Convém voltar a ressaltar que os Pataxó, em sua maioria, são pescadores de rio e mar e que vivem da pesca artesanal e da coleta de mariscos e caranguejo.

Por ser uma área de solo arenoso, os Pataxó da aldeia Bugigão enfrentam muitos problemas com agricultura, apenas cultivam mandioca, coco e banana. A base da alimentação é a farinha, o peixe e o caranguejo. Os produtos que não produzem, como o feijão, abóbora e outras leguminosas, constituem-se na base de troca com a aldeia Barra Velha. Já o sal, açúcar, arroz e outros produtos industrializados são adquiridos na vila de Corumbau com os recursos levantados com a venda de peixe e caranguejo.

A maioria das casas é de madeira e coberta de piaçava conseguida nas matas da região.

Não é uma aldeia autônoma. Está subordinada a decisão política da aldeia de Barra Velha.

P

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

A infraestrutura é precária, pois se trata de uma área do PNMP. Recentemente, os índios solicitaram a implantação da rede de água, saneamento básico e luz para aldeia. Entretanto, o IBAMA não autorizou.

Proc. n.º 255152
Fls. 133
Rubrica

Craveiro

Garotas Pataxó da Aldeia Craveiro
Foto: Leila 2004



A atual formação da aldeia Craveiro é de grupos de Pataxó que viviam nas margens do rio Corumbau, a leste da TI Corumbauzinho.

O Craveiro também é chamado de Caveira pelos Pataxó, local que segundo história oral dos índios mais velhos, era um dos pontos de encontro dos índios “bravos”. Manoel Santana conta que os Maxacali, por volta da década de 1940, costumavam se instalar pela região do Caveira. Manoel acrescenta que “eles ficavam por lá o tempo necessário para caçar e pescar e praticar os rituais deles”, lá comiam os animais sem assar e deixavam as carcaças espalhadas (as caveiras). Talvez essa seja uma explicação para a semelhança na aparência física dos Braz com os Maxacali.

Desde a diáspora de 1951, várias famílias indígenas de Barra Velha se deslocaram para as margens do rio Corumbau.

Em 1998 os Pataxó acirraram a luta pela demarcação de suas terras, incluindo Corumbauzinho e Águas Belas.

Como parte dessa luta, os Pataxó ocuparam, em 1999, parte do Assentamento Três Irmãos. Na tentativa de solucionar o problema o Incra fez um acordo com a FUNAI e com os índios e cede parte da área aos Pataxó. Nesse mesmo período tem início, também, os conflitos a leste do Três Irmãos, no Assentamento Corumbau.

Um dos momentos mais conflituosos foi em janeiro de 2002, quando os índios, entraram na Agrovila I – PA Reunidas Corumbau - e retiraram todos os assentados. Revoltados com as atitudes dos indígenas, a direção do MST resolveu não negociar com os Pataxó. Diante dos primeiros conflitos um termo de ajuste entre o INCRA, FUNAI e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão havia sido assinado em 1999, com objetivo de retirar os assentados da área de sobreposição. Entretanto, todas as ações estavam atreladas a

[Handwritten mark]

1334
1334
1334

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

conclusão do relatório de identificação da antropóloga Maria Rosário Carvalho, o que não aconteceu até este momento complicando qualquer negociação e acirrando os conflitos.

Os Pataxó da aldeia Craveiro utilizam as instalações implantadas pelo INCRA, como a escola, posto de saúde, casas, farinheira e outras. Mas, se esforçam para tentar manter o grupo coeso em benefício da tradição Pataxó.

B

055/100
1335
SILVEIRA

3.2 - Vila de Caraíva, Corumbau e São Geraldo

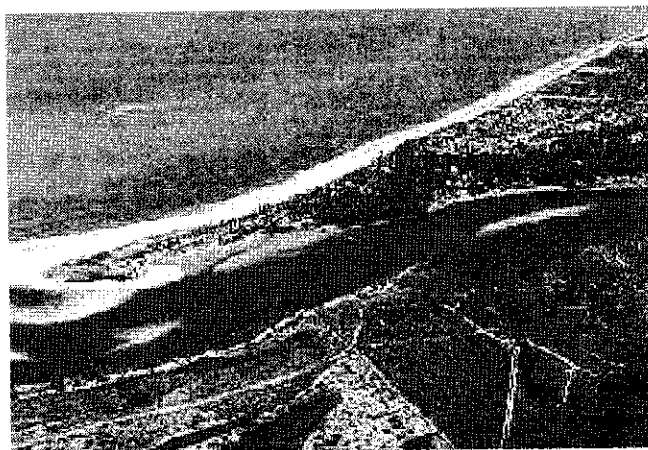
A reivindicação dos Pataxó para ampliação da TI Barra Velha, inclui as Vilas de Caraíva, Corumbau e São Geraldo nos estudos do GT. Consideramos que essa é uma solicitação que deve ser muito bem avaliada sobre os aspectos sociais da região, bem como de que forma essa inclusão poderá afetar o grupo étnico em questão. Para tanto, abordaremos nesse item uma descrição que contemple a história das vilas, economia, ocupação indígena e não-indígena, meio ambiente, e outras questões que possam demonstrar a realidade local a fim de subsidiar as possíveis ações de regularização fundiária da supracitada terra indígena.

Por serem, Caraíva e Corumbau, vilas localizadas na costa litorânea da área em estudo, abordaremos também, o crescimento e os impactos causados pela indústria do turismo e a relação historicamente continuada entre índios e nativos pescadores da vila.

A proposta do GT não inclui Caraíva, mantendo assim a demarcação da década de 80, bem como também não inclui a maior parte da vila de Corumbau, como pode ser constatado no mapa da terra indígena em questão.

Vila de Caraíva

Caraivamemoam - Cramimoã



Vista aérea da foz do rio Caraíva – Fonte: www.portonet.com.br

A partir de informações obtidas a partir de cartas e documentos oficiais escritas por viajantes que passaram pelo extremo sul da Bahia, como é o caso de Navarro de Campos e Wied-Neuwied, podemos sugerir que a vila de Cremimoã, atualmente denominada de Caraíva, se desenvolveu a partir de um agrupamento de índios Tupi que vivia no local em período pré-

P

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

cabraliano, e colonos portugueses que foram deslocados pelo donatário da capitania de Porto Seguro, Pêro Campos Tourinho, para povoar as margens do rio Cremimoã, com objetivo proteger o seu domínio, mas também de atravessar viajantes de um lado para outro do rio.

“Na década de 1530 a região onde hoje se localiza Caraíva era habitada por índios tupunikins. O primeiro contato com brancos ocorreu nessa ocasião, quando o donatário da capitania de Porto Seguro, Pêro de Campos Tourinho, mandou a partir da vila de Porto Seguro, muitos colonos para o norte e para o sul, a fim de povoar e proteger o seu domínio. Esses portugueses encontraram muita dificuldade no cultivo em terras tropicais e passaram a viver basicamente da pesca. Poucos se fixaram no local, que permaneceu por dois séculos como vilarejo, habitada, sobretudo por índios” (Ficha de Identificação do Arquivo do IPHAN).

Essa seria a mais provável hipótese para a ocupação das margens do rio Caraíva no século XVI respondendo, inclusive, a evidente miscigenação entre brancos, índios e negros, o que deu origem aos “nativos pescadores” de Caraíva. Os brancos seriam os colonos portugueses que foram enviados Tourinho. Quanto aos negros, podemos sugerir que seriam escravos que foram levados para trabalhar nos canaviais de Porto Seguro. Julio Rodrigues, também utilizava mão de obra de negros escravos para desenvolver atividades agrícolas e na serraria de Caraíva.

“A cavalo acompanhado de dois homens de minha tropa, dirigi-me à ponta de terra denominada Curribichatiba. A lua cheia refletia-se, magnífica, no oceano, e iluminava as choças solitárias de alguns índios praianos, a quem os nossos burros de carga, que iam adiante, arrancam ao sono. A curta distância das choças ficava a fazenda Caledônia, fundada sete anos atrás pelo inglês Charles Fraser. Este cavalheiro que viajava por grande parte do globo, comprara cerca de trinta fortes negros para o cultivo da fazenda. Os índios das cercanias trabalharam para ele durante uns anos, derrubando a mata dos lindos morros que acompanham a costa e cultivando-as todos” (Wied-Neuwied, 1958).

É interessante observar que apesar de não termos conhecimento de documentação que comprove a criação oficial de um aldeamento em Caraíva, a vila apresenta todas as características de um antigo aldeamento jesuítico, com um modelo de estratégia inicial de catequese e colonização em forma de “Quadrado”, sendo esse um extenso gramado ladeado de pequenas casas coloniais.

Nessa época, Trancoso e suas adjacências - Cremimuã, Itapiquera e Itaquena - só eram habitados por índios, provavelmente remanescentes dos *Tupinikin* aldeados pelos jesuítas. Também eram *Tupinikin* os índios que viviam em Vila Verde no rio Buranhém, nome atribuído, em 1762, ao antigo aldeamento de Patatiba. As duas vilas eram ordenadas de acordo com os padrões europeus, com matriz, pelourinho, Casa da Câmara e residência para o Escrivão e para o Diretor. (PARAISO, 1998)

Caraíva no século XX

Pelo que se sabe Júlio Rodrigues e alguns parentes próximos, Eudaldo e Teodomiro eram naturais de Téofilo Otoni, Minas Gerais. Júlio foi o primeiro a chegar em Cumuruxatiba,

2

Fica. nº 158460
Fls. 337
Rubrica [assinatura]

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

ao sul de Barra Velha, em 1924. Ante o potencial econômico da região trouxe seus familiares em 1931 e ali viveram até a década de 70 na região. Sua família se espalhou pela região. Júlio e Eudaldo dominaram uma parcela da exploração de madeira no entorno do Monte Pascoal, local onde terminaram por se instalar como posseiros nos limites de Corumbauzinho. Teodomiro instalou-se na vila de Corumbau.

Papai continuou sozinho em Teófilo Otoni. Quando as férias chegaram, ele resolveu passá-las conosco em Cumuruxatiba. (...) A viagem foi difícil, mas lá chegamos ficando na gerência. (casa antiga) feita pelos estrangeiros que beneficiavam a areia monazítica. Adoramos o lugar, os córregos, o coqueiral, o luar, o céu estrelado, sem luz elétrica para diminuir a beleza e a casa ampla com uma varanda gostosa e fresca. A gerência ficava juntinha da barra do córrego e em dias de maré cheia era lindíssimo o panorama. Na fazenda existia um povoado de índios pataxós, gente boa e pacata, mas sem estímulo para o trabalho. Nessa época todos adoeceram de impaludismo, inclusive vó Ritinha (...). Papai se preocupou muitíssimo porque não havia médicos, nem remédios (...). Eu estive bem mal. No dia 20 de janeiro na subida do mastro em honra de São Sebastião, mamãe pediu a ele que restituísse a minha saúde.¹⁴

Como já descrevemos na Parte I desse relatório, os Pataxó que vivem atualmente em Barra Velha são produto da miscigenação de grupos aldeados em Belo Jardim, em 1861. Sendo eles: Machacali, Pataxó, Botucudo, Kamakã e Tupinikin. Em período anterior ao aldeamento, informações de viajantes destacam o constante contato entre os Tupinikin de Caraíva e os Pataxó que viviam nas matas das redondezas.

“Sendo raras e extremamente caras, na costa a pólvora e as balas, fazem parte, nas caçadas, uso dos arcos e das flechas, que vão buscar aos Pataxós, nas florestas vizinhas trocando-os por faca. Se bem tenham sido colocados pelo ouvidor com o fim expresso de ajudar os viajantes a passar o rio, não estão satisfeitos com o encargo, e vivem sobretudo nas suas roças situadas nos arredores. São forte e robustos, mas tão indolentes, que, com mau tempo, preferem ficar sem viveres nas cabanas a enfrentar qualquer dificuldade no trabalho. Os índios forneceram-nos algum peixe; também obtivemos uns bolos de farinha de mandioca, de que já tinha prontos uma porção. As várias formas de emprego culinário da farinha de mandioca foram-lhes transmitidas pelos ancestrais, os Tupinambás, e outras tribos da língua geral. (Wied-Neuwied, 1958: 220)

Navarro também descreve a área próxima ao rio Camamuan/Cremimoã, dizendo ser a vila uma aldeia de índios com aproximadamente seis casas (cabanas de palha) que ficavam a pouca distância do rio, vivendo do plantio da mandioca.

“Caraíva é um pequeno povoado, distrito de Porto Seguro, situado a cerca de 63km ao sul da sede do município – No século XIX, o lugar era conhecido como Quartel do Cunha, atuando como destacamento militar. A população, desde aquela época, já se ocupava de ajudar os viajantes a atravessavam o rio, sendo essa uma das finalidades exigidas pelo ouvidor ao

¹⁴ apud Baptista, Giovanda - Trecho retirado do livro Júlio e Alice - escrito por uma das filhas de Rodrigues por ocasião da comemoração das “bódas de prata” (25 anos de casamento) do casal. A memória publicada em livro narra os principais acontecimentos da vida

Q

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

constituir o povoado. Nesse período, as populações locais, constituídas predominantemente de índios e descendentes, viviam basicamente da pesca desenvolvida no rio, ou no mar, e de suas plantas” (Santos, 2003).

Durante o levantamento bibliográfico encontramos poucas referências concretas sobre a ocupação anterior ao século XIX, sendo, entretanto mais comuns a partir de então, como se observa nas notícias acima transcritas que se referem aos anos de 1805 e 1816. Mas, sabe-se que a convivência entre índios e não-índios, na vila, é secular, e que a mesma sempre foi considerada uma vila com presença maciça indígena.

“Como se pode constatar, a presença de colonizadores na Capitania de Porto Seguro era muito pequena e restrita às pequenas vilas litorâneas, onde conviviam em associação tão íntima como os índios ali aldeados pelos jesuítas, que os viajantes do século XIX descreverão essas vilas e lugarejos como sendo habitados por mestiços e índios, sendo estes já considerados como civilizados”. (Paraíso, 1998)

A ocupação de Porto Seguro não foge a regra imposta pelos portugueses para colonização do litoral brasileiro. Conforme documentação do IPHAN de 1980, os assentamentos encontrados em Porto Seguro podem ser classificados, quanto à tipologia urbana, em:

“a) pólos regionais: caracterizados por estar o povoamento assentado estrategicamente na foz dos rios, possuindo nas elevações a administração religiosa e governamental e nos baixios as residências da população e o comércio (...). São representantes desse tipo de tipologia urbana, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia.

b) aldeamentos missionários: caracterizados também pela localização em pontos estratégicos, em elevações ou em vales à beira de rios, sendo sua forma urbana resumida, geralmente, a uma praça única, com amplo terreiro em torno do qual se implantavam as residências e agregavam-se todas as funções. São representantes de aldeamentos missionários: Ajuda, Trancoso, Vale Verde e Caraíva” (IPHAN, 1980)

O índio Manoel Santana nos contou que trabalhou na Serraria “do Moura” na década de 1930, mas, em seguida essa foi vendida ao Sr. Júlio Rodrigues. Tal serraria só encerrou suas atividades em 1948 quando explodiu uma caldeira, levando Caraíva a uma inesperada decadência econômica. As atividades agrícola e artesanal passaram a ser predominantes e a garantir a sobrevivência dos moradores que optaram por permanecer no local depois da explosão. Conta também que por volta de 1940 a vila possuía uma boa infra-estrutura. Manoel Santana afirma que, nessa época, todo mês parava chegava um barco para buscar madeira. Essa informação é confirmada pela documentação do IPHAN que diz:

“Todos os meses, barcos vinham de Salvador e Aracaju e ancoravam no porto, para carregar tábuas produzidas na serraria. No estaleiro a construção de barcos incluía alguns com capacidade para oito passageiros. Conta-se que em 1934 foi feito o lançamento do navio “Monte Pascoal”, com capacidade para transportar oito mil sacas de cacau, que seriam vendidas no Rio de Janeiro”. (IPHAN, 1980)

Com a explosão da caldeira da serraria iniciou-se a decadência econômica da vila, ficando seus moradores desempregados e sem perspectiva. Era inevitável que essa desestabilização se estendesse à aldeia de Barra Velha, já que existia certa interdependência entre a vila e a aldeia.

Em 1973 quando é concluída a BR – 101 inicia-se o processo de comercialização fundiária na Vila de Caraíva:

“A partir de 1973, começam a surgir no povoado, representantes de empresas de fora com a missão de comprar terras, dando início ao processo de comercialização fundiária. Muitas terras cultiváveis, as chamadas roças, foram vendidas, parte a preços irrisórios prejudicando a prática da lavoura”(IPHAN, 1980)

As melhores terras para agricultura foram vendidas comprometendo a produção de alimentos e a vila que, até então, exportava sua produção passa e importar de Porto Seguro. Por fim, em 1979 o cartório do povoado é transferido para Porto Seguro, agravando o quadro de declínio de Caraíva (IPHAN, 1980)

Registros foram feitos por Hélio Jorge Bucker, técnico indigenista da FUNAI, que, em viagem realizada à Barra Velha, relata as condições de sobrevivência dos 300 índios Pataxó da região do Monte Pascoal. O seu relatório apresenta vários questionamentos sobre a transferência dos indígenas para outra área, e traz algumas propostas. Uma das analisadas por Bucker sugeria a transferência dos Pataxó para a margem norte do rio Caraíva. Porém, o indigenista deu parecer contrário apresentando como um dos argumentos desfavoráveis o convívio dos índios com os moradores da vila de Caraíva, denominados de “nativos” pelos Pataxó:

“Considerando que os Pataxó passariam a viver em estreita promiscuidade com os habitantes de Caraíva, (poço mais de 100) que lhes seria altamente prejudicial, tendo em vista a maior facilidade de sujeição às doenças, do alcoolismo e prostituição das suas mulheres. Isto é o que Caraíva tem a lhes oferecer”. (Hélio Jorge Bucker Processo nº 2556/82, fls, 59 e 60)

Durante a demarcação da área de 8.627 ha, fruto do acordo entre o IBDF e a FUNAI, os moradores da Vila de Caraíva se apresentaram à FUNAI em Brasília, através da Associação Comunitária de Caraíva, para solicitar que a área da referida vila fosse excluída da proposta terra indígena e cedida aos moradores nativos de Caraíva : o equivalente a 3 mil metros de praia e 2 mil metros de fundos (grifo nosso).

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal



Fonte: www.campingcaraiva.com.br

Em cartas encaminhadas ao Presidente da FUNAI, Sr. Romero Jucá Filho, a Associação descreve Caraíva como uma vila precária sem condições de expandir, “pois estamos cercados pela FUNAI ao sul e a Oeste, já que a Leste é o Oceano Atlântico e, ao Norte, por particulares” (carta de Sávio de Campos Soares, representante da Associação Comunitária de Caraíva, encaminhada em 31 de outubro de 1986 – Processo nº 2556/82 fl 397). No mesmo documento, o Sr. Sávio demonstra preocupação quanto aos interesses do Prefeito Valdívio em lotear Caraíva para ganhar dinheiro.

A descrição de Caraíva feita pelo representante da Associação, em 1986, é de uma vila com 1 (um) alqueire de areal, onde viviam 221 habitantes, que em sua maioria era de pescadores;

“O povoado de Caraíva é formado por 2 ruas e becos com barracões de adobe construídos em cima de um areal, ao norte, atravessando o rio Caraíva, vamos encontrar terras da Flonilbra, ao sul e a oeste divisamos com a FUNAI, reserva dos índios (Caboclos) e a leste com o Oceano Atlântico, como V. Excia. Vê no mapa anexo, estamos ilhados (...), as vezes os índios aparecem e trocamos peixe por lenha e mandioca (...)”. (Carta da ACC incluída no Processo nº 2556/82, fls 398-399)

Não existe nenhum documento anexado ao processo que comprove o fato, mas os índios Pataxó afirmam que a negociação foi feita apenas por duas ou três lideranças que aceitaram deixar a ponta de Caraíva aos nativos, pois “ficaram com pena dos amigos pescadores que viviam na vila há muito tempo” (cacique Romildo, entrevista realizada em Barra Velha em 2005).

Entre os documentos oficiais consultados, temos a Informação nº 094/89 – SUAF do Assessor Cornélio Vieira de Oliveira, que informa seu deslocamento ao povoado em busca de informações sobre a solicitação da Associação. O Assessor informa no documento, que levou a carta da ACC em mãos e apresentou-a aos líderes da Vila Caraíva, sendo que estes negaram

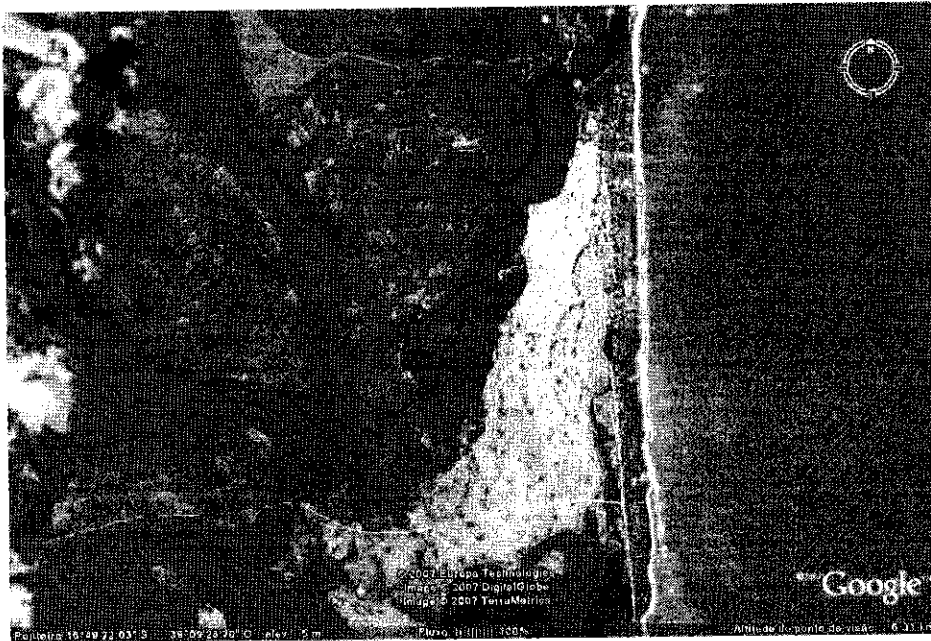
Proc. nº 259452
Fls. 1304
Rubrica

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

a representatividade do Sr. Sávio. Informa ainda, que na “ocasião, deixou claro a estes a impossibilidade da diminuição da AI Barra Velha”.

Com a anuência de apenas três lideranças, a FUNAI deixou de fora da demarcação a ponta de Caraíva, para atender as expectativas dos pescadores. Entretanto, a forte pressão exercida pela especulação imobiliária e o turismo levaram muitos dos nativos a venderem suas posses para não-índios que se instalam na vila com promessas de promover melhorias socioeconômicas e beneficiar os nativos que permanecessem. Para se ter idéia da supervalorização ocasionada pela especulação, os lotes – com ou sem benfeitorias - são vendidos em moeda européia, o Euro. Uma pequena casa, precisando de reparos, construída em um terreno de 3m de frente e 6m de fundos, próximo à igrejinha, estava sendo vendida no ano de 2005 por 30 mil Euros, ou aproximadamente 88 mil reais.

Situação atual de Caraíva



Divisa entre Caraíva e a TI Barra Velha – arcão (Fonte: Google Earth)



Ponta de Caraíva - Fonte Google Earth

Caraíva é uma pequena vila distrito de Porto Seguro, com aproximadamente 516¹⁵ habitantes. A vila está instalada em uma ponta de areia ao norte da TI Barra Velha e é cercada a leste pelo Oceano Atlântico, ao norte pelo rio Caraíva e a oeste pelo Parque Nacional Monte Pascoal, sendo que o acesso só é possível de canoa por Nova Caraíva ou pela terra indígena. No total o município de Porto Seguro tem uma área de 2.416,6km² que compreende a sede e os distritos de Vila Verde, Trancoso e Caraíva, com uma população total de 72.986 habitantes (IBGE 1999).

¹⁵ Esse dado é uma estimativa de 1997, apresentada na documentação encaminhada à FUNAI pelo IPHAN

[Handwritten signature]



Vista aérea da Vila de Caraíva – Fonte: www.portonet.com.br

A Vila de Caraíva pode ser dividida informalmente em quatro regiões: a rua do rio (centro ou parte comercial); a rua das cacimbas; a do campo de futebol, da escola, da igreja (onde se encontram os espaços comunitários); a ponta da barra, local de concentração dos turistas, e a praia que concentra as casas de veraneio. (IPHAN, 2000)

Há hoje (2006), algo em torno de 300 edificações entre as destinadas às atividades comerciais e residências, em sua maioria pousadas (aproximadamente 40), e casas de veraneio, ocupação bem diferente da que se apresentava em 1986, conforme informação da ACC. São casas simples, edificadas com madeira e alvenaria, pintadas em tons coloridos deixando um ar de cidade histórica. A vila também é servida de duas escolas de ensino de 1º Grau, um posto de saúde e uma pequena igreja.

Caraíva é tida, por muitos turistas que a freqüentam, como um paraíso perdido no tempo. Vive momentos diferenciados, passando de simples vila de pescadores, na baixa temporada, quando o tempo parece demorar a passar, à refugio de milhares de turistas que todos os anos a procuram no verão. Mesmo com uma infraestrutura extremamente precária, recebe de 5 a 6 vezes mais pessoas do que o número de habitantes.

As águas claras e calmas do rio Caraíva, o mar cristalino de águas mornas e as noites salpicadas de estrelas fascinam a todos que chegam no povoado, o que transforma Caraíva em um dos pontos mais procurados, no extremo sul baiano, pelos turistas que buscam

[Handwritten mark]

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

tranqüilidade e beleza. Conforme informações da prefeitura de Porto Seguro, o povoado responde por 8% da capacidade hoteleira de Porto Seguro.



Praça de Caraíva - 2006 Fonte: www.pousadapraiacaraiva.com.br



Rua do rio Caraíva - Fonte: www.viagensmaneiras.com

Por opção dos moradores, a vila permanece sem calçamento ou qualquer outro tipo de pavimentação, sendo suas ruas de areia fina e fechadas para o trânsito de veículos motorizados, conservando como principal meio de locomoção a charrete. A instalação da energia elétrica é um assunto em pauta entre os moradores. Os nativos reivindicam da COELBA, Companhia de Energia Elétrica da Bahia, a instalação da rede. Mas, na tentativa de manter a aparente paisagem intocada da vila, alguns comerciantes mais recentes na vila, principalmente os que exploram o turismo, recusam a instalação da rede elétrica aérea.

Recentemente foi realizado um acordo segundo o qual a COELBA irá instalar a rede elétrica subterrânea. Mas como o valor da obra ultrapassará o recurso reservado, a empresa de energia elétrica fechou parcerias com comerciantes e empresários do local. Enquanto isso, as fontes de energia utilizadas são o gerador e a placa solar.

Durante os trabalhos de campo, fomos informados que os moradores de Caraíva pagam IPTU ao município de Porto Seguro, mas que não existe propriedade titulada, pois existem indefinições quanto ao registro no SPU. Parte da área total da vila estaria dentro da linha preamar (33m da linha do mar), que é de jurisdição da Marinha do Brasil. Além disso, a vila está incluída em uma Área de Preservação Ambiental – APA - , faz limite com a RESEX- Marinha Corumbau, e na zona de amortecimento do PNMP.

Marcamos uma reunião com o atual Prefeito de Porto Seguro, Jânio Natal, mas, no mesmo dia, foi realizada a Audiência Pública do IBAMA, em Porto Seguro, sobre a ampliação dos Parques Nacionais do Pau Brasil e do Descobrimento. Como o Prefeito foi convidado para

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

compor a mesa diretora da audiência, a nossa reunião foi desmarcada. O único representante do Prefeito com que conseguimos falar foi o administrador de Caraíva, Sr. Alírio.

Meio Ambiente

Por seu extraordinário valor arquitetônico e paisagístico, desde o seu tombamento, Caraíva tem sido objeto de atenção permanente por parte do IPHAN (Boaventura, 2006). É parte integrante do MADE – Museu Aberto do Descobrimento, que abrange o município de Porto Seguro, foi erigida Monumento Nacional em 1973. Contudo, Caraíva integra a área rerratificada, conforme poligonal de proteção homologada através da Portaria Ministerial nº 140/00.

“Visando a preservação dos seus valores naturais e culturais, no ano 2000, foi elaborado, de forma participativa entre comunidade, Prefeitura de Porto Seguro e órgãos ambientais e de proteção ao patrimônio cultural, o Diagnóstico Sócio-AmbientaI de Caraíva, cujo Zoneamento e suas respectivas normas de uso e ocupação do solo propostas foram incorporadas ao Plano Diretor deste município, recentemente aprovado pela sua Câmara de Vereadores. Ainda durante as comemorações do V Centenário, o acervo arquitetônico e cultural de Caraíva foi inventariado pelo IPHAN, passando este núcleo a integrar o INBI (Inventário Nacional de Bens Imóveis de Porto Seguro) e o INRC (Inventário Nacional de Referência Cultural)” (Ofício IPHAN nº 1.255/06)

Além de apresentar um rico patrimônio Caraíva está inserido, em uma região de belas paisagens emolduradas por imponentes falésias, fato que gera um intenso fluxo turístico. Essas características fundamentaram a criação da APA Caraíva/Trancoso. A APA foi criada pelo Decreto Estadual nº 2.215, em 14/06/1993, com uma área de 31.900 ha. Por apresentar um conjunto significativo de ecossistemas, como a Mata Atlântica, seu principal objetivo é garantir, a partir do ordenamento do uso do solo, a preservação dos recursos naturais com o devido uso sustentável.

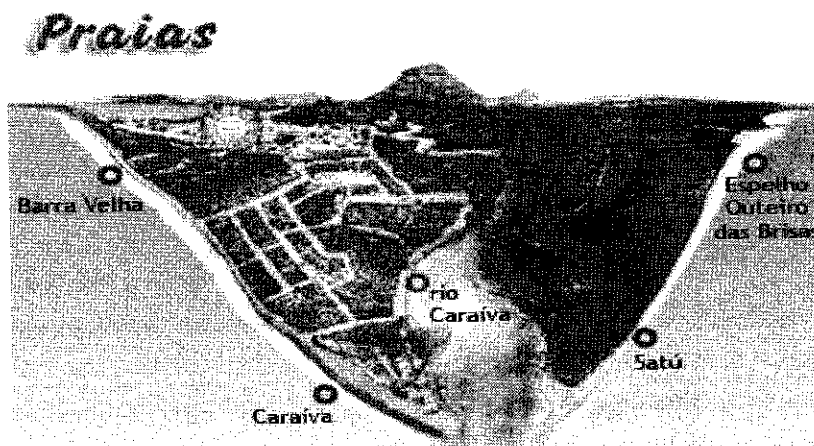
Em 24 de novembro de 2000 foi aprovado o Zoneamento da APA - através da resolução CEPRAM nº 2.532 -, cuja finalidade é garantir a conservação da fauna e flora local, bem como assegurar o desenvolvimento econômico dando ênfase à atividade turística voltada para o ecoturismo. Segundo informações dos moradores da vila, esse zoneamento se faz por zona de manejo, as quais possuem critérios diferenciados quanto à ocupação do solo.

Realmente a ordenação territorial se faz urgente e necessária em Caraíva, pois não basta a manutenção da aparente beleza cênica constituída por ruas de areias e arquitetura A explosão do turismo com a implantação da rede de energia elétrica poderá levar sérios transtornos a vila. Os dados relativos ao crescimento populacional do povoado - de 100

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

indivíduos, na década de 1980, 516 em 1995, e 1000 em 2006 (segundo informações do Administrador de Caraíva) - pode evidenciar uma desordem na ocupação. Outro dado importante é o crescimento do número de estrangeiros que vivem na vila. Conforme informações dos nativos, nos últimos 5 anos, italianos, franceses, alemães, e outros, estão investindo em posses no povoado. Alguns compram a posse e constroem pousadas, outros mantêm, o lote limpo”, o que pode caracterizar especulação imobiliária. Os mesmos nativos nos contaram que muitos moradores antigos vendem bons lotes no “miolo”, ou na beira da praia de Caraíva, e se transferem para Nova Caraíva, do lado norte do rio Caraíva, mas que continuam dependendo economicamente do turismo do povoado. Essa transferência do centro para o entorno dos centros urbanos é uma clara característica de “favelização”.

Outra importante Unidade de Conservação que faz limite o leste com Caraíva é a RESEX Marinha Corumbau criada em 21 de setembro de 2000, com objetivo de proteger e preservar a pesca artesanal ante a crescente atividade de pesca industrial. A RESEX abrange a Ponta do Espelho, praia de Curuípe (Porto Seguro) e o riacho das Ostras (Prado) ao sul. Estende-se por uma faixa marinha de oito milhas náuticas paralelas à Costa do Descobrimento.



Fonte: Site <https://www.caraiva.com.br>

Durante o levantamento de campo tomamos conhecimento que o MMA e o IBAMA estão desenvolvendo estudos para ampliar a área da RESEX, incluindo uma faixa de terra. Segundo informações do chefe da RESEX Corumbau, Sr. Ronaldo, essa ampliação tem por principal objetivo garantir os locais de moradia da população tradicional, bem como o seu modo de vida. A faixa de terra também proporcionará local para construção de uma sede para um escritório da RESEX, e alguns entrepostos.

[assinatura]

Economia e a relação entre índios e não índios

Pelo que pudemos depreender do material histórico pesquisado, a relação entre os índios e não-índios em Caraíva é secular e, ao que tudo indica, pacífica. Entretanto, após a demarcação que deixou fora a área da vila, os nativos pescadores passaram a vender seus lotes para o que chamam de “estrangeiros” ou “gringos”, que apesar de assim serem designados, nem sempre são de outros países. E conforme contam os índios foi aí que começaram alguns problemas.

Com a intenção de preservar a bela paisagem e algumas características peculiares de Caraíva, os novos moradores e donos de pousadas e restaurantes da vila, criaram regras de relacionamento e circulação com as quais os índios não estavam acostumados a conviver. A vila sempre foi para os Pataxó uma espécie de quintal da Terra Indígena Barra Velha. Algumas famílias moraram no povoado na época da serraria e nos períodos de perseguição do IBDF. Atualmente poucos mantêm residência fixa na vila, preferem residir na aldeia. Contudo, as andanças entre a vila e a aldeia (6 km) são diárias. Em sua maioria para desempenhar suas atividades econômicas. Alguns mantêm seus barcos de pesca no Rio Caraíva, vendem artesanato, e trabalham em restaurantes e pousadas. Ao chegar em Caraíva pelo rio, é comum ver vários Pataxó na beira do rio em seus barcos e outros caminhando pelas vielas que entrecortam o povoado.

Um dos conflitos atuais, entre os Pataxó, e os moradores de Caraíva, é o problema da restrição de trânsito na vila. O acesso foi fechado ao trânsito de veículos motorizados, como os bugues, impedindo o acesso ao rio Caraíva, por onde os Pataxó fazem o escoamento dos produtos da aldeia. A venda do artesanato indígena também foi limitada a um pequeno espaço próximo à praia. Segundo informação dos índios de Barra Velha, não são todos, mas alguns comerciantes proíbem a presença deles na frente de suas pousadas, alegando que os indígenas incomodam os turistas. Nem todos os índios aceitam se submeter a essas regras, o que gera um clima de animosidade muitas vezes chegando a agressões físicas e morais.

Os índios, que sempre andaram livremente entre a vila e a aldeia Barra Velha, sentiram-se “traídos”, pois passaram a ser restringidos em seu direito de ir e vir. A cena estaria se repetindo? Seriam eles cerceados de seus direitos como foram pelo IBDF? O fato é que muitos índios ainda mantêm uma casa em Caraíva, como é o caso da família de Tururim, e

Proc. nº 35542
Fls. 31
Rubrica: [assinatura]

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

transitam entre a aldeia e a vila. É como se a vila fosse o quintal de Barra Velha, todos os Pataxó se sentem à vontade como se estivessem em casa.

Manoel Santana conta que várias famílias Pataxó moraram em Caraíva antes da explosão da caldeira da Serraria, entre elas tem as famílias de Lodinho, Ligidina, Maria Sirmande, Filomeno, Frontino, Manoel Maranhão, Manoel Gonha, Bernadino Caboco, Zezerio, Jonvolério, Manoel João, Manoel Tibuso, Teodoro, Amélia Braz, Antônio Nascimento, Domingos Nascimento, Joaquim Antônio, Tintiliono, Ermiro, Júlia Luca, Maria Conque, Benfica, João Camarão, Manoel Camarão, Zé Camarão, Antônio Camarão, Antônio Guaiá, Nascimento, Izaura, primo de Eduardo, Antônio Cabrinha, Celso Miranda, Paulo Miranda, João Miranda, Antônio Miranda e Manoel Miranda.

Entre os não-índios destaca-se a família de Júlio Rodrigues, á qual já nos referimos, e a de Tavares Marinho e do ex-servidor do IBDF Ferrinho, que segundo a memória dos anciões da aldeia, viviam em harmonia com os índios. Alguns contam que tudo era tão tranqüilo que não sentiram necessidade de incluir Caraíva nos limites da terra indígena.

Apesar estar viva na memória coletiva dos Pataxó os tempos de harmonia com os “brancos” de Caraíva, é importante lembrar que essas relações sempre estiveram pautadas na submissão por parte do índio que vendia sua força-de-trabalho nas serrarias e fazendas da região. A única relação simétrica que podemos verificar nesse caso é entre o nativo pescador e o índio por viverem de forma muito parecida e compartilharem as mesmas necessidades e anseios.

Esse clima de desarmonia está claramente vinculado com o momento em que a principal atividade econômica passa a ser a vinculada ao turismo que, no geral, envolve tanto nativos locais quanto os indígenas de Barra Velha. Na alta temporada, entre os meses de dezembro e março, essa atividade emprega diretamente cerca de 60 (cinquenta) indígenas em atividades de apoio, como transporte dos turistas, garçons, arrumadeiras, cozinheiras, piloto de barco para passeio e outros. Outras atividades dos Pataxó são beneficiadas com o turismo, como a venda do artesanato, a pesca, a venda de farinha e outras.

A venda do artesanato indígena é feita principalmente pelas ruas e praias de Caraíva, mas também acontece na própria aldeia de Barra Velha. Os Pataxó montam todo aparato necessário para receber o turista na alta temporada. Constroem bancas para expor os colares, pulseiras e brincos de semente, bem como preparam comidas típicas e danças para serem apresentadas. Nos últimos anos, acreditamos que a maior fonte de entrada de recurso para os Pataxó veio através do turismo de Caraíva. Contudo, não podemos deixar de pensar nos

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

impactos que esse turismo descontrolado pode oferecer a vila e, principalmente, a TI Barra Velha.

Um ponto interessante de ser avaliado pela FUNAI é a utilização da imagem indígena pelos proprietários de hotéis e pousadas de Caraíva. Em quase todos os sites de divulgação do turismo do povoado encontramos fotos de índios Pataxó de Barra Velha. Também, são vendidos pacotes de passeios na aldeia.

Quanto às visitas na aldeia, apesar de ainda não haver nenhuma regulamentação por parte da FUNAI para turismo em terras indígenas, ele acontece em várias delas e Barra Velha não é exceção.

Já no que diz respeito à utilização da imagem dos Pataxó, é necessário que se faça uma criteriosa avaliação, pois essa utilização sem a prévia anuência do grupo e da FUNAI fere os direitos garantidos na Constituição Federal em seu art. 5º, inciso X:

“São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

“Daí que não se pode usar a imagem de quem quer que seja, tampouco dos índios, por quaisquer meios ou para qualquer fim, sem a sua devida autorização e respectiva compensação. A imagem dos índios, de suas comunidades e povos constitui patrimônio indígena a ser protegido e respeitado por todos”. Ana Valéria Araújo – outubro/ 2000).
Fonte: www.institutosocioambiental.com.br

Considerando que a FUNAI publicou a Portaria nº 177/PRES de 16 de fevereiro de 2006, visando “o respeito aos povos indígenas, a proteção de seu patrimônio material e imaterial relacionados à imagem, criações artísticas e culturais”, faz-se necessário que o órgão indigenista, por meio de sua coordenação competente, verifique de que forma está sendo utilizada e veiculada a imagem dos Pataxó de Barra Velha, já que a legislação é muito clara quanto à utilização da imagem indígena:

“Considerando:

- . que o art. 5º inciso X da Constituição Federal de 1988 protege o direito de imagem das pessoas;
- . que o direito de imagem dos índios e suas sociedades constituem patrimônio indígena;
- . que o parágrafo primeiro do art. 215 da CF de 1988 protege as manifestações culturais indígenas (...):

Resolve:

Art. 1º- A presente Portaria regulamente o procedimento administrativo de autorização pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI – de entrada de pessoas em terras indígenas interessadas no uso, aquisição e ou cessão de direitos autorais e de direitos de imagem indígena; e orienta procedimentos afins, com o propósito de respeitar os valores, criações artísticas e outros meios de expressão cultural indígenas, bem como proteger sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições”.

Depois do turismo, a pesca é a principal atividade econômica de Caraíva. A maior

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

parte do pescado é comercializado na própria comunidade e os consumidores são os restaurantes e pousadas. O pescado também é utilizado para consumo próprio, sendo a principal fonte de proteínas animais das famílias do local, entre eles os índios Pataxó que residem em Caraíva.

Muitos pescadores estão organizados em associações vinculadas à Reserva Extrativista Marinha, cuja sede localiza-se em Corumbau. Existem projetos de exploração da reserva para fins turísticos, com visitação controlada pelo IBAMA, por intermédio de passeios de barco e mergulhos.

Segundo informações do Administrador de Caraíva, as principais associações existentes na vila são: a AMA Caraíva (Associação dos Moradores e Amigos de Caraíva), ANAC, PROECO. A Associação dos Nativos de Caraíva – ANAC -, representada pelo nativo conhecido como Federal administra o serviço de travessia de barcos e o estacionamento na margem esquerda do rio, em Nova Caraíva.

Um estudo sobre implementação da Linha de Distribuição Prado/Caraíva, realizado pela pesquisadora Luciene Santos, em 2002, apresenta alguns pontos sobre quais impactos o turismo descontrolado pode oferecer sobre Caraíva. Ressaltando que o foco de sua análise era apenas a implantação da energia elétrica na região e o impacto causado, por isso, entendemos ser interessante transcrever aqui as suas conclusões:

“A pesquisa mostrou que os impactos ambientais sofridos em Caraíva serão relevantes e de grande proporção com a chegada da energia elétrica, caso não se tenha um ordenamento para receber todos os turistas que advirão com o conforto da modernidade. No momento já se percebe tais impactos:

- aumento da utilização e das necessidades de abastecimento de água potável; contaminação da água dos rios e mares principalmente Caraíva, devido ao aumento de esgotos não tratados;
- degradação da fauna e da flora local, devido aos desmatamentos, caça e pesca predatória; redução da população dos animais cuja captura é dirigida ao atendimento da alimentação dos turistas, como: camarão e caranguejo;
- aumento da geração de resíduos sólidos;
- aumento de demanda de óleo a diesel para as localidades que não têm luz elétrica e, para as que têm, o consumo de energia elétrica aumenta assustadoramente;
- aumento de tráfego de veículos, com conseqüente redução da qualidade do ar e aumento dos ruídos;
- assoreamento da costa, devido às ações humanas, com destruição de corais, recifes, mangues, restingas e dunas, com destaque para os constantes aterros realizados em praias para aumentar a área urbana;
- alterações no estilo de vida das populações nativas;
- mudanças nas formas de exploração econômicas da região afetada, com alterações tais como na agricultura e pesca, para prestação de serviços ao turista;
- aumento sazonal de população, com diversas implicações sobre a área afetada, sua infraestrutura e sua população nativa;
- deslocamento e marginalização das populações locais; perda de benefícios econômicos para as comunidades locais;



Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

- implantação de obra de infra-estrutura causadora de impactos ambientais negativos, tais como estradas, sistemas de drenagem, aterros provocando grande movimentação de terra, entre outros”. (Santos, 2002: 58)

Ante a reivindicação dos Pataxó para inclusão de Caraíva nos limites de Barra Belha, é imprescindível que cada situação apresentada nos itens acima seja cuidadosamente analisada. Os impactos sugeridos por Santos também poderão desestabilizar a organização social dos indígenas, pois a proximidade entre a vila e a terra indígena representa sérios riscos na relação entre moradores da vila e os Pataxó da aldeia.

O desencadeamento dessa desestabilidade já havia sido indicado nos estudos realizados pelo IPHAN em 2000.

“Em vista de seu enorme potencial, particularmente voltado para o ecoturismo, essa atividade tem se desenvolvido, dando novo caráter e novas funções ao povoado e aumentando os negócios imobiliários e o valor das terras. Assim foi sendo criada uma infraestrutura básica que possibilitou, a partir dos anos 80, o desenvolvimento de uma economia baseada no turismo. Entretanto, esse boom turístico não planejado e dissociado da condição sócio cultural do povoado vem acarretando problemas profundos para o distrito e a sociedade local” (IPHAN, 2000).

No mesmo Inventário é apresentada uma avaliação indicando os problemas e possibilidades que não devem ser desconsideradas pela FUNAI na redefinição dos limites da TI Barra Velha:

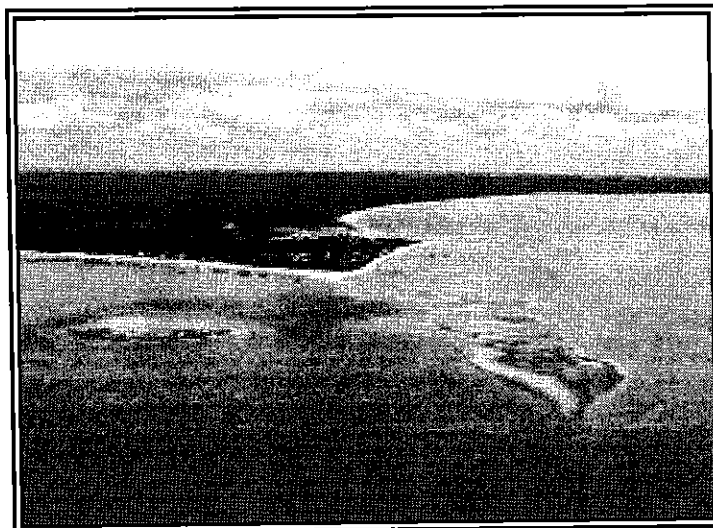
“O crescimento da atividade turística é marcante desde o final da década de 1970, causando alterações na configuração urbana da vila. Por um lado, dá-se a transformação do uso do solo, abrindo espaço para os serviços de hospedaria e comércio. A taxa de crescimento do número de casas de veraneio entre 1989 e 1994 foi na ordem de 400% e, no mesmo período, os restaurantes e pousadas aumentaram respectivamente em 140% e 166%. Por outro lado, ocorre expansão do perímetro urbano, como exemplifica o surgimento do bairro Nova Caraíva, localizado na margem norte do rio, que vem consolidando uma faixa contínua de construções em várias direções, ocupando os locais das chamadas roças, tradicionalmente destinados ao plantio agrícola e a criação de animais. Esse novo bairro vem desenvolvendo sem infra-estrutura urbana e o seu crescimento tem sido motivado por invasões de terras, tendendo a criar bolsões de pobreza e conflitos”.
“O aumento quantitativo de pessoas circulando pelo povoado e o conseqüente crescimento da marginalidade está levando a população local a aumentar as cercas de suas casas. Tal atitude vem alterando a paisagem urbana e as práticas sociais comuns de um passado próximo” (IPHAN, 2000)

Em 2006 o IPHAN elaborou em conjunto com a comunidade de Caraíva, a Prefeitura de Porto Seguro e órgãos ambientais, o Anteprojeto de Plano Diretor Urbano do Distrito de Caraíva (anexo), que foi aprovado em audiências públicas pelas três associações comunitárias e moradores da vila de Caraíva. Esse também servirá de base importante para a decisão do órgão indigenista na definição dos limites da TI Barra Velha.



3.3 - Vila de Corumbau – Ponta de Corumbau

Corumbau segundo especialistas na língua tupi, seria rio de cascalho – nome original: Korum-ba-y(y é água/rio)



Vista aérea da Ponta do Corumbau

O povoado de Corumbau está localizado no município do Prado, à margem direita do rio homônimo, a uma distância aproximada de 220 km de Porto Seguro (BR 101). O rio que dá o nome ao povoado marca a divisa dos municípios Porto Seguro e Prado e está a 6 km do centro da aldeia Barra Velha.

O acesso via terrestre mais utilizado é pela BR 101 e, em Itamaraju, segue-se até alcançar um povoado conhecido como Guarani. Na saída do povoado tomamos uma estrada de terra - o trecho é de 60km de estrada muito precária, e, talvez, por isso, Corumbau ainda não tenha sido completamente invadida pelo turismo.

Encontramos poucas informações históricas sobre a criação desse povoado. Porém, o que foi levantado é o suficiente para confirmar a hipótese de que Corumbau nasceu a partir da ocupação indígena.

“a 2 léguas deste a ponta de **Corumbau**, onde ficava uma enseada de águas mansas, sendo um local propício para a navegação e porto. Porém, o rio de Corumbau só era adequado à navegação por canoas, mas suas terras eram adequadas para plantio e corte de madeira. Ainda havia grandes canaviais abandonados e que tinham sido **plantados pelos índios que tinham sido aldeados** ali pelo Ministro José Xavier Machado da vila do Prado”. (Governador Francisco da Cunha Menezes, 1805).

A imemorialidade pode ser confirmada também, por meio da criação do aldeamento indígena em 1861:

“Espero as informações que pedi ao Diretor dos Índios para deliberar sobre a criação de uma aldeia no rio – Corumbau – na vila do Prado, em cujas vizinhanças há centenas de famílias, que vivem ora nas brenhas, e ora na referida vila (...). Estes índios vão pescar constantemente no rio Corumbau-; e em cujas margens armam ranchos, onde moram, até terminada a pesca e salga, se retiram para as matas. As terras aí são fertilíssimas, e tem proporções para grandes

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

fazendas, mormente para criação de gado. Um padre, pois, que saiba, com doçura, encaminhar para a verdade os espíritos dessa gente semi-bravia, será aí suficiente para tirá-la da vida que tem vivido, abrindo-lhe os tesouros da civilização.” (Pinto, Antônio Costa, 1861)

Já a tradicionalidade de ocupação do grupo étnico Pataxó, do que trata o art. 231 da Constituição Federal, pode ser comprovada pela continuidade de ocupação, a utilização dos recursos naturais, a coleta e a pesca praticadas até os dias de hoje na desembocadura do rio, no mangue e nos corais de recife.

Corumbau, na realidade, é formada por três pequenos núcleos de casas e comércios. Logo ao chegar à orla encontramos um agrupamento de casas e um pequeno comércio. O local é conhecido, pelos índios, como Carrola. Encontramos também algumas pequenas pousadas, construções bem mais simples do que as encontradas no caminho para Ponta de Corumbau. Seguindo pela estrada no sentido Carrola-Corumbau-Ponta de Corumbau podemos verificar algumas poucas casas e grandes terrenos vazios.

Logo em seguida, a 1.500m aproximadamente, existe um outro aglomerado de casas que passa parte do ano fechadas, pois a maioria são de veraneio. Seguindo pela estrada de terra a beira mar, verificamos algumas pousadas, distantes entre si, construídas entre a faixa de praia e o mangue. Segundo informações do chefe da Resex Corumbau – Ibama, o levantamento realizado para criação da Reserva, detectou, que a maioria dessas casas e pousadas está edificadas em locais irregulares, não possuindo título definitivo, pois trata-se de faixa de propriedade da Marinha (33m da linha preamar), ou seja, é patrimônio da União. Outras construções estão em área considerada como Relevantes à Preservação Ambiental. Como é o caso das duas casas de propriedade de renomados jornalistas da Rede Globo que ocupam uma grande área de praia. Segundo informações do IBAMA, eles já foram notificados algumas vezes por tentarem cercar a frente das casas na área de praia.

Chegando a Ponta de Corumbau, encontramos um pequeno povoado assentado em uma estreita península numa enseada de praias de águas calmas e claras. São aproximadamente 70 casas construídas de maneira simples, sendo algumas de taipa e madeira, e outras de alvenaria e telha colonial. Algumas barracas de praia funcionam, principalmente no verão, próximas ao Farol da Marinha.



Vista da estrada do Corumbau



Vila de Pescadores - Corumbau

A Ponta de Corumbau é uma vila pacata de pescadores em sua maioria “filhos e netos” de Barra Velha. A miscigenação entre negros e índios Pataxó nos parece evidente, até mesmo, no estereotipo de sua população. Essa aparente hegemonia dos nativos apenas é quebrada pelos recém chegados comerciantes e donos de pousadas, que fascinados pela beleza pitoresca e rústica se instalaram no povoado atraídos pela indústria do turismo.

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

“Um jovem pescador, de apelido Velho, falava com orgulho de sua pescaria de canoa a vela (...). Zeca outro pescador local falou que Velho tinha este apelido porque fazia tudo lentamente (...). Zeca falava com tranquilidade de sua situação do lado de cá do rio, pois seu pai vendera suas terras na outra margem para o governo, quando da criação do PNMP. Mesmo sendo Pataxó, ele continuaria a morar do lado de cá. Usava também a categoria nativo, para diferenciar-se dos pataxós que moravam na aldeia ou na terra indígena”. (Lobão, 2006) Grifo nosso.

Tendo uma estreita relação com o mar, a população de Corumbau vive da pesca, que ainda é a principal fonte de renda dos nativos, seguida pelo turismo. Vivem também do comércio à base de trocas. Não cultivam roças, pois a terra não é agricultável, apenas colhem frutas nativas como a mangaba, coco e o caju. Pela forte ligação com os índios de Barra Velha, muitos por parentesco, os pescadores de Corumbau costumam trocar peixe por produtos das roças dos Pataxó.

“No contexto da pesca artesanal são poucas as mulheres que exercem essa atividade como ocupação remunerada, sendo que a maioria ajuda os maridos na tarefa da limpeza do pescado” (Di Ciommo, 2003)

Conforme informações recolhidas junto aos moradores do povoado, a partir de 2005, quando teve início os levantamentos para ampliação da terra indígena, os nativos começaram a ficar preocupados com a inclusão do povoado nos limites da TI Barra Velha.

Essa informação é confirmada na tese de doutorado do antropólogo Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão, defendida Universidade de Brasília em 2006;

“Após o verão de 2005, o panorama mudou radicalmente. Cerca de 13 famílias de pescadores venderam suas casas e se mudaram para o outro lado do rio Corumbau, em terras do Parque Nacional Monte Pascoal, ou da Terra Indígena de Barra Velha. Do outro lado surgia mais uma aldeia, a Aldeia Bugigão. Velho passou a comandar o barco de Seu Lourinho e andar com os demais pescadores dos barcos. O poço artesiano jorrava água 24 horas por dia, e as casas já estavam interligadas com uma rede de esgoto local”.

No início de 2005 havia uma tenção na Ponta do Corumbau por conta redefinição dos limites da Terra Indígena Pataxó. Alguns diziam que a estratégia de vender suas casas e passar para o outro rio estava de acordo com a expectativa de que a Ponta do Corumbau viesse a integrar os novos limites do território indígena. Assim, os pescadores reaveriam suas casas, já reformadas.

A Chefia do Parque Nacional do Monte Pascoal reclamava dos prejuízos ambientais que a criação da nova aldeia trouxera. A indefinição devia-se ao novo GT da Funai. A composição anterior contava com a presença de Jean François, coordenador de um projeto de agricultura sustentável junto aos Pataxó e “parceiro” do Projeto Resex, através da Flora Brasil. Só os donos das pousadas de luxo de Corumbau pareciam não se importar com esta questão e continuavam investindo alto em construções e reformas em seus empreendimentos”. (Lobão, 2006; pp: 112-113)

Apesar de reconhecerem que a maioria é descendente de índios Pataxó e que a vila foi estabelecida a partir do aldeamento de Barra Velha, os nativos de Corumbau temem que o povoado passe a ser terra indígena, prejudicando o turismo local.

Até o meados de 2006, Corumbau não contava com luz elétrica. Após vários anos de estudo¹⁶, a COELBA instalou definitivamente a rede de energia elétrica ligando o Prado a Caraíva. Até então, os moradores e donos de pousadas utilizavam geradores e placa solar como fonte de energia. As instalações sanitárias também são precárias, nem todas as casas

¹⁶ No final da década de 1990 houve algumas negociações para instalar a rede de energia elétrica entre Caraíva e Prado. Como as torres de alta tensão teriam que passar dentro dos limites da TI Barra Velha, a FUNAI foi consultada e o DEPIMA/FUNAI, deu parecer contrário a instalação. Desde então, vários projetos foram elaborados, mas só esse ano o de Corumbau foi aprovado. O de Caraíva será feito por via subterrânea, a única que continua sem solução é a terra indígena.



Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

contam com banheiros e rede de esgoto é precária. A maioria das pousadas utiliza fossa séptica.

A água encanada foi recentemente instalada (2005) por iniciativa de uma senhora belga que mora há 4 anos em Corumbau. A Sra. Martine Renwart viabilizou a perfuração de um poço artesiano, pois, até então, a água era puxada de um rio próximo. Atualmente, é distribuída a partir do poço artesiano que enche um grande reservatório e distribui para as casas.



Povoado de Corumbau – Fotos: Leila 2005

Além do poço, a Sra. Martine implantou no povoado, uma creche, um posto de saúde e projetos culturais, com recursos de um projeto criado e lançado por ela na Europa;

“Hoje, Martine vive entre Corumbau e Bruxelas, onde usa seus contatos na área de música para promover eventos. Neste mês, ela está na Bélgica. É seu aniversário. Mas a festa que preparou não é para si. Ela organizou o maior concerto beneficente de sua vida, em um teatro de 850 lugares. Os euros arrecadados renderão novos projetos, como oficinas de artesanato e capacitação profissional. Tudo indica que Corumbau terá mais motivos para festejar”. (pg. da internet: www.editoraglobo.com).



Não foi possível realizar o cadastramento de todos os moradores e edificações de Corumbau, mas calculamos que haja, entre a vila e a ponta de Corumbau, aproximadamente, duzentas construções entre casas e pousadas, uma igreja evangélica (Maranata), uma católica, sete barracas de praia (construídas em madeira e palha), um farol da marinha, um camping, um posto de saúde e uma creche, posto da administração do povoado (Prefeitura) e da RESEX Corumbau, que funcionam em casas comuns.

O GT também presume que existam dez pousadas de pequeno e médio porte, e seis de alto nível, entre elas, três de projeção internacional. Os preços das diárias das pequenas e médias variam entre 35,00 e 100,00 por pessoa, dependendo do período da reserva - alta ou baixa temporada.

Hotéis de Corumbau:

Denominação/Hotel	Localização	Valor médio da diária
Vila Naiá	Corumbau	R\$ 850,00
Fazenda São Francisco	Corumbau	R\$ 1.100,00
Jocotoka	Corumbau	R\$ 450,00
Tauana	Corumbau (Cahy/Pequi)	R\$ 1.200,00

Fonte: telefonemas e internet

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

A presença dos Pataxó de Barra Velha em Corumbau é constante, seja, na perambulação das mulheres e crianças para venda dos colares e pulseiras de semente para os turistas, seja na figura dos pescadores, na troca de produtos da aldeia, na venda de sua força-de-trabalho para os hotéis, nas festas locais, ou simplesmente nas visitas aos parentes consangüíneos que moram no povoado.

Como a maioria dos moradores do povoado é de nativos descendentes de Pataxó, é extremamente fácil distinguir quem é de fora (turistas, estrangeiros ou comerciantes). Entre os índios e os nativos não existem, aparentemente, grandes diferenças físicas e culturais, pois o convívio é permanente.



Ponta de Corumbau - Fonte: Google Earth

O impacto do turismo na vila é um assunto muito discutido. Os benefícios sociais são implantados lentamente. A concentração de recursos gerados pelo turismo está nas mãos dos donos dos hotéis de luxo e restaurantes. Para os nativos e índios restam os trabalhos esporádicos (alto verão), a venda do pescado e do artesanato. Em contrapartida, a falta de coleta de lixo e estrutura que suporte a demanda do período de férias, compromete a limpeza da vila, a qualidade da água e outras questões sociais.

Contraditoriamente, o que para os nativos significa dificuldade, como a falta de estrutura da vila, estrada ruim e dificuldade de acesso, é exatamente o que é procurado pelos turistas, o isolamento. Para se ter idéia, não existe nem sinal para o celular.

“A interação das atividades econômicas, fatores ecológicos e valores sociais contribuem para aumentar a complexidade das questões e a probabilidade de fracasso das intervenções” (Di Ciommo, 2006)



Kitoki-re (menina) Pataxó vendendo artesanato em Corumbau
Foto de Sandoval - 2006

Proc. nº 15728
Fls. 1357
Rubrica [assinatura]

A instalação da energia elétrica é um importante benefício para a comunidade local, mas por outro lado, a preocupação se amplia, pois já está sendo cogitado um aumento considerável no número de empreendimentos turísticos. Correm notícias no povoado que um grande grupo empresarial, na área do turismo, deverá implantar um *resort* com projeto avaliado em um milhão de reais. Atualmente, Corumbau representa algo em torno de 6% da capacidade de hospedagem de Prado, podendo passar a representar de 8 a 9% nos próximos anos.

Como o turismo é pouco explorado, os nativos de Corumbau têm na pesca artesanal a principal fonte econômica. E foi a partir dessa atividade tradicional que, em 1997, se iniciou um movimento junto a outros cinco povoados dos municípios de Prado e de Porto Seguro e aos Pataxó da Aldeia Barra Velha, em busca da implantação de uma Reserva Extrativista Marinha.

No Brasil, as “reservas extrativistas marinhas”, estão sendo implantadas, desde 1989, como uma nova forma de conciliação entre a extração de recursos naturais e a conservação das áreas protegidas (Di Ciommo, 2003). Muitos pesquisadores vêm a algum tempo, avaliando a polêmica questão da permanência das comunidades tradicionais nas áreas de proteção, talvez como uma das estratégias mais interessantes para conservação ambiental.

No caso das reservas marinhas, o direito de uso se restringe a área de mar, da qual obtêm os recursos. Porém, não inclui direitos de posse da terra, onde a população extrativista reside (Di Ciommo, 2003). Esse conceito gera uma certa contradição, pois, enquanto o mar e seus recursos estão protegidos, a população está sujeita às diretrizes do mercado e aos interesses econômicos predominantes. No caso de Corumbau, a especulação imobiliária, em prol do turismo exerce considerável influência sobre a população, que acaba por ceder as “atrativas” ofertas e passam a viver cada vez mais distante do povoado.

“Tais interesses estão trazendo crescente especulação imobiliária para a região, e tem sido a principal causa dos conflitos sociais existentes. Os residentes das comunidades da RESEX são induzidos a venderem suas casas, movidos pela necessidade econômica, mudando-se para longe da faixa litorânea, onde não há infraestrutura pública ou assistência governamental de nenhum tipo. Nota-se também que a crescente privatização do acesso às praias e do seu uso está impedindo o uso tradicional da faixa costeira por parte dos pescadores e a perda dos hábitos culturais ligados à atividade da pesca, que incluíam o constante contato com o mar” (Maldonado, 1986 – citado em Di Ciommo, 2006)

Essa também foi uma questão abordada por nós no item sobre Caraíva, ao analisarmos a transferência de muitos moradores nativos para Nova Caraíva devido à especulação imobiliária. Por serem, Caraíva e Corumbau, dois povoados que perfazem os limites sudeste e nordeste da Terra Indígena Barra Velha, entendemos que todas essas questões devem ser analisadas e debatidas em várias instâncias. O foco deve ser direcionado para proteção das

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

áreas que fazem limite com a terra indígena, e preservação da relação que os Pataxó e nativos de Corumbau mantêm com o local de origem.

Entretanto, as ações de interação entre a questão ambiental, as atividades econômicas tradicionais, ou não, e valores sociais são de extrema complexidade, o que aumenta a probabilidade de fracasso nas intervenções (Di Ciommo, 2003) O exemplo máximo disso é a própria implantação do PNMP em território tradicional Pataxó.

Durante os trabalhos de campo do GT, mantivemos contatos com o Sr. Ronaldo, chefe da RESEX Corumbau, que nos informou que o Ibama está estudando a possibilidade em ampliar a Reserva para uma faixa de terra, incluindo a região de Corumbau. Diante dessa informação, entendemos ser necessário apresentar aqui, o histórico de criação da RESEX Corumbau como forma de subsidiar uma reflexão, quanto à ampliação da reserva, em uma área que, comprovadamente, convivem populações tradicionais, entre elas os índios Pataxó, sendo que a área em questão também faz parte de nossos estudos para ampliação da TI Barra Velha.

O histórico da criação da RESEX remete a 1997, quando num seminário da Associação Pradense de Proteção Ambiental – APPA -, realizado em Prado, um representante do CNPT apresentou o modelo de gestão de Reserva Extrativista, deixando os moradores do Prado interessados no assunto (Lobão, 2006; pp: 103). O objetivo inicial era a proteção dos manguezais do rio Jucuruçu.

Nesse mesmo período, os pescadores artesanais de Corumbau viviam pressionados pelos grandes barcos pesqueiros de Salvador e do Espírito Santo, que utilizavam a costa do Corumbau para pescaria. O Sr. Milton (nativo e filho de uma índia de Barra Velha), juntou-se a 60 pescadores e buscaram apoio junto a APPA e a outros atores sociais do município do Prado para fundar a Associação da Reserva Marinha de Corumbau - AREMACO e encaminhar a reivindicação da criação da reserva.

A AREMACO é constituída por pescadores artesanais da Ponta do Corumbau, de Caraíva e da Aldeia Barra Velha e tem por objetivo a organização da pesca na região do Corumbau. Em 1999, mais uma comunidade de pescadores demonstrou interesse em fazer parte dos limites da Reserva Cumuruxatiba.

A princípio os pescadores ligados a Corumbau foram contra a participação do grupo de Cumuruxatiba na RESEX, alegando que a instituição deveria reforçar a forte relação entre os nativos de Caraíva, Corumbau e os índios de Barra Velha.

“O relatório de Alexandre destacou a tensão havida com a inclusão dos pescadores de Cumuruxatiba (...). Para eles os pescadores de Corumbau, Caraíva e Barra Velha eram ‘irmãos’, enquanto Cumuruxatiba era vila de ‘brancos’”. (Lobão, 2006)

Essa alegação é extremamente interessante se lembrarmos que alguns índios de Cumuruxatiba, também, são Pataxó. Entretanto, como os índios de Cumuruxatiba tem uma história própria, que, apenas em alguns momentos, se cruzam, é fácil entender que os nativos de Caraíva e Corumbau sejam considerados “irmãos” dos índios de Barra Velha, pois fazem parte de uma mesma história.

Após três anos de discussão sobre qual seria o limite e a legitimidade da Reserva Marinha, no dia 21 de setembro de 2000, finalmente foi decretada a RESEX-Mar de Corumbau com uma abrangência entre:

“o cinturão pesqueiro entre a Ponta do Espelho, Praia de Curuípe [no município de Porto Seguro] e a Barra do Rio das Ostras, Praia de Cumuruxatiba [no município de Prado], incluindo a faixa de marinha de oito milhas náuticas paralela à Costa do Descobrimento... por uma distância aproximada de 65.434 metros”. (Decreto s/nº, de 21 de setembro de 2000).

11
150
1000

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

A RESEX Corumbau é uma conquista dos nativos de Corumbau, Caraíva e dos índios Pataxó da Aldeia Barra Velha que, agrupados em associações, buscam ampliar as perspectivas econômicas das suas comunidades. Porém, os resultados não foram de todo alcançados, como exposto acima, pois, várias são as dificuldades encontradas para implementar os projetos, tendo em vista a indisponibilidade de área de terra.

Everaldo Braz Salles, filho de Zé Piegas, de Barra Velha, é um dos pescadores que está envolvido com a RESEX. Ele nos contou que, após o Decreto da Reserva, só houve avanço na questão da fiscalização da pesca predatória, mas que, até o momento, as melhorias esperadas foram insignificantes para os pescadores. Everaldo explicou que várias das discussões sobre compra de barcos e material pesqueiro não se concretizaram. Contudo, entende que o principal problema da Reserva é a falta de um local para construção de um entreposto e um frigorífico.

O Sr. Milton, presidente da AREMACO, também se mostrou preocupado com o futuro da RESEX, caso não aconteça à ampliação para área de terra. Ele nos confirmou que o crescimento da exploração do turismo no povoado tem pressionando os nativos a saírem das áreas próximas a praia e se mudarem para locais distantes.

“Entretanto, não há dúvida de que os esforços para compreender as realidades expressas nos ‘sonhos’ e ‘dores’ na RESEX Corumbau tornam possível apontar problemas sociais críticos que afetam a vida cotidiana das comunidades, abrangendo desde a moradia, educação, acesso à energia elétrica e água potável, até a existência de fatores como o desespero, a descrença no futuro, a violência, a dependência do álcool e de drogas”.

As colocações apresentadas pela maioria dos entrevistados demonstram claramente as contradições existentes entre o estabelecimento da Reserva, que tem por objetivo a proteção do ecossistema marinho, e a falta de proteção aos direitos dos nativos envolvidos.

Outro aspecto que deve ser considerado é que a Resex é composta por cinco povoados e uma aldeia indígena: Caraíva, Corumbau, Barra Velha, Imbassuaba, Barra do Cahy, Veleiro e Cumuruxatiba, e, por mais que sejam próximas fisicamente, têm características diferenciadas e singulares. Essa complexidade no contexto social da Reserva deve ser levada em conta e trabalhada, na perspectiva de alcançar objetivos mais concretos.

Considerações

Conforme documentação pesquisada, a ocupação permanente indígena da Vila de Corumbau é comprovada historicamente. Mesmo não tendo sido indicado qual o grupo étnico que habitava as margens de Corumbau, o Governador Francisco da Cunha Menezes, em 1805, descreve as plantações deixadas pelos índios que haviam sido aldeados às margens do Corumbau pelo Ministro José Xavier Machado, da vila do Prado. Entretanto, a hipótese mais considerada entre os pesquisadores, é que os grupos arredios eram maioria na região do Monte Pascoal, incluindo Corumbau. Por terem sido os Pataxó, o grupo étnico que mais resistiu ao contato do colonizador, podemos supor que entre os arredios, predominavam os Pataxó, até mesmo pelo etnônimo que prevaleceu.

Para tal hipótese temos várias fontes históricas, entre elas, as cartas escritas em 1798 por Luís Santos Vilhena, que descreve a *Bahia no século XVIII*:

“ A conservação e aumento desta vila é digna de muita atenção, não só pela produção de seu fertilíssimo terreno, como por poder servir de barreira e obstáculo a 12 aldeias situadas em uma alta serra conhecida por todos pelo Monte Pascoal, que segundo as notícias e informações é o centro de habitações destes bárbaros, que infestam toda grande comarca de Porto seguro, e isto pela parte que deu o capitão-mor João Domingues Monteiro encarregado deste descobrimento” (Cancela, 2006; pp: 4 – Vilhena, 1969; pp: 526)

Proc. 1360
Fis. 1360
Rubrica

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

Como já detalhado na Parte I desse relatório, em 1861 é criada a Aldeia Belo Jardim de Monte Pascoal, a qual abrigou várias etnias, entre elas os Pataxó. O aldeamento tinha por objetivo livrar as áreas férteis do Prado dos constantes ataques dos “bravos gatis”.

“Espero as informações que pedi ao Diretor dos Índios para deliberar sobre a criação de uma Aldeia n rio – Corumbá – na Vila do Prado, em cujas vizinhanças há centenas de famílias, que vivem ora nas brenhas, e hora na referida Vila, sem caráter hostil, é verdade, mas persistentes em seus costumes selváticos. Estes índios vão pescar constantemente no rio – Corumbá -; em cujas margens armam ranchos, onde moram, até que terminada a pesca e salga, se retiram para as matas”. (Pinto, Antônio da Costa)

“não só inteiramente me conformo com a esclarecida opinião do Rd°. Cônego Vigário Capitular, exarada no extrato da parte de seu Relatório de 6 de fevereiro último, que V.Exa. se dignou de me enviar por cópia relativa à criação de uma aldeia de Indígenas à margem do rio ‘Corumbau no termo da vila do Prado’” (Doria, Joze Jacome; 25/04/1861)

Como a barra do rio Corumbau se deslocou para o sul, por volta de 1960, conforme avaliação do professor Pedro Agostinho, Barra Velha seria, então o aldeamento Belo Jardim. Sua população se manteve dispersa às margens do rio Corumbau, Caraíva, nas matas de Monte Pascoal e no centro da Aldeia Barra Velha. Com a diáspora de 1951, o centro de Barra Velha foi esvaziado dispersando os índios por todo entorno do Monte Pascoal.

A criação do Parque Nacional Monte Pascoal, em 1961, limita a utilização da área pelos Pataxó em 210 ha, tornando difícil à reprodução física e cultural do grupo. Essa limitação, novamente, dispersa várias famílias extensas de Barra Velha e mantém outras nas Vilas de Caraíva e Corumbau.

Os casamentos com negros escravos trazidos por Charles Frazer, por exemplo, para trabalhar nos canaviais da região, foram inevitáveis. Sendo essa, uma das possíveis origens dos nativos do povoado de Corumbau.

Contudo, vale ressaltar que muitos não se identificam como indígenas, pois vivem completamente inseridos na vida social e econômica da região. Porém, não deixam de ter características de um povo tradicional, que vivem de forma diferenciada.

Sendo assim, o nosso encaminhamento para a questão é que seja delimitada a terra indígena nos limites destacados no mapa, ou seja, da estrada do Corumbau deve-se alcançar o limite do mangue, deixando de fora uma faixa de terra. No ponto indicado no mapa a delimitação deverá alcançar uma parte da Ponta do Corumbau, incluindo principalmente a barra do rio e toda área de mangue.

Essa faixa de terra, que atualmente concentra algumas propriedades e pousadas, poderá ser incluída pela RESEX Corumbau como a área a ser ampliada para faixa de terra.

P

4 - TERCEIRA PARTE – ATIVIDADES PRODUTIVAS

“O Celeiro do índio era o manguê”.
(Ferrinho, 2006)

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the name "FERRINHO" and a signature.

4.1- Histórico

Apesar dos atuais Pataxó do Extremo Sul da Bahia, muito provavelmente, serem o resultado da miscigenação de índios do Tronco Macro-Jê e Tupi, as características culturais que predominaram foram as do primeiro tronco, principalmente, no que diz respeito às atividades produtivas.

Como já descrevemos na Parte I – Dados Gerais -, tudo leva a crer que os colonizadores só conseguiram aldear os Pataxó já no século XIX. Tal qual os Aymoré, os Pataxó eram considerados arredios e seminômades. Viveram predominantemente da caça e da coleta durante séculos, atividade que está inserida até os dias de hoje na vida dessa etnia. As análises mais modernas consideram que esses grupos, com certeza, realizavam atividades agrícolas de ciclo curto.

É fato que, após a atração para os aldeamentos, os índios passaram a viver em grupos com maior número de indivíduos e de forma mais sedentária, pois não disponibilizavam mais do mesmo espaço para perambulação. Esse espaço foi sendo cada vez mais ocupado pelos colonizadores e exploradores.

Com o grupo que atualmente se auto-identifica como Pataxó não foi diferente. Após o aldeamento de 1861, em Belo Jardim, eles se fixaram nas áreas do entorno do Monte Pascoal, área sempre utilizada por eles, onde permanecem até os dias de hoje.

Com o convívio diário entre várias etnias, entre elas os Maxacali, Botucudo e Tupinikim, a fusão das várias características das etnias aldeadas em Belo Jardim foi inevitável. A título de comentário, vale lembrar que, o Patxohã, língua atualmente falada pelos Pataxó, é a fusão do Maxacali, do Tupi e do Pataxó, grupos que predominaram no aldeamento Belo Jardim. Sendo assim, o Patxohã é uma criação altamente fundamentada na história da Aldeia Barra Velha.

Segundo Carvalho, até a década e 1970, a atividade madeireira era pouco significativa para os Pataxó, mas acabou se ampliando com a pressão externa. A instalação de várias madeireiras no entorno do Monte Pascoal acaba atraindo a mão de obra indígena para empregos sazonais ou não, além do fato de terem adotado a venda de artesanato como estratégia de sobrevivência ter influenciado a extração da madeira.

O que naquele momento parecia representar uma mudança favorável para os índios, na realidade foi o maior desastre, tanto no que diz respeito à questão ambiental,

Handwritten mark or signature at the bottom right corner.

quanto na questão sócio-cultural. Vale lembrar que eles nunca ganharam muito dinheiro com a extração de madeira, pois os valores pagos sempre foram baixos ficando, na verdade, a maior margem de lucro para os atravessadores.

Em 1954 tem início à construção da estrada Rio-Bahia conhecida BR-101. Por um lado a rodovia trouxe desenvolvimento a todo extremo sul da Bahia, mas por outro lado, criou as condições ideais para a devastação de boa parte das matas que ainda existiam ali. Com a conclusão da BR, em 1972, a atividade madeireira se ampliou drasticamente.

Mas, foi graças às fortes raízes culturais que os Pataxó mantiveram durante séculos, que conseguiram sobreviver após a implantação do PNMP. A coleta da piaçava foi uma atividade extremamente representativa para os Pataxó, principalmente, entre os anos de 1940 e 1970. Junto à mariscagem no mangue, a piaçava ajudou-os a sobreviver durante os períodos mais críticos de fiscalização e repressão dos agentes do IBDF. Após vários incêndios no entorno do Monte Pascoal, o mais significativo no final da década de 1980, a piaçava se tornou escassa e a atividade foi praticamente abandonada.

Segundo memória oral do grupo, após a “guerra de 1951”¹⁷, com a implantação do parque em 1961, e conseqüente impedimento de plantar roças, os Pataxó passaram a sobreviver da coleta, tirando do mangue a subsistência. Utilizaram, por muitas vezes, o caranguejo como moeda de troca para conseguir farinha e outros gêneros alimentícios, o que segundo Agostinho (1981) demonstra a persistência de uma técnica com profundas raízes do tempo.

Por isso, retirar as áreas de mangue e recifes da terra de ocupação tradicional dos Pataxó é desestabilizar as atividades de coleta historicamente praticadas por esses índios, segundo seus usos costumes e tradições.

Em um trecho escrito para o livro do Instituto Sócio Ambiental - Atividades econômicas dos Pataxó de Barra Velha -, Felipe Bannitz de Paula Machado afirma que “a realidade econômica dos Pataxó resulta de um processo histórico conturbado, em que determinadas intervenções estatais tiveram profundo impacto sobre a cultura e a estrutura produtiva Pataxó” (Terras Indígenas & Unidades de Conservação – O Desafio das Sobreposições – ISA. 2004-São Paulo)

Várias outras atividades foram desenvolvidas ao longo do tempo, como conta o indígena Zé Piegas, que sempre viveu em Barra Velha e lembra que seu avô e seu pai

¹⁷ Como é conhecido o conflito de 1951 que levou a grande dispersão dos Pataxó

coletavam embira para fazer corda, e estopa para vender em Caraíva e Porto Seguro. Conta também, que seu pai fazia esteiras para dormir e se cobrir.

O ancião Manoel Santana (83 anos), importante liderança de Boca da Mata, nos contou de como era realizado o plantio das roças quando era rapaz. Contou-nos que todos se uniam no momento da limpeza do terreno faziam um mutirão que eles chamam de “rela”. No plantio todos trabalhavam juntos também e só depois disso é que subdividiam a área. Para Manoel, esse era o momento das festas mais bonitas, como descreve no trecho transcrito abaixo:

“Em meu tempo as roças eram feitas juntas, não conhecíamos nem cerca e nem divisa, tudo era diferente. Minha família plantava junto, meu tio, avô, pai e todos plantavam tudo de uma vez. Depois de plantar nós colocávamos separação de abacaxi, de cana e de quissari (inhamé). Era pra quem tivesse menino pudesse chupar. Naquele tempo nós não vendíamos nada. Nós íamos para Corumbau para trocar. A troca era por caranguejo, piaba e peixe no geral. Trocava com o índio, não com branco. Quando eu era pequeno só tinha oito brancos que moravam em Corumbau. Era João Preto, Manduca, Chico Facão, Chico Cunha, Augusto, Fagundes, Fernandes e Petrolino que era amasiado com uma índia chamada Júlia. Ela era da família dos Periquitos de Cumuruxatiba. Petrolino era português e vivia da pesca (...). Entrávamos na mata e via se a terra era boa, aí derrubava e plantava. Naquele tempo tinha um segredo que o fogo não chegava na mata. No outro ano não era plantado no mesmo lugar. Plantávamos 3 vezes e depois escolhíamos outro lugar. Esperava a lua boa para plantar, e os meses é janeiro, fevereiro e março. Julho não presta para mandioca. Para milho o melhor mês é julho, pois chove muito. Planta que dá fruto na raiz o melhor mês é março. Para batata é de março pra frente. Depois da lua é três dias. O branco planta em qualquer tempo porque tem remédio para matar o bicho. Voltando na morada nossa, todo mundo morava junto e plantava junto. Colhia e colocava num gamelão para dividir na família. Começou a separar depois que os brancos chegaram e ensinaram os índios as coisas deles, como serraria, corte de madeira e outras coisas. As cercas não existiam, as roças hoje são em tarefa, cada família faz o seu. Antes juntava todos e abria roça de 10 tarefas. Fazia dança e o plantio saía bom. Hoje quase não tem mais terra para plantar, tem muito índio. Um fazendeiro só, tem uma terra do tamanho da aldeia. Em Boca da Mata no início trabalhava em mutirão, chamava rela. Juntava todo mundo pra dançar e fazer o rela, ou seja, ia todo mundo para trabalhar e depois dançar. Plantava e colhia no sistema de rela. As festas mais bonitas era na época de plantar a roça. Quando derrubava a mata deixava o pau mais grosso no meio da roça. Ele chamava de pau da moiadura, aí todos tinha que dar uma machadada no meio da dança até o pau cair, todos iam dançando, cantando e batendo(...). ‘galinha do mato põe macuco, oi galinha do mato põe macuco...’. Do lado tinha o choco com cauim, a gente bebia e dançava”

O que podemos depreender da fala do índio Manoel Santana é que as relações eram baseadas na cooperação social, segundo os laços de amizade, parentesco e compadrio. Não apenas nas roças, mas também na construção das casas (embarramento).

Na realidade, apesar do índio Manoel descrever uma relação diferente na atualidade após a interferência dos brancos, o que percebemos durante o trabalho de campo é que, por mais que aconteçam as divisões em tarefa, a derruba, a “roçagem” e a

construção das casas, ainda são momentos de trabalho em conjunto. Sempre que alguém precisa chama os familiares para colaborar. Para realização da “rela” oferecem a alimentação, que pode ser almoço, jantar ou até uma pequena festa, dependendo do tamanho do empreendimento.

Carvalho relata em seu texto (1973) que a *“expectativa de reciprocidade é definida antes de dar começo a execução da atividade, como uma contraprestação em comida ou trabalho.”*

A pesquisadora afirma também que *“a população economicamente ativa de Barra Velha e da área do Monte Pascoal distribui-se, como vimos, de forma extensiva sobre o ambiente – utilizando-se de todos os tipos de espaço economicamente capazes de produzir. Essa população tem acesso eqüitativo a todos os meios de produção naturais – terra, mar, mangue e floresta.”*

Alguns pesquisadores, como Bierbaum (1989) propõe que *“a redução geográfica do espaço de vida tradicional, a mata, provocou a integração econômica dos índios. Caça e coleta tornaram-se insuficientes para a sobrevivência. Com a agricultura, os Pataxó se incorporam mais na sociedade rural e assim ficaram mais dependentes. O produto principal, a farinha de mandioca, assegura uma renda suficiente apenas por ocasião da colheita. Nos últimos anos surgiu outro produto indígena, o artesanato, o que aumentou a dependência. Fora da época turística muita gente passa fome e cai doente”* (Bierbaum, 1989:13)

Atualmente, a realidade das 12 aldeias que formam o território Pataxó de Barra Velha, não é muito diferente da encontrada por Carvalho em 1973, na Aldeia Mãe, considerando, é lógico, os recursos naturais disponíveis em cada aldeia.

Em todas as aldeias Pataxó, as principais atividades produtivas são: Roça, artesanato, pesca e mariscagem (coleta de mariscos o mangue). Essas são seguidas por atividades menos expressivas, mas com importância significativa no cotidiano do grupo, como: o comércio e o trabalho assalariado (alguns como agentes do Estado na área da saúde e educação dentro da própria aldeia). Há também um significativo número de aposentados.

Nos últimos 10 anos o engajamento ambiental, também, tem rendido algumas atividades remuneradas aos Pataxó. Diante dos constantes incêndios que atacaram o PNMP desde a década de 1970 e a drástica diminuição no quadro de servidores, o IBAMA/MMA, através do Projeto PREVFOGO, deu início a uma série de atividades de capacitação aos Pataxó, incluindo: prevenção e combate ao fogo.

Essas capacitações tem garantido contratos temporários de 6 meses, aos Pataxó, que são escolhidos em sistema de rodízio para trabalharem na fiscalização do Parque. Fora do período de contrato, atuam como voluntários na apreensão de madeira ilegal e no combate ao fogo.

Proc. nº 25570
Fis. 8365
Rubrica

“Sem funcionários para atuar na área do Parque Nacional, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente tem limitações para combater a devastação na Costa do Descobrimento” (...) “A equipe do parque é reduzida só a mim. Conto com os agentes voluntários, os índios pataxó da aldeia Pé do Monte...desabafou Milene Maia Oberlaender, chefe do PARNA”(Jornal A TARDE – Salvador - 11/11/2006)

De certa forma, esse engajamento na questão ambiental passa ser uma forma de demonstrar o arrependimento por terem trabalhado em atividade madeireira no passado, mas, principalmente, a preocupação com o futuro das matas do território tradicional Pataxó.

“Fazer artesanato é como uma doença, mas depois que a gente pára não tem mais gosto de voltar – disse o índio Zé, da aldeia Pé do Monte.(...) Zé conta que já desmatou muito e realizou caça, mas hoje tem consciência da importância de preservar a mata. ‘Não estou trabalhando para o IBAMA, ao preservar, estou cuidando do que é meu, da nossa comunidade. Se eu não cuidar, o que vai sobrar para meus netos’. Falou Zé, que hoje é um dos voluntários no parque”. (Jornal A TARDE – Salvador - 11/11/2006)

A partir dos dados coletados no questionário aplicado nas aldeias durante o trabalho de campo do GT, detectamos que, no geral, a agricultura significa mais de 30% da economia das Aldeias Pataxó, seguida pelo artesanato com aproximadamente 20%. A pesca, tanto de mar quanto de rio, vem em seguida com algo em torno de 15%.

4.2 - Síntese da situação de atividades produtivas por aldeia segundo relatório de Timmers (2004):

Observação: Os dados abaixo apresentados foram quase que integralmente transcritos do relatório do biólogo Jean François Timmers, ambientalista do 1º GT de revisão de limites da TI Barra Velha. Cabendo destacar que, por ser um relatório preliminar, elaborado entre os anos de 1999 e 2004, não fez referência as aldeias Pé do Monte, Aldeia Nova, Craveiro, Bugigão e Guaxuma.

a) Aldeia Barra Velha

A agricultura e o artesanato representam 35,8% das atividades produtivas da aldeia Barra Velha. Como atividade secundária, temos a agricultura (20,9%); a pesca costeira (5%); extrativismo de caranguejo e o turismo ecológico (<1%).

Segundo Timmers, a aldeia Barra Velha tem uma área cultivada de 204 hectares, sendo que os principais produtos cultivados são: mandioca, feijão, milho, melancia, abóbora e outros. Apresenta os plantios de coco e caju como inexpressivos. A principal agricultura é a familiar, com 5 tarefas por família. Somando as três roças coletivas, a aldeia conta com aproximadamente 130ha de área cultivada.

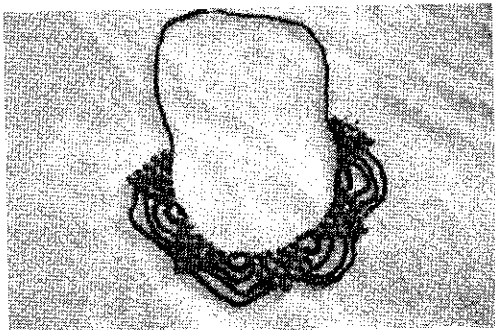
Criam 160 cabeças de gado comunitário e 60 particulares.

Na aldeia existem canoas que lhes permitem pescar, aproximadamente, 10 kg por canoa/dia – vendidos ou trocados na própria aldeia. Já a pesca em alto mar é realizada por poucos Pataxó que são associados da RESEX Marinha – Corumbau.

Segundo Timmers, o extrativismo no manguezal é a atividade mais tradicional dos Pataxó e têm forte significado simbólico.

O artesanato de Barra Velha é delicado e fino. A maioria das peças são colares, brincos e pulseiras de semente.

Em Barra Velha o artesanato de madeira não é expressivo. Timmers avalia que Barra Velha, juntamente com Meio da Mata, produzem em média 700 gamelas de madeira de lei por mês (quantidade estimada bem menor que Boca da Mata)



Colar de Tenta e Tingui produzindo em Barra Velha



Artesã de Barra Velha
Fotos: Leila 2005

255/30
S. J. SILVA

b) Aldeia Meio da Mata

A agricultura e o artesanato representam 84,2% das atividades produtivas. Tem uma área cultivada de 38,7 hectares, sendo que as principais culturas são: a mandioca e as frutíferas.

Meio da Mata sofre com a escassez de terra para o plantio de roças. Além de ser uma área muito acidentada, uma grande parte é alagadiça.

Criam alguns animais pequenos como galinha, pato e outros. Quanto a pesca, os Pataxó estão restritos a alguns pequenos córregos que surgem a partir do rio Caraíva.

c) Aldeia Boca da Mata

Segundo Timmers, o artesanato e a agricultura em conjunto representam 48,9% da economia de Boca da Mata, sendo que a agricultura representa 21,1%.

Em Boca da Mata são 192 hectares de área cultivada com mandioca, milho, feijão, abacaxi, abóbora e etc. Com um solo de baixíssima fertilidade (solo de arenito terciário) e área degradada, a produção fica comprometida. As roças de toco se esgotam em pouco tempo, não mais do que 3 anos, depois disso o sapê invade demonstrando alta acidez do solo.

Quanto ao artesanato, Boca da Mata é a maior produtora de artesanato de madeira de lei. Timmers afirma que, a maioria das famílias dessa aldeia trabalha na fabricação de gamelas e colheres de madeira, principalmente extraída da área do PNMP.

Até meados da década de 1990, a falta de luz comprometia a atividade de polimento do artesanato de madeira, o que era feito por atravessadores não índios. Atualmente, mesmo de forma precária, pois a rede elétrica é monofásica, os Pataxó implantaram vários tornos de beneficiamento, onde dão o acabamento e repassam o produto final para os parentes vender, principalmente, em Coroa Vermelha. Porém, a grande parte ainda é repassada a atravessadores não-índios que compram em grande quantidade e pagam preços muito baixos ou até trocam por mantimentos.

“O solo pouco adequado para agricultura, o tempo gasto na fabricação de artesanato, a disponibilidade irregular de dinheiro, mantém essa situação de dependência financeira e alimentar de um mercado externo flutuante e induz a superprodução e esgotamento da matéria prima”. (página 37)

Os Pataxó de Boca da Mata criam 200 cabeças de gado leiteiro para consumo local na guarda em geral, um por família, cuidando e explorado em regime comunitário.

D

d) Águas Belas

A agricultura e o artesanato representam, em conjunto, 57,1% da economia de Águas Belas; que tem como atividade secundária a agricultura com 28,6%. Sendo que a principal atividade é a agricultura familiar.

São 53,3% hectares de área cultivada com mandioca combinadas com abacaxi.

Criam 10 cabeças de gado de forma comunitária.

Já a produção de artesanato é pouco expressiva e a elaborada com de madeira de lei quase que inexistente.

Um projeto de criação de galinha (semi-confinada), implantado pela Associação Comunitária de Águas Belas com recursos da Carteira Indígena – MMA -, vem rendendo bons frutos para os associados.

e) Corumbauzinho

Pela proximidade com o Parque, a produção de artesanato de madeira se ampliou nos últimos 5 anos, fato que tem causado sérios conflitos internos.

Cultivam pequenas roças de mandioca, abacaxi, milho e etc.

Criam poucas cabeças de gado próprio, mas arrendam pasto para fazendeiros da região. Na última visita de nosso GT na aldeia de Corumbauzinho, realizamos uma reunião com as lideranças para alertar sobre a ilegalidade do arrendamento de terras indígenas.

O atual cacique nos informou que o contrato com criadores de gado havia sido celebrado na gestão do ex-cacique Edilson (Diu) e que, assim que os prazos fossem cumpridos, ele não renovaria.

A pesca no rio Corumbau é uma das atividades que garante a alimentação das famílias Pataxó dessa aldeia.

f) Aldeia Trevo do Parque

Até o ano de 2005, conforme podemos verificar no relatório de Timmers, o artesanato correspondia 55,6% da economia da aldeia, sendo essa a principal atividade. A venda de artesanato, dos mais variados, na BR-101, garantiu durante anos a subsistência do grupo em questão.

“Pela localização afastada das áreas de mata atlântica, o artesanato se compõe principalmente, de colares de sementes, lanças, arcos e flechas de palmeiras (pati e buri), extraídas nas fazendas vizinhas”. (Página 42)

Por ser uma aldeia instalada, até o final de 2005, em uma área de apenas 3 tarefas, ou o equivalente a 1 ha de terra, cultivavam apenas 0,44 hectares de terra. Área insuficiente para vinte e seis famílias.

Atualmente vivem em mais de 300 ha disponibilizado pelo INCRA (situação explicada em capítulos anteriores), e aumentaram consideravelmente a área cultivada - algo em torno de 40 ha até o mês de outubro de 2006. Diante desse incremento na atividade agrícola, os Pataxó do Trevo praticamente abandonaram a produção de artesanato de madeira, apenas permanecem com a produção do artesanato de semente garantindo o trabalho e recurso para as mulheres da aldeia.

Investiram na criação de pequenos animais e em algumas poucas cabeças de gado de leite. O único problema que persiste é a falta de energia elétrica e a precariedade na distribuição de água.

4.3- Agricultura nas aldeias

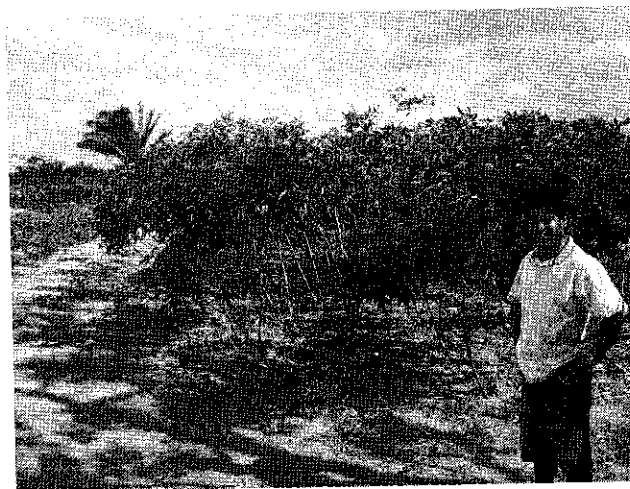


Índio Pataxó produzindo farinha em Barra Velha
Foto: Giovana (2005)

Como já foi escrito nos capítulos anteriores, a principal cultura é a mandioca, seguida do feijão e do milho. Leguminosas como a abóbora, a batata, o quiabo e outros são plantados em consórcio com os principais produtos. Frutos como o coco, a cana, o cacau, a melancia, abacaxi são cultivados em todas as aldeias da TI Barra Velha, sendo que o coco predomina na área litorânea e o cacau a oeste do Monte Pascoal, em área com matas para sombrear o fruto.

A abertura das roças é feita entre os meses de novembro a abril, período mais seco e de menos chuva. Já o plantio vai de maio a outubro, exceto as culturas que seguem um outro calendário, como a bananeira que é plantada entre a lua nova e a

cheia. Já o coco, é plantado entre a lua nova até a quarta crescente, e a cana pode ser plantada depois da lua cheia até o quarto dia.



Proc. nº 258/152
Fol. 1370
Data: 12/11/15

Roça de Mandioca do índio Adalto – Barra Velha (2007)

Recentemente a FUNAI em parceria com a EMPRAPA distribuiu semente de um milho “tradicional” e mais resistente que ainda está sendo testado nas aldeias. Outras parcerias também vêm sendo estabelecidas na região, sendo que a principal na área de agricultura é com a CEPLAC, que tem prestado assistência às roças das aldeias, pois a fertilidade da terra é extremamente baixa.

Um grande problema enfrentado pelos Pataxó é com o sapê, que invade a roça de toco após no máximo três anos de utilização.

Segundo pesquisas de especialista na área agrícola a técnica do pousio ou (descanso) é extremamente sustentável quando não há pressão demográfica, pois o tempo do pousio possibilita a recuperação natural da mata nativa. Entretanto, em locais com grande população e escassez de terra há uma diminuição no tempo do descanso, resultando no empobrecimento do solo. Esse foi o caso da TI Barra Velha que sofre sérios problemas com o enfraquecimento do solo.

Até meados do século XX, mais ou menos 1995, os Pataxó pouco utilizavam agrodefensivos ou fertilizantes químicos. O modelo convencional é introduzido na tentativa de ampliar a produção para segurança alimentar do grupo. Contudo, se faz necessário uma avaliação da sustentabilidade desses insumos. Pois, além de mascarar a degradação gradativa do solo, pode levar os Pataxó a uma perigosa dependência desse tipo de insumo de elevado preço.

O Projeto Participativo tentou implantar uma transição entre o sistema convencional e o agroecológico, ampliando a utilização de recursos naturais, como a

Rubrica


cobertura vegetal e os consócios de coco e batata-doce. Porém, alguns empecilhos impediram o êxito da ação, como a falta de repasse de recurso nos momentos certos e a pouca terra disponível para ser trabalhada.

Os Pataxó tem interesse em ampliar os tipos de cultura. As duas mais cogitadas são as de pimenta-do-reino e urucum. A primeira é cultivada em pequena escala nos quintais das casas. Já o urucum, muito usado para a pintura da pele e como condimento é encontrado disperso nas aldeias.

Alguns indígenas comentam que já tentaram apresentar uma proposta para plantar a pimenta do reino, entretanto, os técnicos da Flora Brasil, coordenadores do Projeto de Acordo de Cooperação Participativo, foram totalmente contrários, pois seria necessário retirar estacas e temem que seja utilizada madeira das matas do PNMP.

Nas áreas do entorno da terra indígena, ou seja, nas fazendas encontramos, principalmente, plantações de café, cacau, pimenta do reino e mamão, todas com grande aplicação de insumos para corrigir e fertilizar o solo.

Um produto nativo que poderia ser avaliado para futuros investimentos é a aroeira. A aroeira que estamos apresentando é um arbusto pequeno de no máximo 1,5m de altura, que entre os meses de agosto e novembro floresce em áreas de restinga dando pequenos frutos vermelhos. Esses frutos são colhidos e vendidos a atravessadores que pagam de R\$ 1,5 a R\$ 2,50 o kg. Segundo informações, esses frutos depois de beneficiados são vendidos no mercado externo como condimento (uma espécie de pimenta), por valores que ultrapassam os R\$ 30,00 o kg.

Das duas culturas que são consideradas pelo biólogo como inexpressivas, o coco e o caju, a segunda é abundante nos meses de outubro e novembro. Tal qual a Mangaba, consideradas como nativas, produzem tanto que nesses meses é possível sentir o cheiro das frutas e vê-las caídas no pé sem nenhum destino, a não ser o pouco que consegue ser consumida in natura.

Talvez, um dos investimentos que poderiam ser avaliados por setores competentes da FUNAI, é a produção de polpa de frutas, com a construção de uma despoldadeira e um entreposto para venda próximo a BR-101.

4.4 - A importância do artesanato

Apesar de muitos, inclusive, pesquisadores afirmarem falta de autenticidade nos artigos produzidos pelos Pataxó, o trabalho de artesanato com semente tem sido



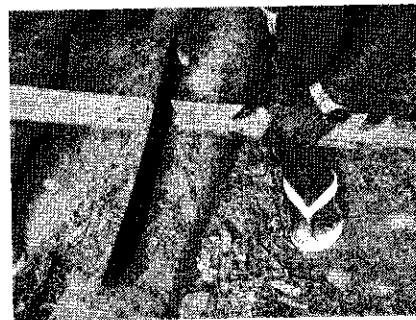
reconhecido e admirado até em outros países do mundo. Cabe pensarmos o que é ser autêntico? Se o artesanato é feito pelos Pataxó e da maneira que eles sabem, será que importa em que momento da história ele está sendo criado? O que é ser tradicional para um grupo indígena que foi altamente impactado e violentado em seus aspectos culturais? É só o que é antigo ou histórico?

25570
Fls. 0372
Rubrica

Novas criações não podem ser aceitas, mesmo estando inseridas no novo formato de vida de um grupo étnico?

Não podemos continuar olhando para os indígenas como grupos estáticos que se mantêm alheios às relações com a sociedade nacional. Sendo assim, consideramos que todo artesanato criado pelos Pataxó faz parte do conceito de tradicionalidade, já que é ele uma das principais fontes econômica das aldeias.

O artesanato marcou uma mudança positiva para o grupo étnico em questão, pois trata-se da complementação da renda familiar. Podemos verificar em todas as aldeias, que no final da tarde as mulheres e crianças se sentam na frente das casas para montar colares, pulseiras e outros. Cabendo aos homens a produção de lanças, gamelas, flechas, bordunas, cocares, tupsai e outros.



Índio do Trevo do Parque produzindo lança de Pati - Fotos: Leila 2006

1373
11/11/11

A venda do artesanato é realizada nas praias da região, a própria aldeia, nas vilas da região e na BR-101.

Segundo dados levantados durante nosso trabalho de campo, o artesanato de semente é mais expressivo em Barra Velha, do que nas outras aldeias. Já em Boca da Mata, o artesanato de madeira supera a produção de qualquer outra aldeia da região.

Na tentativa de entender as transformações e criações por qual passou a cultura material dos Pataxó, fomos em busca de informações junto aos anciões das aldeias. Após várias entrevistas e leitura de alguns poucos textos disponíveis podemos apresentar aqui algumas suposições.

As referencias encontradas sobre os costumes Pataxó, no período dos primeiros contatos, são escassas. Wied-Neuwied (1989:176) em seu relato apresenta que algumas tribos aliadas como os Makoni, Pataxó, Kumanaxó e Malali, *“faziam um orifício no lábio inferior, onde colocavam um pedaço de bambu curto e fino, sendo que uma das extremidades era pintada de vermelho. Os cabelos eram curtos na altura do pescoço e cortados rente aos olhos. Afirma ainda, “que não se pintam, nem se desfiguram,(...) são baixos e delgados, de cara larga e ossuda e feições grosseiras (...) conservam o curiosíssimo hábito de arregaçar o prepúcio com um ramo de cipó...os Patachós lembram, em muitos pontos os Machacaris ou Machacalis...”* (pp. 215)

Os Pataxó que atualmente vivem na região de Barra Velha, principalmente os mais jovens, se pintam, fazem pequenos orifícios nas orelhas e lábios e utilizam adereços dos mais variados, principalmente os colares de semente e cocares de *chukakai* (galinha). Contudo, como apresentado na Parte 5 desse relatório essa maneira de se portar é uma resposta, principalmente do grupo mais jovens à sociedade “branca”. Segundo nos falou um professor indígena de cultura de uma das aldeias “essa é a imagem que eles “brancos” querem ver do índio se não pintar e dançar não é índio”.

Informações obtidas junto aos índios mais velhos das aldeias nos levam a concluir que o artesanato produzido pelos Pataxó, num passado recente, era o de uso diário. Peças como chapéus e esteiras feitas de palha de palmeira, cestos, machados, pau-de-cavar, lanças, arcos e flechas, gamelas, colheres e copos de madeira, potes de barro e outros.

Segundo conta o índio Zé Piegas, as esteiras eram tecidas com palha de palmeiras nativas e eram usadas como forro e protetor para dormir. Ele conta que não tinham cobertores na aldeia e que se enrolavam nas esteiras para se aquecer.

D

As cestas produzidas pelos Pataxó, tinham a mesma função que qualquer outro indígena, transportar produtos, como por exemplo, alimentos. Já os machados, pau-de-cavar, lanças, arcos e flechas eram usados na caça, construção, agricultura e guerra.

Quanto a produção de gamelas podemos afirmar que elas eram apenas usadas para carregar coisas para beira do rio, como roupas, e dar banho em crianças pequenas. A gamela não tinha a característica de artesanato e sim de utensílio.

A gamela passa a ser oferecida como artesanato e suvenires a partir da década de 1970, com a exploração madeireira na região. Segundo contam os anciões, certo dia alguns brancos visitaram a aldeia e viram uma mulher dando banho em uma criança em uma gamela bem grande. Um deles ficou encantado com a “bacia” e pediu para comprar. A índia disse que daria de presente se o visitante lhe comprasse um pouco de farinha para sua família. E assim teve início a comercialização das gamelas, pois sentindo o interesse dos visitantes que passaram a ter contatos mais diretos com as aldeias após a abertura da BR-101, os Pataxó começaram a produzir artesanalmente em tamanhos e madeiras variadas.

Aprofundaremos a situação do artesanato em madeira no capítulo sobre o Meio Ambiente.

O artesanato de semente foi introduzido na mesma época na economia dos Pataxó, por volta de 1974, como uma alternativa de sustentabilidade para o grupo. Segundo conta as lideranças envolvidas com a Associação de artesanato, essa atividade foi ensinada por Leonardo o chefe de posto que sucedeu Rogério. Leonardo Aparecido Machado assumiu o PI de Barra Velha em 1973, e teria levado aos Pataxó alguns colares e pulseiras produzidos por índios Xerente e Krahô, grupos étnicos que haviam trabalhado antes de ir para a Bahia.

“Primeiro ele ensinou a fazer colar de conchinha, aí nós fizemos um montão para levar para vender na cidade de Salvador. Só que nós não tiramos os bichinhos, não sabíamos que tinha que tirar. Quando chegamos em Salvador e abrimos a caixa tudo estava fedendo. Olha doutora fedia muito. Aí compramos um vidro de desodorante e jogamos na caixa e vendemos assim mesmo. Depois fomos aprendendo a furar as conchas e as sementes e hoje sabemos tudo, mas o SEBRAE também ajudou”.
(entrevista realizada com o índio Zé Baraiá, na aldeia Barra Velha em 2005)

Como apresentados em outras partes desse relatório as sementes e cocos utilizados na fabricação do artesanato são as mais variadas possíveis. Grande parte é nativa da região como a juerana, pariri, pacari, tento, tinguí, salsa, olho de pombo, matapasso, sereia, mauí, fedegoso, café-beirão, fava de cobra, lágrima de Nossa Senhora, aleluia; utilizam ainda o coco e a fibra das palmeiras de dendê, naia, xandó,

ouricuri, piaçava, pati, coco da Bahia.

O pacari, por exemplo, é fruto de uma árvore de porte médio presente na área mais próxima a praia. Ela só da semente uma vez por ano, e muitas vezes nem isso. Já o matapasso e o tinguí são frutos de arbustos de pequeno porte. O tucum, muitas vezes utilizado para tecer o fio dos cordões, é tirado de vegetação úmida. É encontrado em toda costa do Brasil, desde a Bahia até o Rio Grande do sul. Geralmente é encontrada em florestas de lugares mais abertos vales e áreas úmidas.

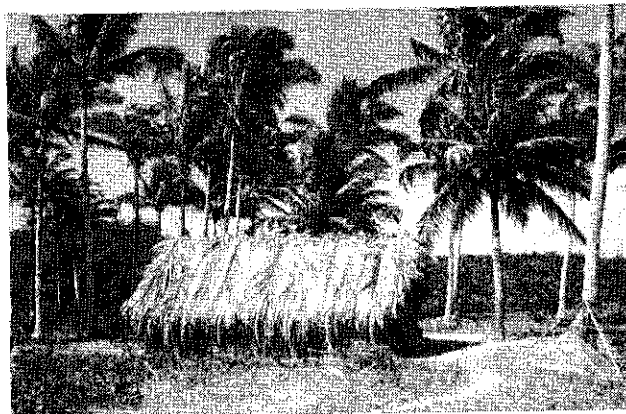
A parceria estabelecida com o SEBRAE há aproximadamente 8 anos, vem rendendo bons frutos para os Pataxó. Agregados em uma associação de artesanato os indígenas buscaram investimento em capacitação e implantação de viveiros de mudas nativas, que tanto servem para o reflorestamento, como para alimentar animais de caça e para produção de semente para o artesanato.

O SEBRAE também investiu em capacitação para agregar valor na produção, assegurando melhor qualidade no produto e transformando o artesanato de semente de Barra Velha, um dos mais refinados.

4.5 - A Coleta

Considerados arredios, antes do contato, os Pataxó viviam de forma seminomade, nas matas entre os rios Pardo e de Contas. A coleta, a caça e a pesca eram as atividades desenvolvidas para subsistência por esse grupo. Mesmo após o aldeamento de 1861, que obrigou-os a introduzir novas atividades econômicas em sua forma de vida, eles mantiveram parte das características de subsistência.

A coleta foi uma das atividades que se perpetuou e passou a ser a mais desenvolvida entre os Pataxó, nos períodos em que a fome assolava o grupo. Com a restrição de utilização da área de mangue



Casa Pataxó da década de 1980 – Cobertura de Palha
Foto: Moacir

A retirada da imbirá para fazer corda, a piaçava para cobrir as moradias e o excedente vender em Caraíva, a imbiriba para fazer a estopa, frutas para se alimentar (como o oti) e outros produtos como ervas para remédios e madeira para construção de suas casas, foi responsável pela sobrevivência do grupo durante décadas de nossa história.

“A gente não usava roupas, os índios sobreviviam para comprar sal, açúcar e alguma coisa que eles viam e precisavam. Eles usavam estopa, que é uma madeira que tem na mata que chama imbiriba. Eles batiam para tirar aquele pano e depois vendiam na cidade. Esse pano era usado para estopar barcos (...) E aquilo ali também era tecido para fazer aquelas ‘cobertonas’, e a gente se enrolava porque era quentinha. Era uma esteira, a gente forrava e dormia”.

“De 51 para cá essa história já tá muito longa, todo mundo já sabe o que aconteceu. Então, o que os índios velhos comiam, e o que não comiam era assim, tinham índios que agüentavam mais na mata é com uma fruta que se chama ‘oti’. Ela é um coco do pequi, o oti é uma fruta feita a manga. Os índios juntavam muito, e meu pai também juntava pra comer de manhã cedo. O café da manhã era coco de oti. A gente comia aquilo para poder ir caçar o que o que comer, o peixe e a caça do mato”. (entrevista com o índio José Piegas em 2005)

Mas, com certeza a atividade de coleta que foi a mais importante ao grupo étnico em questão também foi a mais questionada pelo IBDF/IBAMA é a mariscagem, imprescindível para sobrevivência do grupo, ainda é a atividade mais fiscalizada pelo IBAMA. Conforme podemos verificar nos recortes do Jornal do Brasil de 1970, foi graças à coleta de caranguejo que os Pataxó, num dos momentos mais críticos vivenciados pelo grupo, conseguiram manter a distribuição da principal fonte de proteína animal.



Fonte: Jornal do Brasil de 1970

Após uma mobilização das instituições estaduais e federais e de órgãos não governamentais, na década de 1960, os Pataxó reiniciaram uma longa caminhada em busca da recuperação de sua dignidade.

As informações que conseguimos obter durante o nosso trabalho de campo foi que a coleta era realizada pelos Pataxó de forma intensa, principalmente antes da primeira implantação do PNMP em 1943.

A piaçava, a embira, xandó, frutos, resinas, eram produtos extraídos das matas. Já no mar a coleta de mariscos foi o que garantiu a sobrevivência dos Pataxó durante o longo período de restrições impostas pelo IBDF.

Pelas imposições do IBDF e atualmente pelo IBAMA, os Pataxó foram desestimulados a prática de coleta nas matas. Porém, é uma prática tão internalizada dentro de sua cultura que, mesmo tendo que enfrentar as sanções dos fiscais os Pataxó retiram madeira para o artesanato, fibras em geral das palmeiras, semente para colares, frutas nativas para alimentação e mariscos para alimentação.

A atividade de mariscagem garante ao grupo em questão grande fonte de proteínas e também recursos para aquisição de gêneros industrializados.

4.6 - A Pesca



Barco Pataxó na boca do rio Corumbau

Apesar da instalação da RESEX Marinha de Corumbau que apresentou boas alternativas e formas mais modernas a pesca praticada pelos Pataxó, ainda, usam métodos tradicionais considerado de baixa produtividade. A maioria das embarcações

são rudimentares e com pouca autonomia de navegação.

A RESEX aparece nessa área como uma boa alternativa para melhora da qualidade da pesca. Pois, por falta de fiscalização a pesca na região é muitas vezes explorada de maneira predatória por proprietários de grandes embarcações oriundas principalmente do Espírito Santo.

A pesca em geral é uma atividade masculina, deixando para as mulheres e crianças a coleta de caranguejo no mangue.

Os pescadores das aldeias, como o índio conhecido por Mundongo, nos explica que o bom resultado de uma pescaria depende de um conjunto de fatores, mas principalmente da lua e do vento.

O vento favorável para pesca é o nordeste. Já o vento que vem do leste causa receio nos pescadores e o sul é muito perigoso, pois agita muito o mar.

Se combinar o vento nordeste com a lua nova, a pescaria será perfeita. Mundongo explica que na lua nova a noite fica escura e os peixes não se alardam com facilidade.

Na pesca de rio, muitas vezes, os Pataxó utilizam o Maui, que é um arbusto da restinga que quando utilizado para pesca é veneno que entontece os peixes. Nessa atividade não existe divisão de trabalho, a mulher busca peixes menores para alimentação cotidiana de sua família. Muitos índios homens, debocham dizendo que mulher só pega mais é traíra, corro e piabinha.

Na andada dos caranguejos encontra-se mais de um por casa – o melhor tempo é no quarto crescente da lua ou na lua nova. Momento em que os Pataxó retiram, com a mão ou cavador de pau, dezenas de caranguejo para subsistência e comercialização.

A andada é o momento em que os caranguejos saem para o acasalamento, e permanecem fora das casas, uns 3 dias.

Alguns peixes e crustáceos da região:

Água Salgada - Vermelho, Guaiuba, Ariacó, Pescada, Sarda, Corvina, Badejo e outros.
Água Doce – Beré, Trairá, Jundiá, Robalo, Piau, Pratibu e outros

Aratu – Caranguejo de cor avermelhada

Chama maré – Caranguejo pouco apreciado de tamanho pequeno

Guaiamum – de terras enxuta

Caranguejo

Carvalho afirma que “na lua nova da semana santa tem andada dos guaiamum

machos, enquanto na lua cheia é a vez das fêmeas que chamam de “pataxocas”

Os Pataxó das aldeias costeiras têm sua dieta reforçada pela fonte protéica dos peixes e mariscos, como:

- a) Bugigão – pequenas conchas da areia
- b) Ouriço afrodisíaco – cor preta coberto de espinho - Comem a gordura de com amarelada
- c) Ostra
- d) Lambreta

Na coleta, o ouriço e a lambreta são os mais apreciados dos mariscos, talvez pelo seu potencial afrodisíaco. Eles, os índios, apreciam comendo cru ou misturado na farinha, assado na palha de buri na brasa.

O polvo também é muito apreciado pelos Pataxó. É retirado das pedras de Recife, e comido cru ou cozido em forma de moqueca ou no arroz.

A pesca, sendo ela de rio ou de mar, representa aproximadamente 15% das atividades produtivas das aldeias do entorno do Monte Pascoal.

Para pesca de mar, a maioria dos Pataxó, ainda utiliza métodos tradicionais, com embarcações simples e rudimentares, como as canoas, o que rende, portanto, baixa produtividade. Mesmo aqueles associados a RESEX Marinha Corumbau, não obtêm grandes produções. A maior parte do pescado é distribuído, trocado ou vendido nas aldeias do entorno do Monte Pascoal e nas Vilas de Corumbau e Caraíva.

Segundo informação de índios associados à RESEX, a pesca tem melhorado, mas a falta de fiscalização por parte do IBAMA deixa os mares da região a mercê da pesca predatória realizada por proprietários de grandes embarcações oriundas principalmente do Espírito Santo.

Na venda realizada nas vilas da região o preço é variado entre R\$ 2,00 e R\$ 6,00 o kg.

Entre os peixes de mar mais pescados estão o bagre, a pescada, o robalo pescados nas embocadoras dos rios, ou no máximo a 300 metros da praia. Já em alto mar os mais freqüentes são: o aricó, vermelho, guaiuba, guaricema e outros.

Entre os peixes de rio, os mais pescados pelos Pataxó são: beré, piaba, jundiá, piau, traíra e outros.

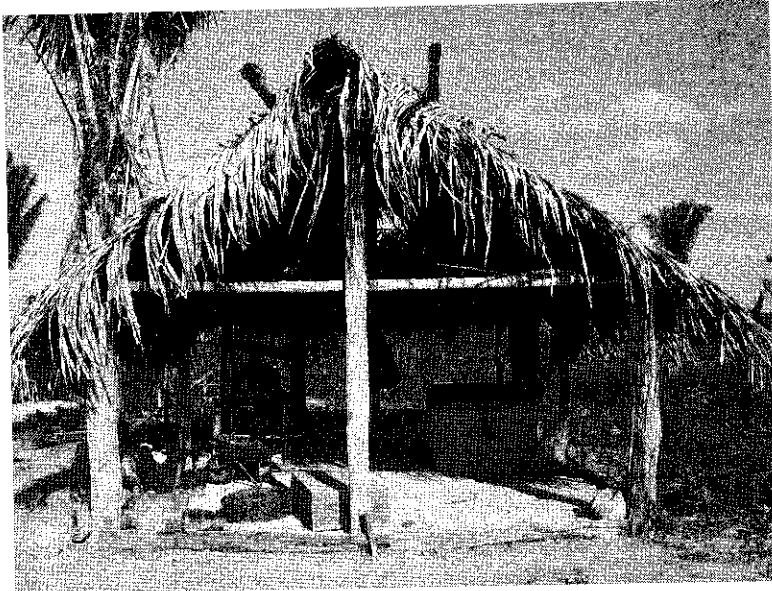
4.7 - Casas de Farinha

Atualmente, as casas de farinha são construídas a partir de incentivos da FUNAI, e em sua maioria próximas as roças de mandioca. São utilizadas de forma comunitária

Proc. nº 20561/02
Fls. 1380
Rubrica: [assinatura]

para organizar a produção de farinha, que é feita por famílias que a utilizam tanto para o consumo próprio como para comercialização.

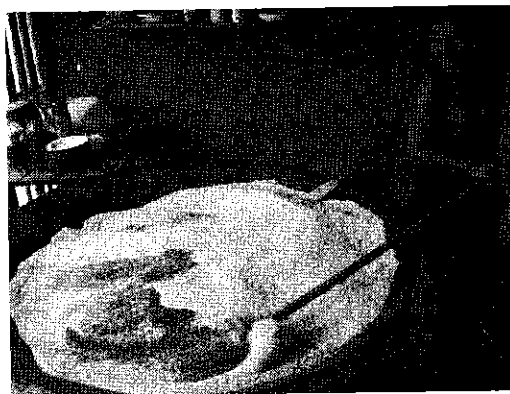
A produção é variada de aldeia para aldeia, dependendo principalmente da fertilidade da terra utilizada para plantação. Em média, quando a terra é boa e a produção é alta, um grupo doméstico produz 60 sacos de farinha por mês, que são separados entre a de consumo e venda.



Casa de Farinha da aldeia Guaxuma - 2007

A venda é realizada nas vilas e cidades das redondezas, como Caraíva, Corumbau, Guarani, Palmares e Itamaraju, e alcançam o preço médio de R\$ 25,00 o saco de farinha. A produção também é utilizada para troca dentro das aldeias.

Mas as casas de farinha também podem ser vistas como locais de encontros, onde as mulheres se juntam para produzir alguns alimentos produzidos a partir da mandioca, como a tapioca, o polvilho, o beiju, o bolo de tapioca, o bolinho de beiju e até o cauim.



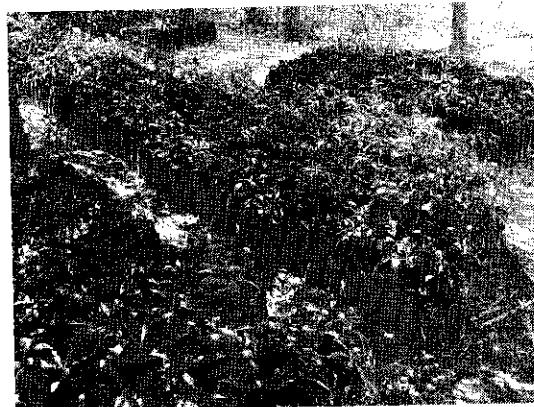
Produção de farinha de mandioca – Barra Velha 2007

[assinatura]

Proc. nº 556152
Fls. 1385
Rubrica Manoel

4.8 - Viveiros de ervas medicinais

As ervas medicinais são cultivadas nos quintais das casas, mas por incentivo dos índios mais velhos, como o Sr. Manoel Santana, nos últimos anos alguns projetos de viveiros vêm sendo ampliados. As ervas são utilizadas de forma tradicional como forma alternativa na cura de doenças.



O índio Pataxó Manoel Santana no viveiro de plantas medicinais da Aldeia Boca da Mata – implantado com apoio da CGPIMA/FUNAI

Em forma de chás, xaropes, garrafadas, banhos e óleos, os Pataxó usam uma grande variedade de plantas, como a aroeira, o buri, quina, erva cidreira, pau d'arco, tiririquim, hortelã, alfavaca, poejo e outros.

Para implantar esses viveiros os Pataxó buscam mudas e sementes nas matas da região do Monte Pascoal. Segundo conta o índio Manoel Santana, toda a mata do Parque é riquíssima em plantas medicinais que os indígenas da região sempre utilizaram, mas como não querem retirar direto das matas, preferem fazer mudas para ampliar os viveiros mais próximos de suas casas.

4.9 - Atividades remuneradas

Na última década os Pataxó vêm tentando se manter das atividades de subsistência desenvolvidas nas próprias aldeias. Contudo, muitas vezes, diante das poucas possibilidades de se manter os índios procuram trabalhar em atividades externas da aldeia.

Mas, a maioria é na área rural como vaqueiro, colhedor de café, caseiros de residências em Caraíva e Corumbau, agentes de saúde, estagiários da FUNAI/

2

Relatório de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

Itamaraju, e outros.

Segundo informações repassadas pelos índios empregos fora da aldeia prejudicam a organização interna do grupo. Sendo assim, eles têm investido cada vez mais em suas próprias terras.

Proc. nº 556/52
Fls. 1382
Rubrica VICENTE



5 - QUARTA PARTE – MEIO AMBIENTE

As peculiaridades locais, o ecossistema e o grau de interação desses índios exigem uma atuação peculiar. A execução de um trabalho genérico, padronizado para indistintas áreas, ou uma simples adaptação poderá ser perigosa, incorrendo na morte espiritual da comunidade. A instabilidade existente pela indefinição da questão da terra, poderá comprometer o esforço aplicado no Projeto de Desenvolvimento Comunitário, ora implantado. Os próprios índios poderão ser treinados para serem os guardas florestais em sua própria Reserva. Se fosse pelos índios o Brasil inteiro estaria coberto de matas. Colocar a fauna e a flora acima da condição humana é a grande questão para qual os Pataxó esperam uma resposta.

Oliveira, Cornélio Vieira - 1978. Barra Velha "O último refúgio"

Para elaboração do capítulo sobre o meio ambiente foram utilizadas informações coletadas pela antropóloga-coordenadora durante o trabalho de campo, dados do relatório do ambientalista componente do GT nº 329 e 911/2006 - Hamed Farias -, e diversas outras fontes bibliográficas e documentais pesquisadas ao longo do trabalho, como teses e relatórios sobre a região e seu potencial econômico.

Entre os documentos consultados, utilizamos dados do Relatório Preliminar do biólogo Jean François Timmers, componente do GT nº 685 e 1.262/PRES, de agosto de 1999 e dezembro de 2000, respectivamente, revogado pela Portaria nº 92, de 18 de janeiro de 2005. Tal relatório foi repassado, informalmente, para o ambientalista Hamed durante o período que esteve em campo.

Entretanto, apesar de termos obtido dados relevantes que nortearam a elaboração da parte ambiental do relatório, ora apresentado, por fatores dos mais diversos não nos foi possível finalizar uma proposta de gestão para a terra indígena.

Contudo, entendemos que diante da diversidade de estudos que já foram realizados por técnicos contratados pelo Projeto de Gestão Participativa – FUNAI, IBAMA, MMA e Comunidade Indígena Pataxó -, durante os cinco anos de vigência, conforme descreve Timmers no Relatório Preliminar Socioambiental (anexo), será possível, como próximos passos, elaborar um Plano de Gestão em parceria com os Órgãos Ambientais que atenda tanto as necessidades de subsistência dos Pataxó de forma sustentável, quanto à manutenção e ampliação da diversidade da Mata Atlântica, sem que para isso os Pataxó percam a autonomia sobre sua terra tradicional.

Foi então elaborado uma proposta de zoneamento, levando em consideração as necessidades de preservação e recuperação dos ecossistemas, preservação dos recursos hídricos e os potenciais agrícola, pesqueiro, extrativista e/ou turístico das diversas áreas.(...) Além desta análise espacial, foi elaborada, a partir dos questionários, uma inferência quantitativa do potencial de oferta sustentável de recursos do território, ao longo prazo, a partir dos dados atuais de uso de recursos, necessidades e demografia da população Pataxó.(Timmers, 2004:09)

O biólogo Jean François numa versão do relatório preliminar socioeconômico da TI Barra Velha afirma:

A situação vivida pela maioria dos Pataxó é de miséria e insustentabilidade social, econômica e ambiental (cada uma reforçando as outras), decorrente de um processo recente de invasão de suas terras e total modificação das condições ecológicas e de disponibilidade e uso de recursos,

especialmente depois da abertura da BR 101, na década de 1970. Assim, partindo da observação que a situação atual é materialmente, socialmente e ambientalmente desequilibrada e inadequada, o desafio deste trabalho não é tentar ratar um passado hipotético, mas sim procurar trilhar o futuro: identificar limitações, oportunidades e potenciais de recursos existentes no território proposto e projetar alguns cenários possíveis de uso desses recursos, tanto espaciais quanto ao longo de várias gerações, considerando as atuais taxas de crescimento da população indígena e as necessidades de recuperação ambiental da área. (Timmers, 2004:06)

Ao definir a proposta de limite em aproximadamente 51.000 hectares para a terra indígena, foram consideradas pelo GT todas as áreas imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades produtivas e à preservação dos recursos naturais necessários ao bem estar físico e cultural dos índios Pataxó de Barra Velha e das aldeias do entorno do Monte Pascoal. Para tanto, procuramos avaliar as condições de sustentabilidade da população atual, sem perder de vista as possibilidades de aumento populacional futuro. Associamos a esse dado as condições ambientais e os referenciais e padrões culturais de ocupação da terra e utilização dos seus recursos naturais.

5.1 - A Mata Atlântica e o desmatamento

Desde o descobrimento o desmatamento é realizado no Brasil de forma devastadora. Basta pensar que um dos primeiros produtos explorado pelos colonizadores foi o pau-brasil, árvore praticamente extinta na Mata Atlântica, salva apenas por reprodução em viveiros. Podemos perceber isso em trechos como o de Pohl (1976);

(...) quando uma dessas sesmarias decaí pela ação do tempo, fica o solo devastado. O proprietário nada faz para a sua recuperação, abandona a pequena cabana que edificou, quanto esta se arruína, e se muda para outro trecho do rio, onde o governador torna a conceder-lhe as mesmas vantagens (Pohl, 1976:22)

Gradativamente a paisagem do litoral brasileiro foi sendo bruscamente alterada pela ação do homem e os surtos desenvolvimentistas. O habitat de animais importantes para a cadeia alimentar foi sendo agredido, dizimando lentamente uma riquíssima fauna e flora em centros urbanos.

A extração de madeira foi a principal atividade econômica do extremo sul da Bahia durante séculos. Mais ao norte do município de Porto Seguro, precisamente na região de Ilhéus, ainda podemos encontrar manchas de Mata Atlântica devido ao cultivo do cacau introduzido na região por volta de 1746, que necessita de sombra para sua produção. Já no entorno do Monte Pascoal, o que se vê são grandes pastagens e a monocultura do eucalipto.

Entre 1940 e 1960, aproximadamente, o cacau teve seu espaço garantido nas lavouras do extremo sul baiano, principalmente, na região que compreende o centro e o oeste do PNMP. Porém, com as constantes crises na economia cacauífera, principalmente a da década 1980 em decorrência da

vassoura de bruxa¹⁸, o desmatamento foi incrementado pelos agricultores que passaram a implantar grandes pastagens no lugar.

Como já dito, vários pesquisadores afirmam que, em parte, a Mata Atlântica do sul da Bahia, principalmente na região de Ilhéus, foi preservada por ter sido utilizada para a cultura cacauceira, que é implantada em sistema de plantio de *cabruca*, no qual o cacau é plantado sob a sombra de outras árvores, evitando assim, a retirada da mata nativa.

O Parna Monte Pascoal é um dos principais remanescentes de Mata Atlântica do país, sendo que este apresenta, segundo informações de ambientalistas de renome, uma alta taxa de endemismo e uma das maiores diversidades de árvores por hectares do mundo.

Diante de tamanha riqueza, a área do Monte Pascoal se tornou alvo de intenso desmatamento da década de 1945 até o início de 1990, exterminando, assim, quase que totalmente, várias espécies raras da Mata Atlântica, colocando plantas e animais em perigo de extinção.

Consta no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, elaborado pela Secretária de Biodiversidade e Florestas (1999), que:

(...) o Parque Nacional de Monte Pascoal contém atualmente mais de 5.000 ha de Floresta Ombrófila Densa, além de vários ecossistemas degradados e de transição para ecossistemas costeiros. Trata-se da única unidade de conservação na região que inclui todos os estágios dessa transição ecológica, desde a floresta ombrófila até o mar. Extensos campos de Mussununga, formação típica do sul da Bahia, ocorrem sob solos podzólicos arenosos ao leste da floresta. Mais perto da costa, essa formação dá lugar a um mosaico único de campos, brejos costeiros e restingas com alta taxa de endemismo. No baixo curso dos rios que delimitam a área crescem importantes manguezais.

Em sua tese sobre a economia Pataxó, Carvalho (1977) descreveu geograficamente o entorno do Monte Pascoal e traçou as diferenças de solo e vegetação, fatores esses que influenciam diretamente a forma de ocupação da região:

Essa área apresenta-se como uma série de faixas paralelas que, estendidas no sentido norte-sul; se sucedem de leste para oeste como: primeiro com praias e restingas, seguidas das planícies litorâneas, e mais para dentro, os tabuleiros de baixo platô costeiro (...) há lagoas alongadas, que testemunham antigas fozes entulhadas por areias e, paralelamente a ela lagunas de água salgada (...). Todas as faixas são cortadas transversalmente por rios, cujos vales são largos e de fundo chato, em seus cursos inferiores. (Carvalho, 1977: 49)

Essa variação de características físicas e bióticas, que configura em uma grande diversidade de ambiente, foi fator determinante para a o formato da ocupação da região, bem como o tipo de exploração econômica aplicada no extremo sul da Bahia.

¹⁸ A Vassoura-de-bruxa é uma doença dos cacauceiros causada por fungo basidiomiceto (*Crinipellis pernicioso*), cujos esporos penetram nos tecidos em crescimento de ramos, folhas, flores e frutos, provocando o desenvolvimento anormal, seguido de morte, das partes infectadas. Inicialmente a doença estava restrita à Amazônia, mas atualmente encontra-se disseminada até a Bahia e o Caribe, sendo uma doença de difícil controle, que causa enorme prejuízo à produção de cacau (Wikipédia, 2006)

5.2 - Característica da exploração econômica sobre a área atualmente ocupada por não-índios.

Atualmente, a área reivindicada que está ocupada por não índios, excetuando as vilas de Caraíva e Corumbau, encontra-se quase que totalmente devastada, predominando pastos, plantios de café, mamão e coco. A pecuária é a maior fonte de renda econômica da região, seguida da agricultura de pequena e média extensão.

Na parte Noroeste da área proposta, encontramos pequenas plantações de café, pimenta do reino, eucalipto (conforme mapa fundiário), pecuária e plantações de mamão, sendo essa última, depois do eucalipto a atividade mais promissora da região. Temos em algumas fazendas, como é o caso da Lembrança, grande galpão instalado com maquinários para limpeza, embalagem, e armazenamento do mamão para exportação.

Já a sudoeste da área à lavoura de cacau ainda resiste com alguma força e apoio da CEPLAC, seguida pela pecuária, criação de gado para exposição, e agricultura. Ao sul, temos uma extensa área que foi desapropriada para Reforma Agrária no final dos anos de 1990. O assentamento foi contestado pelos Pataxó por estar inserido em uma área de ocupação tradicional Pataxó e reivindicada há quase 30 anos. Devido à lentidão no processo de regularização fundiária da TI Barra Velha, e temendo que os conflitos, entre o MST e os Pataxó, que estavam começando tomassem proporções irreversíveis, os índios ocuparam primeiramente parte do assentamento Três Irmãos, hoje regularizada como TI Águas Belas, depois parte do Reunidas Corumbau, estando esse, inserido em Corumbauzinho, e por fim, a outra parte do mesmo assentamento que está na posse dos índios da Aldeia Craveiro.

Tendo em vista o grande potencial turístico da região e que atualmente está em franco crescimento, pudemos perceber que dentro dos limites reivindicados pelos Pataxó, principalmente mais próximo à costa, existem algumas propriedades com pouca estrutura de benfeitoria e de produção econômica.

Um exemplo é a faixa litorânea que está entre o córrego do Xamprão e vila de Corumbau, alvo de novos grandes empreendimentos no ramo de hotelaria (Resorts). Segundo informações colhidas entre os índios e os pescadores nativos da região de Corumbau, nos últimos cinco anos, várias porções de terra foram “vendidas”¹⁹ a estrangeiros para implantação de grandes Resorts, principalmente, após o início do levantamento que visa a revisão de limites da TI Barra Velha.

Tais empreendimentos são alvos de críticas e conflitos entre os nativos dividindo opiniões. Com o discurso de levar para a comunidade a “modernidade” como, asfalto e iluminação pública, os proprietários desses grandes empreendimentos ganham a simpatia de parte da comunidade, enquanto

¹⁹ Digo “vendida” entre aspas, pois o que levantamos durante nosso trabalho, é que a área em questão apresenta sérios problemas na titularidade. Em uma breve avaliação da cadeia dominial, no cartório de Prado, de uma propriedade, detectamos várias discrepâncias



outra questiona os constrangimentos, a qual, são submetidos, bem como as cercas que são instaladas impedindo o livre acesso às praias fonte de subsistência dos Pataxó.

Especificamente, as vilas de Corumbau e Caraíva são exploradas pela indústria turística, sendo que apenas o povoado de Corumbau, ainda, se mantém mais preservado e com características de uma vila de pescadores.

A variação de características físicas e bióticas apresentadas no início desse item, também é importante para os Pataxó, que percebem na ampliação da terra indígena uma possibilidade de diversificar suas atividades de subsistência e a utilização dos recursos naturais, atualmente tão cerceadas, proporcionando o abandono da atividade de extração de madeira, que vem sendo empreendido na região para o feitiço do artesanato de madeira, principalmente as gamelas.

5.3 - A Mata Atlântica

Atualmente a Mata Atlântica cobre, aproximadamente, 1,3 km quadrados em 17 estados brasileiros, ocupando mais de 15% do território nacional em 17 estados da Federação, sendo que, nos dias atuais seus remanescentes não ultrapassam a faixa de 8% desse total. De uma extensão que cobria algo em torno de 1 milhão de km quadrados, no período do descobrimento, atualmente, essa mata foi reduzida a 7% da sua área original (www.orlandocruz.com.br).

Ela é considerada como um dos mais ricos ecossistemas do mundo. *“Composta de uma série de fitofisionomias bastante diversificadas, o que propiciou uma significativa diversificação ambiental e, como consequência, a evolução de um complexo biótico de natureza vegetal e animal altamente rico”*. (Copobianco, 2004)

Projetos como os de eco-turismo e o turismo étnico estão sendo pensados pelos Pataxó, como uma forte alternativa de fonte de captação de recurso para as 11 comunidades da terra indígena. Aliado a essa fonte de renda, os indígenas vêm à possibilidade de ampliação do resgate cultural, manutenção da coesão do grupo e a tão sonhada preservação da pequena área de Mata Atlântica que resta no litoral extremo sul bahiano.

Caracterização Físico Biológica da Região

A área proposta para revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha, incluindo o Monte Pascoal, está localizada em uma região parcialmente coberta de Floresta Ombrófila Densa, segundo classificação do IBGE (1991). Além da floresta ombrófila encontramos vários outros ecossistemas como o de matas ciliares, mussununga, mangues, restinga e outras áreas com interferência antrópicas, o que aumentam a diversidade da região. (Documento: Recuperação de áreas degradadas – Uma abordagem de caso. SBF/MMA -1999)

A vegetação é de mata atlântica densa, apresentando árvores de grande porte, sendo a mais famosa o pau-brasil. Outras espécies encontradas são: o jequetibá, o pequi, amescla e cedro.

A paisagem regional é determinada por três unidades geomorfológicas, correspondendo a três idades geológicas distintas:

1. relevos isolados de gneisses pré-cambrianos (Primário), com maior altitude e distantes do mar, cercados por depósitos sedimentares oriundo da própria degradação dos gneisses, formando relevos ondulados arredondados; a essas formações pertencem entre outros o monte Pascoal e a serra da Guaturama, assim como as colinas, encostas e morros que os separam;
2. tabuleiro sedimentar terciário (Grupo Barreiras), se estendendo na maior parte do território e da região, com relevo plano interrompido por vales profundos;
3. planícies costeiras, praias e fundos de vales, de sedimentos marinhos e fluviais quaternários (argilas e areias); a maior planície costeira do território é a planície da Ponta do Corumbau. (Timmers, 2004:11)

Farias (2006) no relatório ambiental de revisão de limites da TI Barra Velha, apresenta três classificações para a vegetação nativa da região:

A vegetação nativa na região da Terra Indígena Barra Velha pode ser classificada, grosso modo, em quatro agrupamentos; a) Floresta Ombrófila Densa, onde se destacam as árvores de grande porte, como o jequetibá, a maçaranduba e o araribá. Nas áreas mais secas da mata ocorre a piaçava, em parte utilizada pelos índios para a cobertura de suas casas. Ainda na floresta, em trechos onde já houve a prática de roçados e queimadas, capoeiras se estabelecem com forte presença de samambaias. b) No litoral, nos solos mais arenosos, predomina a vegetação de restinga, onde encontramos algumas espécies de valor comercial, como o caju, o araçá, a aroeirinha e a mangaba. Einstein, 1983, denomina esse tipo de formação como restinga costeira arbórea. c) Nas proximidades onde os rios Caraíva e Corumbau se encontram com o mar, existe o mangue, pouco alterado na vegetação, mas ainda pobre na quantidade de caranguejos, espécie animal quase dizimada em todo litoral brasileiro onde ocorre naturalmente. d) Nas áreas de baixada, onde predominam solos de pouca profundidade, arenosos e de baixa fertilidade, ainda sujeitos as inundações, encontramos campos em que a presença de gramíneas é a mais frequente, junto a outras herbáceas e pequenos arbustos.

Diante do sistemático desmatamento das florestas do extremo sul da Bahia, desde o século XVI, árvores como o pau-brasil e o jacarandá foram explorados em grande escala, o que faz com que não encontremos mais grandes áreas de florestas primárias na região. A maior parte do que sobrou da Mata Atlântica é de floresta secundária regenerada, ou seja, áreas que já sofreram algum tipo de extração de madeira seletiva.

Timmers (2004) define as florestas da área estudada como, florestas maduras, segundo tipologia dos Pataxó, não distinguindo, então, a primária da secundária. O biólogo ainda descreve as várias florestas de terra firme distinguidas pelos Pataxó e sua utilização:

Os Pataxó distinguem várias florestas “de terra firme”: em áreas de solos arenosos mais fracos (“mussunungadas”), ou de solos barrentos (“frescas, ou de cacau”), e as matas “fixas”, típicas, de solos misturados de areia e barro. Esse último tipo domina na região. Em cada tipo, os índios encontram diferentes espécies de árvores e plantas para usos na construção, lenha, artesanato e remédios. Está em anexo uma lista de espécies lenhosas na terminologia da população indígena e das principais variantes de floresta onde se encontram. Dentro dessas variantes, a Floresta de Galeria, destacada em vários estudos botânicos da região, corresponderia à floresta de solos barrentos, ou de vale, “frescas” na tipologia Pataxó. É restrita no fundo dos vales em forma de V. Se distingue por algumas espécies, como a jussara (*Euterpe edulis*), que dependem de solos mais úmidos e férteis. Muitas roças e cabucas foram outrora

1389
PATAXÓ

plantadas nos vales pelos índios, por exemplo nos cursos altos e médios dos rios Corumbau, Jibura e Cemitério. Outras áreas de mata fresca, mais férteis, se encontram nas encostas dos vales e ao pé do Monte Pascoal, Ali também foram assinaladas e observadas resquícios de roças antigas (toceiras de bananeiras, cacau). (Timmers, 2004:20)

Após a implantação do Parna Monte Pascoal, em 1961, houve um aumento significativo no processo de devastação. Atualmente, quase toda área do entorno do Parque se encontra antropizada. Em algumas poucas porções, próximas aos limites do Parna, são encontradas manchas de florestas em regeneração. A maior parte foi transformada em pastos, ou simplesmente, abandonada como capoeira que acabam por sofrer com o fogo.

Em alguns trechos do relatório do biólogo Timmers podemos verificar ter sido detectado áreas dentro do parque, que foram utilizadas pelo Pataxó, antes mesmo da implantação da UC e que atualmente estão em estágio de regeneração:

Várias manchas de floresta em estágio avançado de regeneração foram observadas dentro da área atual do Parque Nacional, correspondendo a roças ainda abertas na época da sua criação (1961). Se localizam nas encostas e beira dos rios Corumbau e Cemitério, assim como no sopê do Monte Pascoal e no limite dos campos (Ribeirão). Observação do tamanho das árvores (+/- 1 a 3 m de diâmetro) que cresceram depois do abandono da roça permite avaliar que a regeneração iniciou-se aproximadamente na década de 1960. Segundo os índios mais velhos acompanhando esses levantamentos, a maioria dessas roças eram de Pataxó. (Timmers, 2004:21)

Recifes e Corais

A Terra Indígena em questão é banhada por, aproximadamente, 15 km de praia, sendo que em toda sua extensão encontramos barreiras de corais e recifes. Essa área marítima faz parte da Resex Marinha Corumbau, e é muito utilizada pelos Pataxó para coleta de mariscos, polvo, e pesca de espécies que apenas se reproduzem nas “pedras”.

“Vale ainda ressaltar os recifes de corais e algas calcárias, próximo ao litoral: acumulações carbonáticas geralmente fixadas em afloramentos rochosos no platô continental. Essas formações podem desenvolver formas peculiares, denominadas de “chapeirões”, colunas verticais isoladas de corais atingindo até 20m de comprimento, nas áreas mais profundas. Variações do nível do mar estimulou o crescimento lateral dos chapeirões, que chegam a fusionar entre si, formando inúmeras cavidades, canais internos e piscinas, remanescentes dos espaços livres entre as colunas (Hetzl et al. 1994, Leão 1996). Essas cavidades constituem abrigo para uma fauna riquíssima e endêmica, fonte de proteínas para a comunidade indígena. Pontualmente, barreiras de corais rasos crescem sobre bancos de arenitos paralelos à praia, correspondendo a linhas fósseis de litoral. Frente à Ponta do Corumbau, numa área rasa e extensa do platô continental, se situa a maior formação de recifes costeiros do Extremo-Sul: o recife dos Itacolomis (Hetzl et al., 1994).

Os bancos de corais influenciam a morfologia costeira. Esses obstáculos físicos alteram localmente a direção da corrente de deriva litorânea, diminuindo a erosão e permitindo a acumulação de sedimentos e formação de planícies costeiras. Tal seria o caso da planície da Ponta do Corumbau, protegida pelo recife dos Itacolomis”.(in Timmers, 2004:12)

Q

Recursos hídricos

A área proposta é limitada por três importantes rios da região, o Corumbau, o Caraíva e seu afluente Guaxuma. Os três apresentam regime fluvial perene, mas nos últimos anos algumas alterações vêm sendo percebidas pelos especialistas ambientais.

O desmatamento das cabeceiras dos afluentes dos rios e a ampliação do plantio de eucalipto são apontados como principais fatores pelo assoreamento e conseqüente diminuição no fluxo dos rios que alimentam a terra indígena. Segundo Timmers (2004), a navegabilidade de rios perenes tem sido prejudicada pelo assoreamento, e conseqüentemente afetando o acesso a pesca praticada pelos índios em canoas.

Timmers aponta três sistemas aquíferos na área proposta para TI Barra Velha: dos depósitos quaternários, perto da costa, do tabuleiro terciário (Barreiras), e do cristalino primário, perto das Serras.

O relevo é de plano a fortemente ondulado, sem grandes altitudes. É caracterizado por uma série de platôs entrecortados por vales profundos em forma de “V” por onde passam pequenos cursos d’água, sendo que os principais cursos d’água são os dos rios Caraíva, que é alimentado pelo córrego do Cemitério, e o rio Queimado (Cahy). (Documento: Recuperação de áreas degradadas – Uma abordagem de caso. SBF/MMA -1999)

O Extremo-Sul da Bahia se situa na Região de Dobramentos Araçuai (Pré-Cambriano), limite meridional baiano do cráton do São Francisco. O território se situa no limite entre as províncias estruturais/geotectônicas São Francisco e Mantiqueira (Almeida et al., 1977). Corresponde a uma faixa Móvel marginal (Moraes Filho et al., 1999), afetada por metamorfismo, magmatismo e deformação durante o ciclo Brasileiro. O embasamento, com época de formação correlacionada ao ciclo Transamazônico é constituído por gnaisses Kinzigíticos (Martin et al., 1980). O quadro geológico é finalizado pelos sedimentos terciários representados pelo grupo Barreiras e pelas formações superficiais quaternárias. Na área estudada, os sedimentos terciários do grupo Barreiras, perfazem mais de 90%, seguidos pelos depósitos quaternários marinhos e continentais. (Timmers, 2004: 10-11)

O clima da região é tropical do tipo AF (CEPLAC), quente e úmido, não apresentando uma estação de seca muito definida. Tendo uma temperatura média de 23 graus Celsius. Os meses considerados mais quentes são: de janeiro a março. Já os meses mais chuvosos são: de abril a junho.

“No extremo sul da Bahia, as chuvas determinam o regime dos rios, a ocupação do solo e a existência da Mata Atlântica, sendo imprescindível ao planejamento de qualquer atividade o conhecimento da sua dinâmica. A pluviosidade total anual varia entre 1.500 e 1.750 mm. As mínimas de pluviosidade ocorrem em janeiro/fevereiro, mais marcados na medida em que se afasta do litoral e da umidade oceânica. O máximo de pluviosidade é em abril, maio e junho. Pode-se notar a alternância de anos secos e chuvosos (desvios em relação à média), com ocorrência numa proporção média de 50% de cada num longo período. A umidade relativa do ar varia entre 70 e 90% durante o ano todo no litoral. Ventos moderados (média anual 2,97 m/s), direção Nordeste dominante (Aliseus), mais forte entre novembro e janeiro. Entre agosto e setembro, direção variável com fortes ventos do Sul na passagem de frentes frias” (Timmers, 2004: 10)

Como consequência da grande diversidade da flora local, existe na região da Mata Atlântica baiana uma rica fauna composta por espécies das mais variadas famílias, como onça pintada, anta, paca, cutia, tatu, tamanduá, quati, guariba e preguiça. Entre os pássaros encontramos o papagaio, mutum, gaviões, curió e o sabiá da mata.

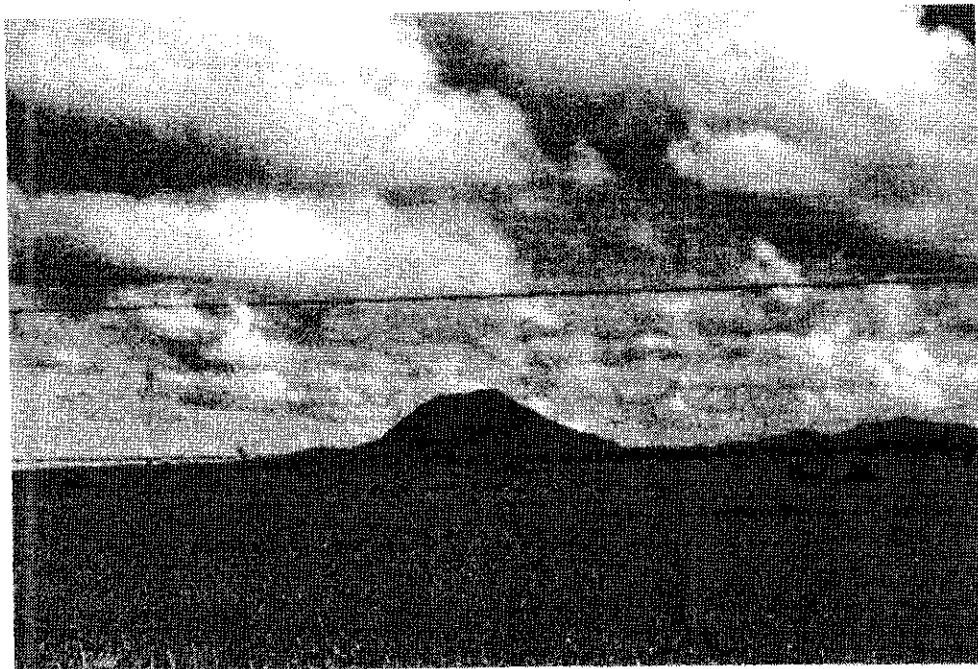
Nos mangues e nos recifes da região a diversidade é imensa, lulas, polvos, ouriço, guaiamum, carangueijo, ostras, e outras espécies importantes para subsistência Pataxó, fazem parte da fauna da região.

Diante de tanta exuberância e diversidade em sua fauna e flora a área da TI Barra Velha e Monte Pascoal, apresenta relevante importância ambiental e histórica para toda sociedade.

5.4 - O Monte Pascoal

Proc. nº 29561/07
Fis. 439/1
Rubrica [assinatura]

“Mais longe do mar, os relevos Pré-Cambrianos emergem em serras e morros altos e íngremes. Ocorrem como afloramentos rochosos do tipo pão-de-açúcar, em meio a uma paisagem ondulada constituída dos resíduos da erosão dos gnaisses. O mais famoso e mais alto é o Monte Pascoal (536 m). Esta formação cristalina, parte do sistema Serra do Mar, se estende até os estados de Espírito Santo e Minas Gerais, com alturas podendo atingir 1.000 metros. No território e entorno, a altura das demais formações varia de 200 a 300 m”.(Timmers, 2004: 12)



Vista da região do entorno do Monte Pascoal – Leila 2006

Como já apresentado em capítulos anteriores, o Monte Pascoal é o marco histórico do descobrimento do Brasil. Tendo sido reconhecido oficialmente na década de 1940, após uma expedição realizada por uma comissão presidida por Bernadino José de Souza, que tinha por objetivo determinar o ponto exato do Descobrimento do Brasil (Costa, 1999).

[Handwritten mark]

O ato que define esse marco e concretiza o trabalho da comissão é a criação do Parque Monumento Nacional Monte Pascoal, em 1943, e a primeira grande perda dos Pataxó do século XX. Entretanto, somente em 1961 foi decretada a criação do PNMP, em uma área de 22.550ha.

A área definida no Decreto de 1943 e guardada na memória dos Pataxó, era no mínimo três vezes maior do que os atuais 22.550 ha demarcados como área do parque. Mas, para diminuir o impacto, foram retiradas dos limites do PNMP as grandes propriedades, já ocupadas pelo cacau e café.

“ (...) Resultou daí o Parque Monumento Nacional Monte Pascoal, criado pelo governo estadual da Bahia em 1943 (Decreto nº 12.729, de 19/04) e que, embora tenha chegado a ser demarcado, nunca foi implantado – documentos do próprio órgão ambiental do governo federal mencionam, por exemplo, o fato de toda sua parte oeste ter sido invadida por plantios de café e cacau a década de 1950” (IBDF, 1979 e Ibama, 1995 apud Maia & Timmers, s/d, apud Viana, 2004: 163)

Proc. nº 1359/SX
Fls. 1392
Rubrica

Segundo definição do IBAMA, os Parques Nacionais, Unidades de Conservação de Proteção Integral, foram criados “*com a finalidade de preservar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora e fauna e das belezas naturais, com a utilização para fins educacionais, recreativos ou científicos, sendo neles proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais*”.

Assim, o Decreto 84.017 de 21/09/79 que regulamenta os Parques Nacionais define no seu parágrafo 1: “*...consideram-se Parques Nacionais, as áreas geográficas extensas e delimitadas dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu uso*”.

E é nessa definição que está balizado o dilema e os conflitos vivenciados entre os ambientalistas e os indigenistas, pois sem qualquer dúvida o Parque foi criado em área tradicionalmente ocupada pelos índios Pataxó. Mesmo tendo posicionamentos contrários a permanência dos índios na área do parque, tanto indigenistas quanto ambientalistas são unânimes em afirmar que toda área do Monte Pascoal e seu entorno é, e sempre foi ocupada por índios Pataxó.

“Finque-se o “marco zero” de criação do PNMP em 39, 43 ou 61, fato é que já se encontravam índios Pataxó na região antes dele. Pois, apesar das incertezas que cercam a mais remota história Pataxó – como é comum quando se trata de povos indígenas -, alguns de seus capítulos mais recentes parecem não acarretar dúvidas ou dissensos interpretativos entre os estudiosos da matéria” (Vianna, 2004: 163)

Cabe aqui ressaltar que, atualmente, a concepção de áreas protegidas e parques como santuários naturais, excluindo qualquer forma de presença humana permanente, é muito contestada.

Mosaico Histórico, Cultural e Ambiental

Proc. nº 1393
Fls. 100
Subsídios

Ampliando a característica de um grande mosaico, em 1973, o município de Porto Seguro, incluindo o Monte Pascoal, foi tombado como Monumento Nacional.

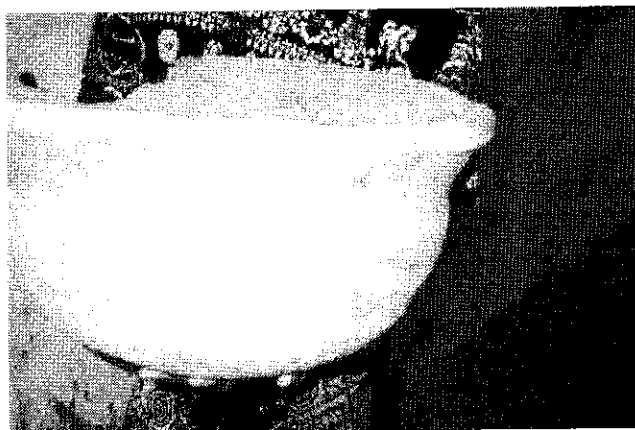
Atendendo uma solicitação do Governo Federal brasileiro, em 1991, o Programa “Man and Biosphere”, declarou como Reserva da Biosfera algumas importantes áreas de preservação de Mata Atlântica nos estados brasileiros, mas, apenas em 1994, a porção localizada no estado da Bahia foi incluída.

“A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA cuja área foi reconhecida pela UNESCO, em cinco fases sucessivas entre 1991 e 2002, foi a primeira unidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera declarada no Brasil. É a maior reserva da biosfera em área florestada do planeta, com cerca de 35 milhões de hectares, abrangendo áreas de 15 dos 17 estados brasileiros onde ocorre a Mata Atlântica, o que permite sua atuação na escala de todo o Bioma”. (Site :www.rbma.org.br)

“A Reserva da Biosfera é um programa de gestão, que se fundamenta na articulação entre instituições governamentais e centros de pesquisa, na busca de melhores estratégias para sua conservação e pela melhoria de vida das populações que vivem em sua área de influência. Além disso, trata-se do reconhecimento internacional da importância da área declarada como reserva para humanidade”. (Costa, Sandra Dias- Informação Técnica)

Outra intervenção governamental, dessa vez para subsidiar as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, foi à inclusão do PNMP na área objeto do Museu Aberto do Descobrimento (MADE), por meio do Decreto nº 1.874 (DOU de 23/04/96), que tem abrangência de Santa Cruz Cabrália ao Prado.

Vale aqui abrir um espaço para comentar que na aldeia de Barra Velha já foram encontradas várias peças arqueológicas. Muitas delas pelo grupo de estudo da UFBA, orientados por Pedro Agostinho.



Pote de cerâmica encontrado no quintal do índio Raoni
Foto – Leila 2005

As atenções do Poder Público, para os festejos dos 500 anos se voltaram para toda Costa do Descobrimento, trecho que abrange desde o município de Una, litoral sul da Bahia, até Linhares localizada no norte do Espírito Santo.

Já em 1999, o conjunto biológico da região conjuntamente com outros remanescentes da Mata Atlântica da Costa do Descobrimento, passou a integrar a lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO.

Em meio à zona de amortecimento do Parna Monte Pascoal (raio de 10km), e a área de Patrimônio Mundial a região de Caraíva é contemplada, também, pela Área de Proteção Ambiental (APA) Caraíva-Trancoso, que foi criada pelo Decreto Estadual nº 2.215, de junho de 1993, tendo uma área total de 31.900ha. A APA Caraíva-Trancoso abrange a extensão da foz do rio Trancoso até a do rio Caraíva.

Na tentativa de garantir a proteção de remanescentes da Mata Atlântica, foi aprovado o Zoneamento da APA em 24 de novembro de 2000 (Resolução CEPRAM nº 2.532), como podemos verificar no trecho abaixo:

“(…) a finalidade é garantir a conservação de remanescentes da Mata Atlântica, exemplares raros da fauna local e regional, assim como assegurar o desenvolvimento econômico, dando ênfase à atividade turística voltada para o ecoturismo. O zoneamento é composto por zonas de manejo, as quais possuem critérios diferenciados quanto ao uso e a ocupação do solo”.(Página Internet – www.seia.ba.gov.br/apacaraiva)

Outra importante Unidade de Conservação que foi implantada na região e faz parte desse grande mosaico de áreas protegidas, é a Reserva Extrativista Marinha de Corumbau. Criada em 21 de setembro de 2000 tinha a princípio o objetivo de proteger os manguezais do rio Jucuruçu, os catadores de caranguejos, e os pescadores artesanais do Prado.

Porém, os pescadores artesanais de várias comunidades da região passaram a ver na Reserva Marinha uma alternativa sustentável para preservação da pesca artesanal e o controle da costa pesqueira que todo ano, em determinados períodos, era invadida por centenas de grandes barcos de outros estados, ameaçando a economia local.

Associações das vilas de Corumbau, Caraíva, Veleiro, Imbassuaba, Cumuruxatiba e da aldeia Barra Velha, se uniram em busca da implantação da Reserva. Assim, após três anos de negociações a RESEX Marinha Corumbau foi Decretada com uma área que compreende “o cinturão pesqueiro entre a ponta do Espelho, praia de Curuípe (Porto Seguro) e a Barra do rio das Ostras, praia de Cumuruxatiba, incluindo a faixa marinha de oito milhas náuticas paralela a Costa do Descobrimento por uma distância aproximada de 65.434 metros” (Decreto s/nº de 21/09/00)

“Como subcategoria das reservas extrativistas as Resex Extrativistas Marinhas (REM) estão abrangidas pela definição do art. 18 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei nº 9985 de 18/06/2000), que as define como: ‘área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, completamente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade’” (Chamy, 2005)

Sem dúvida, a RESEX trouxe certa tranqüilidade para os pescadores artesanais da região. Contudo, ainda não foi a solução definitiva para todos os problemas. O IBAMA conta com poucos funcionários para realizar a fiscalização de forma integral, e apenas com um barco de apoio. Mas, o principal problema está na falta de porções de terra para implantação das sedes das associações e entrepostos pesqueiros.

Sem a faixa de terra a pressão exercida pelo do setor turístico nas áreas da orla é grande, e vem gerando problemas na manutenção do modo de vida tradicional dos pescadores da região. Tentados com os valores oferecidos por grandes empresas do ramo hoteleiro, muitos pescadores se sentem pressionados a vender suas casas nas vilas e se transferem para locais mais distantes. Vários desses empreendedores instalam cercas e portões fechando o acesso a praia, cerceando o direito dos índios e pescadores.

Distanciando-se cada vez mais da praia, os pescadores se distanciam também, da forma tradicional de vida:

“Outros fatores intensificados a partir de 1960, com a valorização dos imóveis localizados no litoral para satisfação da demanda de lazer das populações urbanas e de equivocadas políticas públicas dirigidas a pesca e a conservação do ambiente natural agravaram ainda mais as pressões sobre os territórios e atividades desenvolvidas por comunidades de pescadores artesanais” (Chamy, 2005 ;1)

Atualmente, está em discussão a ampliação da RESEX para uma faixa de terra já que ela está implantada apenas em uma faixa de mar. A ampliação tem por objetivo de criar instrumentos que garantam a manutenção da comunidade tradicional local e a implantação de entrepostos pesqueiros.

No caso das RESEX Marinhas não há posse das águas, os “terrenos” pertencem única e exclusivamente a Marinha do Brasil. Sendo assim, uma das alternativas discutida seria a ampliação para a faixa de terra pertencente à Marinha, ou seja, 33 metros da linha preamar. Contudo, outro obstáculo teria que ser transposto, pois segundo informações do IBAMA, da Marinha e do SPU, a maior parte da região da RESEX não tem definição da linha preamar.

Chamy faz uma constatação interessante à cerca dos direitos das comunidades litorâneas:

“Com o advento da Constituição Federal de 1988, determinados segmentos das chamadas populações tradicionais como indígenas e quilombolas tiveram seus direitos de propriedade sobre territórios ocupados historicamente reconhecidos, enquanto outras parcelas como comunidades litorâneas de caiçaras, ribeirinhos, jangadeiros, e demais grupos de pescadores

artesanais, embora mantivessem uma relação histórica com seus espaços de uso comum, foram preteridos da tutela constitucional” (Chamy, 2005: 1)

Para a autora, a RESEX Marinha passa a ser um instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário dos pescadores artesanais.

Retornando à questão da ampliação, fomos informados pelo IBAMA que várias reuniões estão sendo realizadas, com a participação de todos associados para discutir a ampliação. Tais reuniões estão sendo promovidas pelo Chefe da RESEX, Sr. Ronaldo, com objetivo de esclarecer a necessidade de uma faixa de terra para a reserva.

A RESEX abrange várias vilas e comunidades de pescadores, perpassando pelo litoral da TI Barra Velha. As vilas de Caraíva, Corumbau, Veleiro e Cumuruxatiba fazem limite com a RESEX Marinha Corumbau, ou seja, estão na orla da Reserva. Como em todas elas há uma grande população indígena, é comum encontrarmos vários Pataxó participando das reuniões da RESEX.

A Associação de Pescadores da Barra Velha também faz parte da RESEX, e participa ativamente em todas as atividades da Comunidade Pesqueira. Da mesma forma temos em Corumbau vários índios que fazem parte da Associação de Pescadores, a AREMACO – Associação da Reserva Marinha de Corumbau.

Nesse contexto é importante que seja estabelecido um critério de política pública para essa região, visualizando o grande mosaico sócio-ambiental, tendo, talvez, na figura da RESEX em parceria com a Terra Indígena, uma das possibilidades para a ponta do Corumbau, local onde se misturam os interesses de nativos pescadores não-índios e índios pescadores que apesar de se reconhecerem como Pataxó, estão inseridos em uma outra categoria de comunidade tradicional.

Como podemos verificar a região em questão é foco de grande interesse governamental e até mundial de preservação ambiental e cultural. Mas, não apenas isso, a região também tem sido alvo de grandes projetos econômico, como o de reflorestamento (eucalipto), que tem recebido grandes incentivos do governo federal. Como por exemplo, o incentivo fiscal para implantação, em 2005, de uma das maiores indústrias de papel celulose do país, na cidade de Eunapolis.

5.5 - Monocultura do eucalipto

Um levantamento realizado pelo engenheiro agrônomo, componente do GT, Auen Modesto, estima que a área de reflorestamento nos limites propostos para revisão da TI Barra Velha chega a 1.645ha. Apesar de acreditar que a maioria seja da Veracel, não podemos afirmar se são áreas de propriedade das empresas Veracel, Bahia Sul, ou Aracruz celulose, pois temos informações que muitas áreas são apenas arrendadas para o plantio.

Mesmo estando em área de zona de amortecimento do Parque, o que por decisão do CONAMA nº 03/1990 e a Lei Federal nº 9.985/2000, determina que o plantio deva estar a um raio mínimo de 10km, as plantações se estendem em uma grande floresta artificial;

“A monocultura de eucalipto é, sem dúvida, uma das atividades econômicas mais importantes da região, exercendo grande influência sobre a dinâmica do uso da terra com conseqüências diretas sobre o estado de conservação da biodiversidade no extremo sul da Bahia. O monocultivo de eucalipto instalou-se no final dos anos 80 no extremo sul da Bahia, para atender às demandas da indústria de celulose (Nunes 1999, SEI 1997, Carneiro 1994). A região apresenta condições ideais para o cultivo, dadas as características edafoclimáticas, a tradição de exploração madeireira, o baixo custo das terras e da mão-de-obra, de energia e impostos (Cepedes & CDDH 1992), resultando em um dos menores custos de produção do mundo (MMA 2000). Apenas no extremo sul da Bahia, passados 20 anos do início da atividade, o monocultivo de eucalipto já abrange uma área de 300 mil hectares”. (in: Estudos das Alternativas para Ampliação do PND – 2004)

Podemos dizer que as primeiras fábricas de papel celulose no Brasil surgiram na metade do século XIX, e vieram associadas com a expansão da economia cafeeira.

Já no século XX, principalmente a partir da década de 1970, deu-se início ao que ficou denominando de anos de “Milagre Brasileiro”. Esse foi um período de grandes investimentos para o crescimento econômico, e mudanças significativas para o cenário de políticas públicas para o Setor Florestal (Franzeres, 2005:6)

“(…) o governo promulgou um novo Código Florestal (Lei 4.771) em 1965, criou o IBDF em 1967 e criou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que difundiu, em muitas regiões do Brasil, a cultura do Eucalipto e do Pinus como meios de ganhos econômicos rápidos”(Franzeres, 2005:06)

Desde então o segmento de celulose e papel foi o grande alavancador do plantio de árvores no Brasil. E pelo que podemos verificar, ainda é uma das maiores forças motrizes na expansão da monocultura de eucalipto.

Com o crescimento da demanda o Brasil acabou por consolidar o eucalipto como a principal fonte de matéria-prima para produção de celulose, investindo de forma pesada, com incentivos fiscais, na produção de larga escala, com objetivo de suprir o mercado interno e alcançar o mercado externo.

(…) de 74 a 78 no governo Ernesto Geisel surge o II Plano Nacional de Desenvolvimento e, alguns meses após foi proposto o Plano Nacional de Papel e Celulose. (...) Um primeiro grupo de 20 projetos, financiados com recursos dos incentivos fiscais, foi implantado nos estados do ES, MG, Sul da BA, áreas de SP e da região sul do País (Franzeres, 2005)

Esse período correspondeu ao momento em que o Brasil vivia no regime da ditadura militar que visionava o “progresso” e o crescimento econômico do país, a qualquer custo. Sendo assim, as disputas de caráter local eram veladas, sem grande vulto nacional. A conquista, pelos empresários e fazendeiros, das posses que permaneciam nas mãos de pequenos produtores, índios e negros, na maioria dos casos se deu de forma violenta e abafada.

Temos vários exemplos que constroem a história da tomada das terras do extremo sul da Bahia, como é o caso da BRALANDA, que agia de forma violenta contra pequenos posseiros da região do Vale Verde, no município de Porto Seguro, e da região do rio Cahy, município do Prado.

“A empresa mais conhecida pela utilização de métodos pouco convencionais na retirada de regionais e índios das áreas pretendidas para exploração madeireira é a BRALANDA (Sociedade Anônima Brasil-Holanda Indústria). Instalada na década de 70 na região, contava com colaboradores violentos, como agentes policiais, e com a conivência de autoridades locais para a realização das maiores atrocidades”. (Sotto, Maior 2005:27)

“Quando se casou com Dona Romilda, foi morar próximo ao rio do Sul, em terras da família dela, aproximadamente 80ha, segundo documentação do INCRA. O Sr. Gentil disse que a terra deles era cercada de grandes fazendas, até que a BRALANDA comprou uma área do Sr. Mascarenhas e passou a pressioná-los para vender. Como não aceitaram as propostas, foram expulsos da terra em 1974, sob a alegação de que estavam em terras que a empresa havia adquirido. Durante a entrevista que realizei na aldeia Alegria Nova, a família de D. Romilda se emocionou muito ao lembrar os muitos atos de violência que sofreu. Segundo informação dos índios, durante a expulsão, que inclusive teve apoio de agentes da polícia de Prado, as famílias indígenas foram obrigadas a fugir em uma noite chuvosa, o que ocasionou a morte de uma das filhas de D. Romilda que estava com sarampo”. (Sotto-Maior, 2005:52)

“A história do caso da BRALANDA, como ficou conhecida, foi denunciada pelo Deputado Federal Guilherme Menezes (PT-BA), na Câmara dos Deputados, em Brasília (...). A BRALANDA, nesta história de bandidos, foi favorecida com grilagem de terras pertencentes a cerca de 100 famílias. O absurdo, afirma Guilherme, é que após anos de luta, com mortes, desaparecidos, tortura e humilhação, continuam paralisados na Justiça baiana, há mais de 10 anos, vários outros processos propostos por grupos posseiros. Denuncia o deputado que recentemente, em ato (...) a multinacional BRALANDA ludibriou o Poder Judiciário ao receber nada menos que 80% de 5 milhões de reais, que era na verdade, o valor destinado a indenizar os posseiros por decisão judicial em Ação de Desapropriação das terras que hoje compõem o Parque Nacional Pau Brasil”. (Coluna de Paulo Henrique, 01 de dezembro de 2003, www.atlanticanews.com.br)

“(…) do Caso BRALANDA, o tratamento dado pelas “autoridades” é bem diferente. Tradicionalmente protegidos pela velha prática do coronelismo político, que ainda encontra vez naquelas bandas, têm recebido títulos ilegítimos dessas terras griladas em reservas indígenas, em remanescentes de quilombos, acabando com a economia de subsistência, perseguindo, constringendo, matando trabalhadores humildes para atingir seus propósitos especulativos. O que vemos, não é raro, é a colaboração de agentes da polícia, a sonolência da Justiça, a conivência de autoridades governantes que têm como dever constitucional proteger essas pessoas (...)”. (Coluna de Paulo Henrique, 01 de dezembro de 2003, www.atlanticanews.com.br)

Os conflitos eram basicamente pela disputa da terra, e de preferência a custo zero ou preços irrisórios. Grupos étnicos que sempre viveram, aquém, socialmente, até dos trabalhadores rurais, foram expulsos e cerceados de seus direitos na posse de suas terras.

A Veracel Celulose que aparece no cenário do extremo sul da Bahia em 1991, tem sua grande fábrica instalada em Eunápolis em 2005. Foi divulgada, inicialmente, como Veracruz Florestal, pelo Grupo Odebrecht. Após a união com a Aracruz Celulose e StoraEnzo, empresa sueco-finlandesa, segunda maior produtora de papel do mundo, passa a ser denominada VERACEL. Cabe ressaltar que a Aracruz celulose, atualmente, é a líder mundial na produção de celulose de fibra curta branqueada (Franzeres, 2005)

2556/12
130
D. M. M. L.

Mas, antes dela já havia na região projetos da Bahia Sul Celulose, fundada em 1989, por uma parceria entre a Vale do Rio Doce e o Grupo Suzano. Já em 2001 passa a ser denominada de Suzano Bahia Sul, pois a Suzano adquiriu 100% das ações.

Segundo Franzeres, parte das plantações de eucalipto que ainda servem de matéria-prima para a Bahia Sul, começou a ser implantada pela Companhia Vale do Rio Doce ainda na década de 70 para um projeto chamado de FLONIBRA.

“Desde o início de suas operações de implantação das plantações de Eucalipto, nos municípios de Eunápolis e Porto Seguro, esta empresa vem sendo denunciada por entidades dos movimentos ambientalistas e sociais locais, primeiro em razão da substituição de remanescentes de Mata Atlântica protegidos por lei por plantações de Eucalipto; e depois, por suas práticas em geral de não respeitar e considerar estes atores como interlocutores. Mais recentemente se intensificam as denúncias contra a onda de expansão dos plantios por meio do fomento florestal, prática considerada uma ameaça às Unidades de Conservação da região, comunidades indígenas e pequenos produtores rurais”. (Franzeres, 2005)

Segundo informações de alguns representantes do IBAMA local, não é fácil punir os infratores ou coibir as plantações. Em sua maioria, os projetos são apresentados paralelamente com planos de manejo florestal. Muitas áreas plantadas são arrendadas de fazendeiros que mantêm Reservas Legais, o que torna quase que impossível, a partir da atual legislação ambiental, impedir o plantio.

“Atualmente, a Bahia Sul, de acordo com notícias veiculadas na mídia, possui uma área plantada no extremo sul da Bahia de 118 mil ha devendo chegar a 212 mil ha até o final de 2007 quando deve ser inaugurada a nova unidade de produção de celulose de mercado, também em Mucuri. Além desta área própria, a Suzano Bahia Sul conta com 29 mil ha de plantações de terceiros, localizadas em um raio de até 130 km da fábrica. E em 12/03/2005 a Suzano Bahia Sul anunciou investimentos de cerca de R\$ 250 milhões, na expansão de sua área florestal no extremo sul da Bahia, enfocando no aumento das áreas de fomento em mais seis mil hectares”. (Franzeres, 2005)

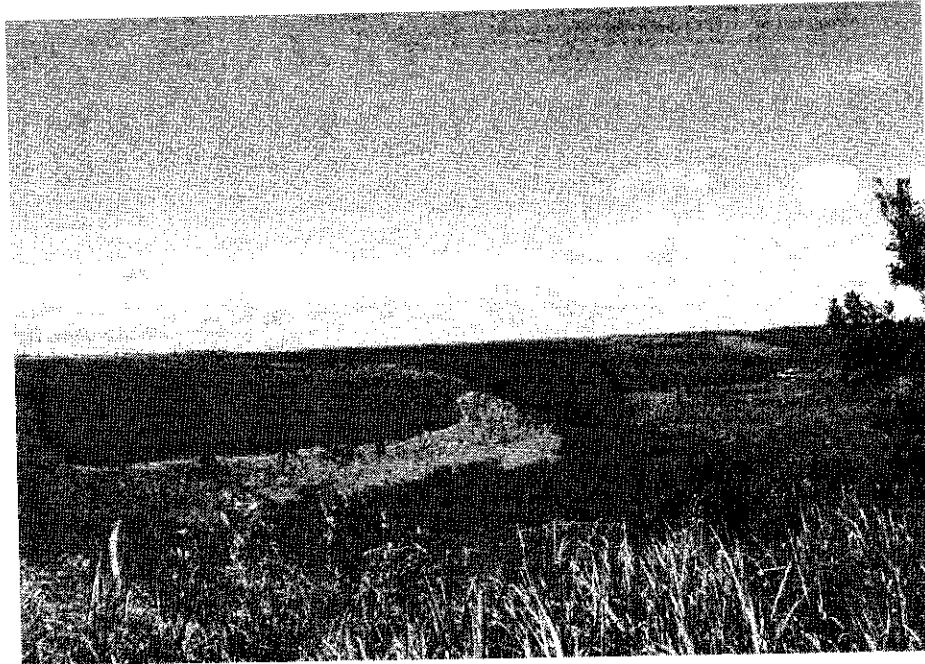
Baseadas no discurso do desenvolvimento sócio-econômico da área rural, as grandes indústrias de papel celulose, se estabeleceram criando uma imagem quase que inabalável que, só passa a ser duramente questionada após o restabelecimento da democracia brasileira, momento em que se organizam movimentos da sociedade civil, que se apresentam como porta-vozes dos interesses ambientais e sociais, como podemos absorver no trecho abaixo:

“(…) por outro lado, camponeses e populações tradicionais – indígenas, quilombolas, caiçaras, ocupantes históricos da região, não se percebem inseridos neste modelo agro-exportador. Neste cenário cresceram as empresas articulando e utilizando forças políticas e econômicas em seu favor. Do outro lado, especialmente após a restauração da democracia no país, se organizaram e ramificaram organizações da sociedade civil, como porta-vozes de interesses ambientais e sociais. Estes são os atores que atualmente se confrontam, mesmo sem a utilização de uma arena em comum”. (Franzeres, 2005)

Segundo levantamento da empresa VERACEL em novembro de 2004, o total de áreas plantadas com Eucalipto em nove municípios entre o Espírito Santo e Bahia, totalizava 78.476ha.



Ainda, de acordo com informações no website da empresa, a área total de terras ocupadas pela Veracel é de 149.807ha, sendo 3.382ha arrendados de terceiros mediante contratos de longo prazo.



Plantação de eucalipto próxima a Aldeia Guaxuma - 2005

Em outubro de 2004 a comunidade indígena da Aldeia Guaxuma, área inserida na proposta de revisão de Barra Velha, entrou em confronto direto com VERACEL. Questionando o plantio de eucalipto nos limites da aldeia, interromperam o tráfego da BR 101, na altura do Km 772, com as carretas da própria VERACEL e colocaram fogo em parte da carga que foi retirada e colocada no meio da estrada.

Conforme informações do Cacique da aldeia, a VERACEL iniciou um plantio na propriedade ao lado da aldeia. Vaqueiro conta que jogaram defensivos pesados para o controle de pragas do eucalipto, esses defensivos se espalharam atingindo o córrego que abastece a aldeia criando sérios problemas de saúde aos Pataxó do Guaxuma.

Essa é uma situação delicada e que a FUNAI deverá iniciar um processo de negociação e gestão, o mais breve possível, entre os índios e as empresas responsáveis pelo eucalipto, para que não aconteçam conflitos nessas áreas.

5.6 - Conflitos e Desafios

Conforme já foi descrito em capítulos anteriores, desde a efetiva criação do PNMP em 1961, o conflito entre os diversos interesses se acirrou, sendo que, muitas vezes com posturas extremistas. De um lado os indigenistas que defendem que o parque de 22.500 ha foi criado em terra

tradicionalmente ocupada pelos Pataxó, indo de encontro com a legislação que rege o indigenato brasileiro, o que nos parece mais do que provado atualmente.

“O Decreto nº 242, de 29/11/1961, que instituiu o PNMP, vai de encontro à Constituição Federal de 1934, em seu artigo 129, que determina que ‘será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliena-las’, como ressalta Santos (1997) em Informação Técnica do DID/FUNAI encaminhada ao MPF. Relativamente ao “acordo”, haveria que se reconhecer a sua nulidade plena, pois, segundo o exposto no § 1º do art. 198 da Emenda Constitucional nº 1, de 1969” (Brasileiro, 2004: 170)

Lembrando que a Constituição Federal de 1988 reconhece os direitos das comunidades indígenas, e assegura a posse da terra, conforme o artigo:

“Art. 231 – São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, crenças, e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a união demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os bens tradicionalmente ocupados pelos índios”.

Parágrafo 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para as suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.”

Não esquecendo ainda, que segundo o artigo 231 da CF em seu parágrafo 6º, torna-se:

“nulo qualquer ato que vise a posse, a ocupação, o domínio ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos existentes nas terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”.

Do outro os ambientalistas que, apesar de reconhecerem a ocupação imemorial e tradicional dos Pataxó, lutam para que essa área seja desocupada, respeitando assim, a legislação que regulamenta a criação dos Parques Nacionais como Unidades de Conservação de Proteção Integral.

No artigo da Constituição Federal, que diz respeito ao Capítulo do Meio Ambiente, temos:

“Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de protegê-lo para os presentes e as futuras gerações.”

O conflito de competências entre o IBDF e SPI, perpetuados nas figuras do IBAMA e FUNAI, gerou graves danos às relações socioeconômicas dos Pataxó, bem como no frágil reservatório de biodiversidade da Mata Atlântica. As regras e proibições impostas pelo IBDF/IBAMA, aos Pataxó que historicamente ocupam a região do entorno do Monte Pascoal, levaram o grupo a quase destruição das relações internas de subsistência.

Cerceados em seus direitos elementares, no que diz respeito à subsistência do grupo, os Pataxó foram pressionados a parar de pescar, caçar e plantar em território reconhecidamente

indígena dificultando a sobrevivência do grupo. Vários jornais do início da década de 1960 anunciavam o fim dos Pataxó pela desestrutura social e fome.

A área reservada aos Pataxó era de apenas 210 ha de solo extremamente pobre, arenoso e impróprio para agricultura, o que agravava a situação dos indígenas. Diante disso, os índios recorreram novamente às antigas roças abandonadas dentro do parque e a venda de piaçava retirada, à noite, para não serem vistos pelos agentes do IBDF.

Diante da pressão oferecida pelo IBDF e na busca de melhores condições de vida, o grupo buscou apoio no órgão indigenista que implantou um Posto Indígena na aldeia Barra Velha no início da década de 1970. Os conflitos permaneceram, enquanto a ocupação no entorno da área demarcada para o Parque vai se concretizando. Da área que havia sido demarcada em 1943 pelo estado da Bahia como Parque Monumento Nacional Monte Pascoal, apenas, 22.500 ha foi mantida como a área do Parque demarcado em 1961. O restante, em pouco tempo foi transformado em pastos e plantações de café e mamão.

Após vários anos de pressão e grandes conflitos, em 1980, o IBAMA “cedeu” em um acordo com a FUNAI uma área de 8.627 ha para os índios, restando para o Parque 13.873 ha. Entretanto, como a parte cedida não correspondia à área historicamente ocupada pelos Pataxó, nem tão pouco foi baseada em estudos de identificação, os índios retomaram as reivindicações.

“(...) 3. A demarcação efetuada em 1980 foi eivada de erros. Feita à revelia da vontade da maioria dos índios, ampliou os danos a que já tinham sido submetidos com a implantação do PNMP, limitando-os à ocupação de uma área insuficiente em extensão e potencial agrícola (solos pobres), dominada por trechos arenosos, alagadiços, e cuja a faixa de mata, a oeste comparativamente muito menor do que esses trechos, tem baixo aproveitamento agrícola. E excluindo da porção demarcada área de manguezais do rio Corumbau, fonte por excelência de proteína animal” (Carvalho, 1986 – Parecer inserido no Processo nº 675/86, fls. 49 a 57)

Conforme estudos realizados pelos antropólogos Pedro Agostinho e Maria Rosário, pesquisadores da UFBA, naquele momento, década de 1980, a área mínima que atenderia o grupo étnico Pataxó de Barra Velha era de aproximadamente 16.000 ha, incluindo área de mata e outra para agricultura. Mas, os estudos que apresentaram esse resultado não foram usados como base para a delimitação dos 8.627 ha.

Os indígenas continuaram em busca do direito de permanecer em toda terra reconhecida como pertencente ao grupo. E as acusações por parte dos funcionários do IBAMA, que desde a criação do Parque, em 1961, os Pataxó invadem, caçam, pescam, plantam roças e retiram madeira, indiscriminadamente, também continuaram.

Os Pataxó se defendem das acusações de venda de madeira, argumentando que pela falta de recursos para se manterem acabavam cedendo às pressões dos madeireiros e negociaram madeira

dentro dos limites da terra indígena, mesmo porque precisavam retirá-las para colocar novas roças, pois o povo Pataxó crescia a cada ano. Conforme apresentado no Capítulo de Reprodução Física e Cultural, a população Pataxó aumentou exponencialmente, devido a dois fatores: crescimento endógeno e reagrupamento familiar, como retorno do grupo disperso em 1951.

Outro interessante argumento utilizado pelos Pataxó que deve ser levado em conta nas ações é o seguinte:

“(…) porque nós temos que preservar e o branco não? Os chefes do IBDF sempre brigaram com os índios, mas não com os fazendeiros de volta do Parque, muitos eram até amigos e familiares do povo do IBDF, eles tiraram toda a mata para colocar pasto e plantar eucalipto e ninguém nunca fez nada.” (índio Pataxó de Barra Velha)

Não foi fácil para os Pataxó assistir ao desmatamento das fazendas do entorno do Monte Pascoal, enquanto sofriam todo tipo de pressão para preservar o Parque. Em informações documentais levantadas durante os trabalhos do GT, encontramos algumas que comprovam que quase todos os guardas do IBDF tinham familiares que ocupavam fazendas no entorno do Monte Pascoal, como é o caso do Siquara e do Ferrinho. Sendo que, a maioria era de exploração de madeira.

Analisando o papel do Estado frente a essa situação, podemos verificar vários trabalhos realizados por especialistas ambientais que indicam que a falta de apoio aos Pataxó, e de investimento na manutenção da área de mata do parque só ampliou o conflito, tendo o índio como o maior prejudicado, pois a destruição das matas também significa uma séria ameaça à cultura Pataxó.

Diante das dificuldades de manter as fontes tradicionais de recursos, na década de 1980, os Pataxó encontram no mercado de artesanato feito de madeira, principalmente de gamela, uma alternativa para subsistência do grupo. Com a ampliação do mercado turístico, após a construção da BR-101, aumenta a demanda pelas gamelas e talheres de madeira e os Pataxó se tornam cada vez mais dependentes desse tipo de comércio, como podemos conferir no trecho abaixo:

“As conseqüências do acordo foram catastróficas tanto para os índios quanto para o meio ambiente. Criou-se uma fronteira longitudinal de trinta Km entre o parque e as aldeias. A inauguração da BR 101, em 1973, mudou profundamente o contexto socioeconômico regional. Marcou o início do turismo e a intensificação da expansão madeireira que, em uma década, destruiu a quase totalidade das florestas. Os índios entraram no mercado turístico com artesanato feito de madeira de lei (gamelas) e, nos anos 80, pressionados por madeireiros, venderam a maior parte das madeiras da sua área. A área indígena foi rapidamente destruída e, localizada em encostas e com solos desgastados, não consegue abster a população agrícola. O artesanato ganhou importância crescente até construir hoje, com o incremento do turismo na região e o crescente desgaste das terras que ocupam, a sua principal fonte de renda”. (Timmers & Maia, 2000)

Contudo, apesar de ampliarem as vendas do artesanato de madeira, a situação do grupo não melhorou, pelo contrário, a situação dos Pataxó se tornou cada vez mais precária. Os produtos ainda

semi-acabados são vendidos por um preço muito baixo para atravessadores não-índios, que beneficiam em tornos e repassam para o comércio.

Para se ter idéia, uma gamela semi-acabada de tamanho grande é vendida dentro da aldeia por R\$ 2,50 a R\$ 3,00. Depois do beneficiamento passa a valer de R\$ 8,00 a R\$ 10,00. Mas, essa mesma gamela será vendida no comércio de Porto Seguro por até R\$ 50,00. Encontramos amostras em outras regiões do país por preços de até R\$ 100,00.

“Conversas com artesãos indígenas de Coroa Vermelha revelaram que nas aldeias de produção (Barra Velha, Meio da Mata, Boca da Mata), a gamela não beneficiada custa de R\$ 2,50 a R\$ 3,00. Em Coroa Vermelha, a gamela beneficiada (polida e encerrada) custa de R\$ 8,00 a R\$10,00. O trabalho de beneficiamento, demorado e perigoso para a saúde (pó de madeira), rende ao artesão índio R\$1,50 por gamela. As máquinas de beneficiamento usadas pelos índios são simples, e provocam muito desperdício de madeira. As usadas pelos brancos, mais caras, são mais eficientes. Segundo um deles, um bom artesão indígena consegue beneficiar pelo menos 20 gamelas por jornada de trabalho. Conversas com lojistas de gamelas em Porto Seguro revelaram o seguinte: em baixa estação, trocam gamelas não acabadas contra peixes e comida, nas aldeias próximas ao parque. Em alta estação somente, compram as gamelas por dinheiro. Fretam carros, burros e barcos para o transporte até Porto Seguro, onde são beneficiadas. Paulistas costumam comprar a maior quantidade, a preço de atacado. No varejo, o preço de gamelas oscila entre 7 e 20 R\$, dependendo do tamanho”.(Timmers, 2005: 11)²⁰

Enquanto a ação de repressão aos índios aumentava a cada ano, a pobreza se ampliava. Infelizmente, a figura do Pataxó na mídia ficou atrelada ao grande devastador e inimigo da natureza, o que, atualmente, não corresponde à verdade, pois desde a ocupação do PNMP, em 1999, os Pataxó passaram a ser os maiores defensores das matas do parque situação reconhecida até pelas ONGs ambientalistas:

“Contradizendo esta perspectiva, na retomada do PNMP, os Pataxó das aldeias do entorno do Monte colocaram o seguinte: “o Monte Pascoal sempre foi nosso. Queremos preservá-lo e mostrar ao Brasil e ao mundo que somos capazes de preservar o Parque melhor que o IBAMA”. Até hoje, cinco anos depois, não foram criadas novas aldeias, nem abertas roças dentro da área do Parque”.(Timmers²¹, 2004:174)

Em agosto de 1999, revoltados com a lentidão no processo de ampliação da Terra Indígena Barra Velha e a falta de ações de políticas públicas para as comunidades indígenas do entorno do Monte Pascoal, os Pataxó retomam a área e retiram o poder administrativo do Parque das mãos do IBAMA, expulsando os funcionários da sede do PNMP.

Essa atitude dos Pataxó provocou várias discussões e negociações que culminaram em um Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, IBAMA e FUNAI, com objetivo de viabilizar, por meio de um Projeto Participativo, com a comunidade Pataxó a “(...) *recomposição da vegetação*

²⁰ Relatório anexo

²¹ Biólogo, membro da ONG Associação Flora Brasil (Itamaraju/BA) e consultor da Diretora de Áreas Protegidas do MMA; Trabalha desde 1999 na proposta de gestão compartilhada do Monte Pascoal com os Pataxó.

nativa do Bioma Mata Atlântica no entorno do Monte Pascoal visando a recuperação dos ecossistemas e a melhoria das condições de vida das comunidades indígenas Pataxó na área em questão”.

Segundo dados do documento “Agenda Positiva para o Setor Florestal do Brasil”, o Projeto UTF/BRA/047-1 – Subprojeto 3, destinou US\$ 533.333,33 para viabilização do projeto.

“O propósito deste projeto visa atender a um segmento importante da Região Sul do Estado da Bahia, no combate a impactos gerados pela exploração desenfreada da Mata Atlântica e a Área Indígena Pataxó no entorno do Monte Pascoal, onde as comunidades indígenas ficaram alheias ao ganho proveniente dos sistemas de exploração, gerando uma vida depauperada e um conseqüente nível de destruição daquele bioma”.

Alguns passos importantes, no sentido de encontrar novas alternativas, foram dados durante o período de implantação do Projeto, contudo várias dificuldades burocráticas, inerentes a esse tipo de Projeto dificultaram a execução das ações planejadas o que gerou diversas críticas ao Projeto Participativo.

Segundo informações dos índios, nos últimos anos o projeto apoio à implantação de roças de mandioca, feijão, milho, melancia, e outros produtos. Mas, não alcançou o êxito esperado.

“Não deu muito certo porque o Projeto arava a terra no tempo errado e mandava sementes velhas e brocadas, sempre fora de época. Fica difícil fazer as coisas, porque nada que queremos fazer eles aprovam, nem tanque de pesca, nem criação, tudo é difícil. Só resta para os índios o artesanato” (entrevista com um Pataxó de Boca da Mata)

Segundo justificativa dos coordenadores do Projeto, a busca pela segurança alimentar foi priorizada atendendo a expectativa dos Pataxó, evidenciada no resultado de uma oficina realizada em 2002.

Andando pelas aldeias, e conversando com os indígenas podemos perceber que poucos foram os avanços em relação à melhora de qualidade de vida dos Pataxó. Porém, pudemos observar que a conscientização, quanto à preservação da Mata Atlântica, se ampliou muito com o trabalho do Projeto.

A Chefe do Parna Monte Pascoal nos informou que, atualmente, os principais parceiros do IBAMA na conservação do Parque são Pataxó. Segundo Milene, apesar de, ainda existirem alguns índios que por necessidade retiram madeira, em sua maioria, eles estão conscientes da necessidade da preservação e da parceria para conservação.

Atualmente, existe um grupo de aproximadamente 120 brigadistas formados pelo Prevfogo em agentes indígenas contra incêndio. Tais agentes trabalham em regime de contrato temporário

com o IBAMA. Existem também, vários agentes ambientais voluntários, e outros que prestam serviço na fiscalização do Parque.

Ou seja, diante do pouco número de servidores do IBAMA, apenas dois no PNMP, para desempenhar as ações de fiscalização e gestão do Parque, os índios Pataxó passaram a desempenhar um papel importante para preservação do parque, o de aliados.

O IBAMA reconhece, atualmente, a existência de 27 UC federais, total ou parcialmente sobrepostas a 17 terras indígenas, fora o Monte Pascoal. Mas, a forma de gestão dessas áreas é uma discussão que vem sendo travada há muitos anos. Recentemente foi instituído um GT Interministerial para elaborar propostas e encaminhamentos sobre o assunto. É reconhecido também, por uma parte dos técnicos do IBAMA e MMA, que os índios não são o maior agressor da mata, muito pelo contrário.

São muitos os exemplos de áreas que só foram preservadas por estarem sendo habitadas imemorialmente por indígenas. Por utilizarem formas tradicionais de manutenção e preservação dos recursos naturais, em sua maioria, as grandes Unidades de Conservação do país coincidem com as áreas ocupadas por povos indígenas.

É importante observar que para um grupo indígena cometer atos de desmatamento, ele deve estar desguarnecido de um mínimo de condição física e material de subsistência, sem encontrar saída para garantir a sobrevivência dos seus.

“Por detrás do dilema, entretanto, um olhar mais atento é capaz de encontrar outra coisa como “pano de fundo” do capítulo: umas tantas mazelas que marcam a formação brasileira, tais como concentração brutal da posse das terras, desigualdade social e opressão dos setores despossuídos, desarticulação de políticas governamentais setoriais e precariedade do aparato jurídico-institucional que regula as temáticas ambiental e indígena – em si sós nas interfaces entre ambas.” (Vianna, Fernando L. B., 2004:163)

Essa é com certeza a situação dos Pataxó de Barra Velha e do entorno do Monte Pascoal, que cerceados no direito a ocupação de sua terra tradicional, foram obrigados a viver em pequenos pedaços de terras improdutivas e sem o menor incentivo do Estado.

É interessante lembrar o caso dos Pataxó da Aldeia Trevo do Parque que viviam até 2005 em 10 tarefas de terra, e após o acordo com INCRA passaram a viver em 300 ha. Onde encontrávamos, em 2004, uma alta produção de artesanato de madeira, baixíssima qualidade de vida, altíssimo nível de desnutrição em crianças, atualmente, encontramos índios motivados com novas perspectivas e completamente distantes do artesanato de madeira e as crianças recuperadas, saudáveis e de volta as salas de aula.

5.7 - Algumas informações sobre o industriarianato (Artesanato de Madeira)²²

2556/52
1407
SUNO

A partir das mãos habilidosas dos Pataxó verificamos nas aldeias da TI Barra Velha a produção de vários tipos de artesanato, colares de sementes, brincos, cocares, flechas, arcos, e artefatos de madeira, como: gamela, pratos, pequenos talheres, pilões, tábuas e etc.

Sem sombra de dúvida, a atividade produtiva desenvolvida pelo Pataxó mais polêmica é a do artesanato de madeira. Os Pataxó tem sido alvo de acusações das mais variadas em relação à extração de madeira para fabricação de gamelas, chegam a ser acusados de “traficantes internacionais de madeira”. Entretanto, não é difícil constatar que essa produção há muito tempo, aproximadamente 20 anos, deixou de ser exclusividade dos índios.

Outra constatação é que nenhum indígena, até o presente momento, enriqueceu com a retirada de madeira na região. Infelizmente, o que fica evidente, quando analisamos a ocupação não-indígena do entorno do Monte Pascoal, é que temos grandes fazendas completamente desmatadas transformadas em pasto para gado. Sendo que, várias destas fazendas são ocupadas por madeireiros de renome na região que enriqueceram a custa do desmatamento da Mata Atlântica.

Muitas foram às manchetes nos jornais das décadas de 80 e 90, denunciando o envolvimento de políticos da região na retirada de madeira nobre das matas e no entorno do PNMP.

Podemos afirmar que a maior parte da pressão exercida por populações tradicionais em áreas protegidas é pela disputa ao acesso a recursos naturais, sendo esse o caso do Monte Pascoal.

A construção da BR 101, na década de 1970, facilitou o acesso às praias de Porto Seguro aumentando o fluxo turístico na região. Esse aumento se apresentou, naquele momento, como a única possibilidade de melhoria na condição de vida da comunidade, que vinha sofrendo com as fortes restrições do IBDF. Sem caça, sem pesca, sem roça, a salvação parecia ser a venda de artesanato para turista.

No início as vendas estavam baseadas no artesanato de conchas e sementes que aprenderam a montar com Leonardo, chefe de Posto de Barra Velha. Também, vendiam arco e flecha, lanças, cestas, cocares e outros.

“Até que um dia um turista viu uma bacia de madeira que uma índia tava usando para dar banho num kitoki e quis comprar. A bacia era igual uma gamela dessas, mas era maior. Ai começamos a fazer para vender e todo mundo queria”. (entrevista com um índio de Boca da Mata-2005)

Nos anos 80 a produção das gamelas se intensifica e passa a despertar o interesse de comerciantes não-indígenas. Atualmente, é possível encontrar fábricas de beneficiamento de madeira (tornos), em quase todos os vilarejos da região do entorno do Monte Pascoal.

²² Para melhor apresentar a situação do industriarianato - como o Ibama denomina a indústria do artesanato de madeira, incluímos o Relatório de Consultoria sobre o Comércio de Madeira no Extremo Sul da Bahia, elaborado pelo consultor biólogo Jean-François Timmers



As vilas de São Geraldo, Guarani, Palmares e Montinho, e as cidades de Itamaraju, Itabela concentram o maior número de fábricas da região.

“No final da década de 90, ocorreu uma mudança radical da atividade: a fabricação desses artefatos, de 90% indígena e manual, se tornou mecanizada, dominada por não-índios de povoados da região. No mesmo período, a produção manual começou a declinar, sofrendo forte concorrência e dificuldade crescente na procura de matéria prima.” (Timmers, 2005: 2)

Alguns fabricantes de Itamaraju chegam a investir na instalação de tornos dentro das aldeias, visando o não pagamento da conta de luz já que nelas não há cobrança da tarifa de energia. A exploração da mão de obra indígena é explícita e chega ser afrontosa, pois o maior lucro fica na mão dos atravessadores, enquanto os Pataxó permanecem vivendo de forma muito precária, beirando a miséria.

A dependência do artesanato de madeira se torna um ciclo vicioso entre os indígenas envolvidos. Para aumentar sua renda o índio abandona suas atividades de subsistência, como a roça e a pesca. Porém, tem que ampliar muito sua produção para suprir as necessidades de sua família, pois não conta mais com os alimentos básicos, tendo que comprar tudo. Diante dos baixos valores pagos por peça e a queda nas vendas durante a baixa temporada do turismo, os Pataxó acabam se tornando “escravos” de eternas dívidas em mercearias e vendas.

Outro sério problema que os Pataxó vivenciam por causa da produção do artesanato de madeira, é a entrada de não-índios nas aldeias. Esses se instalam nas aldeias para “ensinar” os índios a trabalhar com os tornos. Muitos acabam se engraçando com jovens índias e casando e com eles entra para aldeia um irmão, uma tia e assim por diante.

No caso específico de Boca da Mata, alguns não-índios tentam intervir na organização política da comunidade o que tem causado muitos conflitos internos. Várias lideranças se mostram muito preocupadas com a entrada de bebida alcoólica e drogas por meio desses “brancos”. Na tentativa de restabelecer a tranqüilidade na aldeia, recentemente, o cacique Alfredo, junto às lideranças de Boca da Mata e com apoio da FUNAI, promoveu a retirada de seis famílias não indígenas da aldeia Boca da Mata.

Voltando a comercialização do artesanato de madeira, pudemos verificar que a venda dos produtos é realizada de forma aberta em vários municípios da região e até do país. Contudo, o ponto de maior concentração desse comércio, na Bahia, está na Aldeia Coroa Vermelha.

Para fabricação desse tipo de artesanato são utilizadas madeiras nobres, como a arruda, madeira lisa e bicolor, muito usada até o ano de 1998, quando praticamente desapareceu do comércio. Pesquisadores afirmam que há um esgotamento dessa espécie, como outras utilizadas para a fabricação do artesanato. Atualmente, uma das madeiras mais utilizadas é o parajú.

Árvores com potencial econômico renovável como é o caso da copaíba, estão sendo retiradas indiscriminadamente, sendo que, podiam estar sendo exploradas economicamente de uma forma

mais proveitosa, como na extração do óleo.

No caso da produção indígena pudemos verificar que as aldeias com maior produção de artesanato de madeira, são:

- 1) Boca da Mata;
- 2) Meio da Mata;
- 3) Coroa Vermelha;
- 4) Guaxuma.

Proc. nº 25572
Fls. 140
Rubrica [assinatura]

Porém, é importante ressaltar que conforme informações do Relatório Sobre o Comércio de Madeira (anexo), apenas 8% da produção mecanizada de artefatos de madeira ocorrem nas aldeias. Enquanto, a vila de Montinho consome semanalmente, sozinha, uma média de 210 m³ de árvores, a aldeia Boca da Mata utiliza 54,5 m³. Isso não isenta os Pataxó do problema causado nas matas, mas demonstra o foco a ser atacado.

Já é conhecido por todos os agentes de Estado que os Pataxó demonstram todo interesse em parar com essa atividade. Entretanto, solicitam que sejam realizadas algumas ações, como:

- fiscalização e fechamento das fábricas instaladas nas vilas do entorno do Monte Pascoal;
- investimentos para atividades alternativas que garantam melhoria na qualidade de vida do grupo.

“Numa reunião do MMA e IBAMA com a maioria dos fabricantes de artefatos de madeira da aldeia de Boca da Mata, m 27/05/004, foi exposto esta situação e pedido formalmente pelos Pataxó que o IBAMA fizesse uma fiscalização séria desta atividade na região, a qual os está prejudicando e deixando-os em situação de dependência. Reiteraram a vocação essencialmente agrícola das aldeias, muito mais do que de fabricantes de “artesanato”. Afirmaram também que, no ritmo atual de exploração, a mata do parque Monte Pascoal “não agüentará mais dois anos!” (Timmers, 2005: 2)

No que diz respeito ao segundo item – investimentos em atividades alternativas, como já foi citado nesse relatório, em 2002 foi assinado um Acordo de Cooperação entre MMA, IBAMA, FUNAI e Comunidade Indígena Pataxó, visando a implantação de projetos participativos.

O recurso destinado pelo Projeto UTF/BRA/047-1 – Subprojeto 3, foi de US\$ 533.333,33. Entretanto, após cinco anos o que podemos perceber é que pouco foi alcançado. Estratégias equivocadas, divergências entre as Instituições parceiras, burocracia na execução do projeto e tantos outros problemas que resultaram na continuidade e até aumento da produção de artefatos de madeira pelos Pataxó.

O prazo do Acordo inspirou em março de 2007, mas com objetivo de dar continuidade nas ações as Instituições envolvidas estão em negociação para formalização de um novo Acordo de Cooperação.

2004/15
11/10
10/10

5.8 - Corredor Central da Mata Atlântica – Corredor Ecológico

A Mata Atlântica figura como uma das florestas mais protegidas do mundo, inclusive incluída na lista dos 25 Hotspots – livro que cita os ecossistemas mundiais mais passíveis de serem instintos. (Oliveira, Fábio, 2001: 2)

Por estar extremamente fragmentada ela se torna frágil diante das ameaças naturais, como o fogo:

“Já o fogo é um risco inerente à conformação dos ecossistemas da área, com campos nativos muito inflamáveis ao leste da mata, sob influência dos ventos dominantes. Além disso, a degradação das áreas agricultáveis por extrativismo de madeira, deixaram-nas extremamente vulneráveis aos incêndios”. (Timmers, 2004: 183)

O principal impacto ao ecossistema da Mata Atlântica sempre foi à ação desordenada do homem, como a exploração da madeira, os incêndios, o crescimento de áreas urbanas, a abertura da mata para implantação de pastos, plantio de café, mamão e eucalipto (Timmers, 2004).

A fragmentação da Mata Atlântica é uma ameaça à conservação da grande biodiversidade da região. Diante disso, vários estudos foram realizados com objetivo de apresentar propostas que minimizasse o impacto gerado por esse fator. Uma das propostas apresentadas, e que tem sido motivo de grande mobilização na área ambiental é a implantação dos Corredores Ecológicos.

Apesar das inúmeras acusações de serem os indígenas grandes responsáveis pelo desmatamento das matas do país, alguns importantes estudos concluem que as terras indígenas são as grandes áreas conservadas de mata, como apresentado no trecho abaixo transcrito:

“A plotagem de imagens de satélite do INPE de 2003 com o mapa do Instituto Sócio Ambiental das Unidades de Conservação no Brasil flagrou um índice de desmatamento de 1,14% nas terras indígenas, no total das áreas protegidas (TIs e UCs), de 1,96%. Já o desmatamento fora dessas áreas foi de 18,96%. As porcentagens foram calculadas sobre a área de floresta efetivamente avaliada (desconsiderando as áreas de “não-floresta”, as com nuvem e os corpos d’água. Prodes/INPE, 2003”. (In: Nota de rodapé Ricardo & Macedo, 2004:9)

Nesse contexto, o Projeto Corredores Ecológicos aparece como um mosaico ecológico capaz de ampliar a capacidade de conservação das áreas fragmentadas, a partir de uma conectividade das áreas protegidas, entre elas as terras indígenas:

“O Projeto Corredores Ecológicos propõe uma nova abordagem para a proteção da biodiversidade em sete grandes áreas de floresta tropical (“corredores” ou “bio-regiões”), localizadas na Amazônia e na Mata Atlântica. Estes corredores incluem áreas de biodiversidade excepcional e englobam muitas das áreas protegidas existentes, incluindo unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável federal, estaduais e municipais, reservas particulares e terras indígenas”. (Site: www.rbma.org.br/anuario)

E o seu objetivo geral é:

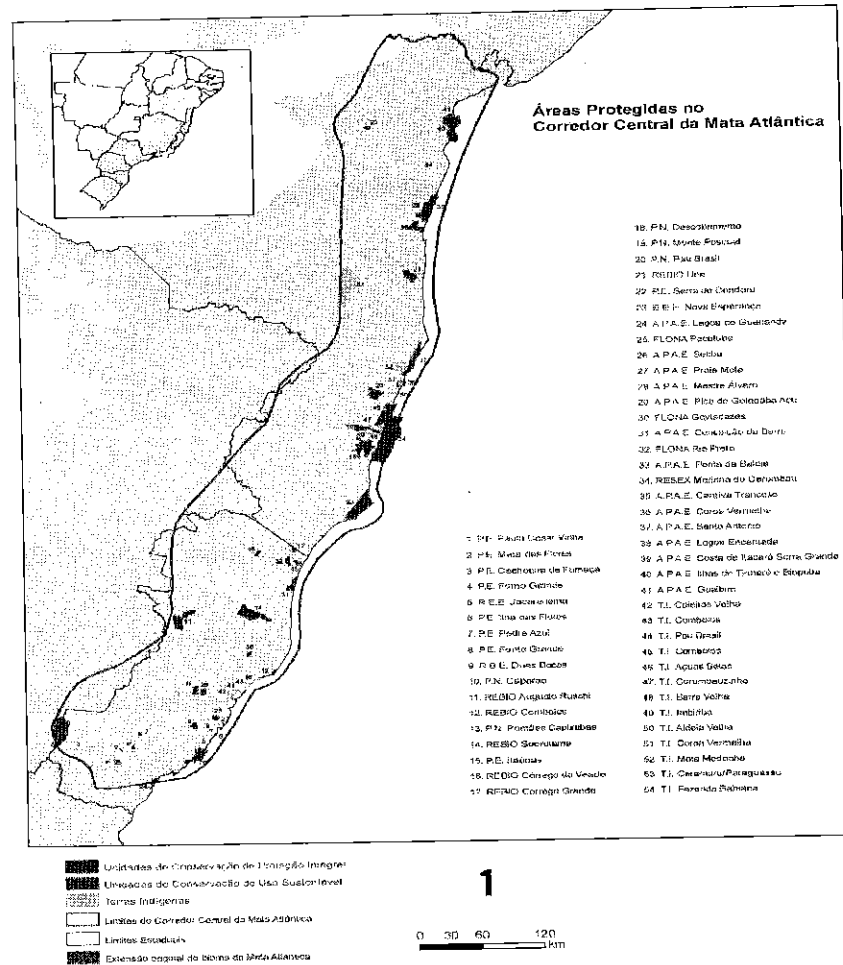
“(…) contribuir para a efetiva conservação da diversidade biológica do Brasil, a partir da experiência piloto do conceito de corredores ecológicos na Amazônia e na Mata Atlântica,

D

Relatório de Revisão de Limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

adotando técnicas da biologia da conservação, envolvendo atores relevantes na prevenção ou na redução da fragmentação de florestas, no aumento da conectividade entre áreas protegidas e dispondo de estratégias de planejamento e gestão socioambiental de forma compartilhada e participativa”. (Site: www.rbma.org.br/anoário)

Ainda, segundo informações do site da RBMA, essa “*forma de abordagem aumentaria o fluxo genético entre populações de espécies. (...) Isto é particularmente importante para populações isoladas de grandes mamíferos, que necessitam de grandes extensões para evitar a consanguinidade nos cruzamentos*”. (Site: www.rbma.org.br)



Prec. 1355/132
 Fls. 14/14
 Rubrica

Fonte: <http://www.corredores.org.br>

No que diz respeito ao extremo sul da Bahia, a recuperação do corredor entre o Parque Nacional Monte Pascoal e o Parque do Descobrimento, passa a ser prioridade, pois esses dois fragmentos seriam os mais importantes da região. Sua importância deve-se a proximidade entre os dois fragmentos o que torna viável sua interligação.

Alguns técnicos ambientais afirmam que a interligação dos dois fragmentos da Mata Atlântica (PNMP e PND), por meio de mosaicos de áreas protegidas, seria também uma solução para os problemas que os indígenas têm enfrentado no que diz respeito à diminuição de oferta de recursos naturais.

D

Para Timmers, essa seria a solução viável para a recuperação de nascentes de importantes rios que abastecem as aldeias Pataxó de Barra Velha, e a recuperação de uma área de mata imprescindível para reprodução cultural do grupo.

Conforme informações de técnicos do MMA envolvidos na implantação do projeto, será levado em conta aspectos ambientais, estéticos e sociais, pois o mosaico envolve vários segmentos da sociedade.

Os pontos de contato são:

- a) Do sudoeste da Terra Indígena Barra Velha, na região da Serra da Gaturama se estenderia até a parte noroeste do Parque Nacional do Descobrimento.
- b) Da região da aldeia Corumbauzinho (TI Barra Velha), até a área de ampliação do PND, na área conhecida como mata do Bronzon, próximo ao rio Cahy.

Cabe ressaltar que a área do Cahy que se encontra em estudo para ampliação do PND, também está em estudo pelo GT de identificação e delimitação da TI Comexatiba, ou seja, a parte noroeste de ampliação do PND incide na TI Comexatiba.

“A fragmentação dos ecossistemas é tal que boa parte das espécies animais e vegetais, mesmo em áreas protegidas está ameaçada de extinção. Uma solução muito discutida é implementar mosaicos de áreas protegidas, onde o impacto humano é minimizado e até a presença humana limitada, interligadas por espaços gerenciados de forma a preservar a cobertura vegetal, por meio do uso controlado dos recursos e do desenvolvimento de alternativas econômicas ambientalmente sustentáveis. Nesse contexto, as tis devem desempenhar papel fundamental, viabilizando, no seu interior e no seu entorno, áreas de preservação estrita com vistas ao futuro, o que só será possível quando essas populações desfrutarem de terras suficientes, de apoio técnico e de recursos para sair do quadro de miséria em que a maioria se encontra. (Timmers 2004:179 – grifo nosso)

Diante dessa afirmação verificamos que de bandidos e desmatadores os Pataxó passam a ser vistos como um sopro de esperança para a conservação dos poucos fragmentos da Mata Atlântica que sobraram de interesses econômicos dos grupos dominantes da região.

Como brigadistas, fiscalizadores dos Parques, ou como gestores do mosaico de áreas protegidas, os índios Pataxó passam a ser vistos como fiéis parceiros. Na realidade o que fica claro é que os Pataxó devem estar conscientes do papel deles nesse processo. Mas, acima de tudo que eles devem, realmente, participar efetivamente de qualquer ação que diga respeito ao seu território tradicional.

A gestão da terra indígena deve estar voltada integralmente aos interesses indígenas, e da sua organização eles devem fazer parte, ou seja, os Pataxó devem ter poder de decidir o que é bom ou não para as comunidades indígenas envolvidas no Projeto.

Afinal de contas os Pataxó vem demonstrando nas atitudes do grupo, nos últimos anos, que eles têm todo interesse e capacidade em preservar as matas da região do Monte Pascoal.

“Os Pataxó mostraram que querem e sabem preservar prova disso “Este esforço foi bem sucedido, no sentido de ter propiciado organização interna e impedindo, desde 1999, a destruição das florestas preservadas da área – ao contrário do que acontece quando o PNMP estava sob a vigilância exclusiva do IBAMA. Em cinco anos de reocupação do Parque, nenhuma floresta primária foi queimada, pela primeira vez em anos. Várias matas ciliares das aldeias encontram-se em franca recuperação” (Timmers 2004:182)

5.9 - Considerações

Os fatos expostos nesse capítulo demonstram parte dos conflitos entre os interesses ambientais e indigenistas, que surgiram em 1943, com a implantação do Parque Nacional Monumento Monte Pascoal e permaneceram ao longo dos anos chegando até o presente momento.

O fato é que não se trata de uma situação fácil de ser resolvida, pois envolve interesses diversos.

A grande discussão está balizada em perguntas como:

“A conciliação possível?”

“De um lado os direitos indígenas, de outro a proteção da biodiversidade de um dos mais frágeis reservatórios de vida natural e beleza cênica a Mata Atlântica. (Vianna, 2004:163)

No que diz respeito à questão jurídica há uma incompatibilidade entre a legislação que rege uma Terra Indígena e uma Unidade de Conservação de proteção integral. Por isso, o entendimento quanto aos encaminhamentos a uma possível solução são tão díspares.

Mas, entendemos que é uma discussão que não pode e nem deve ser abafada, pois são várias as UCs criadas em áreas ocupadas por comunidades tradicionais.

Uma das ações das Instituições envolvidas foi à criação de um Grupo de Trabalho Interministerial, com objetivo de avaliar a atual sobreposição de UC e TI. Contudo, por ser essa uma discussão permeada de conflitos de competência, os resultados ainda são dispersos.

Diante disso, encerramos esse capítulo com alguns trechos produzidos por vários profissionais respeitados em suas respectivas áreas de atuação, que sintetizam os questionamentos sobre a possível sobreposição da TI Barra Velha do Monte Pascoal, com o Parque Nacional Monte Pascoal.

Como os de Nurit Bensusan (2004) em Terras Indígenas: As primeiras Unidades de Conservação

“Ainda segundo a legislação em vigor, as terras indígenas não fazem parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Não fazem parte, aliás, de nenhuma estratégia de conservação de biodiversidade, comprometendo, assim, a essência dessas estratégias, pois a maior parte da diversidade biológica não está contida em banco de genes, zoológicos ou áreas protegidas e sim

nas paisagens habitadas e manejadas por comunidades locais, em especial povos indígenas” (Nietschmann, 1992; Stevens, 1997; Capobianco et al., 2001)

“nesse sentido, Barreto Filho (1997) salienta que “na perspectiva de construção de uma sociedade democrática e plural, biologicamente rica e diversa, importa construir um ordenamento jurídico: a) que integre, em vez de segregar; b) que expresse o compromisso com os padrões de apropriação fundiária e uso dos recursos naturais que preservem a possibilidade de sustentabilidade, e não os que obstruem; c) que simbolize o entendimento da complementariedade que deve existir entre as diferentes categorias de espaços territoriais especialmente protegidas – categorias essas que constituiriam uma expressão formal da pluralidade de formas de apropriação fundiária e uso dos recursos obtidos no país”

“As terras indígenas possuem um enorme potencial para a conservação dos recursos naturais e suas populações têm um importante papel na manutenção da biodiversidade brasileira. Qualquer estratégia eficiente de conservar e usar de forma sustentável a biodiversidade do país deve considerá-las”.

Ou como o antropólogo José Augusto Sampaio (2000) expressa:

Proc. nº 7.661/96
Fls. 1014
Subsídios

“Ao final, mesmo, é saber se a razão indigenista e a razão conservacionista, desafiadas pela história socioambiental do extremo-sul da Bahia, são capazes de superar os impasses de toda ordem de maneiras de pensar, de linguagem, de nichos institucionais de atuação, de legislação e dar conta de propor alternativas, tanto para que a reposição social Pataxó possa dar-se sem estar atrelada a mecanismos de degradação ambiental que não começam nem terminam nela mesma, como para que a efetiva implantação de UCs de Proteção Integral não seja um fechar de olhos e um lavar de mãos diante do que se passa fora delas. Pois, não é difícil acreditar em alguém que, conhecendo de longa data os Pataxó, afirma ser para eles incompreensível “que todos os seus antigos vizinhos tenham enriquecido impunemente com a devastação das matas ao redor do Parque Nacional e que apenas eles, privados do devido uso do seu tradicional território, aquele que foi explorado e conservado por seus pais e avós até 1961, sejam hoje execrados como “inimigos da natureza”

Ou ainda, como o do analista pericial – Biólogo da PR/BA – Fábio Oliveira, que em Nota Técnica realizada por determinação do Ministério Público Federal, fecha a questão na proposta de entendimento entre as partes e na imediata resolução sobre a revisão de limites da TI Barra Velha.

“é necessário que os indigenistas e ambientalistas cheguem a um acordo para que sejam solucionados os problemas existentes, antes que o parque desapareça. A questão não é saber se a terra é ou não indígena, o que não resta dúvida, mas sim proteger o pouco que ainda resta da Mata Atlântica. Quanto a proposta de acordo entre a comunidade indígena do entorno do Parque e o MMA que visa solucionar o problema, acha “necessário tomar todas as precauções para que este eventual acordo não venha a prejudicar o direito do índio sobre a terra, é necessário que respeite a vontade expressa dos índios. A viabilidade desse projeto está calcada na efetiva participação da comunidade indígena que junto com outros órgãos possam discutir amplamente e atualizar as propostas, contanto que nenhuma das partes saia perdendo, quais sejam, índios Pataxó e meio ambiente. É fundamental que a Mata Atlântica seja protegida e que haja medidas urgentes para coibir qualquer prática de extrativismo dentro do Parque. Com a delimitação da TI concluída pelo GT, espera-se que este grupo técnico inclua também as áreas do entorno como terras indígenas, desse modo os índios poderão utilizar o entorno do Parque (áreas já desmatadas) para sua subsistência, e contribuir para a proteção e conservação deste ecossistema, além de reservarem a área do Parque para visitação”.

Proc. nº 3552182
 Fls. 1079
 Rubrica

6- QUINTA PARTE – REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

Por se tratar de uma terra indígena composta por doze aldeias localizadas em três municípios baianos e com, aproximadamente, 51.000ha e uma população estimada em quatro mil e quinhentos indígenas, infelizmente, não foi possível, diante do pouco tempo de campo e as demandas que um GT desse porte apresenta, realizar um censo detalhado de todas as aldeias nem tão pouco um gráfico com a genealogia do grupo que suprisse esse trabalho com informações sobre as relações de parentesco.

Os dados aqui apresentados foram obtidos usando como base a lista de entrega de cestas básicas junto ao NAL Monte Pascoal. Contudo, com objetivo de verificarmos a coerência e veracidade das informações, aplicamos um questionário elaborado pela antropóloga Leila Sotto-Maior em três aldeias do entorno do Monte Pascoal. Para amostragem foram escolhidas de forma aleatória as Aldeias Meio da Mata, Trevo do Parque e Guaxuma.

Mapeamento Populacional das Aldeias Indígenas (2006)

	Aldeia	Município	Distância de Itamaraju	População/Famílias
01	Boca da Mata*	Porto Seguro	37 km via PNMP ou 54 km via estrada São Geraldo	186
02	Meio da Mata	Porto Seguro	51 km	46
03	Guaxuma	Porto Seguro	39 km	35
04	Trevo do Parque	Porto Seguro	15 km	39
05	Aldeia Nova	Porto Seguro	30 km	20
06	Pé do Monte	Porto Seguro	29 km	24
07	Corumbauzinho	Prado	44 km	52
08	Águas Belas	Prado	49 km	42
09	Craveiro	Prado	54 km	32
10	Barra Velha**	Porto Seguro	95 km	257

11	Bugigão**	Porto Seguro	100 km	17
----	-----------	--------------	--------	----

* Boca da Mata inclui a Aldeia Córrego da Cassiana

** Tanto Barra Velha, quanto o Bugigão são jurisdicionadas ao NAL Porto Seguro, as restantes ao NAL Monte Pascoal.

Total: 750 famílias

Considerando que cada família é formada por 6 indivíduos temos, aproximadamente 4.500 índios vivendo nas aldeias do entorno do Monte Pascoal.

6.1 - Distribuição populacional das aldeias da TI Barra Velha

Atualmente ocupação da terra indígena Barra Velha está distribuída por doze aldeias. Apesar de cada uma delas possuir características específicas, sendo distinguidas uma das outras em termos econômicos, espaciais, graus de interação com a sociedade, todas estão ligadas a um eixo central a Aldeia Barra Velha, conhecida por eles como “Aldeia Mãe”.

Nos documentos que compõem os processos de regularização fundiária da TI Barra Velha, constata-se que, em 1964, a população da aldeia era estimada em 266 Pataxó. Francisco Sampaio, Inspetor do SPI, elabora um relatório a partir de uma visita a aldeia Barra Velha indicando a que “a aldeia, na atualidade, está reduzida a 2 casas e uma igreja. O resto da população indígena vive esparsa.” Em seu breve levantamento apura que vivem 46 casais com 162 filhos e 14 homens solteiros, perfazendo 266 Pataxó na região (cópia dos Processos SPI 1.666/63 e IR 4 – 448/63 anexados ao Processo nº 635/69, fls: 28).

Sobre a população Pataxó, em 1969, encontramos o Ofício nº 14/CFNI, elaborado por Filomena Martins de Alencar Pinto, Secretária dos Conselhos, que indica cerca de 300 indígenas vivendo na área do PNMP. Reforçando os dados anteriores, temos o documento elaborado por Hélio Jorge Bucker em 1970, informando que existiam 36 casas, o que corresponderia a uma população aproximada de mais de **uma centena** de índio (Processo nº 2556/82, fls: 58).

Em 27 de junho de 1973, o Dr. Afrânio Pereira Caixeta – Chefe da Ajudância Minas-Bahia - informa que “sua área (a da Aldeia de Barra Velha) não definida abriga cerca de **315 índios** e, computados também os que vivem nas proximidades da aldeia, alcança o número de **613 remanescentes Pataxó**” (Processo 2556/82, fls: 283).

Já um levantamento realizado por dois servidores da FUNAI em 1973, apresenta **358** (trezentos e cinquenta e oito) indígenas, distribuídos por **setenta habitações**, mas afirmam que não seria um despropósito considerar que existissem **700** índios vivendo na região. (Processo nº 2556/82, fls: 176 - 178)

Edson Ramalho Junior e José Honório Maia, responsáveis pelo levantamento populacional acima citado, apontam o “fenômeno do influxo populacional que ocorreu entre 69 e 72, e justificam esse influxo pela presença de inúmeros núcleos indígenas Pataxó dispersos na região”, ocasionados pela diáspora do fogo de 51.

“O crescimento populacional, como já tivemos oportunidade de mencionar, origina-se da existência constatada de numerosos núcleos indígenas Pataxó dispersos na região, que diante da expectativa oferecida pela presença assistencial da FUNAI e da pressão dos arrivistas e especuladores que obtiverem títulos dominiais das terras devolutas do Estado da Bahia ocorrem ao seu antigo reduto. (...) A população considerada no levantamento de Barra Velha, para efeito de projeção, deve ser acrescida desse contingente disperso que se encontra na área do Município de Porto Seguro, Prado e Itamaraju”. (Junior e Maia; 1973)

Em Ofício nº 064/PRES de 20 de fevereiro de 1974, o Presidente da FUNAI, informa ao Ministro de Estado do Interior, que o “desmembramento, consiste em devolver para o grupo Pataxó composto de **716** índios – parte de suas terras num total de 9.000ha” (Processo 2556/82, fls: 257, 258).

A professora Maria Rosário Carvalho, que realizou um levantamento populacional em 1977, e afirma em sua dissertação, que havia **599** índios distribuídos pelas aldeias do entorno do Monte Pascoal, sendo 401 Barra Velha e 198 dispersos na área do PNMP, sem contar os 60 da aldeia Águas Belas. Pedro Agostinho (1980) complementa os dados, afirmando que, seis meses após o levantamento realizado por Carvalho, a população indígena ultrapassava os 666 indivíduos. Acrescenta projetando um crescimento populacional de 3% ao ano.

Seguindo a leitura do Processo nº 2556/82, encontramos a Informação nº 088/DID/DGPI/83, elaborada pelo antropólogo Antônio Flávio Gesta, que trata do problema da mariscagem no mangue do PNMP. O antropólogo demonstra sua preocupação com a proibição, pelo IBDF, dos Pataxó utilizarem o mangue como área de coleta, e informa que a população local é de aproximadamente **1.100** índios.

Segundo dados apresentados por Bierbaum (1990), a população Pataxó estava dividida em 1989 da seguinte forma:

2556/82
 12/20
 S. Sampaio

Aldeia	População
Barra Velha	817
Meio da Mata	349 ²³
Águas Belas	66
Trevo do Parque	91
Corumbauzinho	55
Total	1.378

Há que se considerar que, no momento do levantamento de campo realizado por Bierbaum, não haviam ocorrido as retomadas de Craveiro, Guaxuma, Pé do Monte e Aldeia Nova, bem como não foram considerados dados sobre muitos índios que ainda viviam dispersos nas matas, próximas ao Monte Pascoal, e cidades vizinhas como Guarani e Montinho.

Em seu trabalho divulgado em 1966, a “Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território Pataxó do Monte Pascoal”, Sampaio contabiliza aproximadamente 2.000 Pataxó vivendo nas aldeias do entorno do Monte Pascoal.

Resumindo os dados acima expostos temos a seguinte situação:

Data	População Parcial Estimada	População Total Estimada
1964	266	
1969	300	
1973	315	613 (dispersos)
1973	358	700 (dispersos)
1974	716	
1977	599	659 (incluindo Águas Belas)
1983	1.100	
1989	1.378	
1995	2.000	
2006	4.500	

Se considerarmos o dado populacional de 1964 a 2006, teremos que, em 42 anos, o crescimento populacional de Barra Velha se deu na ordem de 6,97% ao ano. Entretanto, é

²³ distribuem-se aos números totais de Boca da Mata, pois naquele momento não as aldeias não foram distinguidas entre si.

A

Relatório de Revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

necessário considerar as informações constantes no processo da terra indígena, que afirmam o grande número de famílias Pataxó dispersas pelo entorno do Monte Pascoal. Caso o crescimento tivesse se mantido nos 3% indicado por Pedro Agostinho, atualmente teríamos 920 índios vivendo na Aldeia de Barra Velha.

A partir do levantamento realizado no Trevo do Parque, Guaxuma e Meio da Mata, aldeias escolhidas para a aplicação do questionário, confirmamos as informações repassadas pelas lideranças durante o trabalho de campo estão indicadas abaixo:

Aldeia Trevo do Parque

Faixa Etária			
0-5 anos	6-10 anos	11-20 anos	Acima de 21
26	27	32	4

Estudantes		
Estudam da aldeia	Estudam na cidade	Estudam em outra aldeia
20	19	11

Religião por família		
Católica	Evangélica	Outras/nenhuma
26	9	—

Aldeia Meio da Mata

Faixa Etária*			
0-5 anos	6-10 anos	11-20 anos	Acima de 21
50	32	50	5
Estudantes			
Estudam da aldeia	Estudam na cidade	Estudam em outra aldeia	Não estudam
70	—	15	46 (0 a 5 anos)

[assinatura]

Relatório de Revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

Religião (por família)		
Católica	Evangélica	Outras/nenhuma
2	17	17

Dos dados acima apresentados, podemos depreender que, no caso da Aldeia Trevo do Parque, trata-se, realmente, de uma população extremamente jovem, com aproximadamente 34% de crianças e jovens de 0 a 20 anos, o que gera uma perspectiva de um aumento populacional de, aproximadamente, 150% nos próximos 30 anos. Percebemos também quase 50% dos estudantes utilizam as escolas das cidades próximas, pois a escola da aldeia só atende de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. Existe um investimento do município na alfabetização para adultos com aulas noturnas.

Já na aldeia Meio da Mata verificamos que, aproximadamente, 47% da população tem entre 0 e 20 anos de idade. Sendo que, das 131 crianças e jovens, 70 estudam na aldeia e nenhuma na cidade. A dificuldade de acesso à aldeia, com certeza, é a justificativa para que permaneçam estudando na aldeia. Contudo, muitos param seus estudos no ensino fundamental, pois só existe ensino médio nas aldeias Boca da Mata e Barra Velha.

Unidade familiar

Os *kijeme* Pataxó são habitados, em sua maioria, por uma família elementar ou grupo doméstico. A fala mais recorrente entre os Pataxó é que “quem casa quer sua casa”. Normalmente, após o enlace o casal constrói sua casa próxima a família da mulher, mas essa relação não é regra, tendo em vista a exigüidade do espaço físico que atualmente os Pataxó detém.

Com a diáspora de 1951 o casamento interétnico foi ampliado entre os Pataxó, visto até como uma forma de sobrevivência. Mas, com o passar do tempo, as famílias foram retornando e, com isso, os casamentos intertribais retomaram os seus espaços nas aldeias. Atualmente, as lideranças mais velhas incentivam o casamento entre “parentes”. Tendo possibilidade de manutenção o grupo mantém alianças isogâmicas.

Os casamentos na TI Barra Velha acontecem com índios ainda muito jovens, em média, as meninas Pataxó se casam aos 14 anos e os meninos aos 16. Contudo, essa situação poderá se alterar em pouco tempo. Com o efetivo investimento na educação dentro

Relatório de Revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

das aldeias, os jovens indígenas partem em busca do aprimoramento de seus conhecimentos e para isso projetam seus estudos fora das aldeias.²⁴

A maior parte da união de dois jovens acontece com permissão da família, mas, segundo contam alguns índios de meia idade, quando a família não permite a união, os rapazes “jogam pedrinhas” caso a menina retribua o gesto, eles fogem e consomem a união, voltam para a casa dos pais e constroem um *kijeme*.

As festividades de casamentos acontecem de forma comunitária, pois o padre só aparece nas aldeias algumas poucas vezes. Por isso, os índios juntam vários casais, que muitas vezes já estão vivendo juntos, e crianças para batizar em um dia só.

Os casamentos são realizados de preferência em dias santos, como 20 de janeiro - dia de São Sebastião. Para eles, juntar as festividades é muito bom, pois, segundo alguns indígenas, além de receberem a benção do padre e do Deus Tupã, recebem também, a benção de São Sebastião.

Os casamentos, normalmente, são realizados nas capelas e igrejas das aldeias. Porém, algumas vezes as festividades de união de dois indígenas são realizadas no Monumento de Resistência dentro do PNMP, na praia, no sopé do monte e em outros locais com alguma importância cultural ou simbólica para o grupo étnico em questão.

Organização Política

Conselho Geral de Caciques

Apesar do longo tempo de contato, os Pataxó apresentam fortes características que, normalmente, são atribuídas ao tronco Macro-Jê. As relações políticas são expressas através de intenso facciosismo baseado em compromissos de solidariedade estipulados pelas relações de parentesco, pelas rivalidades entre grupos internos e pelas articulações contextuais e distintas com grupos diversos de agentes não-indígenas presentes no contexto de suas relações de contato.

Os Pataxó prestam apoio a um determinado cacique ou liderança, mas vivem em constante competição, buscando o domínio político da aldeia. Também buscam a manutenção e ampliação das articulações com os demais agentes não-indígenas.

²⁴ Atualmente temos mais de trinta Pataxó da região do Monte Pascoal estudando em Universidades espalhadas pelo país.

[assinatura]

A criação do Conselho de Cacique teve como objetivo ampliar o processo de articulação política e fortalecer o movimento indígena na Bahia, tendo em vista as demandas políticas e sociais do Estado Brasileiro, segundo as informações das lideranças. No início as etnias Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe faziam parte do conselho, criando uma rede de relações entre os indígenas do sul e Extremo Sul da Bahia, quando tinham como referência a mesma Administração Regional da FUNAI em Eunápolis. Alguns anos depois, os Tupinambá de Olivença aderiram o Conselho e ampliaram as ações.

Em vários momentos das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, as lideranças deixam transparecer que o Conselho teria sido criado para debater e rebater as propostas que não coadunavam com os objetivos da comunidade. Porém, segundo contam os Pataxó, alguns líderes teriam se deixado envolver pelas ofertas de empregos e vultuosos projetos. Apesar de ter recebido apoio de várias Ongs para sua criação, principalmente o CIMI, foi a FUNAI a grande base de apoio do Conselho de Caciques. A partir do momento em que o Conselho passa a receber apoio do órgão indigenista, proliferam as críticas sobre sua atuação e fragilidade frente ao movimento indígena. A mais contundente delas gera um total enfraquecimento no Conselho, culminando em suspensão temporária de suas atividades. As acusações eram direcionadas ao envolvimento dos líderes do Conselho no Acordo de Gestão Participativa do PNMP. O Conselho passou a ser visto como legitimador dos processos de acordos considerados como individualistas e escusos (Sampaio, 1996).

Apesar das críticas, algumas ações foram representativas para o Conselho de Caciques, sobretudo a articulação das primeiras retomadas. Essa articulação alcançou repercussão internacional, sempre balizada na bandeira da demarcação de terras indígenas e pela aprovação do novo Estatuto dos Povos Indígenas no Brasil (Sampaio, 1996).

O primeiro presidente eleito para o Conselho era representante da TI Coroa Vermelha, o Pataxó Nengo. Em seguida a representação passou as mãos da TI Caramuru-Paraguassu, com o índio Wilson de Jesus, seguido por Nailton. Em 2002, o Conselho retorna para Coroa Vermelha, desta vez na figura do Karajá. A ruptura entre as lideranças do sul e extremo sul acontece com o fracionamento da AER de Eunápolis em três, Ilhéus, Porto Seguro e Itamaraju.

É neste contexto que assume a presidência do Conselho a liderança de Boca da Mata, Zezito Pataxó, contestado e criticado por ter apoiado a implantação do Acordo de Gestão Participativa Monte Pascoal. Várias outras retomadas foram realizadas durante esse

período, principalmente nas áreas do entorno do Monte Pascoal, tendo em Joel Braz da Frente de Resistência e Luta Pataxó sua maior referência.

ZeZito se afasta do Conselho e pouco tempo depois assume o cargo de Chefe do Núcleo de Apoio Local Monte Pascoal/ FUNAI, instalado na cidade de Itamaraju. O Conselho se desfaz temporariamente.

Em 2005 há uma nova tentativa de restabelecer o Conselho contando, apenas, com a participação dos Pataxó do Extremo Sul da Bahia. Desta vez, conta com total apoio do NAL de Porto Seguro, que tem a frente o índio José Valério – Zeca Pataxó, de Coroa Vermelha. Karajá é novamente eleito com a promessa de restabelecer o diálogo entre as aldeias do extremo sul.

Paralelamente, tem início a discussão da criação de um Conselho Regional de Caciques, com a participação das 14 aldeias do entorno do Monte Pascoal e Parque do Descobrimento. No segundo semestre de 2006, Alfredo Santana, atual cacique de Boca da Mata, e prestador de serviço do IBAMA, é eleito, tendo na figura do cacique Vaqueiro de Guaxuma, o seu vice.

Alfredo nos contou que sua maior preocupação é quanto à ocupação do território Pataxó, caso a revisão da TI Barra Velha seja aprovada. “Não gostaria que acontecesse como em Caramuru, nem quero ver o meu povo brigar, temos que pensar como vamos trabalhar juntos” (Alfredo Santana, 2006)

Frente de Resistência e Luta Pataxó.

Conforme Tempesta e Sotto-Maior descrevem, no relatório de fundamentação antropológica, a partir de 1999, com a ocupação do PNMP,

“(…) as retomadas integram um movimento político, que desencadeou diversas outras ocupações. Estas ações de ocupação de propriedades particulares constituídas sobre o território tradicional Pataxó foram apoiadas por Ongs indígenas e indigenistas (CIMI, ANAI, APOINME, CAPOIB, CEDEPS), e tinham por objetivo a agilização do processo de equacionamento da questão fundiária Pataxó no Extremo Sul da Bahia, sob a responsabilidade administrativa da FUNAI. As retomadas fizeram parte das articulações estabelecidas pela Frente de Resistência e Luta Pataxó”.

Criada nesse contexto das retomadas, a Frente de Resistência lidera as ações políticas nos últimos anos. Porém, desde 2004 as ações tem sido menos intensas, pois o principal líder da organização foi obrigado a se refugiar na aldeia, em decorrência de diversas ameaças e processos de fazendeiros locais, as ações desde 2004 têm sido menos

intensas. A Frente de Resistência foi responsável por várias denúncias de abusos e esbulho, realizado contra os Pataxó do Monte Pascoal ao longo dos séculos.

Atualmente, a organização política do grupo apresenta uma dimensão interna a cada aldeia, onde um cacique, um vice-cacique e três lideranças são eleitos em reuniões abertas, sem prazo definido para o mandato, o prestígio político sendo construído na base de relações de parentesco.

Não podemos deixar de reescrever o trecho de Tempesta e Sotto-Maior, que traduz o atual cenário político do território de Barra Velha:

“que sofreu um estilhaçamento do grupo local, coeso até 1951, que jamais pôde se recompor territorialmente, devido a pressões da sociedade envolvente e do IBDF, mas que persiste do ponto de vista sociológico e político”.

O Resgate da língua Pataxó

Como já citado na primeira parte – dados gerais - desse relatório, atualmente a primeira língua falada pelos Pataxó é a portuguesa. Simultaneamente, os Pataxó utilizam o que chamam de *Patxohã*, uma combinação da língua Maxacali com palavras que os velhos Pataxó lembram, além de alguma influência do Tupi e de termos do português regional.

Essa diversidade na combinação de palavras é facilmente explicada pela fusão dos grupos étnicos aldeados em 1861 no local onde hoje é a aldeia Barra Velha, como já indicamos na primeira parte deste relatório.

O esforço dos jovens Pataxó no resgate da própria língua parte da necessidade em atender critérios impostos pela sociedade para o reconhecimento e afirmação da identidade étnica. Como Orlandi (1990) ressalta em seu trabalho realizado junto aos Pataxó hãhãhãe, não devemos admitir uma historicidade da identidade, pois, na realidade, o seu desenvolvimento vive em constante transformação se refazendo continuamente.

Um grupo de professores indígenas Pataxó, que ministram a disciplina “cultura pataxó” nas aldeias, estão envolvidos num projeto de criação do dicionário Pataxó. Sendo que, atualmente, os estudos já se aproximam das 2.000 palavras levantadas junto à bibliografia existente, e entrevistas e depoimentos dos índios mais velhos das terras indígenas Pataxó.

No caso dessa reconstrução, vale lembrar que a língua está vinculada à idéia de país, de pátria, de povo. Dessa forma, Orlandi (1990) estabelece que a língua passa a ser um dos critérios para o reconhecimento de uma identidade nacional, cultural. Quando falamos em direitos, imediatamente estabelecemos critérios para o exercício desses direitos. “No contato

Relatório de Revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

cultural que estabelece com o índio – e que tem a direção do dominador para o dominado – o branco extingue os fatos que satisfariam os critérios que inventou como legítimos. Ao apagá-los, os brancos tiram dos índios, simultaneamente, os seus direitos”. (Orlandi, 1990; 164)

Segundo depoimento de alguns professores indígenas, a língua é importante, “não para alguém achar que somos índios, mas porque ela carrega em si muitos segredos e valores de um povo”.

“Enquanto política lingüística, Pataxó esta trançando seu caminho. Buscamos abrir nosso próprio caminho, mesmo que seja, cansativo, dolorido e arriscado. Mas enfim, sabemos o que queremos, falar novamente a nossa língua: Não temos pressa, nem queremos língua para nos compararmos com outras etnias. Não queremos língua para mostrar a outros, queremos revitalizá-la para ser nós mesmos. Acreditamos que enquanto estivermos lutando por esse objetivo estaremos sempre oportunizando a nós mesmos, o levantar a auto-estima e assegurar nossos valores culturais”. (Cantando sonhos de uma nação guerreira, Cd – gravado pelos Pataxó da Reserva da Jaqueira)

Devemos considerar que no Sul da Bahia, temos dois grupos Pataxó distintos, os setentrionais, ou, hãhãhãe e os meridionais, Pataxó do Extremo Sul da Bahia. No caso do Pataxó falado pelos hãhãhãe, trata-se de uma língua resgatada a partir do vocabulário levantado por Greg Urban com a índia Baheté que, na década de 1980, era identificada como a única falante e guardiã da língua que vivia no PIN Paraguaçu (Orlandi, 1990).

Já o Pataxó falado pelos índios que vivem no entorno do Monte Pascoal, é uma língua da família Maxacali, pertencente ao tronco Macro-Jê (Rodrigues, 1958)

Segundo estudos realizados por Urban (1984), os dois pataxós falados no sul da Bahia têm relação entre si. Utilizando dados históricos dos dois grupos, ele registra regularidades interessantes e apresenta a seguinte hipótese:

Entre os argumentos favoráveis ao estabelecimento de uma relação entre pataxó e hãhãhãe, acrescenta-se o fato de que a relação entre pataxó e hãhãhãe corresponde àquela existente entre maxakali e hãhãhãe. Popovich In Meader, 1978, p. 9) compara dados dos hãhãhãe, colhidos por Pickering, e conclui que as correspondências entre t:k e p:b entre maxakali e pataxó são idênticas às do pataxó e hãhãhãe. Como os dados do pataxó são do período de 1815-1817, os dados atuais reforçam o fato de que aí temos mudanças históricas que, seguindo uma direção determinada, são argumentos para vinculação do pataxó ao hãhãhãe (Orlandi, 1990;169)

Baseando-nos na sugestão de Orlandi, que diz que a língua não desaparece sem deixar marcas e que a lingüística tem instrumentos apropriados que lhe permitem, a partir de um certo número de dados, comprovar as relações entre línguas, povos, culturas e fatos históricos, concluímos que o Patxorã, não é uma simples invenção, ou apropriação como alguns pesquisadores teimam em afirmar. Trata-se do produto do esforço coletivo em

B

Relatório de Revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

resgatar a identidade étnica, completamente abalada em vários momentos da história dos Pataxó de Barra Velha.

Primeiro pelo contato com os colonizadores no século XVIII, em seguida o aldeamento compulsório com outros grupos étnicos de variados troncos lingüísticos, que fez os Pataxó conviverem com a diversidade de culturas e a imposição do cristianismo, e por fim a diáspora de 1951 que obrigou o grupo a ampliar o contato com a sociedade nacional, incorporando a fala regional e omitindo a própria língua para fugir da discriminação.

Para finalizar e, talvez, demonstrar de que maneira expressam essa busca pela reafirmação étnica, copiarei abaixo, o trecho de um dos primeiros trabalhos realizados pelos professores indígenas de cultura das aldeias Pataxó do Extremo Sul da Bahia, que retrata o empenho em resgatar a língua e a cultura Pataxó, seja reconstruindo ou construindo a partir das novas experiências vividas pelo grupo:

Alguém pode até ficar pensando: porque um povo considerado agressivo foi convencido em deixar pra lá sua cultura, sua língua e suas tradições? Será que foi vencido pelas perseguições diversas, calou, cansou da luta e abandonou valores e ideais? E mesmo poderiam afirmar: a língua Pataxó está morta. Pataxó deixou sua língua para lá e aprendeu a língua do colonizador, por ai vai. Não é verdade. Para entendermos o porquê que os Pataxó não falam mais sua língua é importante lembrar e considerar várias coisas. Porque a nossa língua não foi perdida porque quisemos. A língua nos foi tirada. Nos foi proibido e negado o direito de continuar falando a nossa língua. Fomos aldeados à força, mas nem tudo foi perdido de nossa língua antiga! Pois com a ajuda resistente dos mais velhos, foi possível preservar nas memórias musicais e no uso diário, uma quantidade de palavras de grande valor para nós (...). Há pouco tempo atrás, nós educadores e lideranças Pataxó preocupados em manter o nosso jeito de ser Pataxó e afirmar nossos costumes, nos convencemos do nosso papel de organizadores de nossa sociedade e passamos, de forma independente, a fazer estudos mais detalhados de nossa língua. Depois de muito estudo, apesar de não sermos conhecedores de lingüística, porém levados pelo grande desejo de descoberta e aprender tudo sobre nossa língua, passamos a nossa língua de patxôhã para marcar nosso trabalho. Que quer dizer: pat São as iniciais da palavra pataxó; atxohã é língua; xôhã é guerreiro. Ou seja, linguagem de guerreiro. Para chegar ao resultado que temos hoje, desde 1998, começamos a fazer pesquisa em barra Velha e Coroa Vermelha. Em 1999, elaboramos um pequeno projeto (...).(Professores indígenas Pataxó)



Aspectos culturais

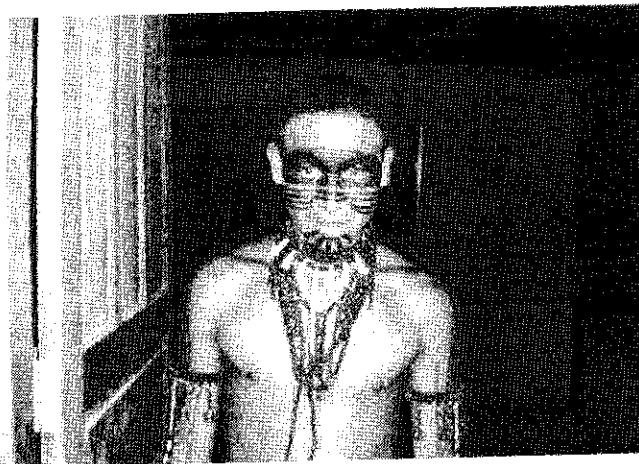


Inauguração da Casa de Cultura pela FUNAI – Meio da Mata 2007

São poucas as referências encontradas sobre os costumes Pataxó no período dos primeiros contatos. Encontramos em Wied-Neuwied (1989:176) a afirmação que algumas tribos aliadas como os Makoni, Pataxó, Kumanaxó e Malali, “faziam um orifício no lábio inferior, onde colocavam um pedaço de bambu curto e fino, sendo que uma das extremidades era pintada de vermelho. Os cabelos eram curtos na altura do pescoço e cortados rente aos olhos. Afirma ainda,

“que não se pintam, nem se desfiguram,(...) são baixos e delgados, de cara larga e ossuda e feições grosseiras (...) conservam o curiosíssimo hábito de arregaçar o prepúcio com um ramo de cipó...os Patachós lembram, em muitos pontos os Machacaris ou Machacalis...” (pp. 215)

Atualmente, os Pataxó se pintam, fazem orifícios nos lábios e orelhas e utilizam adereços dos mais variados, principalmente os colares de semente e cocares de *chukakai* (galinha). Contudo, essa maneira de se apresentar é uma resposta, principalmente do grupo mais jovem à sociedade “branca”. Segundo nos falou um professor indígena de cultura de uma das aldeias, “essa é a imagem que eles “brancos” querem ver do índio, se não pintar e dançar, não é índio”.



Kakuçu de Barra Velha – Foto: Leila 2005

“A pintura corporal é um bem cultural de grande valor para nós Pataxó. Ela representa parte de nossa história, sentimentos do cotidiano e os bens sagrados. Usamos a pintura corporal em festas tradicionais na Aldeia como em ritos de casamento, nascimento, comemorações, dança, luta, sedução, luto, proteção, etc. Temos pintura para o rosto, braço, costas e até mesmo para as pernas. Usamos pinturas específicas para homens e mulheres casados e solteiros. As pinturas têm diversidade de tamanho e significados” (Página da internet portosegurotur.com.br)

As construções culturais geradas pelos Pataxó, na sua maioria, não são apenas fruto da assimilação de elementos culturais de outros grupos com quem mantém contatos. Como Grünewald (2001: 21) comenta em seu trabalho, os Pataxó são “agentes de sua própria formação cultural”. Um exemplo dessa formação é a criação do grafismo que utilizado tanto na pintura corporal, como em outros materiais como artesanato e casas de cultura.

Amauri, outro jovem professor indígena da Aldeia Barra Velha, nos contou que eles sempre dançaram, mas não o Toré e sim o Awê. Os índios mais velhos e vários professores de cultura Pataxó, disseram que o Awê e o Toré são diferentes. No Awê os índios dançam de forma mais lenta, ele é arrastado e bem compassado. “O Awê é verdadeiro do Pataxó antigo” (Fabiano prof. de cultura de Guaxuma – entrevista de 30/03/06).

O Toré é a dança que identifica os índios do nordeste, em alguns casos é realizado com a utilização da jurema e exibido como um sinal diacrítico na construção de suas etnicidades. Contudo, a partir do reconhecimento dos grupos do Nordeste pelo SPI e depois pela FUNAI, o toré foi selecionado como tradição a ser exibida para atestação da indianidade.

Segundo Rodrigo Grünewald, a difusão do Toré partiu dos Tuxá e dos Fulni-ô, entretanto isso não impediu que os grupos indígenas do Nordeste imprimissem variações nas práticas do ritual gerando regimes próprios da cultura do toré.

Em uma análise superficial sobre as diferenças entre o Toré e o Awê, encontramos algumas diferenças além das já citadas pelos professores Pataxó. Entendemos ser interessante enumera-las para melhor poder compreender um dos rituais Pataxó.

No caso dos Atikum, por exemplo, a jurema, bebida alucinógena, é utilizada (bebida feita a partir de uma árvore – alguns com a raiz e outros com o caule), no ritual do Toré para entrar em contato com os encantados das matas. Já os Truká e os Kambiwá referem-se a bebida como o vinho da jurema. Variações também são feitas a partir das plantas adicionadas.

Outra forma conhecida é a do Cauim que leva a adição da cachaça e é muito usada nos catimbós. Apesar da bebida utilizada pelos Pataxó também ser chamada de Cauim, a forma de feitura e a utilização são completamente diferentes.

O Cauim dos Pataxó é feito a partir da fermentação da mandioca e a cachaça pode ou não ser adicionada. Na verdade eles dão três nomes - jiroba, cauim e aluar (interessante verificar que aluá é uma bebida de origem africana e feita com a fermentação da casca do abacaxi) -, conforme explicação do índio Zé Piegas de Barra Velha:

“Porque o Cawin se faz num dia, se beber no outro ele ainda está fresquinho, aí é o cawin. A jiroba é quando ele está começando a ficar azedo, depois de uns dois dias. Depois de uns quatro dias ela já chama “luar”. Aí o cara toma o cawin azedo com caldo de cana e fica tonto, assim a gente fala que ele fica “aluado”. Para não dizer que ele fica aluado da cabeça, você diz que ele está bebendo luar. É por isso que o cawin tem três nomes”

Tal qual os Atikum, os Pataxó buscam no Awê a disseminação e o fortalecimento da sua própria cultura, sendo que ela está baseada na tradição, união, amor e religião.

“O Awê para nós Pataxó significa o amor, a união e a espiritualidade com a natureza. O Awê nos traz segurança e a segurança e a dança e o canto são instrumentos de comunhão entre nós Povo Pataxó e a natureza. Através do canto e da dança transpiramos e adquirimos novas energias da terra, do ar, da água, do fogo e de todas as energias positivas que formam a natureza” (Página na Internet da Reserva Pataxó da Jaqueira).

O Awê é “hãmiyado” (dançado) pelos Pataxó das aldeias do entorno do Monte Pascoal, em reuniões e celebrações externas e internas, são praticados sempre que recebem visitantes em maior quantidade e também viajam por cidades vizinhas ou mesmo distantes para fazerem apresentações. Estas ocasiões são preciosas para eles por propiciar a venda de artesanato, uma das suas principais fontes de renda. Adultos e crianças vestem o *tupsai* (saia feita de tucum), se enfeitam para o Awê pintando o corpo – principalmente braços e rosto – com tinta feita de jenipapo, urucum, argila colorida (obtida nos rios da região) e outras substâncias. Usam também colares de sementes, madeira e penas, cocares e vários outros enfeites. O maracá é o instrumento que dá o ritmo a batida do Awê.

Apesar de manterem sempre uma centralidade cultural com a Aldeia Barra Velha, dentre as doze aldeias que estão inseridas na área de revisão da TI Barra Velha, há algumas pequenas diferenças na forma de realizar o *Awê*. Essa diferença está baseada na própria relação que cada uma tem com o mundo externo e com sua própria forma de exprimir seus sentimentos religiosos.

Proc. nº 255182
Fls. 1932
Rubrica



Pataxó hamiando o *Awê* – Meio da Mata 2007

No caso da Aldeia Barra Velha especificamente, o *Awê* é realizado em todas as festas, como a de São Sebastião, Nossa Senhora da Conceição (padroeira da aldeia), dia do índio, e outras. Ele é ensinado e ensaiado nas escolas da aldeia por professores indígenas de cultura e disseminado pelos jovens como uma das formas mais concretas de mantêm o ritual Pataxó.

“No tempo das festas dos índios não era como hoje, nos hoje estamos voltando a fazer as festas do dia 19 que eles brincam. De primeiro os índios não brincavam o *Awê*, só usava o batuque, eles batucavam a noite toda. Não usavam dançar abraçado um com outro. Isso começou depois de 51 para cá, (...). Hoje eles não querem brincar o batuque, só querem o *Awê* e o ritual antigo”.(Entrevista com José Piegas – Barra Velha- 29/03/05)

Quem puxa o *Awê* é sempre alguma liderança ligada a questão cultural do grupo, professor, jovem liderança, ou o cacique.

Nos rituais internos do grupo, muitas vezes o pajé é chamado para fazer a “limpeza” do ambiente. Com cachimbo na boca e uma vasilha com defumador de amesca – pedras de incenso -, ele percorre todo o ambiente onde está sendo *hamiado* o *Awê* e defuma todos os

D

C. nº 255022
Fis. 113
Rybrioz

Relatório de Revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

presentes. A fumaça é um elemento necessário e muito significativo para os Pataxó que, em sua maioria, invocam os encantados para defumar e curar.

Quando citamos a maioria, referimo-nos ao fato de que em algumas aldeias seus moradores são, na maioria, evangélicos, que atribuem outro significado ao ritual. Na Aldeia Guaxuma, por exemplo, o *Awê* é interpretado como a expressão da luta e da alegria Pataxó.

Boca da Mata e Meio da Mata, são as duas outras aldeias que estão inseridas na área já homologada como Terra Indígena Barra Velha e, por isso, o *Awê* tem as mesmas características da Aldeia Barra Velha. O que também acontece em Águas Belas, terra indígena homologada na década de 90.

Porém, percebe-se que nas aldeias que foram ocupadas a partir da reconquista territorial, nas chamadas “retomadas”, o *Awê*, além da característica do ritual mítico-religioso, passa a representar a luta política pelo território, a força guerreira Pataxó e a união em torno dos objetivos em comum do grupo. O que podemos perceber inclusive nas músicas entoadas, como a tradução abaixo transcrita:

“**Treze mil anos de história** – Treze mil anos de história, muita lenda e muita glória, nesta terra foram plantados. Chegaram às embarcações trazendo santos e ladrões e nos tomaram de emboscada, trouxeram histórias bonitas, muitos presentes e fitas, até um deus ofertaram, outra alma e outra crença um punhado de doenças e as nossas terras roubaram. Iabadelô cadê cunham – taí. Cadê as terras e os rios, criados por você. Aqui não tinha divisa, não tinha cerca ou picadas, nossas riquezas partilha, não se acumulava nada. Aqui não tinha amanhã, o hoje tudo garantia, quem pratica igualdade não precisa de utopia. Essa terra tinha dono, tinha uma grande nação, descoberta para os brancos para os índios invasão.” (trecho retirado do livro elaborado por professores indígenas Pataxó)

Aldeias como Guaxuma, Aldeia Nova, Pé do Monte, Corumbauzinho e Craveiro, tem no *Awê* a maior expressão da força, luta e resistência Pataxó, pois são elas fruto de retomadas realizadas a partir de 1999.

Religiosidade e Cosmologia

Para considerar a construção social e simbólica da identidade Pataxó cabe mencionar alguns vínculos estabelecidos entre as aldeias do entorno do Monte Pascoal, os diferentes santos católicos, e a implantação das igrejas evangélicas.

Diante do longo período de contato com a sociedade nacional e as profundas mudanças na organização social do grupo, apesar das aldeias de Barra Velha terem sua identidade indígena inteiramente definida, as manifestações culturais dos Pataxó sofrem várias influências da cultura dita “branca” apropriadas, relaboradas e resignificadas.

D

Relatório de Revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

As festividades da Semana do Índio acontecem em todas as aldeias Pataxó, entre os dias 19 e 22 de abril. Os indígenas enfeitam as aldeias, constroem pequenos *kijemes* (ocas) de palha, se pintam, vestem os *tup'sai* (saia de palha) e preparam comidas e bebidas tradicionais, como o peixe na patioba e o *cauim*, se reúnem no centro da aldeia, para *hãmiya* (dançar) o *awê* e entoar os cânticos tradicionais, em sua maioria com um tom de protesto e esperança.

Além das danças, os Pataxó “brincam” de lutas corporais, cabo-de-guerra, e disputa de arco e flecha. A maioria das atividades é realizada pelos jovens, porém, sempre sob o olhar atento e orientador dos anciões da aldeia.

Outras datas festejadas pelos Pataxó que demonstram a força do contato com o colonizador:

06 de janeiro – Festa de Reis

20 de janeiro – São Sebastião (puxada do mastro)

03 de fevereiro – São Brás

13 de junho – Santo Antônio

27 de setembro – Cosme Damião

08 de dezembro – Nossa Senhora da Conceição (padroeira da aldeia Barra Velha)

Das festas listadas, as três mais festejadas são a de São Brás, São Sebastião e Nossa Senhora da Conceição. Sempre permeadas de muita emoção e devoção, estas festas condensam o sincretismo católico, afro e indígena. A igreja de cada aldeia é enfeitada e os mastros levantados com a imagem do santo. Uma procissão é realizada passando por todas as casas, algumas são escolhidas para a entrada do mastro para que o morador retire um pedacinho dele e o guarde em sua casa como amuleto.

Apesar de serem proibidos de caçar em áreas de mata por estarem em sobreposição com o PNMP, a carne ainda é o alimento preferido dos Pataxó. É comum serem preparados bois inteiros (cortados em grandes pedaços e espetados e grandes pedaços de pau) em uma grande cova cheia de brasa e servidos assados.

A maioria da população das duas aldeias centrais, Barra Velha e Boca da Mata é católica. Apenas, recentemente, algumas igrejas evangélicas vêm ganhando espaço entre os Pataxó. Mesmo não proibindo nenhum tipo de ritual indígena, as igrejas evangélicas acabam imprimindo uma nova rotina na realidade Pataxó. Nas aldeias com predominância evangélica, as danças e rituais, em geral, exprimem apenas um caráter de festa ou protesto e não de espiritualidade como acontece nas aldeias com maioria católica.

Proc. nº 2559/82

Fis. 1134

Rubrica

- Aldeias com predominância da religião católica:

Barra Velha, Boca da Mata, Trevo do Parque, Pé do Monte, Corumbauzinho, Bugião, Cassiana e Águas Belas.

- Aldeias com predominância da religião evangélica:

Guaxuma, Meio da Mata, Aldeia Nova e Craveiro.

Proc. nº 2556/82
Fls. 1135
Rubrica

A experiência histórica do grupo relativa à “medição de 1943”, interpretada sob uma perspectiva cultural própria, produziu um mito de origem da ocupação da terra, transmitido de geração a geração, tanto que, ainda hoje, os moradores de Barra Velha exibem um forte sentimento do direito a terra.

Mas, seus mitos de origem não são só embasados no direito histórico. Na visão cosmológica do Pataxó da fazenda Guarani, em Minas Gerais, a água tem uma importância mítica (próximo ao mito Maxacali):

“De acordo com o índio Salvino dos Santos Brás, entrevistado por C. Valle (2001), o mito fundador Pataxó conta que o herói civilizador Txopai nasceu de um pingo de chuva, e de uma chuva subsequente nasceram os índios: “Daquele dia em diante, os índios começaram sua caminhada aqui na terra, trabalhando, caçando, pescando, fazendo festas e assim surgiu a nação pataxó. Pataxó é água da chuva batendo na terra, nas pedras, indo embora para o rio e o mar” (Valle 2001: 62). Na língua Maxakali existe o termo Putuxop, que é um dos catorze grupos de entes espirituais, yãmiyxop, da cosmologia Maxakali, abrangendo pássaros da família dos periquitos, papagaios e araras”

Uma outra história que podemos citar, essa de Barra Velha, registrada por Bierbaum (1990) e citada por Grunewald (2000), relaciona-se a “História do Céu” a um “mito de origem” de Barra Velha:

“Na época os índios andavam de lá pra cá: foram da mata pela praia e da praia pela mata. Sempre andando. Aí aconteceu um dia, que um índio atirou uma flecha de lá do Monte Pascoal ao céu. Foi lá prá cima. Caiu perto do mar. Todos os índios foram pra lá, criando a aldeia. E ainda hoje tem um céu na aldeia: tem um lugar lá, chamado céu.” (Grunewald, 2000:84, apud Bierbaum, 1990:1)

Ervas Medicinais

Algumas plantas medicinais e rezas foram mencionadas em entrevistas realizadas com o genro da falecida Dona Chiquinha, morador da aldeia Guaxuma. Ele nos contou com detalhe sua fé em Santa Luzia, protetora dos olhos e do porque se transformou em um devoto fervoroso. “*Há muitos anos atrás fiquei quase cego dos meus olhos, foi quando entreguei minha doença para Santa Luzia e ela me curou, desde então, faço festa e novena para ela todos os anos*”

Esse senhor é considerado na aldeia, até mesmo pelos evangélicos, como o rezador da aldeia Guaxuma. Também, utiliza plantas medicinais para cura de algumas doenças, como a anemia, dor de cabeça, dor de barriga, verme, gripes fortes, bicheira, feridas e outras.

A raiz da araruta, por exemplo, é utilizada como remédio para anemia e dor de barriga; a folha do abacate serve para diarreia; a copaíba é utilizada para problemas no útero, problemas na pele e etc.; o fedegoso para febre e dores no corpo.

Mesmo de forma precária, todos Pataxó tem alcance à medicina ocidental e alopatia através dos Postos de Saúde instalados nas aldeias. Mas, nem por isso cada aldeia deixa de ter o seu próprio pajé ou rezador. Esse tem uma função específica dentro do grupo, seja de cuidar de doenças do corpo e da alma, preparando garrafadas, chás, banhos “rezando” a pessoa contra mau olhado. É ele também, o conselheiro dos mais jovens e orientador nas decisões ligadas a espiritualidade.

As ervas medicinais utilizadas de forma tradicional pelos Pataxó, que descrevemos abaixo, bem como tantas outras que não nos foram possível catalogar, são encontradas nas áreas de mata dentro do Parna Monte Pascoal, e do seu entorno. Sendo assim, consideramos que toda área de mata também é imprescindível para manutenção cultural do grupo étnico em questão.

Tabela: ervas medicinais mais conhecidas e utilizadas pelos Pataxó

Designação Pataxó	Local encontrado	Uso Medicinal
Almesca	Mata e Capoeira	A resina serve para defumação contra mal olhado. Já a folha é usada para verme.
Aroeira	Mussununga e restinga	Um dos arbustos mais utilizados. O chá das folhas serve para: reumatismo, febre, dor no corpo. Para as diarreias usa-se o broto. Urticária e doenças na pele são curadas com o banho da folha de aroeira.
Buri	Mata Fresca	O coco verde pisado serve de chá para diabetes
Jussara Branca	Capoeira	Bater a Jussara verde para tirar o sumo, colocar o bagaço no lugar da picada da cobra.
Jasmim do Brejo	Brejo	Fazer chá para dor de cabeça
Braúna	Mata e capoeira	O chá serve para dores em geral, mas principalmente na coluna.
Bicuiba	Mata	Ralar a semente para fazer o chá que serve para dor de barriga e febre.
Bálsamo		Utilizado na forma de chá é bom para enfermidade nos rins.
Quina		Banhos de limpeza e para sarna
Pariri	Mata	O chá serve para dor de garganta

Babosa		O visgo da folha serve para queimadura
Capeba	Mata e campo	Da raiz se faz o chá para o fígado, já a folha serve para dor de estômago e ulcera.
Pau d' óleo/Copaíba	Mata de terra firme	O óleo serve para dor e verme
Mata-passo	Campo	O chá das folhas serve para febre.
Tiririquim	Campo	O chá das folhas serve para dor de cabeça.
Pinhão-roxo	Campo	Outra planta muito utilizada para febre, dor de cabeça e hemorragia.
Erva-cidreira	Campo	Utilizada como calmante, dor de barriga, febre e etc...

Considerações

Apesar terem sido considerados, por um longo tempo da história, um dos grupos indígenas mais arredios do sul da Bahia e um dos últimos a ser contatado na região compreendida entre os rios Pardo e de Contas, por volta do século XIX, atualmente os Pataxó, são no geral, um grupo que vive em relativa interação com os regionais, o que não quer dizer que essa relação não seja permeada de conflitos.

“Alguns teóricos compartilham com a noção de etnogênese, o que poderia se dizer a antítese da aculturação. Essa noção traz consigo um processo de criação de um grupo étnico, onde seus membros buscam gerar sua própria cultura, em contradição a uma outra cultura”.

“A posição histórica passa se positiva para o grupo, pois a partir de descontinuidades históricas um determinado grupo étnico remodela-se diante de situações específicas”.
 (Grünwald, 2000: 51)

Podemos perceber essa assimilação nas festas e outras formas culturais vivenciadas pelos Pataxó como, por exemplo, na alimentação. A introdução de alimentos industrializados foi lenta, mas decisiva para, inclusive, alterar a saúde e o ritmo de vida dos indígenas. Contudo, percebemos que alguns hábitos foram extremamente preservados e outros estão sendo resgatados como a utilização das ervas medicinais e outros.

Atualmente, as refeições dos Pataxó são basicamente compostas do que é produzido nas aldeias, como a mandioca, abóbora, batata, peixe, bolo de mandioca, bolo de tapioca, mingau de banana, araruta e beijú pela manhã, acrescidas de café, biscoito, margarina e outros. Já o almoço e o jantar são compostos de: arroz, feijão, macarrão, farinha, algumas verduras como quiabo e abóbora, e quando possível é incrementado por frango, peixe ou carne de gado.

Proc. nº 25548
Fls. 138
Rubrica

Relatório de Revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

Não existe como negar o alto grau de integração em que se encontram os Pataxó, contudo também é notória a forma diferenciada em que esse grupo vive, sendo sempre reconhecidos pelos não-índios como os índios-caboclos de Barra Velha e do Monte Pascoal.

Na alimentação, religião, festas, e em toda forma de expressão cultural os Pataxó mantêm características culturais extremamente enraizadas e peculiares a esse grupo étnico do tronco Macro-Jê.

Faz-se assim, urgente que o Estado reconheça o território Pataxó integralmente, com suas matas (PNHMP), cabeceiras de rios, locais míticos e área agricultável, garantindo desse modo, a possibilidade de manutenção desse resistente grupo étnico que apesar de todo impacto sofrido ao longo dos últimos séculos se mantém culturalmente coeso frente à Sociedade Nacional.

Relatório de Revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

A vila de Corumbau está localizada no município do Prado, à margem direita do rio homônimo, a uma distância aproximada de 220 km de Porto Seguro (BR 101). O rio que dá o nome ao povoado marca a divisa dos municípios Porto Seguro e Prado e está a 6 km do centro da aldeia Barra Velha.

O acesso via terrestre, mais utilizado é pela BR 101 e por Itamaraju, de onde se segue até alcançar um povoado conhecido como Guarani. Na saída do povoado tomamos uma estrada de terra (o trecho é de 60 km de estrada muito precária) e, talvez por isso, Corumbau ainda não tenha sido completamente invadida pelo turismo.

Corumbau, na realidade, é formada por três pequenos núcleos de casas residenciais e lojas. Logo ao chegar à orla, encontramos um agrupamento de casas e um pequeno comércio. O local é conhecido, pelos índios, como Carrola. Encontramos também algumas pequenas pousadas, construções bem mais simples do que as encontradas no caminho para Ponta de Corumbau. Seguindo pela estrada no sentido Carrola-Corumbau-Ponta de Corumbau podemos verificar algumas poucas casas residenciais e grandes terrenos vazios.

Logo em seguida, 1.500m aproximadamente, existe outro aglomerado de casas que passam parte do ano fechadas, pois a maioria delas são ocupadas nos períodos de veraneio. Seguindo pela estrada de terra a beira mar, encontramos algumas pousadas, distantes entre si, construídas entre a faixa de praia e o mangue.

Chegando à Ponta de Corumbau, visualiza-se um pequeno povoado assentado em uma estreita península, com praias de águas calmas e claras. São aproximadamente 70 casas construídas de maneira simples, sendo algumas de taipa e madeira, e outras de alvenaria e telha colonial. Algumas barracas de praia funcionam, principalmente no verão, próximas ao Farol da Marinha.

Conforme já descrito nos capítulos anteriores, não foi possível realizar o cadastramento de todos os moradores e edificações de Corumbau. Mas calculamos que existam, entre a vila e a ponta de Corumbau aproximadamente duzentas construções entre casas e pousadas, uma igreja evangélica (Maranata) e uma católica, sete barracas de praia (construídas em madeira e palha), um farol da marinha, um camping, um posto de saúde e uma creche, posto da administração do povoado (Prefeitura) e da RESEX Corumbau, os quais funcionam em casas comuns.

O GT também presume que existam dez pousadas de pequeno e médio porte, e seis de alto nível, entre elas três de projeção internacional. Os preços das diárias das pequenas e médias variam entre 35,00 e 100,00 por pessoa, dependendo do período da reserva.

D

7 - SEXTA PARTE – LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Apresentação

Os dados apresentados neste item do Relatório são uma síntese do Relatório Fundiário elaborado pelo Engenheiro Agrônomo Auen Modesto Planalto, acrescida de uma análise sociológica da situação fundiária da região em questão. Aproveitaremos a maior parte do seu relatório que segue anexo na íntegra a este, no qual o autor procurou contextualizar a ocupação da região e o atual quadro fundiário, descrevendo as ocupações não-indígenas identificadas durante o levantamento realizado em campo.

Metodologia

Através da Portaria nº 528/PRES, de 05 de maio de 2006, foi composto o GT para realizar estudos cartorial e fundiário das ocupações dos não-índios, elemento necessário para a implementação do processo de revisão de limites da TI Barra Velha. O GT fundiário foi assim composto:

- Auen do Planalto Modesto Pimentel - engenheiro agrônomo CGAF/DAF
- Paulo Jorge Ferreira – técnico agrícola FUNAI/AER Paulo Afonso
- Jailton Gerino Maciel – motorista FUNAI/NAL Porto Seguro
- Marilton Paulo Menezes da Silva – topógrafo FUNAI/NAL Monte Pascoal
- Alfredo Santana Ferreira – liderança indígena Aldeia Boca da Mata

Faz-se necessário observar que a indicação do Alfredo Santana Ferreira, Presidente do Conselho de Caciques, para participar dos trabalhos do GT foi resultado de uma grande reunião realizada no Núcleo de Apoio Local Monte Pascoal da qual participaram mais de 60 lideranças das 11 aldeias da TI Barra Velha. Alfredo participou de forma integral no GT fundiário. Porém, não descartamos a participação eventual de outras lideranças durante a realização do levantamento de campo. Podemos destacar algumas importantes lideranças como: Vaqueiro, João Braz, Manoel Santana, Jovino, Romildo, Osiel Braga e outros que apoiaram o grupo sempre que necessário.

A Portaria nº 528/06 foi alterada pela Portaria nº 538/06, incluindo o servidor:

- Jorge Saraiva Sobrinho – técnico agrícola CEPLAC/BA

Já a Portaria nº 628/06, inclui:

- Paulo Adriano de Morais Medrado – engenheiro agrônomo INCRA/Itamaraju/BA

Antes mesmo de iniciar os trabalhos de campo, realizamos algumas reuniões na Diretoria de Assuntos Fundiários/FUNAI, com objetivo de avaliar a situação da região e planejar a atuação de campo.

Houve um entendimento com a então Diretora para realizássemos apenas o levantamento cadastral dos ocupantes não-índios da região em questão. Por trata-se de uma área com muitos ocupantes, se optássemos pelo levantamento completo de benfeitorias nosso prazo de campo se prolongaria muito.

Além disso, por ser a regularização fundiária de uma terra indígena, um processo de alta complexidade e que costuma tornar-se extremamente moroso, os valores de benfeitoria se tornariam defasados antes da conclusão dos trabalhos, o que exigiria que o levantamento fosse refeito.

Atendendo a orientações da Diretoria de Assuntos Fundiários, encaminhamos ofícios para as Prefeituras de Porto Seguro, Prado e Itamaraju, marcamos reuniões com a Associação dos Produtores Rurais da região e com representantes da comunidade local dos povoados de Caraíva, Corumbau e São Geraldo. Também, mantivemos contato permanente com todos os interessados em esclarecer dúvidas quanto às características do nosso trabalho e que nos procuraram no Núcleo de Apoio Local Monte Pascoal.

No que diz respeito à Associação dos Produtores Rurais realizamos uma reunião nos primeiros dias do trabalho de campo, momento em que apresentamos a Portaria do GT e esclarecemos eventuais dúvidas. Estavam presentes, na ocasião, aproximadamente 20 representantes dos produtores rurais advogados e procuradores dos fazendeiros. Entre eles, o advogado da Associação dos Produtores Rurais do Entorno do Monte Pascoal, que vem acompanhando o processo desde o início. Apesar de aparentemente a reunião ter transcorrido de forma tranqüila, houve momentos de grande tensão. Tentamos esclarecer todos os questionamentos sobre a legislação que regulamenta a questão fundiária de terras indígenas e o trabalho a ser realizado. Por fim, os representantes dos proprietários presentes na reunião solicitaram um tempo para analisarem a situação e se posicionarem diante dos fatos.

Relatório de Revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

Enquanto aguardávamos o posicionamento dos produtores rurais, iniciamos os trabalhos aplicando os LVAs nos Assentamentos Rurais Terra Nova, Reunidas Corumbau, Santa Cruz do Ouro e Córrego da Barriguda, o último implantado com investimentos do MDA, cumprindo assim o compromisso assumido com o INCRA na Câmara de Conciliação e Arbitramento da Advocacia Geral da União – AGU.

Vale ressaltar que foi valorosa a participação do Sr. Paulo Jorge – técnico do INCRA, no Grupo Técnico -, pois além de facilitar nosso entendimento com os assentados, conhecia toda questão fundiária da região, o que nos ajudou muito. Também, realizou um levantamento e cadastrou os possíveis clientes da reforma agrária entre ocupantes não-índios.



Paulo - Servidor do INCRA e o GT em reunião no PA Terra Nova

Após o término do levantamento nos Projetos de Assentamento, demos início ao levantamento cadastral nas fazendas da região. Entretanto, dias depois fomos procurados por representantes da Associação que nos informaram que a decisão dos Produtores era de não aceitar a realização do levantamento de benfeitorias nas fazendas. Tentamos argumentar explicando que estávamos cumprindo as determinações do Decreto nº 1775/PRES, entretanto não houve entendimento possível e mantiveram a negativa.

Na tentativa de inviabilizar o trabalho de campo, os produtores rurais, através das rádios locais, fizeram várias chamadas com informações distorcidas o que assustou muito os habitantes da região. Por já terem passado, em períodos anteriores, por movimentações de “retomadas” dos Pataxó, os fazendeiros fecharam as porteiras e se negaram a dar informações para o preenchimento do laudo sócio-econômico dificultando a atuação do GT.

O mesmo fato aconteceu com os povoados de Caraíva e Corumbau, que alvoroçados com a situação, não permitiram a presença dos membros do GT na região.

D

Cabe ressaltar que poderíamos ter solicitado a Procuradoria da FUNAI que entrasse com um pedido de liminar judícia para que pudéssemos cumprir o dispositivo legal do que trata os parágrafos 1º e 2º, do art.2º do Decreto nº 1.775 e solicitado o apoio da Polícia Federal durante o período dos trabalhos de levantamento fundiário.

Porém, como é facultado, segundo orientações da legislação vigente, apenas publicar no DOU os nomes dos ocupantes não-índios e não o levantamento fundiário contendo a valoração dos imóveis, o que será realizado assim que for publicado o Resumo do Relatório no DOU, ato que demonstra o reconhecimento pela FUNAI da tradicionalidade de ocupação indígena, optamos por não gerar mais conflitos na região, fato que poderia agravar a situação de instabilidade e violência que rege o cotidiano dos Pataxó.

Repassadas as informações sobre o andamento dos trabalhos, a DAF orientou-nos a tomar as coordenadas geográficas das fazendas e a buscar o maior numero de dados possíveis junto às instituições locais, como Prefeitura, cartório, CEPLAC, INCRA, COELBA e outras. O GT continuou visitando as fazendas para tentar quebrar a resistência tendo sucesso em alguns casos. Mesmo com a postura forte e por vezes agressiva dos proprietários rurais da região, alguns fazendeiros autorizaram o levantamento integral, como foi o caso da fazenda Oriente, por reconhecerem que a presença indígena na área é imemorial, tradicional e permanente.

O resultado final foi que, no total, foram realizados 136 (cento e trinta e seis) cadastros novos e 3 (três) atualizações distribuídas pelos seguintes locais:

- PA Três Irmãos;
- PA Reunidas Corumbau;
- PA Terra Nova;
- Assentamento Córrego da Barriguda;
- Vila São Geraldo;
- e imóveis rurais Entorno do Monte Pascoal.

7.1 - Histórico de Ocupação Não-Indígena do entorno do Monte Pascoal

Podemos dizer que a ocupação territorial dos Pataxó de Barra Velha articula-se com as diferentes frentes de pressão, usos políticos e simbólicos da área envolvendo todo entorno do Monte Pascoal. Uma história longa e conflituosa, pontuada por disputas envolvendo vários atores políticos e embasada nos conflitos de competência entre órgãos

governamentais.

É fato que desde a chegada dos Portugueses ao litoral brasileiro o objetivo principal era a exploração dos recursos naturais. Segundo fontes históricas desde o século XVIII, a retirada de madeira da Mata Atlântica é registrada na região.

Inicialmente, a ocupação do território brasileiro se deu exclusivamente nas regiões litorâneas, na qual foram fundadas as primeiras vilas e missões. A penetração para o interior se dava para captura de índios, a busca de minerais, a criação extensiva do gado e a exploração da madeira. Somente no século XVII a população litorânea, já estabilizada, dá início à efetiva ocupação das terras do interior. Esta ocupação veio ser consolidada somente durante o ciclo da cana-de-açúcar.

Contudo, na região de Porto Seguro a implantação dos engenhos não foi bem sucedida, principalmente em virtude da forte resistência de grupos indígenas do Tronco Macro-Jê oriundos do interior, entre os quais estavam os Pataxó .

Até meados do século XIX a exploração econômica da região sul da Bahia restringia-se às culturas de subsistência, implicando em uma baixa ocupação das regiões interiores:

“Tal estado de coisas dominou a cena das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro durante os séculos XVII e XVIII, período em que as acanhadas povoações costeiras pouco mais que vegetaram, situação que ainda perdurava no início do século XIX (veja-se, por exemplo, Aires de Casal, 1817), e que, certamente, explica a extinção dessas capitanias.” (Sampaio, 2.000: 125)

Essa situação permitira até então a preservação de grandes extensões de mata intocadas, um refúgio seguro para os grupos Pataxó. Porém, a partir deste período o Governo Imperial decide implantar melhor sistema de controle das rotas de deslocamento entre o Rio de Janeiro e o interior de Minas Gerais e outros centros de produção, determinando a criação de fortificações nos cursos médios de todos os rios principais entre o Doce e o Pardo, daí partindo ataques sistemáticos aos povos indígenas refugiados no interior, os quais eram vistos como um dos principais empecilhos ao desenvolvimento da região.

Historicamente, podemos pontuar como divisor temporal de intensificação do processo de ocupação desta área, no século XX, os anos 50, momento da grande expansão cacaueira, da pecuária e da exploração de madeira das floretas nativas.

Nos anos 80, com o crescimento do turismo houve uma supervalorização dos terrenos litorâneos empurrando a produção cacaueira para o interior. Enquanto a pecuária

seguia um processo inverso, partindo do interior para a faixa litorânea ocupando vácuo produzido pelo desmatamento e a conseqüente facilidade criada para formação de pastagens. (Franzeres, 2005)

Já a extração de madeira, que vinha sendo desenvolvida desde o período colonial, intensificou-se ainda mais no início do século passado com a construção da Estrada de Ferro Bahia/Minas. Podemos afirmar que, entre as décadas de 50 a 80, a extração de madeira passa ser a atividade econômica mais relevante de todo extremo sul bahiano.

Mas, sem dúvida nenhuma, a grande mudança no modelo de ocupação e pressão sobre os recursos naturais do extremo sul da Bahia ocorreu a partir da década de 70 com a implantação da BR-101.

Nesse período, a concentração fundiária se intensifica. A região, que antes era subdividida em pequenas posses familiares, onde as atividades predominantes eram voltadas para produção de subsistência exercida, muitas vezes, em regime de meia passa a ser loteada em grandes áreas de pecuária com mais de 500 ha de extensão.

Esse processo de espoliação e pressão sobre os pequenos produtores foi também responsável pela alteração na ocupação indígena. Sofrendo pressão para ocupar de forma tradicional suas terras, os Pataxó passaram a viver em pequenas posses tendo que complementar a renda familiar empregando-se nas fazendas. Em conseqüência, muitos passaram a viver mais próximo a vilas do entorno do Monte Pascoal.

Como já foi referido em capítulos anteriores, o Parque Monumento Nacional Monte Pascoal foi demarcado em 1943 em área doada pelo Estado da Bahia. Essa área tinha aproximadamente 100 mil hectares, contudo, na demarcação de 1961, a área do Parque foi reduzida para 22.500 ha.

Fazendo uma análise na ocupação dos não-índios do entorno do Monte Pascoal, do período que corresponde às décadas de 1940, 50 e 60, verificamos que a maioria das posses nessa região estava nas mãos de políticos de Porto Seguro e do Prado e de parentes de agentes do IBDF, como os irmãos do Siquara (Aquiles Siquara) e do Ferrinho. Talvez, por isso a redução na área homologada para o Parque.

Eudaldo Rodrigues, parente (provavelmente primo) de Julio Rodrigues de Cumuruxatiba e de Theodomiro (então vice-prefeito de Itamaraju), também detinha uma posse na região sul da área, onde explorava madeira.

“Os conflitos sócio-ambientais desencadeados entre os grupos sociais índios, fazendeiros,

DC. nº 1656
Dis. 9115
Rubrica

Relatório de Revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

nativos, chegantes, assentados e agricultores foram gerados pelo processo de ocupação da região, iniciado em 1534. Quando a área era de ocupação pelos índios. A ocupação atual retrata diferentes estruturas de poder que vigoram ao longo do período e, em segundo os vários ciclos econômicos vivenciados, associados aos interesses de grupos sociais distintos e ao desenvolvimento tecnológico.” (pg 25 – Luciene)

Empresas como a SICAN – Serraria e Indústria de Compensados Alves Marques Ltda -, a BRALANDA, a Flonibra e outras, estiveram presentes na região, no século XX, explorando madeira, principalmente a denominada branca para fabricação de compensado.

No final dos anos 80 iniciam-se movimentos sociais envolvendo pequenos produtores rurais sem-terra e, assim se inicia outro tipo de conflito, entre índios e representantes do MST.

Algumas fazendas nas proximidades do rio Corumbau, como as de propriedade da família Mascarenhas (conhecida politicamente em Itamaraju), foram desapropriadas pelo INCRA para implantação de Projetos de Assentamento, como o PA Reunidas Corumbau e o PA Três Irmãos.

7.2 - Caracterização das atuais ocupações

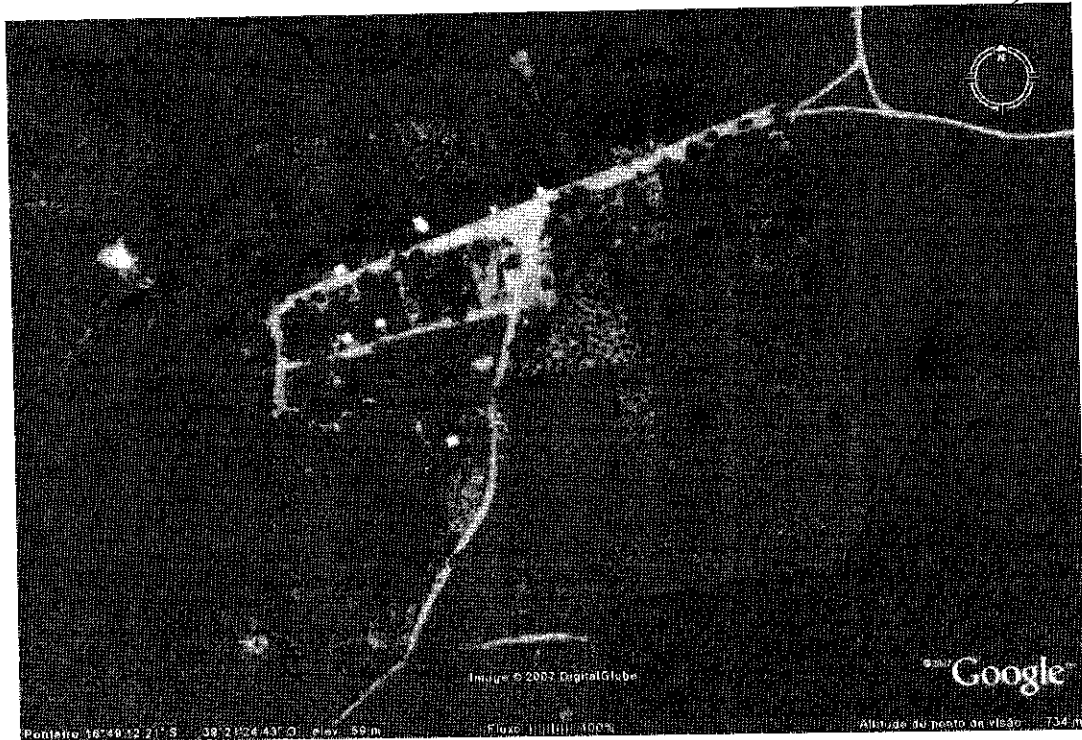
Como resultado do levantamento fundiário, conseguimos depreender que na área proposta para revisão da TI Barra Velha, além do Parque Nacional do Monte Pascoal e de Projetos de Assentamentos Rurais, existem também outros tipos variados de ocupações não-índigenas. Uma grande parte é de fazendas de criação de gado de corte e exposição e de cultivo de cacau. Mas, também encontramos plantações das mais variadas como de mamão, pimenta-do-reino e outras.

Uma área de aproximadamente 1.645 ha é de reflorestamento de eucalipto da Empresa Veracel, sendo que como as áreas não são cercadas não foi possível precisar quantas propriedades estão incluídas e se são fomento ou de propriedade da empresa.

Na pesquisa cartorial detectamos que a maioria dos registros das fazendas foram feitos a partir da década de 80. Em pesquisa nos livros de registro do Prado (a partir do livro de 1954), Comarca responsável pelos registros da região de Corumbau até o povoado de Escondido, hoje Itamaraju, encontramos pouquíssimas referências de posses primárias na região. As referências começam a aparecer a partir do final da década de 70.

São Geraldo é uma pequena vila incrustada na terra Pataxó, próximo ao rio Cimitério. Um povoado de pouco mais de 30 famílias que vivem do trabalho que executam nas fazendas da região.

AD



Povoado de São Geraldo – Google Earth

7.3 - Projeto de Assentamento Terra Nova (INCRA)

O PA Terra Nova está localizado nas proximidades da BR 101, no município de Porto Seguro – BA. Foi criado por volta de 1999, após o conflito entre assentados dos PAs Reunidas Corumbau e Três Irmãos e os índios das Aldeia Águas Belas e Corumbauzinho.

Entre os anos de 1998 e 2000, vários conflitos entre índios e seguidores do Movimento dos Sem-Terra foram desencadeados na região de Corumbauzinho. Tal fato se deveu ao fato do INCRA ter assentado alguns grupos do MST em terras que vinham sendo reivindicadas há anos pelos Pataxó. Muitos dos assentados do PA Terra Nova contam que foram transferidos pelo INCRA, mas que nunca receberam a indenização das benfeitorias que deixaram para traz.

Atualmente, as trinta e uma famílias assentadas, há 8 anos no PA Terra Nova, vivem da agricultura de subsistência e da criação familiar de bovinos. No PA encontramos uma boa infra-estrutura de água, luz, posto de saúde e uma pequena escola.

D

7.4 - Projeto de Assentamento Três Irmãos (INCRA)

O processo de regularização fundiária da TI Águas Belas, que resultou na demarcação de aproximadamente 1.200 ha, foi iniciado conforme consta no Processo FUNAI/BSB/0675/86, com a constituição do GT Portaria nº 1847/E, de 28 de março 1985.

Na época as únicas ocupações não-indígenas detectadas foram a do Sr. Reinaldo Tavares Marinho (posseiro) e a da SICAN - Serraria e Indústria de Compensados Alves Marques Ltda. Já o relatório fundiário final apontou mais um ocupante, "Capixaba de Tal" - Fazendas Águas Belas -, possível posseiro de parte da Fazenda Reunidas Corumbau, espólio de Artur Mascarenhas.

Durante a demarcação física da área houve um impasse entre um proprietário de um imóvel rural contíguo - Sr. Graciano -, que alegava estar sendo afetado pela demarcação, o que fez paralisar o processo por alguns anos. Após sete anos de disputas judiciais, a FUNAI retomou a demarcação. Entretanto, alguns outros problemas foram detectados. Paralelamente ao procedimento de regularização fundiária dessa área como terra indígena, o INCRA, vinha realizando levantamentos na Fazenda Três Irmãos, conforme Processo INCRA nº 0350/93, visando desapropriá-la para ser criada a PA Três Irmãos. Nesse sentido, foi publicado um ato Presidencial - Decreto nº 97.773 de 22 de maio de 1989 -, declarando-a de interesse social para fins de reforma agrária

"Curiosamente, 64% aproximadamente, da área do imóvel rural destinado a reforma agrária incidiram na TI Águas Belas, cujo ex-proprietário Sr. Graciano Salvador, interferiu na demarcação da terra indígena em 1988" (Processo nº 0425/99, fls.021)

A TI Águas Belas foi declarada de posse indígena em 17 de maio de 1996, por meio da Portaria nº 312, porém, por ser a desapropriação para fins de reforma agrária um processo mais rápido, o PA Três Irmãos foi criado em julho de 1993. Entretanto, apenas trinta e dois lotes dos quarenta e quatro incidiram totalmente na terra indígena, outros quatro parcialmente e oito ficaram totalmente fora.

A Terra Indígena Águas Belas também incidiu em parte do PA Corumbau (58 ha), situado entre a linha seca da demarcação física e o córrego Água Vermelha.

Durante a "retomada" de Corumbauzinho pelos Pataxó, sete desses lotes do PA Três Irmãos foram ocupados, permanecendo na posse dos índios até a presente data. De acordo com o relatório do engenheiro agrônomo Sr. Auen, graças a acordo firmado entre a FUNAI e a CEPLAC foi possível realizar o levantamento das benfeitorias tanto dos lotes do PA

Corumbau, quanto os do PA Três Irmãos, restando apenas dois lotes que foram avaliados por nosso GT: o de Dna. Tereza Francisca e Luciano Fernandes.

Proc. nº 256/82
Fls. 1148
Rubrica

7.5 - Projeto de Assentamento Reunidas Corumbau (INCRA)

O PA Corumbau foi criado em 1997 e está localizado no município de Prado, especificamente na área ocupada pelos Pataxó da TI Corumbauzinho. O seu limite margeia o rio Corumbau, ao sul do Parque Nacional Monte Pascoal, e a TI Águas Belas.

Inconformados com a instalação do PA em terras tradicionalmente ocupadas, os Pataxó que já reivindicavam a regularização da terra ocuparam a maior parte do PA em 1999 retirando aproximadamente 72 famílias já assentadas pelo INCRA.

Com objetivo de levantar os dados dos assentados retirados do PA em 2002, foi realizado um acordo com a CEPLAC que forneceu a lista a FUNAI (anexo relatório fundiário) com os dados dos 72 antigos ocupantes do PA.

Conforme informação repassada a FUNAI pelo Ofício nº 07/2006/ASS/GM-MDA, "dentre vários problemas advindos para essas famílias expulsas, possivelmente o que mais tem lhes trazido dificuldades é de terem se tornando inadimplentes dos financiamentos do Pronaf obtidos em 1997 em função de serem assentados da reforma agrária, conforme documento anexo; (...) essas famílias não tem qualquer possibilidade de adimplir os contratos de financiamentos obtidos junto à Agência do BNB S.A de Itamaraju/BA. Mesmo assim, essas famílias têm sido acionadas pelo BNB, que inclusive já às inscreveu nos devidos cadastro de devedores e de proteção de crédito, o que evidentemente tem trazido grandes transtornos (...)"(Ofício nº 07/2006/ASS/GM-MDA)

Tendo em vista o início dos estudos de identificação da TI Corumbauzinho em 1999, o INCRA se posicionou optando por aguardar a resultado do trabalho. Contudo, com o decorrer do tempo e a demora na entrega do Relatório pela antropóloga Maria Rosário Gonçalves Carvalho, os conflitos entre os assentados e os indígenas foram se acirrando. Na tentativa de minimizar esse conflito, o INCRA acomodou parte dos assentados no PA Terra Nova e em outros da região. Entretanto, o problema da dívida dos assentados com várias Instituições Federais e Bancos permanece até o presente momento, impossibilitando essas famílias a acessar novos créditos. Sendo assim, faz-se necessário que no âmbito da Câmara de Conciliação seja realizada gestão para resolução do caso em pauta.

Atualmente, a área que incide na Terra Indígena Barra Velha, ao norte da estrada que liga a Corumbau, está completamente ocupada pelos Pataxó. Já a área ao sul da estrada incide na Terra Indígena Cahy/Pequi – Comexatiba, em estudo, e encontra-se ocupada por aproximadamente 30 assentados não-indígenas que ali permaneceram desde o período do assentamento.

①

7.6 – Projeto de Assentamento Fazenda Cruz do Ouro (INCRA)

A Fazenda Cruz do Ouro está localizada no entroncamento da BR 101 com a BR 498, na altura da entrada do Parque Nacional Monte Pascoal, no município de Itamaraju-BA. Segundo informações contidas no Processo nº SR-0554160.001657/2004-12 do INCRA, tal fazenda foi desapropriada para fins de Reforma Agrária em 2005, sendo que parte dela incide em área ocupada tradicionalmente pelos Pataxó.

Com aproximadamente 1.800ha, ela se divide em 1.500 ha na margem direita da BR-101, no sentido Bahia-Espírito Santo, e 300 ha na margem esquerda. E são esses 300 ha que incidem na parte oeste da TI Barra Velha do Monte Pascoal, mais precisamente na Aldeia Trevo do Parque.

Por meio do memorando nº 036/AGU/CGU/2005, foi solicitado a PGF que determinasse a PFE-INCRA o “não ajuizamento da ação de desapropriação pelo prazo de 120 dias” tempo suficiente para aguardar a finalização dos trabalhos de identificação por parte da FUNAI.

Paralelamente, foi indicada pelo Incra e FUNAI a instalação de uma Câmara de Conciliação e Arbitramento *ad hoc*, tendo em vista a iminência da judicialização do conflito entre o INCRA e a FUNAI acerca da fazenda Cruz do Ouro. Essa mesma Câmara foi criada também para solucionar alguns impasses junto ao IBAMA e FUNAI.

A Câmara foi criada e, desde então, todos os assuntos pertinentes à sobreposição de Unidade de Conservação, Projeto de Assentamento e Terra Indígena, vêm sendo discutidos e avaliados pelo grupo representante.

Contudo, o impasse sobre a fazenda Cruz do Ouro foi resolvido entre os índios e os representantes do MST em reunião realizada no escritório do INCRA em Itamaraju. A decisão foi: os índios não encaminhariam o documento solicitando a suspensão da desapropriação da fazenda e, em contrapartida, o Movimento Sem Terra anteciparia a liberação dos 300 ha que incidia na terra indígena em estudo.

7.7 – Assentamento Córrego da Barriguda (CDA/MDA)

O Assentamento Córrego da Barriguda está localizado no município de Itamaraju, BA, próximo a BR-101. Foi estabelecido por meio da aquisição do imóvel Reunidas São

Proc. nº 2556/82
Fis. 1490
CANCEL

Relatório de Revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

João pela Associação Córrego da Barriguda através do Programa Nacional de Crédito Fundiário “Cédula da Terra” do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Logo que iniciamos o GT de revisão de limites, em 2006, um grupo de associados nos procurou no NAL Monte Pascoal, solicitando informações sobre os nossos trabalhos. Pouco tempo depois, uma advogada do MDA nos procurou em Brasília. Repassamos todas as informações necessárias e solicitamos que o MDA participasse da Câmara de Conciliação.

Ante essas situações de conflito, o GT priorizou os trabalhos do fundiário no Assentamento Córrego da Barriguda e nos Projetos de Assentamentos do INCRA, tendo inclusive a anuência total dos assentados.

Conforme mapa de delimitação, o Assentamento Córrego da Barriguda está totalmente inserido na TI Barra Velha do Monte Pascoal. Lá vivem 29 famílias assentadas de não-índios em uma área coletiva com plantio de café, cacau, pastagem e construções rurais. Conta também com uma pequena escola.

O processo de avaliação das benfeitorias transcorreu com tranquilidade. Contudo, vários questionamentos foram apresentados pelos assentados preocupados em conhecer as perspectivas que lhes restariam caso fossem retirados da área. A principal questão é quanto à dívida referente ao financiamento dos projetos agrícolas e da compra da fazenda após o reconhecimento da terra indígena.

Conforme informação do Sr. Auen, algumas das benfeitorias do assentamento foram implantadas com recursos próprios. Outras, porém, obtiveram financiamento governamental para plantio do café, construção de algumas casas, implantação de rede elétrica e hidráulica e abertura de estradas internas.

Vila Caraíva

Apesar de não estar incluída na proposta, entendemos ser importante apresentar algumas características dessa Vila que levantamos enquanto não se tinham definidos os limites a serem propostos.

Caraíva é uma pequena vila situada num dos distritos de Porto Seguro com aproximadamente 516 habitantes. A vila está instalada em uma ponta de areia, ao norte da TI Barra Velha, e é cercada a leste pelo Oceano Atlântico, ao norte pelo rio Caraíva, e a oeste pelo Parque Nacional Monte Pascoal, sendo que o acesso só é possível de canoa por Nova Caraíva, ou através da terra indígena.

Proc. nº 157282
Fls. 17
Rubrica

Relatório de Revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

Ela pode ser dividida informalmente em quatro regiões: a Rua do Rio (centro ou parte comercial), a Rua das Cacimbas e a do Campo de Futebol, da Escola, da Igreja (onde se encontram os espaços comunitários); a Ponta da Barra, local de concentração dos turistas, e a praia que concentra as casas de veraneio. (IPHAN, 2000)

Existem, atualmente, algo em torno de 100 edificações entre lojas de comércio e residências, em sua maioria, pousadas e casas de veraneio, ocupação bem diferente da que se apresentava em 1986. São casas simples, edificadas com madeira e alvenaria, pintadas em tons coloridos deixando um ar de cidade histórica. A vila também é servida de duas escolas, de 1ª a 5ª série, um posto de saúde, e uma pequena igreja.

Segundo informações do Administrador da Vila, indicado pela Prefeitura de Porto Seguro, não há nenhum imóvel titulado em Caraíva, pois a área pertence à Marinha do Brasil. Mesmo assim, os moradores nos informaram que pagam IPTU à Prefeitura de Porto Seguro.

Como apresentado no Capítulo sobre Caraíva, muitas das ocupações estão sendo vendidas a preços exorbitantes a turistas estrangeiros, levando os “nativos” a se transferirem para áreas mais distantes, ocasionando um processo de favelização sem precedente na região.

No que diz respeito ao levantamento fundiário, nos primeiros dias do trabalho de campo, o GT marcou uma reunião com os moradores da vila com objetivo de apresentar o GT e esclarecer eventuais dúvidas. A princípio todos se mostraram apreensivos, mas se colocaram a disposição para prestar as informações necessárias. Apesar disso, dois dias depois, quando retornamos para iniciar os trabalhos, fomos impedidos.

As informações que obtivemos foram junto a CEB (mapa anexo), associações comunitárias e internet. Contudo, cabe ressaltar que ainda não é consenso entre os índios a inclusão de Caraíva nos limites da Terra Indígena.

Vila de Corumbau

Corumbau, tal qual Caraíva não está totalmente inserida na proposta de revisão de limites, mas mesmo apresentaremos uma breve caracterização. Porém, também não conseguimos realizar o levantamento completo nessa área, sendo assim, a indicação é que após a publicação do Resumo no Diário Oficial da União, a FUNAI constitua um GT de fundiário para realizar o que não conseguimos fazer. Pois, caso continue a resistência por parte dos ocupantes não-índios, a FUNAI poderá requisitar uma liminar judicial.

D

Atualmente, Corumbau conta com rede elétrica (instalada em 2006) e rede de água (instalada em 2005).

No relatório fundiário (anexo) está inserida uma lista entregue ao GT pelo Sr. Milton, índio nascido em Barra Velha, que mora na ponta de Corumbau e foi presidente da AREMACO. Essa lista apresenta 46 famílias, em sua maioria de índios, que vivem no povoado de Corumbau. Nenhum morador de Corumbau detém título da terra por se tratar de uma área da Marinha, o que nos impossibilitou levantar informações junto aos cartórios da região.

Porém, nem todas as ocupações apresentadas na lista do Sr. Milton incidem na área proposta pelo GT.

Limoeiro

O vilarejo conhecido por Limoeiro está localizado próximo à confluência dos rios Caraíva e Cemitério, a oeste da aldeia Boca da Mata. Pelo que pudemos detectar, é praticamente todo ocupado por famílias indígenas que mantiveram suas posses desde a diáspora de 1951.

Esse grupo, que mantém estreitas relações com Barra Velha, tem laços de parentesco com Adalto, liderança expressiva dessa aldeia. A relação com as aldeias Boca da Mata e Meio da Mata também é intensa, principalmente nas festas onde grupos familiares das três localidades se encontram mantendo a proximidade nas mais diversas relações.

Ocupantes de uma faixa do DNER – BR 498 e 101

Numa estreita faixa da BR 498 (DNER) que se inicia na BR 101 e dá acesso ao Parque Nacional Monte Pascoal, encontramos alguns ocupantes não-indígenas vivendo em situação de extrema precariedade. São várias famílias que residem em casas de taipa e cobertas de telhas eternit, sem nenhuma infraestrutura de água, luz e saneamento básico. Essas famílias sobrevivem das roças implantadas nos pequenos quintais, a criação de animais de pequeno porte e de trabalhos esporádicos em fazendas da região. Segundo informações do técnico do INCRA, há registros de ocupantes que vivem nessa situação há mais de 30 anos. Alguns estão se organizando em associações, com o apoio e orientação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Vale do Jucuruçu, na tentativa de obterem terras junto a CDA.

Essas ocupações geraram certa dúvida de como proceder quanto ao levantamento fundiário, pois a legislação não prevê indenização para ocupações avaliadas que não sejam de “boa-fé”. Mesmo assim, o GT fez um cadastramento do que para encaminhar ao INCRA, apontando-os como clientes em potencial para a Reforma Agrária. Essa é uma situação que requer, por parte das diversas instituições do Estado, uma avaliação criteriosa para que se encontre uma solução definitiva para a condição de extrema pobreza e esquecimento em que vive essa população, num quadro que podemos definir como estando muito aquém do que entendemos por cidadania.

Conclusão

Como podemos perceber os interesses econômicos na região são diversos e muito intensos. Os investimentos nas grandes fazendas, o fomento no plantio de eucalipto, a especulação imobiliária e o turismo, são alguns que podemos citar.

Porém, é necessário que no processo atual de regularização fundiária da terra tradicional Pataxó sejam levados em conta os direitos originários dos indígenas que sempre ocuparam de uma forma ou de outra toda área pleiteada, limites que correspondem ao mínimo do que podemos caracterizar e apresentar todos os argumentos como terra tradicional Pataxó.

8 - SÉTIMA PARTE - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

“A Carta de 1988, admitindo que as sociedades indígenas tem direitos anteriores a toda sociedade nacional, reconhece às populações indígenas ‘os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam’ (art. 231), o que, em termos amplos, quer significar que o direito dos índios antecede ao próprio Estado e, portanto, ao direito positivo, ou seja, o direito formalmente concebido” (Cunha, 2000)

Desde a Lei de terras de 1850 que “a dificuldade em discriminar as terras públicas das privadas se soma a união de interesses dos grandes fazendeiros para impedir que parte das terras devolutas servisse para os aldeamentos indígenas conforme estabelecido” Forjava-se a inexistência de terrenos devolutos a cada município, uma ficção que permitia a fazendeiros e lavradores continuarem a expandir suas terras pelas portas dos fundos de suas fazendas e sítios Tal expropriação atinge, também, aos recursos necessários a sua subsistência:” - impedimento de pegar água nos rios e mariscar no mangue e outros (Motta, 1997:84)

“Os índios tinham o domínio por título legítimo – *indigenato* -, que não é o direito adquirido, mas congênito, primeiro. Logo, as suas posses não estavam sujeitas à legitimação. O *indigenato*, esclarece José Afonso da Silva, em artigo intitulado *Auto-aplicabilidade* do artigo 198 da Constituição Federal (CF de 1969), publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados, ed. Juríd Vellenich Ltda., SP, 1983, vol. 25, p.5, ‘não se confunde com a ocupação, com a mera posse. O *indigenato* é a fonte primária e congênita da posse territorial; é um direito congênito, enquanto a ocupação é titulado adquirido. O *indigenato* é legítimo por si, não é um fato dependente de legitimação, ao passo que a ocupação, ao fato posterior, depende de requisitos que a legitimem” (Neto, Fernando da Costa Tourinho – Juiz do tribunal Regional da 1ª Região)

Como pode ser visto nos dados apresentado no presente relatório, na área proposta para delimitação (revisão) de limites da Terra Indígena Barra Velha (de Monte Pascoal), encontram-se recursos imprescindíveis para a reprodução física e cultural do Pataxó. Além de ser o retorno mínimo por uma dívida histórica com esse grupo étnico que teve seus direitos cerceados tanto pelos agentes do Estado quanto por agentes econômicos interessados em explorar o grande potencial da região: extrativismo, agricultura, pecuária ou turismo.

A proposta aqui descrita tem uma superfície de 51.546,2674 (cinquenta e um mil, quinhentos e quarenta e seis hectares, vinte e seis ares e sessenta e quatro centiares) e um perímetro de 142,062 km (cento e quarenta e dois quilômetros), o qual apresenta em suas diferentes composições áreas de biomas diversos e imprescindíveis para a manutenção e integridade física e cultural da população Pataxó.

Seguindo a descrição de limites apresentada no relatório cartográfico, temos todos os principais pontos limítrofes fechados por limites naturais - como os rios Caraíva ao Norte e o rio Corumbau ao Sul; e o Oceano Atlântico a Leste - ou estradas: a BR-101 a Oeste.

Tais limites são definidos a partir da trajetória histórica da ocupação da região, registrada tanto em documentos primários publicados ou não como na memória dos Pataxó

ocupantes do Território de Barra Velha e referida nos seus relatos orais.

Se iniciarmos a análise pelo ponto de confluência do Córrego do Guaxuma com a Rodovia BR-101, temos uma área de grande importância histórica para o grupo por ser este um local habitado tradicionalmente por várias famílias indígenas, como a do velho André, Fulôr, Duviges e tantas outras que tinham no rio Guaxuma sua principal fonte de subsistência.

Atualmente, o Córrego Guaxuma se encontra ameaçado pelas poderosas frentes de expansão do plantio de eucalipto que avançam por toda bacia desse importante rio da região, assustando os Pataxo que vivem na Aldeia Guaxuma.

Segundo Fulôr, que atualmente vive na aldeia Bugigão, a causa de não haver mais índios nas margens do Guaxuma é que, após a construção da BR 101, as áreas foram sendo compradas pelos grandes fazendeiros. Esses fazendeiros pouco a pouco foram cercando as pequenas posses dos índios e pressionando-os para vendê-las. Para ele, a pressão psicológica era tão grande que muitos nem saíam mais de casa e, mesmo sem querer sair do lugar, venderam suas terrinhas por valores irrisórios para voltar a “viver em paz”. Fulôr conta que alguns fazendeiros faziam-se passar por amigos e convenciam-nos que o melhor era ir embora. Outros ameaçavam-nos dizendo que se não vendessem a posse teriam suas roças e casas queimadas.

Dando seqüência à descrição do caráter histórico dos pontos limítrofes, temos a nascente de um córrego sem denominação conhecida. Seguindo-o, alcançamos o Córrego do Benício ocupado de forma tradicional pelos Pataxó em diferentes momentos da história, tendo sido abandonado apenas a partir dos movimentos de ocupação por não indígenas na década de 80, após a construção da BR-101.

Prosseguindo ainda por outra linha seca até a cabeceira do Córrego do Benício, tal medida foi tomada com objetivo de melhorar a proteção das bacias hidrográficas, para proteção das poucas nascentes que ainda mantêm um pouco de vegetação, dentro das possibilidades em relação ao uso da terra. (Sá, José Antônio - Relatório Cartográfico da TI Barra Velha)

Segue-se, então, do P-04 até o encontro com o rio Caraíva nas proximidades de um vilarejo conhecido como Limoeiro, onde vive uma família extensa (proveniente de Barra Velha), espalhada em pequenos núcleos familiares. Tal família (as dos Nascimento) sobrevive da agricultura familiar e da criação de pequenos animais. Essa também é uma região onde encontramos plantio de eucalipto (provavelmente fomento da VERACEL e

10

2556182
1457
Gomes

BAHIA-SUL) ameaçando, por retirar do solo muita água, as poucas áreas de mata ciliar do rio Caraíva que ainda resistem.

Do P-06 seguimos pelo limite norte das ocupações do Limoeiro, alcançamos o Rio Preto (P-12), local ocupado de forma permanente pelos Pataxó até o final da década de 70. A proposta abraça a solicitação dos Pataxó que apontam vários locais comprovadamente de ocupação indígena como o Porto da Palha, o Cabrinha, Pia Pinto e tantos outros que ainda permanecem na memória do grupo. Alcançar a margem do rio Preto também será importante para garantir a utilização das duas margens do rio Caraíva, que, na atualidade, está extremamente ameaçado pelo desmatamento para implantação de pastos em suas margens.

Nesse local encontramos uma área inundável pelas águas do rio Caraíva, sendo esse de extrema importância para o desenvolvimento de projetos de desenvolvimento sustentável para os Pataxó, como a criação de peixe e camarão de água doce e outros.

Do P-13 seguimos pela margem do rio Caraíva até alcançar o povoado do mesmo nome permanecendo os limites já demarcados. A decisão de deixar Caraíva de fora da revisão de limites não foi assunto fácil de ser resolvido pelos Pataxó. Como descrito no corpo do presente relatório, o povoado de Caraíva sempre foi e continuará sendo ocupado pelos índios. Contudo, apesar de não ser uma decisão unânime, após diversas discussões, reuniões e assembléias internas, a maioria acredita ser melhor deixar o vilarejo de fora.

A decisão dos Pataxó está baseada em várias questões que preocupam a todos. Um dos principais argumentos apontados trata-se de uma questão de “palavra”, pois alguns não-índios, que ainda vivem em Caraíva, são os mesmos nativos para quais os Pataxó deixaram esse pedaço de terra nos anos 90 e com os quais ainda mantêm fortes laços amizade e reciprocidade.

Ao leste temos como limite o Oceano Atlântico, seguindo em direção sul alcançaremos a foz do rio Corumbau. Atravessando o rio encontramos o limite urbano do povoado de Corumbau. A decisão aqui foi a de seguir em direção ao sul pelo limites do mangue até alcançar o P-16, deixando completamente fora a pequena área urbana do povoado de Corumbau e uma estreita faixa de terra que se estende até a estrada municipal que dá acesso a Itamaraju.

Essa área equivale à divisa entre a faixa de terra e a área de mangue do rio

D

Corumbau, que vem sendo seriamente impactado pelas construções irregulares ao longo da pequena estrada de terra que dá acesso a vila.

Esse caso também merece alguns esclarecimentos acerca da decisão tomada pelos índios de excluir o povoado da proposta de demarcação, já que Corumbau foi o ponto de partida para o aldeamento dos Pataxó no século XIX.

Corumbau, como foi apresentando nos capítulos anteriores do relatório, tem uma ocupação predominantemente de índios e “nativos” pescadores (muitos filhos de índios com negro ou branco). Não há como negar a ocupação permanente indígena. Contudo, da mesma forma que Caraíva, os índios tem outras propostas para a utilização da área.

Por se tratar do principal ponto da RESEX CORUMBAU e por esta necessitar com urgência de uma ampliação para área de terra para a construção de um entreposto, os Pataxó decidiram deixar fora essa pequena faixa de terra, que corresponde apenas ao vilarejo, para que a RESEX possa ser ampliada. Tal reivindicação está baseada na própria forma do estabelecimento da relação entre os pescadores “nativos” e os índios, com casamentos interétnicos e reciprocidade. Os Pataxó se preocupam com o destino dos nativos que vivem na ponta do Corumbau há muito tempo.

Conforme Relatório Cartográfico de José Antonio de Sá, os limites ficam assim estabelecidos:

A **Leste** os limite natural é o Oceano Atlântico, seguindo sem alteração a demarcação anterior e prossegue-se até atingir a foz do Rio Corumbau seguindo então pelos limites da área urbana da localidade de Corumbau, este limite confunde-se especificamente com a vegetação de mangue, o que também propicia a preservação dos manguezais detendo o avanço da área urbana. As duas localidades urbanas, Caraiva e Corumbau fazem parte do município de Porto Seguro.

Ao **Sul**, observando os limites urbanos da localidade de Corumbau, segue-se pela estrada municipal, único acesso, ao sul para a localidade; atingindo o limite do Projeto de Assentamento do Incra, seguindo então pelo limite de uma cerca limítrofe do P.A; até atingir o córrego Giburão ou Águas Vermelhas. Seguindo pelo referido córrego, a montante até o limite com a Terra Indígena Águas Belas, então seguindo sempre pelos limites da T.I já demarcada.

Vale ressaltar que o limite sul da proposta da TI Barra Velha do Monte Pascoal, encontra-se no extremo norte da proposta da TI Cahy/Pequi (Comexatibá), atendendo, assim, a reivindicação de um território único para os Pataxó do Extremo Sul da Bahia.

O limite sul é entre o Xamprão e o local conhecido como Bunda da Nega, seguindo na direção oeste até alcançar o limite do Projeto de Assentamento do Reunidas Corumbau.

Daí percorrendo pelo córrego Águas Vermelhas até alcançar o córrego Gibura, incorpora – se a área atualmente denominada como Craveiro, mas conhecida na memória do grupo como a localidade de “Caveira”. Essa é uma área mítica para os Pataxó, pois, além ter sido uma região intensamente ocupada pelos indígenas nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, conforme referências históricas, foi um dos principais refúgios na diáspora de 1951.

Atualmente, o Craveiro é habitado por centenas de Pataxó que ocuparam o Assentamento do Incra por volta do ano 2000.

Seguindo para oeste, alcançamos o córrego Giburinha e acompanhando sua margem até alcançar uma de suas nascentes, incorpora-se integralmente a Terra Indígena Águas Belas e a aldeia de Corumbauzinho, conhecida pelos índios como Gameleira, outro local de refúgio na década de 1950.

Os limites da Terra Indígena Águas Belas, permanece inalterado de acordo com a sua Demarcação, decreto de 8 de setembro de 1998; com superfície de 1.189,0 há e perímetro de 17,0 km., devidamente registrada em Cartório de registro de Imóveis no ano de 2000. A T.I Corumbauzinho, fica incrustada desta forma entre as Terras Indígenas Águas Belas e Barra Velha. (Sá, José Antonio - Relatório Cartográfico – 2006)

Do extremo sudoeste da TI Águas Belas seguindo uma das nascentes do córrego Giburinha até a seu encontro com o córrego do Palmares, inclui-se assim as principais nascentes do Palmares e do Palmeiras que abastecem o rio Corumbau. Daí segue-se pelo córrego Palmares a montante, até alcançar um córrego sem denominação formador do Palmares. Continuando na direção oeste, seguimos até interceptar uma estrada municipal (não asfaltada), de onde seguimos pelo pé da Serra do Gaturama, ponto limite do Decreto de 1943, da demarcação do PNMMP.

Cabe ressaltar que esse limite respeita o divisor natural das bacias hidrográficas desta área, conforme podemos verificar na carta topográfica da região.

Essa delimitação inclui as posses da família Pataxó dos Pires e uma área da Mata Atlântica que se encontram extremamente ameaçada pelos madeireiros da região que atuam livremente devido às dificuldades de fiscalização do IBAMA, aproveitando-se da proximidade com a estrada com o PNMP para realizarem arrastões de madeira que pode ser vistos do outro lado da mesma estrada.

Ao chegarmos ao P-25 encontramos a BR-498, uma pequena estrada Federal de 14 km, que liga a BR-101 á entrada do PNMP. Deste ponto, seguimos em direção oeste até

alcançarmos a divisa com o PA Santa Cruz do Ouro e daí, contorna-se a área até chegar a BR-101, o que fará com que seja englobada a aldeia Trevo do Parque e a área de 300 há. do PA que já está na posse dos Pataxó.

Do limite da aldeia Trevo do Parque, seguimos em direção norte, por aproximadamente 21 km., até alcançarmos novamente a confluência do Córrego do Guaxuma com a BR-101 (P-01), incluindo a Aldeia Guaxuma e uma grande área de fomento de eucaliptos da empresa Veracel.

8.1 - O trabalho de campo

É de extrema importância ressaltar que todo trabalho de campo foi realizado seguindo a risca a legislação vigente e respeitando o direito de todos os cidadãos envolvidos no processo.

Contudo, o que nos coube realizar, consoante o art. 231 da Constituição Federal, foi cumprir nosso dever de fazer com que fossem respeitados os direitos elementares dos índios da região, o que explica termos realizado várias reuniões nas aldeias, na sede local da FUNAI e entrevistas em todas as aldeias que formam o território Pataxó de Barra Velha. A participação nessas reuniões deliberativas teve a participação de homens e mulheres, anciões, jovens lideranças, incluindo sempre indígenas no GT (fatos que podem ser comprovados no caderno de fotos, atas e transcrições de fitas incluídas no Processo de revisão de limites da referida terra indígena). Tal decisão deve-se ao fato de considerarmos imprescindível a participação dos vários segmentos populacionais na construção do processo de definição de qualquer território que viesse a ser proposto.

“§ 3º O grupo indígena envolvido, representado segundo suas formas próprias, participará do procedimento em todas as fases”.

Naturalmente em um universo de 5.500 índios não foi possível incluir todos no trabalho, mas sempre optamos por respeitar as indicações feitas pela própria comunidade durante as reuniões nas aldeias, momento em que sempre contávamos com um grande número de índios. Atender as expectativas de todos também nem sempre foi possível, mas nos esmeramos em ampliar ao máximo todas as discussões. Também, não podemos esquecer do fato dos Pataxó serem um grupo marcado culturalmente pelo segmentarismo e faccionalismo, o que amplia as discussões e fragmenta o todo sempre que necessário for intensificar as formas de poder interno.

Algumas poucas importantes lideranças não puderam participar do processo como um todo, pois, por estarem empenhados na luta pela reconquista da terra tradicional, respondiam processos judiciais o que os impedi de circular livremente fora das aldeias.

Todas as reuniões realizadas nas aldeias foram devidamente registradas através de gravações em fita K-7, fotos, e atas, ficando, assim, registrados todos os momentos em que foram discutidos os limites a serem propostos pelo GT. Entretanto, apesar de termos a concordância da grande maioria das comunidades indígena do entorno do Monte Pascoal, sabemos que há divergência interna quanto à proposta. Parte dos Pataxó que integram a Frente de Resistência e Luta Pataxó apresentam como proposta para ampliação da TI Barra Velha a área que incluiria a região do Cahy e Cumuruxatiba até o riacho das Ostras.

Essa proposta foi abortada pelas lideranças Pataxó de Barra Velha em uma reunião realizada no NAL Monte Pascoal em 2005 (ata em anexo), que não reconhecem esse como o território (de 1943) por qual sempre lutaram. Os índios de Barra Velha dizem que “os parentes tem o direito, mas lá são os Pataxó de Cumuruxatiba e não de Barra Velha” (índio Pataxó Manoel Santana, 2006)

Dando seqüência as solicitações dos Pataxó, mantivemos os GTs Barra Velha e Cahy/Pequi em dois procedimentos administrativos diferentes, mas trabalhando com o objetivo de as duas áreas terem limites comuns às duas terras indígenas, garantindo assim, a contigüidade do território e a proteção aos limites propostos. Todas as falas dos índios foram consideradas no momento da produção do relatório, porém sempre atentando para que todos os argumentos justificassem, levando em conta a legislação vigente, a proposta de limites de forma coerente e indiscutível em caso de apresentação de contraditório.

Em todos os momentos do trabalho de campo tentamos ser coerentes em nossos encaminhamentos e mantivemos abertas as discussões. Toda ida a campo teve início com uma reunião para explicar a atuação dos componentes do GT. Cada passo dado no sentido de avançar com o procedimento de revisão de limites da TI Barra Velha foi cuidadosamente explicado e discutido. Primamos por sempre apresentar as dificuldades técnicas e antropológicas de cada situação o que, muitas vezes, pode ter sido interpretado como resistência do GT às propostas apresentadas. Mas, deixou claro que a intenção do GT sempre foi apresentar os fatos como eles são sem omitir nem inventar dados.

Conforme Decreto nº 1775/MJ96, foram incluídos no GT um técnico da Ceplac e

do Incra da Bahia. Apesar das discordâncias por parte dos ocupantes não-índios e alguns órgãos municipais como a Prefeitura, a legislação não faculta a inclusão de pessoas indicadas pelos interessados não-indígenas. A esse é dado o direito de apresentar o Contraditório “desde o início do procedimento demarcatório até 90 dias” após a publicação do Resumo do Relatório no Diário Oficial da União e do Unidade Federada – DOE, onde se localizar a área a ser demarcada.

No caso específico, não nos descuidamos de pensar no provável aumento populacional ao definirmos a dimensão da área a ser demarcada. Há uma expectativa que, por Barra Velha a “aldeia mãe”, sua regularização fundiária poderá significar o retorno de famílias inteiras de outras aldeias, que, em algum momento da história recente, foram obrigadas ir em busca de alternativas de sobrevivência em outras aldeias e localidades como, por exemplo, a de Coroa Vermelha que se encontra saturada em termos populacionais.

A taxa de natalidade dos Pataxó vem aumentando consideravelmente nos últimos 15 anos. A partir de cuidadosa análise, podemos prever um grande incremento populacional nos próximos anos. Essa demanda populacional, contando com o faccionalismo do grupo, necessariamente vai gerar também maiores demandas por áreas de produção para garantia da segurança alimentar das famílias indígenas. Portanto, a ocupação pelos Pataxó de seu território tradicional será fundamental para a constituição de novas aldeias, dando-lhes condições para a plena reprodução física e cultural, inclusive para a intensificação de relações inter-aldeias (casamentos, rituais, trocas cerimoniais e econômicas, etc.).

Considerando todo processo de esbulho imposto ao território Pataxó desde o período da colonização até o da história mais recente balizada pela criação do PNMP e a fiscalização imposta pelo IBDF, e pelo comprovado caráter permanente de ocupação da área apontada e representada pela dispersão de núcleos familiares extensos, entendemos que o direito originário deve ser garantido a esse grupo que, por várias décadas, vem lutando pelos seus direitos fundamentais.

A ocupação e deslocamentos dos Pataxó desde a chegada dos portugueses ao seu território pode ser percebida a partir da pressão colonizadora e dos interesses econômicos na região entre o rio de Contas e o Vale do Mucuri. De arredios e livres no século XVI, ocupando livremente as matas da costa baiana e parte dos Estados de Minas Gerais e

Proc. nº 055/2012
Fis. 193
Rubrica [assinatura]

Relatório de Revisão de Limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

Espírito Santo, passaram a aldeados e escravizados no século XIX por serem vistos como empecilho aos interesses econômicos do nascente país. O aldeamento foi à forma encontrada pelos governantes para impor o enfraquecimento cultural desses grupos. Aldeados e catequizados, os índios se tornariam um empecilho a menos para o avanço da colonização. A mistura de grupos de diferentes costumes e línguas e, por muitas vezes, inimigos históricos era a grande arma utilizada para “segurança” e expansão econômica nas três províncias.

Mesmo aldeados, nunca deixaram de ser importunados e pressionados, pois os especuladores, de forma perversa, ambicionavam mais da pouca área de mata que ainda restava aos Pataxó. A área do entorno do Monte Pascoal incluindo a região do Guaxuma, Serra do Gaturama, Corumbauzinho, Macaco Gordo, Porto da Palha, Barriguda sempre foi utilizada de alguma forma pelos Pataxó, seja como moradia, para ritual, ou para subsistência, apesar de em muitos momentos estarem lá na invisibilidade, conhecidos como caboclos de Barra Velha.

A pressão aconteceu das mais diversas maneiras. Como em 1951 que envolvidos em uma terrível armadilha, os Pataxó se envolvem em um conflito sem precedente na história do grupo. A dispersão acabou por levá-los a reocupar a grande parte do território imemorial dos Pataxó.

Porém, entre as décadas de 1970 e 1980, com o novo movimento de ocupação territorial visando à expansão econômica da região, como vimos desde o período do Descobrimento, só que desta vez de forma velada, mas não menos violenta, as famílias Pataxó foram novamente sendo “aldeadas”, e acuadas em pequenos espaços de terras improdutivas, o que podemos constatar nos recortes de jornais de 1970 apresentados no corpo deste relatório.

Novamente os interesses especulatórios econômicos sobre região sobrepuaram-se à manutenção da sobrevivência física e cultural dos Pataxó, tirando o que lhes era mais precioso, o território tradicional do grupo.

Acuados em pequenas faixas de terra, em sua maioria de baixa fertilidade e sem recursos naturais suficiente para necessidade de subsistência do grupo, no final da década de 90, inicia novamente um movimento de recuperação do território tradicional. Nesse retorno famílias extensas reocupam as áreas reconhecidamente tradicionais, sendo que

D

levam com eles toda a bagagem cultural, usos costumes e todo o sentimento de legitimidade da re-ocupação e pertencimento dos antigos territórios.

O processo dinâmico da organização social intervém da mesma forma na territorialidade dos Pataxó. Os anseios pelas formas de limites territoriais absolutos, com fronteiras sólidas e soluções definitivas são habitualmente diluídos na vida societária. O rearranjo político e o faccionalismo exigem frequentemente, novos critérios de ocupação e, conseqüentemente, de novas e constantes redefinições do território.

Proc. nº 257289
Fls. 459
Rubrica

8.2 - Conclusão e Legislação vigente

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 houve um avanço considerável na legislação referente à proteção aos direitos indígenas, inclusive, com o reconhecimento do direito originário das populações indígenas sobre seus territórios de uso tradicional, conforme reza o artigo 231:

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

A definição do que poderia ser considerada terra indígena gerou polêmicas nos bastidores da Constituição, conforme descreve Márcio Santilli:

“a expressão ‘tradicionalmente’ resultou de um acordo político no âmbito da Assembléia Constituinte, a partir do embate entre os conceitos de “terras ocupadas” e de “terras permanentemente ocupadas”. O primeiro, proposto por organizações de apoio aos índios, ensejava aos adversários dos direitos destes a perspectiva de ocupações por índios de terras não indígenas. O segundo, proposto pelos adversários, pressupunha a intenção de só reconhecer direitos territoriais indígenas por critérios de antiguidade, prejudicando os índios que foram expulsos de suas terras imemoriais. “Tradicionalmente”, ou segundo a tradição indígena, introduziu o critério antropológico como referência, em lugar do critério cronológico.” (Santilli, Márcio-1999:26)

Para que uma terra seja considerada tradicionalmente ocupada por índios devem ser considerados os seguintes critérios, como estabelece os itens do artigo 231:

- sejam por eles habitadas em caráter permanente;
- utilizadas para suas atividades produtivas;
- imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar;

Relatório de Revisão de Limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

- necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

No caso, o território Pataxó estudado apresenta todos os critérios descritos no artigo 231, sendo que:

- ao longo dos séculos o grupo étnico em questão ocupou toda área pleiteada e só não permaneceram em algumas localidades pelo esbulho e pressão gerada pelos interesses econômicos poderosos, como podemos verificar ao longo do histórico apresentado no texto deste relatório;

- Todos os pontos apresentados como reivindicações foram ou ainda o são utilizado nas atividades produtivas, seja na coleta, na pesca, na produção de artesanato, ou ainda nas práticas agrícolas. As áreas atualmente ocupadas pelos não índios foram tomadas aos Pataxó em período recente, passando a ser ocupadas e utilizadas de forma tradicional pelos Pataxó, que só se deslocaram porque não suportaram a pressão exercida pelos grupos economicamente mais poderosos;

- A área, como um todo, é imprescindível para a preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar, tanto as cabeceiras dos rios que abastecem as aldeias, que, em sua maioria, nasce na área reivindicada para revisão, como pelas matas do Parque que sempre integraram o território Pataxó;

- A área reivindicada é imprescindível para reprodução física e cultural dos Pataxó, principalmente a que está no entorno do Monte Pascoal que apresenta características importantes de solo para agricultura Pataxó, o que lhes permitirá preservar as áreas das matas do PNMP.

Retornando ao histórico da legislação de terras indígenas e o conceito de tradicionalidade de ocupação, podemos recordar a preocupação, de alguns segmentos da sociedade, expressa na idéia de que todo o território brasileiro poderia se transformar em um imenso território indígena. Com objetivo de esclarecer o antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho diz:

“Não é isto obviamente, que a lei pretende. Ainda que houvesse evidências da presença de povos indígenas em quase todo o espaço físico ocupado pelo território nacional, isso por si só não definiria o conjunto das terras como indígenas (ou qualquer uma delas em particular). Para tanto, é condição necessária e suficiente a existência atual de uma

Relatório de Revisão de Limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

coletividade que se identifica como indígena e cuja reprodução exige uma relação regular com um conjunto de recursos ambientais ancorados em um dado espaço físico. É para tais grupos humanos - os quais muitas vezes foram deslocados para locais distantes de seus territórios tradicionais, que raramente tiveram condições de sustentar - que a lei prescreve direitos fundiários específicos, cuja destinação exclusiva cabe ao Estado garantir." (Oliveira, 1998:45)

Em 08 de janeiro de 1996, o Governo Federal promulgou o Decreto nº 1775/MJ, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para demarcação de terras indígenas, estabelecendo o que ficou conhecido como o "princípio do contraditório", expresso particularmente no parágrafo 8º do Artigo 2º, no Artigo 9º e no parágrafo único deste último.

Sendo assim, além de regulamentar os procedimentos para regularização de terras indígenas, o Decreto nº 1775/MJ possibilitou aos não-índios, que se sintam prejudicados no processo das demarcações, o direito à "ampla defesa" no contraditório.

Como apresentado no início deste trabalho temos ainda em vigor a Lei 6001 de 1973 - o Estatuto do Índio.

A Lei 6001 apresenta em seu artigo 62 que:

"Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos dos atos de qualquer natureza que tenham por objeto o Domínio, a posse ou a ocupação das terras habitadas pelos índios ou comunidades indígenas.

§ 1 - Aplica-se o disposto neste artigo às terras que tenham sido desocupadas pelos índios ou comunidades indígenas em virtude de ato ilegítimo de autoridade ou particular."

O princípio da nulidade está também incorporado ao texto constitucional de 1988, constando no Art. 231, § 6º, da Constituição Federal:

"São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando, a nulidade e a extinção, direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé."

O contraste entre o Decreto 1775, o Artigo 62 do Estatuto do Índio e o § 6º da Constituição Federal é também objeto de debate freqüente na disputa estabelecido entre índios e não índios no que diz respeito aos direitos sobre terras indígenas e que se aplica à área em estudo por se tratar de um espaço territorial "ocupado" em sua grande maioria por não-índios, os quais o exploram diretamente ou apenas detêm "benfeitorias" ou "direitos de

Relatório de Revisão de Limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

posse”, algumas vezes já adquiridos de terceiros. Em raros casos essas posses foram regularizadas em época recente. Em alguns casos a “aquisição” foi feita dos próprios índios, os quais foram pressionados, como já nos referimos anteriormente, a abandonar suas posses ou “vendê-las” a preços irrisórios.

Tendo em vista tais critérios legais, podemos perceber nesse relatório que parte das áreas reivindicadas pelos Pataxó são terras ocupadas de maneira tradicional, cuja situação pode ser perfeitamente encaixada no que está expresso no parágrafo 1 do artigo 62, do Estatuto do Índio, ou seja, tratam-se de terras que foram em parte “desocupadas” pelos Pataxó “em virtude de ato ilegítimo de autoridade ou particular.”

O processo de esbulho do território do grupo étnico em questão é notoriamente conhecido, comprovado historicamente e de longa duração. Tal processo, porém, apesar de sua antiguidade, não se definiu de imediato, sendo contínuas as iniciativas de esbulho definitivo, contrabalançadas pela resistência indígena e pelas limitações legais que dificultavam a sua consolidação.

Oliveira Filho e Almeida (1998):

“Imaginar que uma identificação de área indígena corresponda a um simples ato técnico, como buscar antigos cemitérios ou capoeiras, algo tão fácil e direto como verificar impressões digitais, tipo físico ou amostras sanguíneas, não tem o menor fundamento.(...) Uma compreensão racional e científica dessa etapa do processo demarcatório intitulada identificação supõe, portanto, uma investigação antropológica especializada e dirigida, bem como a compreensão plena de que a proposta que daí resulta é um fenômeno político, isto é, um fenômeno que possui igualmente uma dimensão de barganha na qual os atores buscam maximizar os seus interesses face a um certo contexto histórico e uma determinada correlação de forças.” (Oliveira Filho & Almeida, 1998:76/77-grifo dos autores).

Por fim, demonstramos aqui que se faz necessário que a FUNAI cumpra o papel que lhe é atribuído pelo Estado Brasileiro, regularizando a Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal, conforme art. 19 do Título III, Capítulo I da Lei 6.001:

“ As terras indígenas, por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio, serão administrativamente demarcadas, de acordo com o processo estabelecido em decreto do Poder Executivo”

Reconhecendo e garantindo assim, mesmo que com sobreposição com o PNHMP, o que dita os art. 24, capítulo II, título III da mesma Lei:

0

Relatório de Revisão de Limites da Terra Indígena Barra Velha -- Monte Pascoal

“O usufruto assegurado aos índios ou silvícolas compreende o direito à posse, uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas, bem como assim o produto de exploração econômica de tais riquezas naturais e utilidades”.

“§ 2º É garantido ao índio o exclusivo exercício da caça e pesca as áreas por eles ocupadas, devendo ser executadas por forma suasória as medidas de policia que em relação a ele eventualmente tiverem que ser aplicadas”

Proc. nº

Fis.

Rubrica

Seiça Paulo B. B. Faria

Q

Bibliografia

Agostinho, Pedro 1971 “Identidade e situação dos Pataxó de Barra Velha-BA” Seminário de Prática de Pesquisa do Departamento de Antropologia e Etnologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Salvador.

_____ 1980 “Bases para o estabelecimento da Reserva Pataxó” *Revista de Antropologia Separata* do vol. XXIII.

Araújo, Ubiracy – *A Presença Indígena nas Unidades de Conservação*.

Arruda, Rinaldo S.V. 1997 – “Populações Tradicionais e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação”. Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. ANAIS.

Arruti, José M.A. – Morte e Vida do Nordeste Indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: APDOC, v. 8, nº 15, 1995.

Assis, Luís Guilherme Resende de 2004 “A Produção de instrumentos de mediação de conflitos socioambientais: o caso da sobreposição entre o território tradicionalmente ocupado pelos Pataxós do Monte Pascoal e o Parque Nacional Monte Pascoal”. Dissertação de Graduação apresentada ao Departamento de Antropologia da UnB, Brasília.

Carvalho, Maria Rosário G. de 1977 “Os Pataxó de Barra Velha. Seu subsistema econômico” Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas/UFBA, dissertação de mestrado inédita.

Cancela, Francisco E.T. 2006 “Caso da Vila do Prado: Uma barreira para os perigos do Sertão ou um território de ressocialização?”

Chamy, Paula. 2002 “Reservas Extrativistas Marinhas: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade” Grupo de trabalho 7: Conhecimento Local e Meio Ambiente. I encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS. Indaiatuba – SP.

Copobianco, João Paulo R. 2004 “Um pouco sobre a mata atlântica”. Introdução do livro Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza. o desafio das sobreposições. São Paulo, Instituto Socioambiental.

Costa, Sandra Dias. 1999 “Informação Técnica nº 81 – 99 – 4ª CCR” Análise técnica de documentos que tratam da invasão do PNMP por índios Pataxó e Pataxó Hã-hã-hã.

Cunha, Cláudio Alberto Gusmão – 2000 “O atual regime jurídico das terras indígenas” – UFBA – mestrado em direito econômico. Salvador.

Relatório de Revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha – Monte Pascoal

Cunha, Manuela Carneiro da (org). 1992 “Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)”. SP: Ed. Da Universidade de São Paulo.

Di Ciommo, Regina Célia. 2003 “Contradições da conservação, algumas questões de gênero nas reservas extrativistas marinhas” UFSCAR.

_____. 2006 “Gênero, Etno-conhecimento e Meio Ambiente” ST 31 – Artigo - UFSCAR

Delson, Roberta Marx – “Novas Vilas para o Brasil colônia: Planejamento espacial e social no século XVIII”. Brasília ALVA-CIORD, 1997

Grünewald, Rodrigo de Azeredo. A Jurema no “regime de índio”: O caso Atikum – Universidade Federal da Paraíba – 1998.

Grünewald, Rodrigo de Azeredo. Os Índios do Descobrimento: Tradição e Turismo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001. v.1

ISA 2004 (vários autores) “Os Pataxó e o Monte Pascoal” In F. Ricardo (org.) Terras Indígenas e Unidades de Conservação: o desafio das sobreposições. São Paulo, Instituto Socioambiental.

Leite, Serafim, 1938. História da Companhia de Jesus no Brasil: Lisboa; Livraria Portuguesa – RJ, Civilização Brasileira (Século XVI – O Estabelecimento)

Machado, Felipe Bannitz de Paula – Atividades econômicas dos Pataxó de Barra Velha - ISA

Oliveira, Cornélio Vieira. Barra Velha. O último refúgio” 1995

Oliveira, Fábio 2001 “Informação Técnica nº 005/01 – PR/BA” (produzida como subsídio ao Ministério Público Federal).

Orlandi, Eni Pulcinelli.

Paraíso, Maria Hilda Baqueiro 1992 “Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX” *Revista de Antropologia*, v. 35.

_____. 1994 “Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanoxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali e Makoni: povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexão” *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia/USP*, no. 4.

_____. 1998 “O tempo da dor e do trabalho. A conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste” Programa de Pós-Graduação em História Social/USP, tese de doutorado inédita. (Neste Relatório, foi utilizado o compilado disponibilizado pela autora sem conter numeração de página.)

D

_____ “O sul da Província da Bahia na ótica dos viajantes do século XIX entre 1815 e 1820” mimeo

_____ “Os esquecidos de Salvador: índios e negros na cidade-fortaleza e a conquista das terras das aldeias no seu entorno”. 1998

Pohl, Johann Emanuel (1832-37) – 1976. Viagem ao interior do Brasil. Itatiaia; São Paulo: EDUSP

Rocha, Sérgio Brandt 1992 *O Parque Nacional de Monte Pascoal e os Pataxó* MMA/IBAMA.

Sampaio, José Augusto Laranjeiras 1996 “Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território Pataxó do Monte Pascoal”. In: Espírito Santo, Marco Antônio do (org.) *Política Indigenista: Leste e Nordeste brasileiros*. Brasília: FUNAI, 2000.

Urban, G. A A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: M.C. Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992

Saint-Hilaire, A – (1975) “Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais”. Ed. Itatiaia, BH; EDUSP, SP.

Santos, Luciene Cândida da Silva – “Implantação da linha de distribuição Prado/Caraíva e conflitos sócioambientais”. Dissertação de Mestrado defendida no CDS/UNB. Brasília 2003

Sotto-Maior, Leila S. B. 2005 “Diagnóstico das TIs Barra Velha e Corumbauzinho” Relatório do Levantamento de Campo da Situação Fundiária das TIs do Extremo Sul da Bahia, CGID/DAF/FUNAI.

Timmers, Jean François & Maia, Milene “A questão do Monte Pascoal: elementos para a busca de uma solução concreta”.

Timmers, Jean François 2004 “ Respeitar a vida e o ser humano: a preservação do meio ambiente com e pelos índios evita a definitiva condenação da biodiversidade”. In: F. Ricardo (org.) *Terras Indígenas e Unidades de Conservação: o desafio das sobreposições*. São Paulo, Instituto Socioambiental.

_____ 2005 “Comércio de Madeira no Extremo-Sul da Bahia: Avaliação de Impacto Sobre os Remanescentes de Mata Atlântica na Região do PARNA Monte Pascoal” – In: Relatório de Consultoria a Secretaria de Biodiversidade Florestas – MMA.

Valle, Cláudia Netto do. 2000 “Sou brasileiro, baiano, pataxó” Tese (Doutorado) –

Ciências Sociais (Antropologia) / PUC-SP.

Vianna, Fernando L.B. – 2004. “Razão indigenista e razão conservacionista desafiadas no sul da Bahia”. In: *Terras Indígenas & Unidades de Conservação – O Desafio das Sobreposições* – ISA – São Paulo

Wied-Neuwied, Maximiliano 1940. Viagem ao Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Documentos:

Plano de Manejo do Parque Nacional de Monte Pascoal . 1979 ‘ IBDF

Resumo do plano de manejo da VERACEL

Levantamento Histórico e Cadastral Desenvolvidos no Âmbito na Proposta de Delimitação das Áreas Tombadas dos Municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Convênio IPHAN, UFBA, IPAC e PMPS. (1980)

Inventário Nacional de Referências Culturais do Museu Aberto do Descobrimento. Elaborado pela empresa Andrade e Arantes Ltda – Consultoria e Projetos Culturais. (2000)

Processos administrativos e Documentos Consultados:

Processo FUNAI/BSB/2556/82: Identificação e Delimitação da Terra Indígena Barra Velha, localizada no município de Porto Seguro, Estado da Bahia.

Processo FUNAI/BSB/2556/82 vol. 2º.: Identificação e Delimitação da Terra Indígena Barra Velha, localizada no município de Porto Seguro, Estado da Bahia.

Processo FUNAI/BSB/2630/95: Expedição de portaria declaratória em conformidade com o Decreto no. 22/91, para a TI Águas Belas, localizada no município de Prado, estado da Bahia.

Processo FUNAI/BSB/ 0425/99: Identificação e delimitação da TI Corumbauzinho, localizada no município de Prado, estado da Bahia

_____/0345/73: Laudos de Avaliação de Benfeitoria na Reserva Indígena Pataxó. Vol. I e II

_____/3267/80: Demarcação da TI Barra Velha.

_____/28870.001687/84: Limites do PNMP – em relação à Área Indígena.

_____/28870.000.890/89: Litígio IBDF x FUNAI

Proc. nº 2556/82
Fls. 143
Rubrica

AD